Paloma Abelin Saldanha Marinho

**Vivências no público e no privado: atuação e reivindicação de
mulheres militantes no campo dos direitos sexuais, direitos
reprodutivos e saúde no Brasil a partir de histórias de vida**

Tese apresentada à Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutor em Ciências

Programa de Saúde Coletiva

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosana Machin Barbosa

São Paulo

2020

Paloma Abelin Saldanha Marinho

**Vivências no público e no privado: atuação e reivindicação de
mulheres militantes no campo dos direitos sexuais, direitos
reprodutivos e saúde no Brasil a partir de histórias de vida**

Tese apresentada à Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutor em Ciências

Programa de Saúde Coletiva

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosana Machin Barbosa

São Paulo

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Marinho, Paloma Abelin Saldanha

Vivências no público e no privado : atuação e reivindicação de mulheres militantes no campo dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e saúde no Brasil a partir de histórias de vida / Paloma Abelin Saldanha Marinho. -- São Paulo, 2020.

Tese (doutorado) -- Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Programa de Saúde Coletiva.

Orientadora: Rosana Machin Barbosa.

Descritores: 1.Direitos sexuais e reprodutivos
2.Saúde da mulher 3.Pesquisa qualitativa 4.Ativismo político 5.Histórias de vida 6.Público e privado

USP/FM/DBD-087/20

Responsável: Erinalva da Conceição Batista, CRB-8 6755

Dedico este trabalho às mulheres que me antecederam, às que lutam hoje e às que seguirão construindo cotidianamente uma sociedade mais justa.

Agradecimentos

Na longa trajetória da realização desta pesquisa, fui cercada e acompanhada por muitas pessoas dando suporte para que a tese acontecesse.

Ao Alexandre, meu companheiro desta vida e de tantas outras, que retornou no finalzinho desta tese, quando suporte, amizade e amor foram especialmente essenciais.

À minha família, que no caos dos afetos, misturou mães, pais, tios, primos, irmãos e avós em tantos incentivos e força para que eu construísse esta trajetória até aqui. Lucy Abelin, Claudio Marinho, Tati Abelin, Luiza Abelin, Pedro Abelin, Guilherme Abelin, Marcelo Saldanha, Eduardo Teixeira, Angela Abelin, Cora Abelin, Antônio Abelin e Lucia Bromberg. Aos meus pais e à minha irmã, agradeço de coração por tanta fé neste percurso – vocês estão sempre comigo não importa a cidade.

À minha orientadora, Rosana Machin, pela orientação atenta, cuidadosa, paciente e inspiradora nesse período.

Às amigas e amigos que fiz em São Paulo, com quem troquei tanto durante esses anos, Remom Bortolozzi, Ana Tereza Estrela, Ludmila Azevedo, Fernanda Watari, Maria Janaína e Bárbara Soares.

Às amigas que me acolheram em suas casas em São Paulo e deixaram a cidade mais alegre e as minhas estadias mais acolhedoras: Carol Mariko, Laura Macedo, Mariana Meditsch, Marta Solyszko e Gigi Tavares. À Carol Mariko, obrigada pelo longo período de convivência e compartilhamento de casa e de acontecimentos de vida.

Às amigas queridas que participaram tão de perto dessa jornada, desde seu início ou ao final dela, acompanhando e comemorando cada passo: Tabuh Tavares, Emmanuela Gonsalves, Izabel Solysko, Aline Spezia, Ana Laura Lobato e Midori de Decco.

Às equipes com quem tive o privilégio de trabalhar no Ministério da Saúde - na Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados e na Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres – e com as quais aprendi sobre as políticas públicas de saúde e sobre o afeto

no cotidiano. Obrigada pelos dias tão bons de convivência, Reyjane Alves, Glauciene Leister, Thais Oliveira, Núbia Parente e, ainda, à Esther Vilela, que à época ainda sem me conhecer mobilizou para que eu conseguisse a licença para estudos.

À Biblioteca Central da Universidade de Brasília, que por dois anos foi o espaço onde eu pude escrever esta tese, que me acolheu como um espaço acadêmico público – sem catracas e sem crachás.

Ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da USP, pela excelência acadêmica, disponibilidade do corpo docente e generosidade na acolhida. Agradeço em especial a Lilian Santose à Marlene Goreti de Sales, auxiliando tanto e de maneira tão organizada com os processos que precisei fazer à distância.

Por fim, às mulheres que aceitaram compartilhar suas histórias de vida, para esta pesquisa, com tanta generosidade.

Sumário

Lista de siglas	11
Epígrafe	15
1 INTRODUÇÃO	19
2 OBJETIVOS	22
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	23
3.1 A esfera pública e a esfera privada.....	23
3.1.1 Conceitos fundamentais: gênero e interseccionalidade.....	23
3.1.2 A relação entre as esferas pública e privada na teoria política e no feminismo brasileiro.....	26
3.1.3 Ação política, <i>habitus</i> e discurso herético no trânsito das esferas privada e pública: debate entre teóricas feministas e debates com a teoria de Bourdieu.....	33
3.2 Movimentos feministas pelos direitos sexuais e direitos reprodutivos com interlocução com a saúde no Brasil	43
3.2.1 Direitos sexuais e reprodutivos no campo da saúde.....	44
3.2.2 Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde e os Movimentos Feministas no Brasil	50
4 PERCURSO METODOLÓGICO	71
4.2 A escolha da metodologia	72
4.3 A escolha das entrevistadas.....	75
4.4 Agendamento dos encontros	77
4.5 Aspectos dos encontros	78
4.6 Após os encontros	81
4.7 Análise do material do campo	82
4.8 O encerramento do campo da pesquisa	85
4.9 Os critérios de inclusão dos relatos enquanto histórias de vida	86
5 AS MULHERES	89
5.1 Mariana	89
Contexto do encontro com Mariana	89
História de vida da Mariana	91
5.2 Vera.....	117
Contexto do encontro com Vera.....	117
História de vida de Vera.....	120
5.3 Maria Benta Melo dos Santos (Betânia).....	135
Contexto do encontro com Betânia	135
História de vida de Betânia	137
5.4 Maria José Rosado-Nunes.....	151

Contexto do encontro com Maria José Rosado-Nunes.....	151
História de vida de Maria José Rosado-Nunes (Zeca)	154
5.5 Antônia.....	173
Contexto do encontro com a Antônia.....	173
História de vida de Antônia.....	175
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	185
6.1 O privado e o público: vivências e articulações entre as esferas.....	185
6.1.1 Aspectos das vivências privadas: vivências em sexualidade e apresentação dos elementos de desigualdade sob o ponto de vista da interseccionalidade.....	185
6.1.1.1 Vivências em sexualidade	185
6.1.1.2 Interseccionalidade: gênero, classe, raça e geração no cerne das trajetórias.....	190
6.1.2 Aspectos da vida pública: formação acadêmica, trajetória na militância e interseccionalidade.....	192
6.1.2.1 Formação acadêmica	192
6.1.2.2 Trajetória na militância	194
6.1.2.3 Interseccionalidade e as vivências das mulheres nos espaços públicos	200
6.1.3 A articulação entre público e privado: Violência, religião e militância no trânsito entre as esferas	202
6.1.3.1 Violência como forma de manutenção das mulheres na esfera privada.....	202
6.1.3.2 A igreja na articulação entre público e privado.....	205
6.1.3.3 Estratégias cotidianas de subversão e o discurso herético.....	210
6.1.3.4 Militância e ação política enquanto encontro entre as esferas	212
6.2 Reivindicações das mulheres no espaço público.....	215
6.2.1 Reivindicações das mulheres da pesquisa	216
6.2.1.1 A possibilidade da abordagem dos direitos e da sexualidade na esfera da saúde ..	216
6.2.1.2 A descriminalização do aborto como pauta permanente	224
6.2.2 Reivindicações por meio das Conferências Nacionais de Saúde das Mulheres	226
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
8 REFERÊNCIAS	243
Apêndice I – Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa	
Apêndice II – Emenda ao Comitê de Ética em Pesquisa	

Lista de siglas

CDD - Católicas pelo Direito de Decidir

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CMB - Centro da Mulher Brasileira

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CNS - Conferência Nacional de Saúde

CRMCM - Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa

HIV – *Human Immunodeficiency Virus*

IST – Infecção sexualmente Transmissível

ONG - Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher

PREP – Profilaxia pré-exposição

SUS - Sistema Único de Saúde

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marinho PAS. *Vivências no público e no privado: atuação e reivindicação de mulheres militantes no campo dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e saúde no Brasil a partir de histórias de vida* [tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2020.

A pesquisa se fundamenta nas noções de público e privado para a teoria política e para o feminismo brasileiro e utiliza os conceitos de ação política, discurso herético e *habitus* para discorrer sobre reprodução das normas sociais, transformação social e a possibilidade de trânsito entre as esferas, além de apresentar um panorama de movimentos feministas pela garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e direito à saúde. O objetivo geral da pesquisa foi investigar a articulação entre as vivências na esfera pública e na esfera privada, de mulheres militantes que atuam na reivindicação de direitos no campo dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e saúde. Foi escolhida a metodologia das histórias de vida para o alcance dos objetivos, de maneira que cinco mulheres militantes na área de direitos sexuais, reprodutivos e saúde, diversas em idade, atuação na militância e raça-cor, produziram seus relatos de histórias de vida. Como resultados principais observaram-se: a violência como forma de manutenção das mulheres na esfera privada, a forte presença da igreja como parte de suas vivências privadas e públicas, e estratégias subversivas cotidianas e a militância como possibilidades de trânsito entre as esferas privada e pública. Com base nas reivindicações das mulheres e na análise das conferências de saúde das mulheres, observou-se também ampliação da formação de pautas em saúde, com maior incorporação das diversidades das mulheres, ainda que em um contexto histórico de fragilidade democrática.

Descritores: Direitos sexuais e reprodutivos; Saúde da mulher; Pesquisa qualitativa; Ativismo político; Histórias de vida; Público e privado.

Marinho PAS. *Life experiences in the public and private areas: the achievement and claims of militant women in the field of sexual, reproductive and health rights in Brazil, based on their life stories*[thesis]. São Paulo: “Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo”; 2020.

This research is substantiated on the public and private notions for the political theory and the Brazilian feminism. It uses the concepts of political action, heretical discourse and *habitus* to address the reproduction of social norms, social transformation and the possibility of passage between spheres, aside from presenting a panorama of feminist movements that warrant sexual, reproductive and health rights. The research's general purpose is to examine the articulation between the life experiences in both the private and public spheres of militant women who are active in the sexual, reproductive and health rights claims areas. The chosen methodology was that of purpose-achieving life stories, in which five militant women active in the sexual, reproductive and health areas, varying in age, race, color, and militant activity, presented their life story reports. The following results were observed: violence as a form of keeping women in the private sphere, the Church's strong presence as part of their private and public life experiences, everyday subversive strategies, in addition to militancy as a way of moving between the private and public spheres. Based on these women's claims and on their health conference analyses, an increase in the health formation agenda was also noticed, with a greater incorporation of women's diversities, although still in a historical context of democratic fragility.

Descriptors: Reproductive rights; Women's health; Qualitative research; Political activism; Life stories; Public and private.

Epígrafe

A jornada que encerro apresentando esta pesquisa foi menos linear do que eu esperava. Pelo caminho deste doutorado, houve a troca do tema da pesquisa, mudança de cidade, reflexões e análises variadas, expectativas atendidas e frustradas no campo de pesquisa, além de amores e desamores, pessoas entrando e saindo da minha vida, em um processo vivido intensamente. Na tese, amarramos teoria, escolhas metodológicas, achados do campo e resultados finais como se tivéssemos caminhado todo o tempo em linha reta, com apenas um ou outro desvio. Penso que, no limite, a maior riqueza da pesquisa foram os desvios, as surpresas e os desafios colocados para mim como pesquisadora. Não só me transformaram em uma pesquisadora mais hábil como também permitiram que eu tivesse muito mais prazer no processo, até nos momentos insalubres.

Apresentar minha trajetória até chegar a essa tese me parece uma tarefa quase impossível. Como dito por muitas das mulheres pesquisadas, ousar também dizer que meu trajeto como mulher, pesquisadora, profissional de saúde e militante no cotidiano é um único percurso. De maneira que escolho apresentar aqui alguns marcos da minha vida como profissional e como pesquisadora, organizando em parte os questionamentos, que me levaram à pesquisa.

A favela da Maré, no Rio de Janeiro, foi o local onde se deu minha primeira experiência profissional, trabalhando junto a mulheres que viviam em situação de violência doméstica, em um contexto grave de violação de outros direitos, como o direito de ir e vir, o direito à segurança, proteção, saúde e tantos outros. Na Maré, não obstante a beleza dos projetos empreendidos pelas próprias mulheres de maneira comunitária, o cotidiano é de restrição, impossibilidade de confiança em qualquer serviço público e sujeição a todos os preconceitos referentes a gênero, raça, local de moradia, classe social. Como psicóloga e bolsista no Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM-CR), projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aprendi a atuar na perspectiva dos direitos, no rechaço à vitimização enquanto compreensão para a violência de gênero, na valorização das histórias e resistências das mulheres que circulavam diariamente. Estive próxima a elas nos acolhimentos psicossociais, nos cursos de educação em direitos humanos, nas oficinas variadas para a promoção de encontros comunitários e fortalecimento das reflexões sobre gênero e direitos. O CRMM foi o pilar essencial na minha formação profissional e esteve no cerne das minhas inquietações para a pesquisa.

Muitas inquietações profissionais proporcionadas por essa experiência foram canalizadas para a construção da minha pesquisa de Mestrado, no Instituto de Psicologia da UFRJ. Naquela pesquisa, busquei compreender de que maneira as mulheres lidam e superam situações de violência doméstica, por meio do uso do conceito de empoderamento, considerando suas vivências desde o âmbito individual até o coletivo, em pesquisa de campo realizada em outro centro de atendimento especializado também no Rio de Janeiro. Mobilizaram-me sempre, a estrutura desigual de poder entre homens e mulheres, as dificuldades repetidas de acesso aos serviços, as opressões e silenciamentos, recaindo de maneira diferenciada sobre as mulheres, assim como os caminhos que nós mulheres percorremos ao desafiar as estruturas hegemônicas de poder.

Ainda no meio da pesquisa de mestrado, decidi me voltar para um campo que também me atraía desde o início da graduação e passei no concurso de Analista Técnica de Políticas Sociais, em Brasília, para atuação no Ministério da Saúde. Na minha primeira experiência nesse ministério, na Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados, lidei com questões da atenção especializada em saúde, processos relacionados à doação e transfusão de sangue, epidemiologia das infecções transmissíveis pela transfusão sanguínea, além do contato com a história da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados, que inclui a atuação da sociedade civil e a mobilização pela prevenção da transmissão do HIV transfusional. Apesar de estar distante das questões das mulheres que mobilizaram minha prática profissional e atuação como pesquisadora até então, também me senti envolvida em questões relativas à sexualidade – no caso a orientação sexual e práticas sexuais – perpassando a construção das políticas públicas de saúde, ora normatizando práticas, ora atuando na prevenção em saúde. Tendo em mente a fertilidade do campo das políticas de saúde, gênero e sexualidade para a pesquisa, ingressei no Doutorado em Saúde Coletiva, quando então refinei minhas questões de pesquisa.

Ao voltar a trabalhar com as temáticas das mulheres, na Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres, retornei aos temas mais prementes da minha trajetória profissional e acadêmica. Mergulhada na formulação e indução das políticas que visam à garantia da saúde das mulheres, a efetivação dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, agora vistos sob o ponto de vista das possibilidades de garantia deles no campo das políticas públicas de saúde, fui conduzida à reflexão sobre as vivências cotidianas das mulheres no exercício de seus direitos e sobre a construção das reivindicações em torno da

sexualidade, reprodução e saúde. A histórica dificuldade em extrapolar o parâmetro da reprodução na discussão da saúde, assim como as pautas trazidas pelos movimentos sociais, escutadas em graus variados, me colocaram em contato de novo com os movimentos feministas e a construção de suas pautas. Diante de uma organização social injusta e conservadora para as mulheres, me sensibilizou saber de que maneira estava se dando, cotidianamente, o exercício dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos das mulheres; de que forma a construção dessa pauta nos movimentos feministas brasileiros articulava experiências pessoais; como foi possível construir tais determinações publicamente tendo em vista as restrições variadas de acesso aos espaços públicos e a invisibilização histórica que contempla tanto as próprias mulheres como as pautas referentes à sexualidade feminina.

Observando a formação das pautas feministas na saúde - lugar de onde passei a refletir sobre a situação das mulheres - a sexualidade e a reprodução se localizavam ainda na dimensão privada e essencialmente na dimensão do controle dos corpos. A militância, exercendo-a de variadas formas e inclusive por meio das conferências nacionais de saúde das mulheres (evento no qual fui relatora em 2017) estava então e há muito tempo politizando essas questões da dimensão privada e influenciando a construção das políticas públicas de saúde.

O contorno mais exato do delineamento dessas questões é fundamentado e apresentado a seguir na introdução da tese. Adianta-se que, para tentar alcançar ao menos parte dos questionamentos, cheguei a cinco mulheres que aceitaram, generosamente, relatar suas histórias de vida, descrever seus trajetos militantes, apontar as próprias inquietações e reivindicações no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. O percurso teórico e metodológico detalhado também está descrito ao longo da tese.

É oportuno sublinhar que a sensação mais importante diante do reconhecimento das inquietações mobilizadoras dessa tese e do trajeto percorrido ao longo desses quatro anos é a de que, em vez de apresentar uma investigação finalizada, a tese abre questões para a reflexão, movimenta questionamentos de pesquisa e opera com algumas contribuições para os debates correntes. Sem dúvida, o que há de mais rico nesse texto é a generosidade, a força e a beleza das histórias de vida contidas aqui. Analisá-las e organizá-las em eixos de discussão para os questionamentos iniciais foi um esforço científico no sentido de atender aos objetivos a que me propus nessa pesquisa, de

maneira que a objetividade da organização do texto contrasta com a fluidez e com a beleza das histórias relatadas pelas mulheres.

Sem perder isso de vista, a tese que se apresenta é parte de mim e de minha trajetória, ajuda a elucidar as reflexões sobre a atuação das mulheres nos espaços públicos e privados, nos aproxima de suas lutas pelos direitos sexuais, direitos reprodutivos e direito à saúde. Aproxima-nos de compreender de que maneira é possível viver, reivindicar e lutar pelo pleno exercício de nossos direitos.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta histórico particular de luta de movimentos feministas nas temáticas da sexualidade, reprodução e saúde: no contexto de um país conservador, com forte influência da religião, no cotidiano e na política e marcado por processos democráticos interrompidos, delinearam-se ao longo de décadas mobilizações e conquistas dos movimentos feministas em prol do direito de viver a sexualidade, decidir sobre aspectos da reprodução, e ter esses direitos garantidos também no âmbito da saúde enquanto direito universal. É um histórico que passa pelo processo de redemocratização, da reforma sanitária e está necessariamente permeado por limitações na abordagem de temáticas como a sexualidade e o direito ao uso do corpo pelas mulheres, dentro de um contexto desigual de exercício de direitos entre homens e mulheres, que pesa especialmente para mulheres negras e de classes sociais baixas.

Sexualidade e reprodução são temáticas historicamente tratadas do ponto de vista da esfera privada, na dimensão do controle dos corpos femininos e fora da perspectiva dos direitos. A rígida separação entre as esferas privada e pública para homens e mulheres vem servindo a propósitos de manutenção da desigualdade e despolitizando a esfera privada. É uma separação que invisibiliza ou impõe obstáculos à atuação das mulheres na esfera pública, em especial no que se refere a reivindicações e mobilizações políticas pela garantia dos direitos das mulheres, inclusive os direitos sexuais, os direitos reprodutivos e o direito à saúde.

Em um campo social complexo, no qual elementos de subordinação das mulheres e mobilização pela autonomia operam ao mesmo tempo, as mulheres militantes exercem um desafiador papel de nomear desigualdades e reivindicações pelos direitos das mulheres no espaço público, estabelecendo um trânsito entre o privado e o público. Mobilizam-se no sentido de romper com o acirramento entre as esferas, estabelecendo reivindicações e construindo caminhos para o exercício dos direitos das mulheres, também no âmbito da sexualidade, da reprodução e da saúde.

Considerando que o que se dá na esfera privada é objeto para reivindicações na esfera pública, a perguntada pesquisa, que se delineou, foi como se dá a articulação entre as esferas privada e pública de mulheres militantes pelos direitos sexuais, direitos reprodutivos e saúde no país. O estudo buscou investigar de que maneira essas mulheres - que levam suas demandas e de outras mulheres para a esfera pública, que circulam no

espaço público por meio da ação política, e que mobilizam o mundo como é conhecido - vivem o exercício de seus direitos tanto na esfera privada como na esfera pública. Nesse sentido, tornou-se relevante investigar como se dá a exploração da relação entre privado e público por parte de mulheres que necessariamente estão na esfera pública trazendo questões – privadas ou não – que as mobilizaram para seus discursos e práticas visando à transformação das relações de poder hegemônicas.

A apresentação do texto inicia com a fundamentação teórico-metodológica, que contempla gênero e interseccionalidade como conceitos centrais para a pesquisa, considerando gênero enquanto fundamental para a análise e compreensão das vivências e do exercício dos direitos das mulheres e a interseccionalidade como possibilidade de olhar para a dinamicidade das categorias de gênero, raça e classe social.

Na fundamentação teórico-metodológica, a contextualização da discussão das esferas privada e pública se dá por meio da teoria política feminista, apresentando a que serve a divisão entre as esferas no âmbito do patriarcado e como isso se atualizou no feminismo brasileiro por meio da noção de pessoal e político. Também compondo a fundamentação, para a exploração a respeito das vivências das mulheres militantes, fez-se necessário apresentar o debate sobre a ação política e sobre resistência e reprodução das normas sociais, do ponto de vista do debate feminista a partir da conceituação de teóricos da sociologia. Considera-se que a ação política, o discurso herético, entre outras noções do arcabouço teórico iniciado por Pierre Bourdieu e amplamente enriquecido pelo debate de diversas teóricas feministas auxilia no debate sobre o trânsito entre as esferas pública e privada, assim como sobre os desafios e restrições no exercício dos direitos das mulheres.

Os direitos abordados nessa tese são os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, com foco no âmbito da saúde, de maneira que se fez necessário também contextualizar a compreensão do que são esses direitos e a trajetória das principais mobilizações em torno deles desde a década de 1970 no país. O intento dessa seção da fundamentação é oferecer um panorama geral dessa trajetória com vistas à contextualização das reivindicações elencadas pelas mulheres da pesquisa. Sem procuraresgotar os marcos na trajetória de reivindicações, aborda-se o delineamento da sexualidade enquanto objeto de reivindicação do feminismo, o potente encontro entre reforma sanitária e movimento feminista para o direito à saúde das mulheres, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos, e a multiplicidade de pautas e de movimentos feministas em prol do exercício desses direitos na saúde.

A opção metodológica dessa pesquisa se deu pelas histórias de vida. A abordagem dessa opção e os detalhes do percurso metodológico estão no capítulo correspondente. Apresentam-se o objetivo geral e os objetivos específicos após a introdução.

Seguem-se à fundamentação teórico-metodológica e à descrição do percurso metodológico, os relatos das histórias de vida das mulheres que fizeram parte dessa pesquisa. Antecede cada história de vida uma apresentação do contexto em que foi realizado o encontro e no qual cada história foi colhida, com base em uma seleção de trechos do diário de campo. As histórias de vida enquanto parte do corpo desse texto, apesar de terem passado por pequenas edições, permitem a compreensão da dimensão, beleza e riqueza das trajetórias das mulheres. Elas foram transcritas pela pesquisadora, editadas e então submetidas à revisão de cada uma das mulheres participantes do estudo, conforme acordo realizado com as mesmas no dia do encontro para a entrevista.

Após as histórias de vida, a discussão dos resultados decorrente da análise está dividida em duas partes. Na primeira parte, são abordadas as vivências nas esferas privada, pública e a análise sobre a articulação entre elas, atendendo aos objetivos propostos na pesquisa.

Na segunda parte, o foco desloca-se para as reivindicações apresentadas pelas mulheres, complementadas pela análise das duas conferências de saúde das mulheres realizadas no país até o momento, em escolha que se deu a partir da importância das reivindicações registradas nas conferências, enquanto registros históricos de demandas apresentadas pelas mulheres no período em que se deu cada conferência. Teoria, histórias de vida e principais resultados encontrados são articulações feitas ao longo dos capítulos de discussão de resultados e então finalizadas e resumidas nas considerações finais.

Pretende-se dessa maneira apresentar o caminho do que foi possível abordar sobre as vivências das mulheres na esfera privada, suas experiências no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, a militância e atuação na esfera pública, as reivindicações construídas e o que se pode observar sobre suas resistências cotidianas e mais amplas e sobre os desafios de resistir, viver e reivindicar nos espaços públicos.

2 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo geral investigar a articulação entre as vivências na esfera pública e na esfera privada, de mulheres militantes que atuam na reivindicação de direitos no campo dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e saúde.

Constituem objetivos específicos:

1. Conhecer as principais vivências na esfera privada, as principais demandas enquanto militantes pelos direitos das mulheres, assim como os efeitos e rupturas da militância no âmbito das relações privadas;
2. Realizar resgate histórico do movimento pelos direitos sexuais das mulheres com foco no direito à saúde desde o início das reivindicações feministas referentes ao corpo e à sexualidade no país no período da ditadura civil-militar.

3FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

3.1 A esfera pública e a esfera privada

Para chegar aos objetivos da tese, foram escolhidas mulheres militantes enquanto interlocutoras para relatar suas histórias de vida. Por serem militantes, ocupam a esfera pública e assim o fazem a partir de vivências, percepções ou questionamentos que podem se dar na esfera privada. Ao atuarem politicamente, podem romper ou não com determinados papéis sociais a partir do gênero.

Entende-se que “militância” é um conceito amplo, difuso e objeto de problematização, mas não cabe aqui a discussão teórica do termo (Sales et al., 2018).¹

Foge à proposta da pesquisa o aprofundamento da discussão teórica sobre militância: para o escopo dessa tese, compreende-se a militância enquanto “toda forma de participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (Sawicki e Siméant, p. 201, 2011).

As seções a seguir abordam a esfera pública e a esfera privada a partir dos conceitos fundamentais de gênero e interseccionalidade; da compreensão das esferas sob a ótica da teoria política e do feminismo brasileiro, e diante da perspectiva de ação política e do discurso herético enquanto subversivos em uma ordem social desigual no trânsito e na vivência nasduas esferas.

3.1.1 Conceitos fundamentais: gênero e interseccionalidade

Gênero e interseccionalidade são conceitos fundamentais para a compreensão das vivências na esfera privada e na esfera pública por parte das mulheres que fazem parte da pesquisa. No Brasil, Saffioti (2005) é uma das autoras de referência para a discussão sobre gênero. Ela parte fundamentalmente das formulações de Joan Scott sobre o termo, que começam a circular aqui na década de 1980. Para a autora, gênero é categoria histórica e analítica e refere-se à construção social do masculino e do feminino. As relações sociais podem ser analisadas por meio da categoria de gênero. Diante da desigualdade entre homens e mulheres, ela discute o conceito de patriarcado e trabalha com as desigualdades entre homens e mulheres nas vivências privadas, no

¹ Para maior aprofundamento do termo e das problematizações referentes às definições, sugere-se a leitura de Sales et al. (2018) e de Sawicki e Simmeant (2011).

trabalho reprodutivo, na divisão sexual do trabalho, no poder sobre o patrimônio, entre outros aspectos. A compreensão da autora torna visível a cristalização dos papéis sociais esperados para homens e mulheres, embasadas em noções que igualam a biologia do ser mulher com o que se pode e deve pensar e realizar e como é esperado agir.

Noções essas que restringem as mulheres a ocupar lugares de cuidadoras do espaço doméstico e da família, a atuar no espectro da heteronormatividade - válido também para os homens, a se comportar na perspectiva da docilidade e até mesmo na insistência pela construção do desejo do casamento enquanto lócus de satisfação pessoal. Na perspectiva do patriarcado, cabe às mulheres exercício de poder limitado no âmbito das relações afetivas heterossexuais e na circulação do espaço público.

Butler(2012) desconstrói a noção de igualar sexo à biologia e gênero à cultura. Ela constrói sua teoria na noção de que o próprio sexo – ou seja, a maneira como se categorizam homens e mulheres – é por si efeito da construção social. Ela trabalha então com a noção de gênero como a repetição de práticas, comportamentos, gestos e feições que reforçam o que é ser mulher e ser homem socialmente. A autora reúne teorias construídas nas últimas décadas e dá visibilidade à noção de heteronormatividade². A teoria de Butler propõe-se a desestabilizar as relações diretas entre sexo, gênero e orientação sexual. No lugar da desigualdade de gênero, ela entende que o afastamento da matriz hegemônica de gênero gera desigualdades e violência: modelos, vivências, aparências, práticas e expressões que se afastam do que é considerado o modelo ideal de sexo, gênero e orientação sexual geram desigualdades na esfera da sexualidade e do gênero.³

Nesta pesquisa, compreende-se também a existência de uma matriz hegemônica de gênero e a construção cultural que também sustenta o que se considera como dado pela biologia. Entretanto, ainda que existam limitações no conceito (referentes inclusive à falta crítica da heteronormatividade), utiliza-se o enfoque teórico de Saffioti (2004), em relação a gênero, devido ao aprofundamento e detalhamento do arcabouço conceitual da autora na temática de gênero para as mulheres.

Entretanto, não apenas a questão de gênero perpassa os fundamentos dessa pesquisa. Se durante um período importante no Brasil, a centralidade do debate sobre a

² Heteronormatividade consiste em expectativas e valores resultantes da noção da heterossexualidade enquanto natural, ideal e obrigatória. (Warner, 1991).

³ O conceito de gênero e de relações sociais de gênero é objeto de amplo debate nos estudos feministas. As autoras Carla Rodrigues, Heloisa Buarque de Hollanda, Maria Luiza Heilborn, entre outras, têm contribuído amplamente para esse debate e podem auxiliar para o aprofundamento teórico da questão.

opressão e desigualdade de forças em relação às mulheres foi ditada pelas mulheres brancas, acadêmicas e de classe média (Rose, 2012), foi árduo o processo de conquista para que as mulheres negras se tornassem também centrais nas pesquisas feministas.

Por um longo período, o referencial hegemônico para a discussão do feminismo se pautou em produção que ignorou a percepção da raça e diferenças étnicas como influentes na forma como o gênero afeta a vida das mulheres e, trazendo a centralidade desse elemento para essa questão, considera-se também a noção da interseccionalidade como perspectiva para o estudo.

Anterior à noção de interseccionalidade, referência brasileira e mundial importante para a discussão de raça é Lélia González, que desde a década de 1970 elaborou como se dá a construção da noção da mulher negra. Teorizando na contramão das crenças de harmonia racial, de inexistência de racismo no país e da naturalização dos papéis aos quais a mulher negra foi submetida e resistiu no período da escravidão, González aponta para como esses mitos foram construídos e seus significados para a construção da noção de mulher negra. A carga variada de discriminação pela qual as mulheres negras passam no país, a responsabilidade pelos filhos, as vivências em condições precárias, baixos salários, acesso dificultado a direitos como assistência em saúde e educação para os filhos, além da ocupação de papéis de subserviência são historicamente a realidade das mulheres negras do país. Adiciona-se a exploração enquanto objeto sexual à carga experienciada, que é ainda mais humilhante que das mulheres brancas (González, 1982). Essa autora detalhou de que maneira o racismo e o sexismo no país são ainda até hoje responsáveis pelas vivências das mulheres negras, descrevendo a submissão delas aos senhores brancos no período da escravidão, o lugar de iniciação sexual dos jovens filhos dos senhores e o que disso permanece nas experiências dessas mulheres (González, 1984).

A autora, conjuntamente a outras, mostra as resistências do movimento feminista brasileiro em garantir a centralidade das mulheres negras enquanto pauta nas agendas feministas. No Brasil, Castro (1992) apontou para o que ela chamou de alquimia das relações de opressão, indicando gênero, raça e classe como indissociáveis para a compreensão das opressões sociais. Carneiro (2003) abordou também a mulher negra como central para o debate sobre gênero e raça no país⁴. Ainda assim, compreende-se

⁴Nos Estados Unidos e Europa, destacam-se Angela Davis e Bell Hooks como ícones para a discussão sobre gênero, raça e classe social.

que a construção de um movimento feminista que abarque a pluralidade das mulheres é processo recente, além de permanecer como arena de disputas variadas.

Pode-se afirmar que a noção de interseccionalidade propôs uma organização da compreensão das opressões cruzadas. Greenshaw (2004, p.9), desenvolve o conceito, com foco em “incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero”. Na definição de Moutinho, (2004, p.237):

Talvez seja necessário entender a lógica das sujeições combinadas reinante nas análises como um processo de construção e nomeação: a construção de sujeitos e a nomeação de formas de exclusão são parte desse cenário de fazer políticas e construir direitos.

Assim, a noção de interseccionalidade visibiliza a importância de compreender e nomear as exclusões combinadas e reforça a necessidade de olharmos especialmente para gênero e raça - mas também outros aspectos como a classe social e geração -na discussão sobre as mulheres nas esferas privada e pública no âmbito desta pesquisa. Permite analisar o quanto o conjunto de categorias compõe dinamicamente as organizações e desigualdades sociais.

3.1.2 A relação entre as esferas pública e privada na teoria política e no feminismo brasileiro

A importância da discussão sobre a distinção entre as esferas pública e privada para as mulheres se dá devido aos propósitos sobre os quais recaem a distinção e os efeitos que promove. De maneira geral, a diferenciação rígida considerou o masculino enquanto universal e, assim, o universo público como enfoque de debates; excluiu as mulheres enquanto possíveis protagonistas nessa esfera; abordou a esfera privada e a família como se não fossem passíveis do exercício desigual de relações de poder; manteve intacta por longo período a discussão sobre a divisão sexual do trabalho; reforçou o papel das mulheres enquanto responsáveis pelos cuidados afetivos e domésticos e acirrou a desigualdade de poder entre homens e mulheres. Dessa maneira não foi sem razão, que o slogan “o pessoal é político” se constituiu como uma das premissas mais importantes de diversos movimentos feministas.

Para além da definição do que seria cada esfera, o destaque desta pesquisa se dá em função do que a divisão entre as esferas se tornou em termos de restrição de direitos

para as mulheres. A título de organização da discussão, entende-se por esfera privada aquela referente aos eventos que se dão no âmbito doméstico e no âmbito das relações de intimidade. Por esfera pública, aqui se compreendem os espaços políticos, acadêmicos, escolares e todos os que se dão para além das relações de intimidade e do âmbito privado (Aboim, 2012). Reitera-se entretanto que a própria definição das esferas é fruto de problematização e amplo debate. Para esta pesquisa, importa a quais propósitos a distinção serve e o que isso gerou cotidiana e historicamente para as mulheres.

O delineamento da questão público-privado sem reflexão sobre a questão de gênero na teoria política aponta para a abordagem da família e do espaço doméstico de maneira acrítica e para a suposta universalidade do masculino, conforme apresentado no questionamento de Okin (2008). Ela resume o questionamento da seguinte maneira:

As falhas por parte do pensamento político recente no sentido de considerar a família, e o uso de linguagem neutra em relação ao gênero, resultam, em conjunto, em uma contínua negligência, por parte dos teóricos das correntes hegemônicas, em relação ao tema profundamente político do gênero. A linguagem que eles empregam faz literalmente pouquíssima diferença no que eles fazem, que é escrever sobre homens, e sobre aquelas mulheres que conseguem, a despeito da estrutura de gênero da sociedade em que vivem, adotar padrões de vida que se desenvolveram adaptados aos homens. O fato de que os seres humanos nascem como crianças dependentes, não como os supostos atores autônomos que povoam as teorias políticas, é obscurecido pela pressuposição implícita de famílias generificadas, operando fora do âmbito das teorias políticas. Em grande medida, a teoria contemporânea, como no passado (ainda que de maneira menos óbvia), é sobre homens que têm esposas em casa (Okin, 2008, p. 311 [grifo da autora]).

O acirramento da categoria público-privado então serviu a propósitos ideológicos, reafirmando lugares cristalizados para homens e mulheres e impedindo que noções de justiça e democracia, do âmbito eminentemente público, pudessem contar com a construção de mulheres, confinadas ao espaço privado. Inclusive quando as feministas começaram a atuar de maneira mais premente e organizada no espaço público, na Europa Ocidental, a crença era de que as mulheres poderiam atuar na esfera política, mas sem deixar de lado obrigações da esfera privada. Isso foi se transformando e por um longo período as feministas estiveram entre dois extremos: de um lado a reafirmação da importância das mulheres na esfera privada mesmo com a luta pela atuação na esfera política e, de outro lado, a crença de que a família enquanto raiz das opressões femininas deveria ser esmagada (Okin, 2008). A autora afirma:

Assim, não foram apenas as feministas radicais que passaram a prestar atenção à política do que tinha sido visto, previamente, como paradigmaticamente não-político (sic) – a esfera pessoal da sexualidade, do trabalho doméstico, da família. Ainda que nem sempre explicitado, “o pessoal é político” na verdade tornou-se a afirmação que sustentou o que a maioria das pensadoras feministas estava dizendo. Feministas de diferentes tendências políticas, e em uma variedade de disciplinas, revelaram e analisaram as conexões múltiplas entre os papéis domésticos das mulheres e a desigualdade e segregação a que estão submetidas nos ambientes de trabalho, e a conexão entre sua socialização em famílias generificadas e os aspectos psicológicos de sua subordinação. Desse modo, a família se tornou, e vem se mantendo desde então, central à política do feminismo e um foco prioritário da teoria feminista. O feminismo contemporâneo, portanto, coloca um desafio significativo à suposição que vem há muito tempo sustentando boa parte das teorias políticas de que a esfera da família e da vida pessoal é tão separada e distinta do resto da vida social que essas teorias poderiam legitimamente ignorá-la (Okin, 2008, p.313).

Apenas para não perder de vista, também essas noções são históricas e variam. Novos elementos se adicionaram à compreensão de cada esfera, a partir de mudanças no campo social, laboral, econômico e político. Sem desconsiderar a análise da questão de gênero em cada tempo histórico, reafirma-se que são esferas em transformação e construídas historicamente (Okin, 2008).

Sobre o quanto é possível igualar pessoal e político no lema “o pessoal é político”, a referida autora apresenta importantes tensões. Não necessariamente as esferas do pessoal e do político, assim como do público e do privado, devem estar totalmente igualadas. Direitos importantes das mulheres, tais como os reprodutivos e os sexuais – que serão objeto de discussão aprofundada no capítulo seguinte – estão baseados também no fato de que a privacidade das mulheres deve ser assim mantida e determinadas decisões pertencem às mulheres e devem estar protegidas da interferência pública – o direito ao aborto é um exemplo. Okin lembra que a tensão do quanto se igualam as esferas está presente até hoje entre as feministas. Nesse sentido, conforme sua posição:

[...] o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de *poder*, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. Nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, (sic) econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro [...] nem o domínio doméstico nem o público, em termos de suas estruturas e práticas,

suposições e expectativas, divisão do trabalho e distribuição de poder, podem ser discutidos de forma compreensível sem uma referência constante ao outro. (Okin, 2008, p.314 [grifo da autora]).

A distinção entre as esferas pública e a privada é considerada por Biroli (2013) um dos eixos essenciais para a discussão sobre política e feminismo e a autora fundamenta a distinção como central para o pensamento feminista:

Se há algo que identifica um pensamento como feminista, é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado, no pensamento e nas normas políticas, permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para homens e mulheres – contestando, assim, sua naturalidade e pretensa adequação para a construção das relações igualitárias (Biroli, 2013, p. 14).

Assim, o acirramento da distinção é responsável por reiterar a noção de que não existem relações de poder na esfera privada, dificultando que desta esfera advenham as contestações e se expressem as desigualdades. A distinção facilita então que não sejam realizadas intervenções em uma esfera supostamente íntima e privada, reiterando relações desiguais de poder no que se refere à vida doméstica, à sexualidade, reprodução, intimidade e outros aspectos da esfera privada.

A distinção entre as esferas serve também a propósitos de manutenção do sistema político econômico atual: o interesse na separação é interesse também na manutenção do capitalismo, já que o sistema só é possível mediante a existência de mulheres que trabalham em casa sem a contabilização do salário para esse trabalho.

Federici (1975; 2009) aponta que a luta por remuneração pelo trabalho reprodutivo realizada especialmente na Europa e nos Estados Unidos na década de 1980 foi necessária e se atualiza de diversas maneiras no sentido de visibilizar o trabalho doméstico realizado pelas mulheres e desafiar o sistema a remunerar esse trabalho. Assim, não só as mulheres podem optar por realizá-lo ou não, mas também se torna possível observar que o sistema econômico encontra-se falho ao desconsiderar o custo desse trabalho nos seus produtos e serviços finais. Aqui, o trabalho reprodutivo inclui o trabalho doméstico, os cuidados com filhos e familiares mais velhos e a oferta de afetos no âmbito privado.

A autora propõe nesse sentido uma crítica radical ao marxismo, que não equalizou o trabalho reprodutivo em sua teoria, e conclui:

[O] entendimento do trabalho reprodutivo tornou possível a compreensão de que a produção capitalista depende da produção de um tipo particular de trabalhador – e, portanto, de um tipo particular de família, sexualidade e procriação – o que levou a uma redefinição da esfera privada como uma esfera de relações de produção e como um terreno de luta anticapitalista. Nesse contexto é que as políticas que proíbem o aborto podem ser decodificadas como dispositivos para a regulação da oferta de mão de obra, e o colapso da taxa de natalidade e o aumento dos divórcios podem ser lidos como instâncias de resistência à disciplina capitalista do trabalho. O pessoal tornou-se político, e houve o reconhecimento de que o capital e o Estado haviam subordinado nossa vida e a reprodução ao quarto (Federici, 2009, p. 205).

Importa para esta pesquisa o quanto desafiar a distinção entre as esferas e apontar que o pessoal é político questiona o papel e as vivências das mulheres na esfera privada, as dificuldades de trânsito para a esfera pública e as bases do sistema econômico.

Como contraponto, há autoras feministas que defendem a preservação da distinção entre as esferas: “autoras feministas se preocupam com o direito à privacidade, necessário para o desenvolvimento de afetos e relações de intimidade, que estão na base de identidades autônomas e singulares” (Biroli, 2013; p.15). Assim, a existência de um espaço privado separado do público permite também que as pessoas, de maneira autônoma, diversifiquem ideias e opiniões e definam suas vidas sexuais, especialmente a orientação sexual, de forma distante da intervenção estatal e das normas sociais vigentes. A autora defende então a regulação da vida social, com o aparato necessário de garantia de direitos nas duas esferas, com os devidos cuidados referentes à necessidade de autonomia que a esfera privada pode garantir.

Para Okin (2008), se historicamente essa noção serviu para o patriarcado (compreendendo as esposas como propriedades dos maridos de maneira similar a propriedades como a casa), ela defende que atualmente essa noção pode servir para assegurar direitos das mulheres. Apesar de aparatos legais e teorias políticas liberais continuarem prejudicando os direitos das mulheres diante da negação da existência do patriarcado e da defesa de organizações sociais conservadoras, a autora defende que uma noção de privacidade com a crítica dos papéis sociais de gênero pode servir para proteger as mulheres na medida em que permite que elas não ocupem os papéis

esperados. Permitiria a existência de espaços de intimidade necessários para a construção das mulheres enquanto sujeitos que tenham algum afastamento das pressões sociais e possam, ainda de que maneira limitada frente à realidade social mais ampla, contar com espaços de autonomia.

Não apenas assegurar o direito à liberdade, mas é possível observar que a esfera privada pode promover também a construção de relações de afeto prazerosas, livres e de cuidados (Elshtein, 2013). A autora discorre sobre uma “redenção da vida cotidiana”, por meio da qual seria possível reconhecer também que, não obstante as distintas relações de poder e a necessidade de estar atenta a elas há também alegrias e prazer na vida privada, assim como relações economicamente desinteressadas.

A relação público-privado tem sido explorada pelas feministas no contexto ocidental em toda a trajetória do movimento. A expressão “o pessoal é político” apareceu nos debates do movimento feminista pela primeira vez com o texto de Hanisch (1970). Ali, apresentou-se a noção de que as vivências femininas de restrições ou sofrimento não eram individuais, mas sim fruto da hegemonia masculina. Contracepção, sexualidade, aborto, assim como a divisão sexual do trabalho eram temáticas a serem abordadas de maneira coletiva por meio da organização política.

No Brasil, o lema “o pessoal é político” foi também central para os movimentos feministas. De maneira breve, considerando que os movimentos feministas serão abordados mais detalhadamente em capítulo a seguir, apontam-se alguns aspectos referentes às questões público-privado para as feministas no Brasil.

Sarti (2001), ao apresentar o contexto brasileiro no qual questões feministas foram delineadas, mostra uma trajetória importante da noção “o pessoal é político” no país. Influência forte das ideias marxistas e atenção à subjetividade, pela via da psicanálise, foram marcantes nas concepções que se construía nos movimentos feministas aqui. No final da década de 1970,

Este processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso aos métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado (Sarti, 2001, p.36).

Ou seja, a movimentação cultural, a chegada da pílula anticoncepcional para as mulheres e o acesso à psicanálise configuraram-se como elementos importantes na provocação de transformações da esfera privada. Padrões patriarcais com forte regência

sobre as esferas públicas e privadas começaram a ser intensamente questionados apontando para a possibilidade de rupturas nessas esferas.

O apontamento de possibilidade de rupturas seguiu então dois caminhos importantes no Brasil. O primeiro se voltou para a atuação pública das mulheres, influenciando depois a formulação de políticas públicas e atuação em cargos públicos. O segundo se focou em aspectos da subjetividade e das relações interpessoais, manifestando-se pelos grupos de reflexão, com ênfase na esfera privada. Nessa segunda tendência, encontrava-se fortemente a noção de que o pessoal é político.

Essas duas tendências finalmente atuaram de maneira conjunta no país. A fórmula “o pessoal é político” traduziu as tendências da luta política e da subjetividade nessa noção essencial:

A objetivação de uma nova experiência subjetiva, que o feminismo possibilitou, um processo necessariamente coletivo, permitiu que esta experiência tivesse uma existência e um significado social e, assim, configurasse uma nova referência de ser mulher. Este é o sentido radical do movimento feminista como manifestação coletiva das mulheres, formulado como politização do mundo privado (Sarti, 2001, p.45).

Nesse período, Vicente (2018) também destaca a união dessas duas tendências nos movimentos feministas no país, envolvidos também com a resistência à ditadura. Nesse momento, de acordo com a autora, “para as mulheres, a democracia não só significa o pleno exercício da cidadania, mas a mudança das práticas na vida cotidiana” (p. 41).

Essa conjunção de tendências se observou de maneiras variadas no país. As mesmas mulheres que participaram dos grupos de reflexão também se tornaram acadêmicas debatendo sobre os canais institucionais para o acesso aos direitos das mulheres, ocuparam cargos municipais, estaduais e federais nas políticas públicas para mulheres e atuaram na elaboração do PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher). Inclusive, no campo da violência, as questões da subjetividade e relações interpessoais e as políticas públicas caminharam em conjunto: a noção de que o acontecido na esfera privada faz parte de uma expectativa social sobre as mulheres e que esta noção gera no limite, as variadas formas de violência no espaço doméstico, influenciou fortemente a construção das políticas na área, como se verá de maneira mais detalhada em capítulo subsequente.

Nessa seção, observou-se a centralidade da discussão sobre as esferas privada e pública para o feminismo ocidental e no Brasil, explicitando a que propósitos serve a manutenção da distinção e o quanto a distinção conforma as mulheres em papéis cristalizados e invisibilizados.

Para compreender a mobilização de mulheres militantes no Brasil a partir da possibilidade de rompimentos da ordem social, apresenta-se a seguir debate em torno dos conceitos de *habitus*, ação política e discurso herético.

3.1.3 Ação política, *habitus* e discurso herético no trânsito das esferas privada e pública: debate entre teóricas feministas e debates com a teoria de Bourdieu

A presença das mulheres na esfera pública por meio da militância pode ser subsidiada pelos conceitos de ação política e discurso herético cunhados por Pierre Bourdieu. Suas possibilidades de desafiar o acirramento das esferas pública e privada, assim como de subverter a ordem social desigual para as mulheres também podem ser observadas sob o ponto de vista da noção de *habitus*.

O trabalho de Pierre Bourdieu vem sendo analisado e avaliado pelas feministas, no campo de estudos de gênero, de maneira intensa e crítica. O ponto nodal que parece mobilizar as críticas refere-se às possibilidades de resistência em relação às normas sociais instituídas, especialmente para as mulheres. Algumas feministas argumentam, com Bourdieu, que a noção de *habitus* permite pensar as resistências e o protagonismo de mulheres enquanto agentes no campo social (Arango, 2002). Argumentam também a importância da elaboração de um arcabouço teórico que leve em consideração de maneira bastante intensa o fato de que as forças sociais de opressão passam pelo corpo, transformam esse corpo e, de fato, se corporificam (McLeod, 2005).

Por outro lado, há críticas acentuadas às defesas que Bourdieu faz, especialmente no campo de estudos de gênero, a uma suposta universalidade da dominação masculina (Corrêa, 1999). Por um lado, o próprio conceito de *habitus* serviria de explicação para isso (Lovell, 2000) e, por outro, conforme Corrêa é como se as impossibilidades de resistência do sistema de disposições do *habitus* fossem ainda mais relevantes quando se trata de homens e mulheres.

Apesar das colocações rígidas referentes às questões de gênero por parte do autor, presentes especialmente em “A Dominação Masculina”, acredita-se que a noção de *habitus* e de discurso herético podem oferecer instrumentos teóricos para a discussão

sobre a ação política no trânsito entre os espaços público e privado e a possibilidade de superação de desigualdades de poder.

De acordo com Bourdieu, o espaço social ou mundo social, consiste em um campo de forças. O espaço social seria:

[...] conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (Bourdieu, 1989, p. 134).

Os agentes se organizam nesse espaço com base nas propriedades atuantes naquele universo social. As propriedades atuantes podem ser compreendidas como as formas de poder ou de capital detidas ou exercidas pelos agentes. Trata-se do quanto é possível exercer desse poder que localiza um agente em determinadas posições do espaço social. Ainda que haja detenções variadas de poder no espaço social, todos os agentes atuam sobre esse espaço, mesmo que de maneira distinta. Apesar de o espaço social se constituir como espaço objetivo nele as posições sociais não são estáticas, são “localizações estratégicas, lugares a que defender e conquistar em um campo de lutas” (Bourdieu, 1979). Ou seja, a compreensão desse espaço como objetivo (em oposição a abstrato) não significa que essas posições estejam paralisadas ou fixas. Há relações de poder em jogo permanentemente. A afirmação da existência de relações de dominação e de posições sociais detentoras de mais ou menos poder não significa que essas posições não estejam em movimento.

No que se refere à percepção do mundo social, destaca-se que os agentes dispõem de uma representação do mundo social ao mesmo tempo em que contribuem para a construção da visão desse mundo por meio de um trabalho de representação. O conhecimento que cada agente constrói do mundo se dá a partir de estruturas mentais (ou sistemas classificatórios) desse mundo. Ou seja, o conhecimento é ele próprio produto das divisões objetivas em faixas etárias, classes sociais, distinções sexuais, por meio dos próprios esquemas de percepção. É dessa maneira que as classificações são reiteradas e se tornam naturalizadas.

As classificações dispostas no mundo social são internalizadas pelos agentes, que as incorporam e passam a estabelecer esquemas de pensamento também classificatórios. A eficácia ideológica das classificações está na reprodução das relações de dominação ancoradas nas oposições percebidas socialmente, que então são

reproduzidas objetivamente (Bourdieu, 1979). Portanto, os sistemas de classificação estão na origem das representações dos esquemas mentais e das próprias categorias de percepção do mundo.

Ou seja, determinadas práticas sociais, que são produzidas e reproduzidas por meio de estruturas objetivas (tais como as instituições, leis e normas), são interiorizadas e compõem nossas categorias simbólicas, internas. Essas categorias, por sua vez, reforçam as estruturas objetivas, também sendo responsáveis por produzi-las: “As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social” (Bourdieu, 1989). Compreende-se o mundo social como ele se apresenta, de maneira que as relações de força presentes nesse mundo não estão apenas nas estruturas objetivas, mas também nas categorias de percepção.

Aqui, a noção de *habitus* auxilia na elucidação desse processo. A noção permite compreender a incorporação e reprodução das leis sociais. As disposições contidas no *habitus* seriam as:

[...] matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (Bourdieu, 1998, p. 45).

Dessa maneira, as estruturas objetivas são tomadas como naturais, como se não fossem construções sociais, históricas e culturais e, assim, são reproduzidas tanto nas ações, posturas e atividades, como nas categorias de pensamento e de percepção. Isso se dá por meio do *habitus*, que se constitui como a matriz dessas percepções.

Habitus seriam então estruturas predispostas a funcionar como estruturantes, são princípios geradores de práticas e representações, são regulados mesmo que não sejam produto direto da obediência a regras. Constituem-se como a interiorização de estruturas sociais, que são percebidas e vividas de acordo com a posição ocupada pelo agente no espaço social (Arango, 2002).

Wacquant (2007) fazendo referência a obras variadas escritas em conjunto com Bourdieu traz mais elementos para essa noção, alguns deles importantes para a compreensão desse sistema como transformador de práticas, e não apenas reprodutor. Ele chama de “respostas criativas” àquelas dadas ao ambiente, apesar dos constrangimentos sociais. De acordo com ele, a noção de *habitus* “capta o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de *disposições* duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos

determinados, que então as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente” (p.66).

De acordo com Wacquant, o *habitus* resume aptidão social e, por isso, é variável em relação a tempo e lugar e, principalmente, às relações de poder; é transferível a vários domínios da prática, o que explica a coerência entre domínios variados de consumo em indivíduos da mesma classe, tais como música, alimentação, escolhas políticas, escolhas matrimoniais. Isso fundamenta os distintos estilos de vida; é durável mas, não é estático e nem eterno; ainda assim, é dotado de inércia incorporada porque produz práticas moldadas a partir das estruturas sociais anteriores que as geraram e então as reproduzem; introduz defasagem entre as determinações que o produziram (passadas) e as determinações que o interpelam (atuais). A defasagem gera a equivocada noção de natureza e de determinismo, no lugar da noção de construção histórica.

Nesse sentido, seguindo os elementos apresentados por esse autor o conceito serve para analisar coesão e perpetuação, e também seria útil para analisar crise e mudança, ou seja, transformação: “Tal acontece porque o *habitus* não está necessariamente de acordo com o mundo social em que evolui” (p.68). A “quase-reprodução” se dá em ambientes em que as condições de funcionamento do *habitus* e as suas condições de produção são idênticas. Quando as condições de produção se diferenciam, abre a possibilidade para a “falha” no *habitus*, para as discrepâncias. Essa falha - a incapacidade de continuar reproduzindo práticas que estejam conformes ao meio social - torna-se impulsionadora “de mudança econômica e inovação social”. Para o autor, ainda assim, o *habitus* não é suficiente para gerar a ação, ele precisa de um gatilho externo.

É possível destacar duas grandes críticas realizadas por feministas à obra de Bourdieu. A primeira se refere ao próprio conceito de *habitus* enquanto impeditivo de transformações sociais e a segunda se refere ao acirramento da ideia de reprodução das normas sociais quando se discute especificamente as questões de gênero. Aqui, posiciona-se a favor da noção de *habitus*, junto com a de discurso herético, enquanto útil para a discussão das transformações sociais e da interlocução entre público e privado entre as mulheres militantes, considerando especialmente os elementos já apontados acima por Wacquant. Considera-se, entretanto, que Bourdieu, quando se refere às questões de gênero, foi incoerentemente mais rígido com a questão da reprodução da dominação do que em relação a outros aspectos do mundo social. Isto se elucida a seguir.

Em relação à obra “A dominação masculina”, a questão da atemporalidade e universalidade da dominação masculina proposta por Bourdieu é o importante ponto levantado por Corrêa e ela faz a crítica chamando atenção para o lugar, que se pretende exterior e isento, de onde o autor conclui esses aspectos da dominação:

Ao empurrar adominação masculina para um ponto remoto de nossa história — e para um "estado arcaico" —, fazendo-a enraizar-se num difuso inconsciente cultural que é o *nosso*, ainda que não o seja *mais*, Bourdieu se coloca também numa perspectiva exterior a ela, isto é, na de um analista isento da lógica que analisa, não contaminado nem pela "visão masculina", que denuncia, nem pelo "inconsciente masculino" que é, não obstante, o *nosso* inconsciente cultural (Corrêa, 1999, p. 45 [grifos da autora]).

A própria analogia proposta entre o que seria a lógica ocidental e a lógica cabila, que é analogia essencial para a elaboração de suas ideias em relação à dominação masculina, é criticada por Corrêa:

[...] é difícil conciliar os fundamentos da "lógica ocidental" com os da lógica Cabila: ainda que se aceitasse sua pertinência ao mundo mediterrâneo e, por extensão, se aceitasse um substrato comum às diversas culturas que aí existem, é difícil aceitar a transposição daqueles pares de oposição, como traços isolados do contexto social, de uma sociedade para a outra e vice-versa (Corrêa, 1999, p. 45 [grifo da autora]).

A crítica sobre a qual Corrêa se debruça detalhadamente refere-se exatamente à cristalização da dominação social em torno do sexo, tanto porque isso não se sustentaria teoricamente como também porque já havia no momento de elaboração do texto de Bourdieu vasta produção sobre as questões de dominação e poder e nos estudos feministas:

Ignorando todos os trabalhos de pesquisa empírica ou de reflexão teórica feitos pelas feministas contra a hegemonia e a homogeneidade da dominação masculina [...], Bourdieu passa quase sem transição da análise de uma dominação que é *social* para uma dominação que é *masculina* e, dessa, para um modo de dominação no qual o *sexo* do dominante é determinante (Corrêa, 1999, p. 45 [grifos da autora]).

Depreende-se que Bourdieu defende que, quando se trata do sexo, a dominação masculina prevalece sobre outras variadas formas de dominação social e torna-se invariável ao longo dos tempos e independente das localidades e sociedades nas quais essa dominação se dá. A transição da dominação social para a dominação masculina

desconsidera o que teóricas feministas vinham discutindo a respeito das relações de poder sociais variadas, construídas historicamente e nas quais as mulheres podem atuar desestabilizando-as. Desconsidera também as outras formas de dominação social que, a depender do contexto, sobrepõem-se às formas de dominação baseadas no sexo. Em cada situação analisada, no que se refere às relações de poder e dominação, é imperativo que se tenha em conta quais são os princípios da dominação ali, sem concluir, de antemão, que a dominação se dá sempre de homens em relação às mulheres.

No mesmo artigo, Corrêa enfatiza a desqualificação do campo de estudos feministas pelo autor, o que certamente deve ser considerado nas leituras que são feitas de sua teoria da dominação masculina:

De fato, o campo de estudos feministas só merece esses dois tipos de menção de Bourdieu: ou as feministas não sabem o que fazem — e este livro foi escrito para mostrar-lhes o caminho da verdade —, ou estão tão contaminadas pela lógica da dominação masculina que suas análises são simples réplicas do mesmo esquema classificatório de sempre (Corrêa, 1999, p. 47).

Nessa obra e nas discussões sobre as relações de gênero, Bourdieu apresenta tímidas possibilidades para a transformação social e enrijece o próprio arcabouço teórico no que se refere à questão reprodução x transformação social.

Outras feministas posicionam-se de maneira mais ou menos contrária ao arcabouço teórico de Bourdieu. McLeod (2005) mesmo empreendendo a tarefa de analisar os conceitos de Bourdieu sob a luz do debate feminista, lembra da possibilidade de efeitos contraditórios no cruzamento de campos de conhecimento diversos. Ainda assim, aposta na possibilidade de uso dos conceitos de *habitus* e campo social para a teorização feminista:

This requires acknowledging the contradictory effects and dissonance of crossing different fields, and more sustained attention to questions of how gender identities and relations are changing or being re-articulated in new but familiar ways. In such a view, a more uneven and less seamless relation between *habitus* and field is possible, and this offers scope for feminist analysis of change and continuity (McLeod, 2005 p. 12).

Ela faz críticas ao conceito, referindo-se a colocações de Butler sobre o autor, segundo as quais o espaço social provoca modificações no *habitus*, mas o *habitus* não parece provocar modificações no espaço social; outra crítica diz respeito à possibilidade

de uso do conceito para a discussão sobre identidade de gênero e outros aspectos identitários, tais como raça e sexualidade.

Sem perder essas críticas de vista, para McLeod, as noções de *habitus* e de campo social dão suporte para compreender padrões de continuidade (reprodução dos padrões sociais), mas parecem menos apropriadas para explicar processos de transformação e o funcionamento de padrões de diferença e desigualdade através dos tempos históricos. A questão não é apenas se o *habitus* explica atos de resistência individuais, mas se o quadro teórico de Bourdieu é adequado na teorização de mudanças históricas e sociais de grande escala. A autora conclui que os conceitos, para a teorização feminista, devem ser úteis para a discussão tanto da reprodução de normas como para as mudanças: “The more pressing political and analytical challengeis attempting to theorize both change *and* continuity, invention *and* repetition, and understanding the forms they take today” (p. 24). Assim, ela parece não apostar no conceito de maneira completa, considerando-o apenas para a compreensão da reprodução.

Mc Nay (1999), por outro lado, faz uma defesa do uso do conceito de *habitus* para a discussão tanto da reprodução quanto da mudança, defendendo este conceito inclusive porque ele aborda a noção de incorporação. Discutindo a importância da noção de incorporação presente no conceito de *habitus*, a autora afirma, sobre o corpo:

It is neither pure object nor pure subject. It is neither pure object since it is the place of one's engagement with the world. Nor is it pure subject in that there is always a material residue that resists incorporation into dominant symbolic schema (McNay, 1999, p.98).

Pela leitura da autora, para Bourdieu, a dimensão temporal introduzida pelo conceito de *habitus* entende o conceito como incorporação das estruturas corporais, regularidades e tendências sociais no corpo. A prática incorporada é temporal expressa e antecipa as tendências e regularidades. Assim, o corpo é dinâmico e mutável.

A autora se situa teoricamente em uma posição que reafirma a possibilidade de liberdade e de provocação de transformações do mundo social, considerando o *habitus* como: “theoretical space [that] is opened for explaining the elements of variability and potential creativity immanent to even the most routine reproductions of gender identity” (p.101). Para ela, a oposição dominação-resistência não dá conta da complexidade de transformações das mulheres. Investimentos e negociações sobre as compreensões de

feminilidade, a ocupação e exercício de papéis compreendidos como femininos entre outros aspectos nessa esfera apontam para processos mais complexos de resistência às normas. Mas, de acordo com ela, esses processos complexos se explicariam por meio da noção de *habitus*. Além do conceito de *habitus*, a autora defende também o conceito de campo social e acredita que este permite a compreensão das formas de subordinação e autonomia das mulheres.

McNay também defende o uso do conceito de campo social para pensar as transformações. Para ela, o conceito relacional de campo social permite compreender a esfera privada de maneira complexificada e diferenciada, assim como a esfera pública. No que os campos vão se multiplicando, complexificam-se também questões relacionadas à identidade de gênero: "as a relational concept the field yields an understanding of society as differentiated and open structure and provides a framework in which to conceptualize the uneven and non-systematic ways in which subordination and autonomy are realized in women's lives" (1999, p.113).

Sobre *habitus*, Arango (2002) apresenta posicionamento semelhante. Para ela, no debate sobre as relações de poder e dominação na perspectiva de gênero, o conceito de *habitus* aporta para o debate importantes aspectos. São eles: a compreensão do processo de reprodução da dominação masculina, o desenvolvimento da noção de incorporação de disposições, a possibilidade de historicização da dominação masculina e de articulação de dimensões sociais e psíquicas da dominação.

Outra contribuição importante no debate feminista sobre as ideias de Bourdieu é de Lovell (2000). Ela defende que o pensamento de Bourdieu permanece importante para conhecer as formas de reprodução das normas sociais, entretanto afirma ser urgente avançar nessa concepção e identificar quais são as condições para a existência de relações menos opressivas tanto no campo social como no campo acadêmico. Ela considera que o *habitus* é conceito útil para explicação da historicização da realidade social e da percepção de que essa realidade social é natural no lugar de construída. Por outro lado, critica, alinhada à Corrêa (1999), no que se refere a sua teorização sobre a dominação masculina, a universalidade da dominação.

Assim, a noção de *habitus* pode servir para compreender processos mais relacionados à reprodução das normas sociais, ainda que traga elementos interessantes referentes à historicização das relações de dominação e à incorporação de percepções da dominação.

Em relação aos conceitos que podem auxiliar a refletir sobre o trânsito entre as esferas pública e privada na militância, a ação política e o discurso herético servem como instrumentos teóricos para a análise sobre ruptura da ordem dominante e para a análise das vivências das mulheres militantes na esfera pública. Sobre a ação política, Bourdieu aponta:

A ação propriamente política é possível porque os agentes, por fazerem parte do mundo social, têm um conhecimento (mais ou menos adequado) desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele. Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito (Bourdieu, 1996, p. 117).

A transformação do conjunto de forças, até então naturalizado e internalizado, depende, dessa maneira, da transformação das categorias de percepção e, aqui está a centralidade das categorias de percepção para a luta política:

O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência em jogo na política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo (Bourdieu, 1989, p. 142).

Assim, a luta política pela transformação de estruturas sociais é uma luta simbólica: luta pelo poder de nomeação, luta das classificações e luta da transformação das categorias de percepção. Essas lutas transformam as estruturas sociais fundantes e, portanto, transformam as relações de poder e dominação, por transformarem os limites estabelecidos: “É unicamente na e pela luta que os limites incorporados se tornam fronteiras com as quais esbarramos e que devem ser deslocadas” (Bourdieu, 1979).

A ruptura herética - da ordem estabelecida - se dá então pela conjunção entre o discurso crítico e uma crise objetiva: rompe a concordância imediata entre as estruturas incorporadas e as estruturas objetivas. É a suspensão da adesão originária à ordem estabelecida que, pouco descrita na noção de *habitus* aparece aqui como possibilidade de criação de novas ordens:

A ruptura herética da ordem estabelecida (e também das disposições e representações por ela engendradas nos agentes moldados conforme

suas estruturas) supõe a conjunção entre o discurso crítico e uma crise objetiva (Bourdieu, 1996, p. 118).

O discurso político pode ser o princípio de uma ação consciente, com potencial de mobilização coletiva. A capacidade de produção do discurso é também capacidade de ação consciente sobre o mundo. Essa capacidade consiste na competência política específica, definida por Bourdieu como “capacidade maior ou menor para reconhecer a questão política como política e tratá-la como tal, fornecendo-lhe uma resposta do ponto de vista político” (1979, p.422).

Quem atua subvertendo as ordens estabelecidas por meio da disputa simbólica mobilizaria o discurso herético. O discurso herético seria o “discurso político que cuestiona la visión dominante del mundo social y el contrato tácito de adhesión a ésta que impone la dominación” (Arango, 2002, p. 114). A subversão herética consiste na transformação do mundo social por meio da transformação da representação desse mundo.

Ao questionar a visão dominante, o discurso herético anuncia a possibilidade de criação de novas visões e vivências sociais: torna concebíveis outras organizações de força no espaço social. As novas representações nomeadas no discurso em conjunto com a vontade e mobilização coletivas podem então criar realidades alternativas à realidade da dominação, a utopia. Criam-se então as condições para a produção dessa realidade, pela representação e pela vontade coletiva:

O discurso herético deve contribuir não somente para romper com a adesão ao mundo do senso comum, professando publicamente a ruptura com a ordem ordinária, mas também produzir um novo senso comum e nele introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalcadas de todo um grupo, agora investidas da legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo (Bourdieu, 1996, p. 135).

É interessante observar que a utopia como possibilidade é contraditória em relação às explicações dadas por Bourdieu para a dominação masculina. A anunciação de uma sociedade igualitária entre homens e mulheres não é nem mesmo mencionada por ele. Pelo contrário, a insistência na universalidade da dominação, a despeito de seu historicismo, permanece em sua discussão. Entretanto, a importância da utopia é descrita em sua teoria, assim como aparece entre teóricas feministas. Como a própria Lovell (2000), que defende a importância do feminismo como pensamento utópico e

como projeto para se pensar as relações sociais que não esteja baseado nas ideias da hierarquia masculina e da dominação simbólica.

Atentando para a transformação da mulher em sujeito político, ou seja, em sujeito que tem agência sobre os desdobramentos macro, institucionais, de protagonismo em movimentos sociais e nos espaços decisórios, Pinto (1992) apresenta considerações importantes. A transformação da mulher em sujeito político se dá por um rito de passagem do mundo privado para o público, com rupturas inclusive no âmbito relacional, construção de novas relações e possibilidades de atuação junto às instâncias decisórias. Provoca novas relações no interior da família e vizinhança e o questionamento de seu próprio papel de mulher. Ou seja, tensiona as relações na esfera privada e no âmbito interpessoal: causa rupturas. Ação política e discurso herético, do ponto de vista da ação das mulheres militantes, podem contribuir, portanto para a ruptura de uma ordem social dominante e opressora, para rupturas do ponto de vista da não reprodução cotidiana das normas sociais, auxiliando na exploração de suas atuações na esfera pública e enquanto mobilizadoras de discursos e ações que subvertem os papéis de gênero. A análise de suas vivências na dimensão privada e pública pode lançar luz sobre o debate referente à reprodução das normas e transformação social, permitindo que se detenha também sobre a noção de *habitus* na discussão.

3.2 Movimentos feministas pelos direitos sexuais e direitos reprodutivos com interlocução com a saúde no Brasil

Para a contextualização dos movimentos feministas que atuam pelos direitos sexuais, reprodutivos e saúde no Brasil, serão apresentados os conceitos de direitos sexuais e reprodutivos e sua relação com o campo da saúde. A seguir, alguns marcos da trajetória desses movimentos no país, considerando a necessidade de um panorama onde se inscreva a atuação das mulheres que fizeram parte desta pesquisa, situando-as bem como suas atuações, enquanto militantes no contexto histórico de reivindicações pelos direitos sexuais e reprodutivos na saúde.

3.2.1 Direitos sexuais e reprodutivos no campo da saúde

Antes de apresentar o histórico de movimentos feministas que atuaram no escopo dos direitos sexuais, com foco na saúde, é necessário considerar que os conceitos de direitos sexuais e direitos reprodutivos foram construídos historicamente. Mobilizações coletivas, conferências e elaboração de documentos foram fundamentais para a formação desses conceitos, que aconteceu em um campo de disputas.

Corrêa, Petchesky e Parker (2008) defendem o paradigma dos direitos como o caminho para a discussão da sexualidade e da saúde, ainda que haja limitações também dentro desse paradigma. Para eles, a noção dos direitos sexuais foi construída historicamente e, depois de eventos variados, sexualidade e saúde se aproximaram. Segundo eles, deve haver sempre o cuidado de que esses temas sejam trabalhados dentro de uma compreensão de direitos humanos.

Estão definidos, no debate internacional, os marcos fundamentais na discussão que culminou com a conceituação dos direitos sexuais e reprodutivos. Eles são registrados enquanto conceitos dentro desses marcos internacionais: Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, que aconteceu em Cairo (ONU, 1994) e a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (ONU, 1995).

Nacionalmente, foi percorrido também um caminho de encontros até que se chegasse a essas conferências nas quais foram conceituados os direitos reprodutivos e mencionados os direitos sexuais. Houve importante trajetória, composta por momentos de debates prévios, como o “Encontro Nacional Mulher e População: nossos direitos para o Cairo 94”, em Brasília, em 1993, que contou com a participação de diversos setores da sociedade civil e resultou no documento prévio “Carta de Brasília” (ONU, 1994).

No Brasil, especificamente, além deste, se realizaram previamente outros importantes encontros: Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, organizado por Geledés – Instituto da Mulher Negra (SP), em Itapeverica, resultando no documento “Declaração de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras”; “Encontros Regionais sobre População e Direitos Reprodutivos/Encontro Inter-regional”, organizado pela Rede DAWN, no Rio de Janeiro, 1994; “Conferência sobre Saúde Reprodutiva e Justiça”, organizado pela “Aliança Vozes das Mulheres para 1994”, em 1994, no Rio de Janeiro, entre outros (Oliveira, 2004).

Outras mobilizações importantes no sentido da consolidação e das contribuições para as noções de direitos sexuais e reprodutivos na saúde, no Brasil, serão apresentadas na próxima seção deste capítulo.

A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, que aconteceu em Cairo, (ONU, 1994) apresentou grande avanço na discussão e estabelecimento de consensos internacionais em relação aos direitos das mulheres, quando, no escopo dos debates sobre população e desenvolvimento, incluiu de maneira específica o capítulo “Direitos de reprodução e saúde reprodutiva”. A discussão sobre população e natalidade permitiu que fosse possível delinear os direitos reprodutivos. Apesar das discordâncias apontadas por alguns países em relação aos direitos reprodutivos e à saúde reprodutiva - foi tema de debates e dissensos entre países - a declaração final incluiu aspectos importantes dos direitos reprodutivos das mulheres e da saúde reprodutiva. Apresentaram-se os direitos reprodutivos, porém houve inclusão tímida dos direitos sexuais. A questão da igualdade nas relações sexuais apareceu apenas nas relações entre homens e mulheres. A saúde sexual apareceu no documento também de maneira tímida, entretanto atrelada à saúde reprodutiva e ao planejamento familiar.

Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (ONU, 1995), houve menção aos direitos de livre escolha no campo sexual e reprodutivo, com a inclusão de discussões sobre saúde sexual. Nos temas do fortalecimento e acesso à saúde, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e direitos humanos das mulheres, a temática da saúde sexual e reprodutiva foi apontada diversas vezes. Há menção específica sobre as vivências nesse campo serem livres de coerção, com acesso à informação e livre escolha, com parágrafos dedicados ao tema. Tantos os direitos sexuais como a saúde sexual apareceram diretamente atrelados aos direitos reprodutivos e à saúde reprodutiva.

De maneira geral, destaca-se o papel que as conferências desempenharam na compreensão da noção de direitos sexuais e reprodutivos:

Nelas, o movimento de mulheres traz ao cenário a dimensão dos direitos sexuais e reprodutivos, do direito de homens e mulheres de desfrutarem uma vida sexual sadia, com acesso a serviços de saúde de qualidade, livres de riscos e violências (Boaretto, 2000, p. 216).

Se, historicamente, as decisões referentes às vivências sexuais femininas trataram efetivamente da contracepção e estiveram no escopo do controle de natalidade ou do planejamento familiar, conformando-se como normatização dos corpos

femininos, as noções de direitos sexuais e reprodutivos atuam desconstruindo essa noção. A elaboração dessas noções denuncia o que esteve fora do âmbito da autonomia feminina: a decisão sobre a gestação e/ou sobre a proteção e cuidados em saúde frente ao exercício de sua sexualidade dissociada do fim reprodutivo, assim como vivências variadas em sexualidade que ocorressem fora do escopo da autonomia e desejo da mulher.

Dessa maneira, o debate a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos foi responsável por transformar o paradigma do controle da natalidade no paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Ainda que em efervescência naquele momento, especificamente o debate a respeito dos direitos sexuais traz à tona a compreensão do livre exercício da sexualidade feminina, independente inclusive de seu fim reprodutivo (Mattar, 2008).

Como contraponto para reflexão, é importante pontuar que há críticas referentes à homogeneidade do discurso construído nas conferências citadas. Federici (2009) faz uma crítica às conferências realizadas pela ONU, apontando que o envolvimento dessa organização com os movimentos feministas resultou na institucionalização e contenção de um movimento feminista que até então era muito mais radical e subversivo em relação a novas propostas de organização social. Considerando a crítica, faz-se necessário trazer o *Manifesto por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos*, que reúne diversas organizações comprometidas com a garantia dos direitos das mulheres.

De acordo com o *Manifesto por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos*, elaborado por diversas organizações⁵ que atuam em prol dos direitos das mulheres, os direitos sexuais:

referem-se ao exercício da sexualidade de todas as pessoas. Esta vivência expressa a forma em que cada pessoa configura sua identidade sexual, identificando-se ou não com os padrões masculinos e femininos estabelecidos socialmente; a forma em que cada pessoa vive a sua sexualidade e quem é objeto de seu desejo sexual, podendo ser ele alguém do mesmo sexo ou do sexo oposto. (Manifesto, 2008, p.10).

⁵ A saber: CLADEM, Rede Latino-americana de Católicas pelo Direito de Decidir, CIDEM, Campanha 28 de Setembro, Comissão Internacional de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas - Programa para a América Latina, Cotidiano Mujer, Flora Tristán, Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe, Rede Feminista de Saúde, Rede Latino-americana e Caribenha de Jovens pelos Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos, REPEM-DAWN e S.O.S. Corpo.

Quanto aos direitos reprodutivos:

têm a ver com a autonomia necessária para o exercício da própria capacidade reprodutiva. Estão relacionados com a decisão de ter ou não ter filhos e em que número, com a eleição do momento para a reprodução e a forma em que ela se dará. São direitos que incidem principalmente na vida das mulheres, visto que os filhos e as filhas são criados e desenvolvidos no corpo das mulheres, inclusive nos casos de fertilização *in vitro*. (Manifesto, 2008, p.10)

Ao abordar a conceituação, o Manifesto também aponta a necessidade de que o Estado os reconheça enquanto direitos, coibindo discriminações e abandonando o lugar de controle de corpos femininos, que exerce em conjunto com a Igreja. Também se afirma no documento que a sexualidade e a reprodução são âmbitos separados que não podem estar obrigatoriamente vinculados.

No Manifesto, está presente a ideia de que sexualidade e democracia caminham de maneira conjunta: “Quando relacionamos a sexualidade e a democracia, não só estabelecemos um horizonte de relações equitativas e democráticas no âmbito público, mas também propomos relações interpessoais e sexuais democráticas” (p.12). No encarte do Manifesto, há o seguinte detalhamento para essa noção:

Nada mais pessoal que o corpo e tampouco nada mais político. O corpo político situa-se não só atado ao privado ou ao ser individual, mas também vinculado integralmente ao lugar, ao local, ao social, ao espaço público. Sobre o corpo atuam o Estado, a comunidade, a família, a religião, o mercado, as forças fundamentalistas (p. 8).

Ávila (2003) apresenta a seguinte abordagem a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos:

[...] os direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva. Os direitos sexuais dizem respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade. O que significa tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e conseqüentemente da vida democrática (Ávila, 2003, p. 466).

A autora destaca ainda, a importância de manter os dois campos separados, devido ao respeito à autonomia de cada um deles e à possibilidade de mantê-los em conexão. A separação entre os campos permite uma melhor compreensão do “reconhecimento histórico das razões históricas que levaram o feminismo a defender a liberdade sexual das mulheres como diretamente relacionada à sua autonomia de decisão na vida reprodutiva” (Ávila, 2003, p.466). Ou seja, a delimitação desses campos enquanto separados valoriza os dois e, conseqüentemente, valoriza a esfera da sexualidade e a esfera da reprodução para as mulheres. Pode se destacar também que a separação entre os campos legitima as relações entre pessoas do mesmo sexo, nas vivências da sexualidade e também na possibilidade de tomada de decisão quanto à vida reprodutiva.

No esteio da conceituação apresentada por Ávila, a concepção adotada neste estudo em relação aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos os considera enquanto dimensões separadas porém inter-relacionadas. Considera, ainda, a possibilidade de que os direitos reprodutivos sejam parte integrante dos direitos sexuais, e não o contrário, conforme proposto como reflexão por Petchesky (2006), na abordagem de quais seriam as inter-relações entre esses direitos.

Sobre o reconhecimento dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, Barsted (1999, p.44 [grifo da autora]) aponta:

Assim como o discurso sobre sexualidade e reprodução está inserido no discurso sobre a família, o discurso sobre o exercício da sexualidade tem estado sempre atrelado ao discurso sobre o exercício da reprodução. Essa conjugação impede que possamos facilmente identificar em nossa legislação onde estão as normas que asseguram o direito ao exercício da sexualidade *latu sensu*.

Ávila (2003) também apresenta a argumentação de que a sexualidade e a reprodução são campos éticos e não campos de imposição de normatividade. No exercício da reprodução e das relações amorosas e sexuais, é necessário deslocar da lógica da prescrição e do controle para o princípio da ética e da liberdade. Essa noção encontra a perspectiva dos direitos e da não imposição de práticas ou normativas.

Observa-se, pelas conceituações construídas ao longo das conferências e documentos internacionais, que o reconhecimento dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos enquanto esferas separadas aponta para as dificuldades vividas até então, para separar reprodução e sexualidade.

A discussão sobre sexualidade, que se intensificou na década de 1990, também permitiu o delineamento dos direitos sexuais e, a seguir, sobre a saúde sexual:

No campo das reivindicações políticas em âmbito internacional, encontramos o processo de construção das noções de ‘saúde sexual’ e ‘direitos sexuais’ como ideias relacionadas mas distintas às de ‘saúde reprodutiva’ e ‘direitos reprodutivos’. Nesse sentido, é consenso a importância da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, e da IV Conferência Mundial da Mulher em Pequim, em 1995, como marcos centrais para a consolidação de uma terminologia relacionada aos ‘direitos sexuais’ (Fachini, 2008, p. 26 [grifos da autora]).

Parker (1997) apresenta o contexto e os sentidos do início da noção de saúde sexual. A primeira vez que a palavra é utilizada em um documento oficial dentro da abordagem dos direitos humanos, é também na Conferência de Cairo, em 1994. Até então, tanto a expressão “saúde sexual” não era utilizada como o debate sobre a sexualidade permanecia marginalizado:

Indeed, it is really only [...] during the closing decades of the twentieth century, that this marginalization of sexuality, its submission to the biomedical gaze, has begun to give way to a more far-reaching social and political analysis. And it is perhaps only over the course of the past decade, from the mid-1980s to the mid-1990s, that a veritable boom in social research on sexuality seems to have taken place (Parker, 1997, p.23).

De acordo com o autor, o que possibilitou que o debate surgisse foram as diversas transformações sociais, o aumento dos movimentos feministas, de gays e lésbicas, o aumento da preocupação com natalidade e população e o início da epidemia de Aids - Síndrome da Imunodeficiência adquirida - no mundo. Esses debates passaram a ganhar lugar na saúde pública, especialmente preocupada com a contenção da epidemia da Aids, com a necessidade de diminuição da gravidez não planejada e com a violência sexual. As relações entre sexualidade e saúde se complexificaram e foram abordadas de maneira cada vez mais direta.

Entende-se que, como oposição ao histórico controle social sobre os corpos e sobre a sexualidade, a perspectiva dos direitos para tratar da sexualidade e da saúde pode apontar para a possibilidade de vivências mais livres nesse campo. Essa noção é corroborada por Parker (1997) e por Petchesky, Corrêa e Parker (2008).

Essa seção foi dedicada a apresentar um breve panorama da construção das noções de direitos sexuais e direitos reprodutivos, sublinhando a contraposição que essas noções trazem para o paradigma do controle dos corpos femininos. A seguir será apresentado um panorama com o contexto, os principais movimentos e demandas na área da saúde de expressivos movimentos feministas que atuaram e atuam pela efetivação dos direitos sexuais no campo da saúde.

3.2.2Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde e os Movimentos Feministas no Brasil

No que se refere à efetivação dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos no campo da saúde, o Brasil apresenta uma história de estabelecimento de condições para efetivação desses direitos de acordo com o contexto social e político, com as demandas advindas desse contexto e das compreensões referentes à sexualidade e à saúde. As particularidades dessa trajetória vão desde a enunciação da importância de se reivindicar na esfera da sexualidade, passam pelo importante encontro entre movimentos de mulheres e a reforma sanitária e chegam até a multiplicidade de movimentos e de protagonistas que conquistam esse espaço na esfera pública. Esses aspectos serão apresentados nessa seção.

Feminismo e a sexualidade enquanto objeto de reivindicação

É possível identificar que, no Brasil, há elementos importantes no movimento feminista que esteve em curso no período da ditadura civil-militar, na década de 1970. Antes desse momento, já desde a década de 1910, havia reivindicações de mulheres referentes ao voto feminino, campanhas sufragistas importantes e mobilizações na pauta do trabalho de mulheres. A luta e a conquista de direitos políticos naquele momento, apesar de importante e de transgredir uma série de normas, ainda não representava um questionamento dos papéis sociais das mulheres de maneira bem delineada. Não houve, naquele momento, menção a qualquer questão envolvendo a sexualidade feminina. Segundo Soihet (2013), a opção por manter a opinião pública favorável aos direitos políticos das mulheres impediu que temáticas que não combinavam com o ideal da burguesia não fossem tratadas. Ainda, o encontro entre as demandas das mulheres e os ideais progressistas, com uma tendência de união aos movimentos de esquerda e de supressão de pautas levadas pelas mulheres, priorizou que se compreendesse a justiça

social por meio do questionamento restrito da desigualdade entre classes, sem incorporação das questões de gênero.

A partir da década de 1960, a visibilidade dos movimentos de mulheres foi crescente no país. As mulheres atuaram em marchas nas ruas, clubes de mães, reivindicaram o direito à creche e à anistia política, atuaram em associações e sindicatos. O movimento feminista, que é um tipo de movimento de mulheres, caracteriza-se nesse período por desenvolver “lutas contra a opressão específica das mulheres e reivindica direitos para elas” (Pedro, 2013, p. 241).

Para Sarti (2004), o movimento se consolida na década de 1970, com a ocupação dos espaços de luta pelas mulheres enquanto resistência à ditadura. No entanto, as questões propriamente feministas – relacionadas à identidade de gênero – surgiram de fato no processo de abertura política brasileira: reivindicações no plano das políticas públicas, reflexão sobre o lugar social da mulher e a noção de gênero.

A autora destaca também que o movimento feminista que se delineava no Brasil naquele momento apresentou algumas especificidades: iniciou nas camadas médias da sociedade, de mulheres brancas e escolarizadas. Mais tarde, articulou-se tornando-se um movimento interclasses. Caracterizou-se pela política de alianças, no momento da ditadura, em aliança com a igreja católica, que atuava contra a ditadura na perspectiva da teologia da libertação. Temas como aborto, a sexualidade, o planejamento familiar foram temáticas de debate apenas em discussões privadas, sem ressonância pública (Sarti, 2004). Destaca-se que as alianças com a Igreja Católica, e também com partidos de esquerda, significaram muitas vezes recuar em algumas dessas temáticas, tais como sexualidade e aborto (Scavone, 2008).

De acordo com Pimentel e Villela (2012), foi ao final da década de 1970 que a premissa “o nosso corpo nos pertence” passou a ser utilizada pelas feministas e isso as diferenciou dos demais movimentos de mulheres, que estavam mais voltados para a garantia dos direitos sociais. Também na década de 1970 surgiram os grupos de reflexão, estratégia essencial no que tange à discussão das mulheres sobre a sexualidade. Os grupos de reflexão consistiam em reuniões apenas de mulheres, que aconteciam nas casas das participantes ou em lugares públicos, para discutir o que era denominado problemas de mulheres. Em São Paulo, ficou famoso o Grupo de Conscientização Feminista e no Rio de Janeiro houve iniciativa similar, o Grupo de Reflexão (Pedro, 2013).

As participantes desses grupos eram mulheres que militavam nos partidos ou eram parentes de pessoas com atuação política no período da ditadura. Muitas estiveram nos Estados Unidos ou Europa e souberam lá da existência de grupos similares. Assuntos como prazer sexual e orgasmo eram temas dos grupos de reflexão, conforme se observa nos dois trechos abaixo:

O grupo das mais velhas se dedicava a ler e discutir literatura feminista. O das mais jovens – que funcionou por mais tempo – preocupava-se também com questões da sexualidade, dando espaço para depoimentos intimistas (Pedro, 2013; p. 242).

Foi para enfrentar a ignorância e o preconceito sexual que mulheres norte-americanas (brancas e de camadas médias urbanas) inventaram de se reunir formando grupos de reflexão em que discutiam sobre corpo e sexualidade (Pedro, 2013, p.243 [grifo da autora]).

Ainda, uma metodologia utilizada nos grupos eram as “linhas de vida”:

Conversavam sobre como viam o próprio corpo e o dos homens, contavam sobre a experiência da menstruação ou do aborto, narravam situações em que percebiam terem sido discriminadas por ser mulher na família ou no trabalho, comentavam a relação com o pai, com o marido, com outros homens, diziam o que pensavam a respeito do desejo sexual e do prazer. Essas mulheres consideravam que a vida privada era fruto da sociedade. Abraçaram, então, o slogan feminista difundido socialmente: o pessoal é político (Pedro: 2013, p. 244).

Algumas características dos grupos referem-se a não haver líderes ou porta-vozes, mas uma forma coletiva de se trabalhar. Os grupos se multiplicaram em diversas cidades do país. Muitos passaram a produzir periódicos para divulgar os debates sobre o tema e atividades de discussão. A autora destaca também que as leituras e ideias dos grupos no Brasil estiveram sempre conectadas aos debates e literatura que vinham de fora do país. As experiências das mulheres exiladas com os textos e com as ideias feministas em países europeus e latinoamericanos contribuíram muito para essa conexão.

Em termos do contexto social amplo e do que se vivia na relação com a sexualidade nessas décadas, houve expansão das cidades, forte migração do norte e nordeste para o sul e sudeste, formação de áreas de pobreza e miséria nas periferias das grandes cidades, assim como aumento da aquisição de bens de consumo. Multiplicação de motéis, aluguel de fitas pornô com a chegada do videocassete, introdução sutil e

suave de temas do erotismo na música popular, expansão das televisões nas casas dos brasileiros. Programas de televisão, filmes para alugar e nos cinemas, música e literatura difundiam também modelos e representações sexuais em proporções bem maiores do que era possível anteriormente (Del Priore, 2014). A revista *Ele e Ela*, por exemplo, criada em 1969, apresentava a discussão de temas como divórcio, revolução sexual, uso de drogas e liberação feminina. Apesar do debate direto desses temas, a revista trazia as incoerências daquele momento, reforçando crenças conservadoras sobre o papel das mulheres no casamento e abordando a homossexualidade como desvio. Também na década de 1970, as pornochanchadas explodiram nos cinemas, ainda que sob censura crescentes mobilizadas pela própria sociedade conservadora e, posteriormente, estabelecidas pelo governo ditatorial (Del Priore, 2014).

Essa breve descrição auxilia a compreender também como era possível que aqueles temas emergissem nos grupos naquele momento.

Pedro (2013) indica algumas críticas realizadas internamente aos grupos de reflexão. Para muitas das participantes, os grupos não surtiram efeito; deveriam ser transformados em manifestações de rua ou em centros de suporte às mulheres vítimas de violência; o foco deveria ser na mudança de legislação, a sexualidade não era o tema mais importante a ser discutido. Além disso, as participantes enfrentaram preconceitos por serem feministas ou por discutirem temas íntimos. Havia também no interior dos grupos preconceito em relação à diversidade de orientação sexual e divergências internas.

Costa (1988) também apresenta alguns limites dos grupos de reflexão, com as dificuldades que se impunham para se fazer política no âmbito público:

O terror impede de pôr a cabeça para fora, caracterizando essa atividade, embora coletiva, como caseira, doméstica, privada, voltada para dentro, com todos os atributos do feminino, por mais que as pessoas tendam a pensar sua atividade como hibernal, hiato, preparação para a futura participação política com p maiúsculo. No entanto, esse fechamento, essa privacidade, que protegem da polícia, ao mesmo tempo protegem dos amigos e aliados: as críticas não chegam ou chegam menos contundentes, não há debate, argumentação, discórdia, não se é obrigado a ser político e fazer política, não se é obrigado a fazer rupturas, não se é obrigado a imaginar novas formas do agir político e fazer política; quando muito, esse enfrentamento é postergado (Costa, 1988, p. 64).

Naquele momento, havia mulheres atuando politicamente em espaços públicos como sindicatos e partidos políticos, o que contribuiu para que as noções da esquerda e as noções feministas circulassem entre os espaços reflexivos e os espaços de organização política. Ainda assim, os debates que surgiam nos grupos de reflexão demoraram a se constituir, eles mesmos, como reivindicação no campo político.

Assim, naquele momento o debate sobre os questionamentos dos papéis de homens e mulheres, o reconhecimento das desigualdades nesse campo e a intensificação das discussões sobre corpo, prazer, autonomia e violência se iniciaram no âmbito dos grupos, mas não se constituíram enquanto reivindicações para o Estado, como começa a suceder a partir da década de 1980. Existiu o reconhecimento das desigualdades, no que se refere à vivência da sexualidade feminina, por meio das experiências nos grupos de reflexão e se identificava atuação feminina em partidos e sindicatos, mas sem endereçamento no campo político ainda.

Ainda que existam críticas aos grupos de reflexão e que se reconheça a atuação limitada dos grupos referente à atuação política, defende-se que nesse momento se deu o início da explicitação dos direitos sexuais femininos no Brasil - no contexto da experimentação sexual e com particularidades históricas da ditadura civil-militar. É nesse período que há reconhecimento delineado e público da questão de gênero, com o surgimento dos questionamentos sobre autonomia do corpo feminino e prazer sexual e trocas entre mulheres no âmbito dos grupos de reflexão, sobre questões reconhecidas como questões femininas. É também nesse período que o contexto antidemocrático e as alianças feitas com a igreja católica podem ter impedido a ida da temática da sexualidade feminina para o espaço público de maneira intensa.

Na década de 1980, pode-se afirmar que houve a consolidação do movimento feminista no país, com o retorno do exílio de mulheres que estiveram em contato com o movimento feminista europeu e o encontro com as que ficaram aqui (Sarti, 2004). Também ao final dessa década o movimento feminista e o movimento sanitário se encontraram e se fortaleceram mutuamente (Costa, 2009), encontro importante para a discussão sobre direitos sexuais e saúde que se propõe nesta pesquisa.

Movimento feminista, Reforma Sanitária e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

Na consolidação do movimento, o ideário feminista adentrou de fato em organizações variadas (associações profissionais, partidos, sindicatos), além de ter se articulado e se conformado em ONGs. Nesse momento, muitos desses grupos buscaram influenciar as políticas públicas, por meio de canais institucionalizados:

A institucionalização do movimento implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras. Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher, que causaram impacto na área médica, entre as quais emergiu o campo dos “direitos reprodutivos”, que questionou, de um ponto de vista feminista, a concepção e os usos sociais do corpo feminino, particularmente pela medicina dirigida à mulher (ginecologia e obstetrícia), em torno das tecnologias reprodutivas (Sarti, 2004, p. 42 [grifo da autora]).

Esse foi também um momento de mudanças legislativas importantes, tais como as da Constituição Federal de 1988, a igualdade entre os cônjuges e novas modalidades de instituição familiar, mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares, reconhecimento de direitos de filhos fora do casamento e do planejamento reprodutivo livre e sem coerção do casal.

Essas mudanças, influenciadas pelas pressões do movimento feminista e pelas conferências internacionais, delineiam o reconhecimento dos direitos reprodutivos das mulheres (Barsted, 1999). A Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar, merece destaque na compreensão referente à decisão sobre a própria reprodução e o direito ao acesso a métodos contraceptivos, ainda que atualmente seja alvo de críticas por ter submetido a decisão da contracepção cirúrgica ao consentimento do cônjuge.

Merece destaque aqui o encontro entre o movimento feminista e a reforma sanitária brasileira no processo de formulação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Durante a organização da reforma sanitária que estava em curso no país, formada por intelectuais, profissionais de saúde e movimentos sociais variados, as críticas contra um sistema fragmentado na organização e na oferta dos serviços, privatista, hierárquico na relação médico-paciente, desregulamentado e propositivo de práticas graves de controle da reprodução das mulheres configurou aliança entre reforma sanitária e movimentos feministas

brasileiros, colocando as mulheres como personagens centrais no processo de luta pelo SUS e abrindo o caminho para a formulação de um programa de saúde da mulher que fosse também integral e respeitoso das diversidades:

Com esse conjunto de contribuições, que trouxe consistência e consequência ao tema da integralidade em Saúde, ficou marcada a participação das feministas na construção do projeto de reforma sanitária brasileira (Costa, Bahia e Conte, 2007, p. 16).

Ou seja, diante das denúncias à organização dos serviços de saúde no momento em que se cunhou a reforma sanitária, em um processo lento, porém em curso de redemocratização do país, a reforma sanitária tornou-se oportunidade para a reformulação do conceito de saúde vigente (Costa e Aquino, 2000).

Teve início então a reformulação de um conceito de saúde e também a reformulação de um conceito de saúde da mulher. Os dois conceitos passam a abordar a cara noção de integralidade, a construção de relações menos hierárquicas se inserindo no paradigma dos direitos em contraposição ao paradigma da compra e oferta de serviços e insumos fragmentados.

O PAISM teve formulação concomitante a esse debate e publicação prévia ao próprio SUS, em 1984. O debate do movimento feminista naquele momento fundamentou a redação do programa (Abers e Tatagiba, 2015): a autonomia para decidir se e quantos filhos ter, a compreensão da mulher para além da dimensão reprodutiva, de forma integrada. De maneira geral, o PAISM apresentou ações voltadas prioritariamente às mulheres (e não apenas aos filhos); protagonismo das mulheres no planejamento, desenho da implantação e acompanhamento dessa política; direito à regulação de fertilidade; noção de integralidade da mulher; ênfase na dimensão educativa como estratégia para enfrentar valores e práticas de saúde sexistas; propostas de caráter horizontal e descentralizado (Costa e Aquino, 2000).

O PAISM quebrou paradigmas referentes à mulher na saúde, que até então estava baseada na mulher enquanto mãe. Trouxe como novidades a visão da integralidade da mulher para além da esfera reprodutiva e o direito à regulação da própria fertilidade por parte da mulher. O desenho da política incorporou a perspectiva da escolha livre de filhos (o que é contraponto à noção de controle de natalidade vigente até então) e separou a reprodução da esfera da sexualidade. Apesar das críticas em relação à efetivação da política após sua formulação, sua elaboração e acompanhamento

foram realizados também por mulheres ligadas aos movimentos feministas (Abers e Tatagiba, 2015).

A incorporação da perspectiva da escolha autônoma do número de filhos em contraponto àquela de controle da natalidade, a delimitação da separação entre sexualidade e reprodução, entre outros aspectos, demarcam novas abordagens à saúde da mulher. Ainda, o PAISM representa quebra de paradigmas ao abordar as diversidades, ao considerar a integralidade em saúde e ao inserir o direito à saúde dentro de um conjunto mais amplo de direitos, tal como o direito à moradia, cidadania, emprego, educação. É nesse sentido que, no processo de luta pela democratização e no contexto da reforma sanitária, o PAISM pode ser visto como um dos mais importantes projetos contra-hegemônicos em saúde e cidadania (Costa, Bahia e Conte, 2007).

Dessa maneira o programa rompe também com a compreensão da sexualidade sob o ponto de vista biomédico, do adoecimento e das disfunções sexuais, assim como do atrelamento à reprodução (Mandú, 2002).

Percebe-se aqui o quanto a saúde se consolidava como tema central de atenção dos movimentos feministas. As noções cunhadas por esse programa precederam a própria criação do SUS, ficando claro o quanto as mulheres foram protagonistas no que se refere às noções de saúde construídas por meio da criação desse Sistema.

Observou-se, desde o período da reforma sanitária até a formulação e implementação do SUS, a crescente presença das mulheres feministas nos espaços de formulação, controle social, gestão e atuação nos serviços de saúde.

Após o lançamento do PAISM, o movimento feminista crescia e se profissionalizava no país, ainda que atuando de maneira fragmentada. Alguns movimentos e organizações se destacam nesse período: a Rede Feminista pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos, que atuou nas questões tradicionalmente feministas, tais como aborto, violência, sexualidade e direitos reprodutivos e participou em consultorias e arenas variadas de discussão governamental; a Rehuna, que reuniu profissionais de saúde feministas e não feministas pela não medicalização do parto no país. A Articulação de Mulheres Brasileiras e a Marcha Mundial das Mulheres também reivindicaram em assuntos concernentes à saúde, com foco nas mulheres pobres e proximidade com os movimentos sociais de base.

These networks express the diversity of women's movement in Brazil, in terms of agendas, organizational structures, party ties and political

influence. The networks are internally dense, but also interconnected, with many activists belonging to more than one of them (Abers e Tatagiba, 2015, p. 83).

Assim, pessoas pertencentes a esses movimentos trabalharam de forma próxima ou até mesmo dentro da área técnica responsável pelo PAISM, o que se seguiu ao longo dos anos seguintes.

O protagonismo do movimento feminista nas políticas de saúde é reconhecido em diversos países. A inclusão de questões de gênero na saúde contou com diversos autores, mas de acordo com Tajer (2000, p. 146) destaca-se:

[...] combinación entre la exigencia de los organismos internacionales y los bancos, pero fundamentalmente y cabe destacarlo, por la capacidad de los movimientos de mujeres de colocarlos en la agenda política (Tajer, 2000, p. 146).

A autora reconhece então a importância da atuação dos movimentos feministas nas reformas sanitárias que se deram em alguns países latinos, especialmente no Brasil e na Argentina.

Dessa maneira, o panorama que antecedeu o encontro do movimento sanitário com os movimentos feministas foi permeado pela questão do controle de natalidade, pela falta de normatização por parte do Estado na contracepção e pela realização criminosa de laqueaduras em mulheres pobres (Boaretto, 2000). Até que o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos começasse a se delinear por meio das conferências internacionais e até que o movimento sanitário tomasse corpo com a noção fundamental do direito à saúde e cidadania, reprodução e autonomia feminina caminhavam na direção oposta ao que se tinha em termos de ofertas em saúde para as mulheres. A noção de autonomia sobre o próprio corpo, tão cara para a noção de autocuidado e para a possibilidade de proteção contra violações e adoecimentos, passava longe do que se oferecia desordenadamente para as mulheres em termos de contracepção. O movimento feminista foi essencial para a reforma sanitária que então se delineava e houve encontro na formulação de novos conceitos de saúde, de maneira que esse encontro foi essencial para a discussão da sexualidade na saúde e também para a inserção da temática da sexualidade e da reprodução no paradigma dos direitos.

Feminismo e multiplicidade nas pautas dos direitos sexuais, reprodutivos e saúde

No escopo das mobilizações feministas em torno da saúde, a discussão na temática do aborto - cara à discussão sobre os direitos sexuais, direitos reprodutivos e a saúde, especialmente desde o final da década de 1980 - aconteceu com importante participação dos movimentos sociais. Apesar das disputas com a Igreja Católica, foi também dentro da discussão religiosa que importantes grupos de apoio à descriminalização nasceram (Pimentel e Villela, 2012). Como parte da pauta do feminismo no país, desde a consolidação do movimento, a descriminalização do aborto se situou na esfera dos direitos das mulheres e também seguiu para a esfera da saúde conforme Scavone (2008), acompanhando o movimento descrito acima de encontro entre movimento sanitário e movimento feminista no Brasil, especialmente com a noção de “aborto inseguro”.

O momento no qual se identificam maiores avanços no sentido da descriminalização foi o ano de 2005, quando aconteceu importante mobilização coletiva com esse fim, após a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004). O movimento teve como base a conferência nacional e os direitos sexuais e direitos reprodutivos apontados nas conferências internacionais. Por outro lado, houve forte pressão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o governo não apoiou a legalização (Viana e Carrara, 2008).

Desde o código penal de 1940, há duas situações previstas em lei para o aborto: risco de vida para a mãe e gravidez decorrente de violência sexual e, no final da década de 2000, anencefalia também foi considerada situação passível de realização do aborto. Sabe-se, entretanto, que o acesso ao procedimento nessas situações é restrito a poucos serviços de saúde no país. Hoje existem em torno de setenta serviços de saúde cadastrados para a realização desse procedimento de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Brasil, 2017, dados do CNES). Não apenas o número de serviços é muito baixo em relação às necessidades das mulheres como, efetivamente, poucos realizam de fato a intervenção, tornando o acesso ainda mais difícil para as mulheres (Bedone e Faundes, 2007). O contexto político também dificulta as ações voltadas para o acesso ao aborto legal, considerando a tramitação recente de projetos de lei que têm como objetivo criminalizar a realização do aborto inclusive para as gestações decorrentes de violência sexual.

A primeira versão da norma *Atenção Humanizada ao Abortamento*, do Ministério da Saúde, data de 2005 e a segunda data de 2011. A norma situa o aborto

dentro de um marco conceitual internacional e nacional, aborda aspectos éticos e profissionais e indica as técnicas de abortamento. Pela norma, não é obrigatório que, em situações de violência sexual as mulheres apresentem boletim de ocorrência. Entretanto, na segunda versão consta a exigência de um termo de relato circunstanciado, no qual deve constar o detalhamento do episódio que resultou na gravidez (Brasil, 2011).

Diniz (2009), ao realizar análise sobre a produção científica a respeito do aborto no país, em pesquisa para o Ministério da Saúde, situa o tema na esfera da saúde e conclui:

O que há de sólido no debate brasileiro sobre aborto sustenta a tese deque “o aborto é uma questão de saúde pública”. Enfrentar com seriedade esse fenômeno significa entendê-lo como uma questão de cuidados em saúde e direitos humanos, e não como um ato de infração moral de mulheres levianas. [...] [A] compreensão do aborto como uma questão de saúde pública em um Estado laico e plural inaugura um novo caminho argumentativo, no qual o campo da saúde pública no Brasil traz sérias e importantes evidências para o debate (Brasil, 2009, p.7 [grifos da autora]).

Situado na esfera dos direitos sexuais e reprodutivos e da saúde, é interessante observar que este segue como um dos temas com limitações de abordagem na esfera pública, com fortes influências dos setores religiosos no país.

O grupo “Católicas pelo direito de decidir” nasceu, no Brasil, nesse contexto, no ano de 1993. Mulheres católicas brasileiras se organizaram por meio desse grupo pelo reconhecimento de que os assuntos da sexualidade e da reprodução pertencem à esfera dos direitos. A organização foi fruto também dos diversos encontros realizados na América Latina por grupos semelhantes, que já existiam em outros países.

Essa noção do aborto como matéria dos direitos sexuais e reprodutivos acompanhava o movimento das conferências internacionais de meados da década de 1990. Muitas dessas mulheres vinham de ideários religiosos, alguns que mais tarde estiveram próximos da esquerda brasileira, ainda que sem abordar os direitos das mulheres. O grupo uniu desde então aliados variados pela liberação do aborto e realizando oficinas, seminários e se envolvendo em atividades em direitos sexuais e reprodutivos, difundindo suas ideias no país e reivindicando modificações na legislação brasileira sobre o aborto (Oliveira, 2009).

Também da década de 1990 em diante, com a eclosão da epidemia de Aids, o aumento das discussões “identitárias” e o posicionamento crescente de grupos variados

em gênero e sexualidade, os debates sobre sexualidade e saúde se intensificaram e se complexificaram. Movimentos variados contribuíram para o debate sobre a saúde das mulheres nesse contexto, tais como o movimento de prostitutas⁶. O movimento de mulheres negras, existente desde sempre entre as feministas, porém marginalizado em diversos momentos, também mostra-se como de importante contribuição na área de saúde e direitos sexuais, entre outras iniciativas de base identitária.

A chegada da epidemia de HIV, inicialmente entre homens gays e, então, usuários de drogas injetáveis e profissionais do sexo, configurou os denominados “grupos de risco”, que mais tarde seriam nomeados como situações ou comportamento de risco, até que se chegasse à construção da noção de vulnerabilidade. A denominação de “grupos de risco” acarretou inclusive um problema sério de discriminação social, reforçou o entrelaçamento da noção de promiscuidade e de relações homossexuais masculinas e dificultou a observação de que a epidemia se alastraria para outros grupos de transmissão heterossexual.

As demandas e as transformações que se seguiram à chegada da epidemia no país colocaram um enfoque importante nas questões de gênero e sexualidade. De maneira geral, a epidemia provocou o incremento da pesquisa e da produção científica no campo da sexualidade, assim como reconfigurou o campo das políticas públicas de saúde com novo enfoque na questão de gênero. O ativismo social relacionado à temática da Aids gerou impactos importantes pelo mundo e no Brasil, indicando como a construção das políticas de saúde depende de mobilizações e debates que se dão ao longo do tempo:

Like the feminist and lesbian, gay, and transgender movements, AIDS activism has played a key role in teaching sexual dissidents around the world that silence equals death, and that sexual rights and capabilities – like health, and even a liveable life – are never simply given, but must be achieved and constructed as part of an ongoing, daily struggle (Corrêa, Petschesky e Parker, 2008, p.3)

⁶ Sabe-se que existe amplo debate em torno do uso dos termos *prostituta* e *trabalhadora ou profissional do sexo*. Nos textos oficiais, “trabalhadora do sexo” é mais frequentemente utilizado, indicando que este é um lugar de demanda por direitos. Na fala de uma das mulheres que é parte da pesquisa, a Betânia, ela utiliza os dois termos: *profissional do sexo*, remetendo justamente à demanda por direitos, e também *prostituta*, como forma de indicar a demanda por reconhecimento de reconhecimento de uma identidade. Considerando a pertinência dos dois termos e a utilização dos dois pela própria Betânia, como se verá na sua história de vida, optou-se por também utilizar tanto *prostituta* como *profissional do sexo* ao longo dessa tese.

Apesar das transformações que a epidemia produziu em relação aos impactos para as mulheres, esse percurso foi mais longo. O reconhecimento do impacto da Aids na população feminina demorou ainda mais do que para os demais grupos e as ações propostas para lidar com isso também demoraram a ser construídas. Quando houve esse reconhecimento, a chegada da epidemia nesse grupo apontou para a insuficiência dos programas existentes, até então, de proteção à saúde das mulheres, mesmo depois do PAISM (Diniz e Villela, 1999).

A questão dos cuidados com a maternidade continuava a guiar as práticas de profissionais de saúde, e a possibilidade de uma mulher se infectar com o HIV continuava conectada com condutas moralmente condenáveis, tais como a prostituição:

A tradição de voltar as políticas de saúde da mulher prioritariamente à proteção da maternidade – resquício da dicotomia simbólica “santa x puta”, pela qual as mulheres têm sido representadas, em que as mães, assexuadas, estão ao lado das santas, e o sexo é identificado como lugar da puta e com as demais práticas de exclusão social -, no caso da AIDS, tem como resultado, entre outros, uma lentidão generalizada nas respostas à realidade epidemiológica (Diniz e Villela, 1999, p. 137).

Ou seja, no âmbito da gestão federal e local de saúde e no âmbito da sociedade civil organizada, o momento após o surgimento da Aids foi permeado, ainda que de maneira não intencional, por uma importante dicotomia baseada em quais seriam as mulheres que necessitariam de atenção, mobilização e proteção e quais não necessitariam ou demorariam a ser atendidas. O tardio reconhecimento pelas organizações sociais dessa vulnerabilidade para as mulheres, que não faziam parte dos chamados grupos de risco e a tardia mobilização dos setores governamentais resultaram em respostas também tardias para as mulheres.

Em análise realizada pelo Observatório de Políticas Sexuais (tradução de *Sexuality Policy Watch*), os autores consideraram que os movimentos nascidos após a epidemia de Aids no Brasil tiveram conquistas importantes, do ponto de vista dos direitos sexuais efetivados no campo da saúde sexual. Destacaram a legitimação da sexualidade apartada dos aspectos reprodutivos, o aumento da visibilidade de orientações sexuais não heteronormativas e o combate à discriminação de gays, lésbicas e transexuais (Viana ; Carrara, 2008).

Destaca-se a noção de risco na vivência da sexualidade femininanesse contexto:

Uma das importantes contribuições da reflexão feminista no campo da saúde tem sido a de evidenciar que o adoecimento e a morte reprodutiva, longe de serem meras fatalidades associadas à biologia feminina, expressam e estão condicionados por relações de opressão social, política e econômica. Na prática, para as mulheres, a vida sexual, para além dos potenciais prazeres e benefícios, sempre esteve associada a riscos importantes à sua saúde e bem-estar. As decorrências reprodutivas da sexualidade, como a gravidez e o parto, constituem uma das principais causas de morte de mulheres. [...] Os riscos da vida afetivo-sexual incluem ainda muitos outros aspectos, como a discriminação e a violência cotidiana das relações de gênero, agravadas quando da transgressão das normas sexuais [...] (Diniz Villela, 1999, p. 143).

As autoras dão suporte para a argumentação segundo a qual os eventos na vida sexual feminina não podem estar conectados apenas à noção de prazer porque estão sempre condicionados a relações de opressão, que as colocam em risco tanto no sentido das interações interpessoais como no sentido da falta de condições macro para o acesso à saúde. Assim, com a infecção da Aids por mulheres, aparecem novas evidências de que a assistência em saúde estava limitada e cristalizada frente aos papéis sociais de gênero. Ainda, se complexifica a necessidade de assistência em saúde que seja capaz de compreender a mulher fora dos estereótipos típicos da maternidade, autônoma em termos de decisão da vida reprodutiva e, ainda, vivendo sua sexualidade de forma livre, porém necessitando de proteção para os riscos das doenças sexualmente transmissíveis.

No que se refere à atuação dos movimentos sociais em prol das mulheres para a proteção contra a infecção por HIV, destaca-se a atuação do Instituto SOS Corpo, dos movimentos organizados de prostitutas e redes de organizações com enfoque na saúde da população negra, tais como a Rede LaiLai Apejo.

O SOS Corpo, com destacada mobilização no enfrentamento à violência contra a mulher, também atuou em conjunto com secretarias de saúde pela prevenção do HIV entre mulheres, especialmente em Pernambuco. Do movimento das prostitutas, entre outras organizações, destaca-se o Gempac (Grupo de Mulheres Prostitutas da Região Central), que atua na região norte do país. O grupo atua essencialmente em nível local com ações de promoção da saúde e prevenção entre prostitutas e também já atuou assessorando tecnicamente o Ministério da Saúde para a melhoria das condições de saúde das mulheres prostitutas (Laurindo-Teodorescu e Teixeira, 2015). A Rede LaiLai Apejo vem reunindo organizações sociais variadas que lutam por melhorias na saúde da população negra e tem exercido importante papel na temática da saúde sexual feminina, com a participação em espaços científicos e de mobilização social nesse tema. Destaca-

se sua importância considerando inclusive o histórico de desatenção do movimento feminista em relação às questões de raça.

Movimentos de prostitutas foram alguns dos que se aproximaram da saúde, no contexto da reivindicação por direitos trabalhistas e direitos sexuais. Se, de um lado, a prostituição feminina é considerada um ato de opressão por algumas feministas, por outro lado o movimento de profissionais do sexo vêm se organizando no sentido de ganhar reconhecimento e legitimidade social especialmente pela bandeira dos direitos trabalhistas. Ainda que a bandeira principal seja a dos direitos trabalhistas, há quem apresente a própria prostituição como exercício dos direitos sexuais, ainda que tímida. As principais demandas apresentadas pelas próprias prostitutas giram em torno do trabalho, mas também se centralizam no tema da saúde (Olivar, 2012). As prostitutas vêm participando e reivindicando na esfera da saúde desde o início das suas mobilizações coletivas. Além disso, a existência do movimento expressa, por si só, o caráter radical de separação entre sexualidade e reprodução.

Olivar (2012) identifica dois marcos documentais de destaque na menção dos direitos sexuais dentro do debate da prostituição. O primeiro é a Consulta Regional sobre Trabalho Sexual e HIV, realizada em 2007, em Lima, organizada pela *Red de Trabajadoras Sexuales de America Latina y Caribe* (Redtrasex). Nela, conforme o citado autor (p.91) “direitos sexuais aparecem pela primeira vez na discursividade pública registrada, do movimento latino-americano”. O segundo é a I Consulta Nacional sobre DST, Aids, Direitos Humanos e Prostituição, que aconteceu em 2008, em Brasília, resultante de uma consulta regional realizada anteriormente. Nessa Consulta, a agenda da prostituição e dos direitos humanos apresenta como base a perspectiva tanto dos direitos trabalhistas como dos direitos sexuais, apesar de os caminhos de ação dessas perspectivas não ficarem claros.

Identifica-se a primeira mobilização de trabalhadoras do sexo no Brasil em São Paulo, no início da década de 1980, quando travestis e prostitutas se posicionaram contra a violência policial exercida contra elas. Nos primeiros anos de mobilização, ainda nas palavras do mesmo autor, (p.93) a “luta pelo respeito à vida e à integridade física das mulheres prostitutas, junto com a luta contra a nascente epidemia da Aids marcam o enfoque dos primeiros anos do movimento”.

O I Encontro Nacional de Prostitutas teve início em 1987, no Rio de Janeiro, seguido pelo II Encontro, em 1989 e pelo III Encontro, em 1994. De acordo com Olivar (2012,p.94):

Naqueles primeiros momentos, [...] tom da luta estava muito mais afincado. Para além da aplicação das leis, firmava-se na universalidade, na vida e na dignidade humana delas enquanto mulheres, isto é, em direitos fundamentais. Elas se uniam às causas comuns da democracia, do fim da violência policial, da violência contra as mulheres e da luta contra a florescente epidemia da Aids. Logo depois do segundo encontro (1989), adotando o nome mais aceito e difundido no mundo e, segundo lembra Gabriela Leite em conversa informal, sob uma forte influência do Programa Nacional de DST-Aids, as brasileiras trocaram o nome prostitutas por trabalhadoras do sexo. Eis que tem lugar o III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo, em 1994. Assim, unindo-se às lutas pelos direitos fundamentais contra a AIDS e contra a violência policial, outra reivindicação aparecia: os direitos trabalhistas .

No IV Encontro da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), em 2001, novos estabelecimentos em relação à questão sexual apareceram:

No marco do IV Encontro da RBP muitas mulheres fizeram, não sem tensões, do sujeito “puta” um ponto para as suas afirmações. Construíram, na emoção do Encontro, o sujeito “puta” como aquele que não precisa se justificar nem pedir desculpas pelo seu trabalho, pelo seu sexo, pelo que fazer com seu corpo. Muitas delas afirmaram o desejo de serem prostitutas, seu prazer em serem putas e, longe das versões mais estabelecidas do enfoque laboral, muitas delas atestaram a satisfação e a autonomia que a prostituição lhes dá e a vinculação do seu prazer erótico com a prática da prostituição. Beijar na boca, namorar clientes e gozar no programa apareceram nas falas de muitas delas, principalmente das mais jovens, como direitos e possibilidades do seu trabalho a serem protegidos (Olivar, p.99, 2012).

Em relação à atuação do Ministério da Saúde, no que se refere às prostitutas, destaca-se como projeto pioneiro, o Previna, de 1988-1990, que mais tarde contou com outras versões. Foi a primeira iniciativa de âmbito nacional para prevenção do HIV entre prostitutas, com foco também em travestis profissionais do sexo, homens homossexuais, população carcerária e usuários de drogas injetáveis. O Previna deu início a importante trajetória de alianças entre o Ministério da Saúde e movimentos sociais de prostitutas, por meio do então Programa Nacional de DST/AIDS (Leite, Murray e Lenz, 2015).

Crítica que foi feita no contexto da interação entre as políticas de saúde e a prostituição, refere-se à referência feita às prostitutas, no discurso oficial, enquanto pertencentes a “grupos de risco”. A menção exclusiva das prostitutas enquanto “grupos

de risco”, no lugar de outras abordagens possíveis, chegou a promover rompimento temporário entre as prostitutas e o Ministério da Saúde (Olivar, 2012).

Em termos de impactos da organização coletiva, Leite, Murray e Lenz (2015) destacam que a militância na prostituição promove mudanças de atitude no que se refere à proteção sexual-uso de preservativos com clientes.

Entre as organizações coletivas variadas de prostitutas, destaca-se a atuação da Associação das Mulheres Guerreiras, em Campinas (SP), com atuação regional e reivindicações nos encontros nacionais e reivindicações no espaço político. A Associação teve início a partir de demandas a respeito do não reconhecimento social da profissão e a partir da denúncia de violências variadas, especialmente a violência policial contra as prostitutas. De acordo com as prostitutas que formam a associação, eram frequentes as agressões físicas e psicológicas por parte da polícia. Algumas prostitutas começaram a se organizar coletivamente, especialmente lutando pelo direito ao trabalho, organizando mobilizações como passeata pelo centro, homenagem ao Dia da Prostituta, distribuição de preservativos, conversas sobre prevenção e testagem, entre outras atividades. Por meio da convocação de mais prostitutas e realização de oficinas, fizeram o estatuto e regimento interno da associação e sua fundação data do ano de 2007. O mote da associação é “a saída da invisibilidade” e a legitimação social das prostitutas. Nos depoimentos apresentados no documentário de fundação da associação, as mulheres relatam que o respeito por elas nos espaços públicos aumentou depois da fundação.

Em termos de respostas do ponto de vista das políticas públicas de saúde para as mulheres, observaram-se iniciativas tímidas desde meados da década de 1990, quando foram lançadas as primeiras campanhas governamentais voltadas para mulheres. O foco era a necessidade de negociação do uso de preservativo, com responsabilidade das mulheres nesse sentido ou foco nas mulheres pertencentes aos chamados grupos de risco.

Em 2000, foi disponibilizado pelo Ministério da Saúde o preservativo feminino para distribuição nos estados e municípios, como estratégia específica de prevenção complementar voltada para mulheres. O enfoque da distribuição foi baseado naquele momento em critérios de vulnerabilidade – profissionais do sexo, mulheres em situação de violência e mulheres vivendo com HIV (Paiva, 2014). Até hoje, não se observa um planejamento sistemático para a distribuição e uso do preservativo feminino por parte dos estados e municípios, dentro de uma noção educativa e de exercício dos direitos

sexuais e reprodutivos, assim como o uso desse método permanece baixo no país (Laurindo-Teodorescu e Teixeira, 2015). É possível refletir sobre o baixo uso do preservativo como resultado da falta de planos no âmbito federal, estadual e municipal para incentivar e ensinar o uso desse método para a prevenção, com ampla capacitação de profissionais de saúde e aproximação das realidades de cada local.

Mais recentemente, um avanço importante foi a inclusão das mulheres vítimas de violência sexual na última atualização das diretrizes da Profilaxia pós-exposição (PEP) ao HIV (Brasil, 2017a). O uso de medicação antirretroviral, assim como de outras medicações que previnem as demais infecções sexualmente transmissíveis já estava previsto na *Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes*, desde sua primeira edição, em 1999 (Brasil, 2012). Em 2017, passou a estar prevista também no protocolo clínico referente à PEP. No tratamento em saúde das mulheres vítimas de violência sexual, destaca-se também que está prevista, de acordo com a norma técnica referente ao tratamento de agravos de violência sexual, a oferta da contracepção de emergência, acompanhamento para avaliação da infecção de doenças sexualmente transmissíveis, além da possibilidade de interrupção da gestação. A estratégia mais recente no campo da prevenção do HIV é a Profilaxia pré-exposição ao HIV (PREP). A PREP consiste no uso de medicação de maneira contínua, para pessoas pertencentes a segmentos específicos que possam estar mais vulneráveis à infecção por HIV. O protocolo clínico foi lançado no final de 2017 e a estratégia é considerada efetiva enquanto parte de um conjunto de estratégias de prevenção combinada. Apenas recentemente começou a ser disponibilizada nos serviços de saúde (Brasil, 2017b). Em relação às mulheres, estão contempladas na estratégia as profissionais do sexo, mulheres transexuais e mulheres que façam parte de parceria heterossexual sorodiscordante.

Atualmente, observam-se gargalos importantes na assistência às mulheres vivendo com HIV assim como na prevenção da infecção por HIV para mulheres. Alguns desses gargalos seriam a falta de linhas de cuidado para mulheres que integrem a saúde sexual e reprodutiva; a necessidade de aumento da oferta de testagem anti-HIV para mulheres, sem que estejam restritas ao pré-natal; falta de investimento na estratégia da dupla proteção⁷; discussão mais ampla e fundamentada entre formuladores e profissionais de saúde em relação aos critérios e ao acesso à esterilização feminina e

⁷ A dupla proteção refere-se à prevenção das ISTs e prevenção de gravidez não planejada.

masculina, considerando especialmente as pessoas vivendo com HIV e a necessidade permanente de formular estratégias para lidar com as barreiras de acesso e com as expressões da desigualdade de gênero nos serviços de saúde (Barbosa; Pinho e Cabral, 2016).

Outro gargalo que merece destaque é a questão racial como aumento de vulnerabilidade das mulheres em relação ao HIV e às demais infecções sexualmente transmissíveis. Há dados diversificados que sustentam esse aumento de vulnerabilidade, especialmente os indicadores crescentes de incidência de HIV e alta mortalidade por Aids entre as mulheres negras, entre outros (Santos, 2016). A vulnerabilidade está relacionada a condições e acesso à saúde especialmente limitado às mulheres negras, assim como ao racismo institucional e às falhas de execução das políticas formais no cotidiano dos serviços. A campanha de prevenção realizada em 2005, denominada “Aids e racismo, o Brasil tem que viver sem preconceito” e o estabelecimento do Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra em seguida, apontam para esforços, ainda que limitados, para priorizar o enfoque racial no que se refere à saúde sexual feminina.

Dando ênfase à multiplicidade de movimentos de mulheres pelos direitos sexuais, foi também no final da década dos anos noventa, em 1996, que aconteceu, no Rio de Janeiro, o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE, 1996), reunindo militantes lésbicas e bissexuais, também expressão da explosão de movimentos identitários no país. Em seguida, o dia 29 de agosto, data em que ocorreu o seminário, foi estabelecido como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Os movimentos sociais de mulheres lésbicas merecem destaque na apresentação dos marcos dessa pesquisa não apenas pela trajetória histórica na luta pelos direitos sexuais e pelos direitos reprodutivos. Esses movimentos apontam para uma sexualidade que rompe com a perspectiva de reprodução por estar distante do modelo heterossexual de relações afetivas e sexuais e por abordar sexualidade e reprodução com especificidades, incluindo a abordagem da questão da orientação sexual como eixo específico de debate e de demandas.

Desde então, diversos encontros nacionais foram realizados: II SENALE: 1997 – Salvador\BA; III SENALE: 1998 – Betim\ MG; IV SENALE: 2001 – Aquiráz\CE; V SENALE: 2003 – São Paulo\SP; VI SENALE: 2006 – Recife\PE; VII SENALE: 2010 – Porto Velho\RO; VIII SENALE: 2014 – Porto Alegre\RS; IX SENALEBI: 2016 –

Teresina\PI. Na plenária final do VIII SENALE, foi incluída a sigla BI, com o objetivo de visibilizar a participação das mulheres bissexuais nos encontros.

O VIII SENALE marcou as duas décadas de existência do seminário, que tem sido, desde então, espaço importante para discussão de ideias e proposição de estratégias para a garantia de direitos de mulheres lésbicas e bissexuais.

As cartas mais recentes do SENALESBI, elaboradas nos encontros de Teresina, em 2014, e Porto Alegre, em 2016, têm em comum a reivindicação pela laicidade do Estado. Na Carta de Teresina (2016), outros temas, tais como o fim da discriminação por orientação sexual e a necessidade de criação de núcleos de direitos humanos nos estados são apontados. Na carta de Porto Alegre (2014), já com uma conjuntura política diferente da anterior pela saída da presidenta Dilma Rousseff em razão de controverso processo de impeachment, as reivindicações giram em torno da necessidade de manutenção de um estado democrático e contra reformas propostas pelo novo governo, tais como a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Não se apresentam demandas específicas no âmbito da saúde. O nascimento das demandas dos movimentos de mulheres lésbicas no âmbito da saúde se deu em torno das “especificidades” do corpo lésbico e de suas necessidades em saúde (Miller, Rosga e Satterthwaite, 1995) e vem se transformando desde então, com destaque para a necessidade de atenção por parte de profissionais de saúde para as especificidades das mulheres lésbicas em sua atenção à saúde.

Desde o delineamento da sexualidade enquanto pauta para as reivindicações das mulheres, com consolidação do feminismo no Brasil, observaram-se importantes marcos no panorama de reivindicações entre os movimentos feministas, os direitos sexuais, reprodutivos e a saúde. O encontro entre movimento feminista e reforma sanitária inseriram a sexualidade no paradigma dos direitos das mulheres e trouxe noções de saúde contra hegemônicas, garantindo (do ponto de vista formal das políticas públicas de saúde) condições para o exercício da sexualidade e reprodução no escopo da autonomia e liberdade. Identificou-se também ao longo dessa heterogênea trajetória, a conquista de espaço mais amplo para a abordagem das diversidades entre movimentos feministas que atuam no campo da saúde, dos direitos sexuais e direitos reprodutivos no país, tais como os movimentos de prostitutas, de mulheres vivendo com HIV, mulheres lésbicas e mulheres negras, com capacidades de resposta variadas e frequentemente limitadas por parte das políticas públicas de saúde. Destaca-se que as pautas tornam-se

mais robustas e também mais múltiplas, com maior presença dos movimentos identitários.

Considerando o panorama geral desses movimentos apresentado neste capítulo, será apresentado a seguir o percurso metodológico da pesquisa.

4PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Metodologia: Histórias de vida

Para o alcance dos objetivos propostos, utilizou-se a metodologia das histórias de vida. Foram realizadas entrevistas aplicando a metodologia das histórias orais, especificamente, os relatos de histórias de vida (Camargo, 1984; Queiroz, 1987). A história oral é termo amplo, que abarca variedade de relatos sobre fatos que não foram registrados de outras maneiras. Está na base da obtenção de informações variadas, captando experiências efetivas, crenças e tradições por meio dos relatos orais (Queiroz, 1987).

A história de vida é uma das formas de história oral e nas palavras da autora acima referida:

A história de vida, por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear a individual dos acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros do grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Dessa forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence (p.275).

Dessa maneira, a história de vida não considera o indivíduo de maneira isolada, mas capta o coletivo, situando-se na interlocução entre vivências individuais e acontecimentos sociais.

Sobre o mesmo entrelaçamento, essa abordagem: “cria um tipo especial de documento no qual a experiência pessoal entrelaça-se à ação histórica” (Camargo, 1984, p.12).

O encontro entre história oral e a perspectiva de gênero, com a construção da história das mulheres, trouxe a valorização tanto da subjetividade como da diversidade. A princípio, diversificou e aumentou as áreas de interesse da história, incluindo assuntos do cotidiano de mulheres comuns. Salvatici (2005, p. 31) destaca, sobre esse encontro:

O objetivo político do movimento feminista era dar valor a essas áreas específicas de experiência feminina, e a história oral forneceu

assunções teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção.

Por um período, a realização de histórias orais de mulheres por si só foi suficiente para que houvesse identificação por parte das mulheres que liam os trabalhos, quaisquer que fossem os relatos. Ao longo do tempo, houve incremento do arcabouço teórico-metodológico, trazendo complexidade para a relação entre a história oral e a história das mulheres. Com o aumento das pesquisas nesse campo, percebeu-se a questão da pluralidade das mulheres: as diversidades variadas das mulheres que relatam ou que podem relatar suas histórias. Celebrar a existência dos relatos tornou-se limitado frente à possibilidade dos relatos de pontos de vista diversificados, ainda que provenientes de mulheres:

O que era considerado a “voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas pareciam um coro de múltiplas vozes e, conseqüentemente, a identidade de gênero foi complicada por identidades de classe, religião e nacionalidade (Salvatici, 2005, p. 32).

Os estudos nesse campo, de acordo com a autora, devem levar também em consideração que a dimensão subjetiva é essencial para compreender as realidades.

4.2A escolha da metodologia

Do ponto de vista da individualidade, as histórias de vida permitem a investigação de questões que só podem ser acessadas em profundidade e, entrelaçando-se ao social, são expressões de coletividades e momentos históricos. Esse entrelaçamento configura-se pertinentemente em relação aos objetivos do estudo.

No caso da pesquisa, os seguintes temas foram abordados enquanto questões norteadoras no relato das trajetórias de vida das mulheres: a entrada na militância, as articulações entre a militância e a vida privada, acontecimentos importantes no exercício dos direitos que se deram tanto na esfera pública como na privada. Além desses, outras temáticas surgiram e compuseram a análise dos resultados da pesquisa.

A metodologia foi escolhida porque promove a emergência de temáticas voltadas para vivências privadas e o eixo condutor da história de vida permite a realização das entrevistas possibilitando articulações e reflexões em torno da relação entre as esferas pública e privada das mulheres.

Sabe-se que a escolha da metodologia para a realização de uma pesquisa é um processo importante de estudo e reflexão para que esta esteja adequada à melhor forma de obtenção dos resultados esperados, a partir dos objetivos delineados. Frente aos objetivos desta pesquisa, algumas ponderações para a escolha metodológica foram levantadas. Os objetivos, no que diz respeito à exploração da articulação entre as esferas pública e privada e as experiências íntimas das mulheres demandam por uma metodologia profunda e que faça emergir diversidades e singularidades. Conforme se observou ao longo da realização da pesquisa de campo, a metodologia de fato se mostrou fértil nesse sentido, indo inclusive além do esperado. As histórias de vida respondem com maior clareza sobre os entrelaçamentos entre as esferas ao longo da trajetória de vida de cada mulher. A realização das histórias de vida, além de permitir o aprofundamento das temáticas e de possibilitar a construção de cronologias de acontecimentos privados e públicos, proporcionou também a emergência de lembranças no momento do encontro e a escolha espontânea de trechos da vida para serem relatados. As lembranças que emergiram e os trechos escolhidos para relato durante os encontros foram bastante ricos para análise. Ainda, as histórias de vida proporcionaram grande riqueza de detalhes e de informações, oferecendo material robusto para análise.

Também em consonância com os objetivos da pesquisa, as histórias de vida se mostram adequadas para o estudo de transformações sociais. Pollak (2006, p.47) destaca a importância dessa metodologia para esses fins: “Pienso que la historia de vida surgió como un instrumento privilegiado para evaluarlos momentos de cambio, los momentos de transformación” .

A percepção do tom e do encadeamento que cada mulher, de maneira intencional ou não, deu à sua história no momento do relato também foram aspectos singulares que apareceram no uso dessa metodologia. Esse aspecto foi útil para a compreensão do material de cada história de vida, servindo como mais um elemento de análise e facilitando uma forma de olhar para a história das mulheres que favoreceu a empatia e o olhar pela perspectiva delas próprias.

Para além do alcance dos objetivos e das vantagens descritas, destacam-se dois elementos que influenciaram na escolha metodológica.

O primeiro refere-se ao prazer na escolha metodológica. Uma vez que, em algumas situações de pesquisa, várias metodologias podem dar conta em maior ou menor grau do atendimento aos objetivos propostos, o prazer na execução do campo da pesquisa foi elemento importante nessa escolha. O desejo de escutar as histórias de vida

e de aprender a realização de mais uma metodologia em pesquisa qualitativa contribuíram para a escolha. É muito bonito e de fato foi um privilégio escutar as histórias de mulheres líderes na luta pela efetivação dos direitos das mulheres ao longo da história do país.

O segundo elemento refere-se a uma postura de valorização da memória individual e coletiva de mulheres. O resgate histórico não é o objetivo central da pesquisa, mas reconhece-se que o uso da metodologia favoreceu a reafirmação das mulheres enquanto protagonistas da história. Também possibilitou registrar os caminhos das reivindicações feministas e das construções de políticas para mulheres. É importante contribuir para os registros da memória sobre as mulheres, sobre as reivindicações e conquistas de direitos, assim como a memória de suas estratégias e vivências cotidianas.

Por fim, a proposta de pesquisa como um todo se reconhece enquanto feminista. Sobre essa postura feminista na realização da pesquisa, Bartra (1999) considera que em uma metodologia de pesquisa que se posiciona desde um ponto de vista feminista, a formulação das perguntas já parte de um conhecimento anterior sobre as questões de gênero e de que maneira as mulheres vivem e se relacionam em sociedades que ainda não alcançaram a igualdade. Depois da formulação da pergunta, os métodos a serem escolhidos também considerarão esses pontos de vista. Assim, o processo de escolha do tema, perguntas, construção do desenho metodológico, forma de observação e de análise dos dados – todo o processo tem como pressuposto um olhar atento às desigualdades referentes às relações sociais de gênero.

Uma vez apontada a adequação e as vantagens no uso dessa metodologia, registra-se, por outro lado, alguns desafios no uso da metodologia. Ao colher os relatos de mulheres militantes nessa modalidade, frequentemente se observou a utilização de discursos “prontos” por parte delas. Foi necessário ter atenção a algumas falas, já que parte do conteúdo das histórias incluía, diversas vezes, argumentações utilizadas comumente em espaços de reivindicação (palestras, textos escritos). Assim correu-se o risco de perder a espontaneidade em alguns momentos do relato e as análises tornaram-se mais difíceis. Percebeu-se no processo que, considerando que essas mulheres são figuras de destaque, muitas histórias já foram relatadas por diversas vezes e para distintos interlocutores e se formam, assim, relatos excessivamente consolidados. Pollak (2006, p.34) também observou a consolidação excessiva de relatos na realização de histórias de vida e percebeu o aparecimento de reiterações sobre determinados períodos da vida ou fatos sem variações: "Es como si, en una historia de vida individual

hubiera elementos irreductibles, en los que el trabajo de solidificación de la memoria fueran importante que imposibilitara la ocurrencia de cambios." .

Outro importante desafio no uso dessa metodologia foi a questão do tempo. Considerando que essa metodologia demanda mais tempo do que outras abordagens, ao longo de todo o campo de pesquisa essa foi uma questão relevante e será abordada em tópico posterior.

4.3 A escolha das entrevistadas

Destaca-se novamente que cada etapa da pesquisa passou por processos de debate e reflexão para a realização das escolhas. Para a seleção das entrevistadas, o perfil definido, atendendo aos objetivos da pesquisa, seguiu os critérios de escolha de mulheres que:

- fossem militantes na área dos direitos sexuais, reprodutivos ou de saúde;
- estivessem ocupando lugares de destaque ou liderança em seu campo de atuação;
- atendessem à necessidade de diversificação quanto à idade, geração, atuação enquanto militante e raça/cor.

As lideranças escolhidas foram provenientes de movimentos que estabelecem suas demandas ao Estado, ainda que mobilizem outras formas de militância também. Esse critério foi utilizado tendo em vista a importância dos movimentos sociais para a construção das políticas públicas em saúde. A militância nessa pesquisa, conforme abordado na introdução, é compreendida de maneira ampla, abrangendo formas variadas de luta e mobilização pelos direitos sexuais das mulheres. Tendo em vista essa compreensão, as mulheres tiveram perfil de atuação pelos direitos sexuais em movimentos sociais organizados pelos direitos das mulheres, organizações não governamentais que atuam em temáticas voltadas para direitos sexuais, reprodutivos e saúde, universidades ou produção acadêmica importante na área de direitos sexuais, mobilização e formação de opinião reconhecida em redes sociais, também nos temas elencados.

O recorte escolhido, portanto, buscou na diversificação dos perfis de mulheres, a possibilidade de compreender a construção da trajetória do movimento feminista, no que diz respeito aos direitos sexuais, reprodutivos e saúde no país, permitindo a emergência de vivências diferenciadas (ou não) no exercício dos seus direitos, no

empreendimento de estratégias criativas para lidar com as desigualdades no âmbito privado e interpessoal e na construção de reivindicações no campo das políticas de saúde.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina no final de novembro de 2017. O estudo segue as normas éticas instituídas pela Resolução nº466 do Conselho Nacional de Saúde.

A primeira entrevista foi realizada em janeiro de 2018 e a última entrevista foi realizada em janeiro de 2019.⁸ Chegou-se a cada uma das entrevistadas por meio da rede profissional da pesquisadora na área de direitos e saúde das mulheres. Colegas do período profissional da pesquisadora no Centro de Mulheres da Maré, do Mestrado, do Doutorado e do Ministério da Saúde auxiliaram com contatos para que fosse possível chegar às mulheres entrevistadas. Ao fim de um ano, foram colhidas cinco histórias de vida com as mulheres nos seguintes perfis:

Quadro 1 – Caracterização das entrevistadas

Nome⁹	Anonimato	Raça/cor	Idade	Cidade de Residência	Atuação profissional
Mariana	Sim	Negra	30 anos	Brasília	Psicóloga
Vera	Sim	Negra	80 anos	Rio de Janeiro	Médica
Betânia	Não	Negra	45 anos	Campinas	Profissional do sexo
Zeca	Não	Branca	60 anos	São Paulo	Socióloga
Antônia	Sim	Negra	30 anos	Rio de Janeiro	Dança

FONTE: elaboração da autora.

Apesar de previsto o anonimato, conforme as regras do Comitê de Ética em Pesquisa, duas das mulheres da pesquisa optaram pelo não anonimato de maneira espontânea. Betânia, ainda em contato telefônico, deixou claro a importância de dar

⁸ No período de setembro de 2017 a fevereiro de 2019, a pesquisadora esteve em licença remunerada para realização de pós-graduação, concedida pelo Ministério da Saúde, o que viabilizou a realização da pesquisa de campo e elaboração textual de parte da tese de Doutorado.

⁹ Na coluna, os nomes protegidos pelo anonimato foram modificados e as mulheres que abriram mão do anonimato tiveram seus nomes mantidos.

visibilidade às mulheres profissionais do sexo, sem “se esconder”. Maria José Rosado-Nunes, a Zeca, também espontaneamente afirmou que sua história não demandava anonimato. Assim, Mariana, Vera e Antonia são nomes adotados visando resguardar a identidade das entrevistadas, assim como os nomes que elas mencionam ao longo do relato de suas histórias de vida. Betânia e Zeca solicitaram ter suas identidades reveladas.

Todas as entrevistadas variaram em termos de atuação na militância e temática, mas exerceram ou exercem papel de destaque ou liderança na temática dos direitos sexuais e reprodutivos e saúde das mulheres. A cada entrevista realizada, foi feita uma breve análise do material coletado – principais elementos presentes na entrevista, o que poderia ser modificado em termos de intervenção de uma entrevista para outra, o que era predominante no perfil escolhido, entre outros itens. Após a realização de cada entrevista, foi delineado o perfil das seguintes, sempre considerando o critério da diversificação, apontado como parâmetro essencial para os campos de pesquisa (Bertaux, 1999).

4.4 Agendamento dos encontros

Conforme foi apontado anteriormente, o agendamento e a realização dos encontros colocaram alguns desafios a mais na realização da pesquisa. As histórias de vida requerem uma duração de encontro mais longa do que entrevistas semiestruturadas ou em profundidade e, muitas vezes, demandam a realização de mais de um encontro. Considerando a profundidade das entrevistas e o material a ser trabalhado com as mulheres, a expectativa é que uma entrevista não esgote os temas, ou que as entrevistas tenham duração mais longa. Sobre isso, Schraiber (1995) apresentou sua experiência na utilização dos relatos de histórias de vida, por meio da qual ela explicita que foram necessários de dois a três encontros para dar conta da trajetória de vida das pessoas entrevistadas, abrangendo os assuntos necessários para a pesquisa.

Na realização dos contatos, entretanto, isso não se mostrou possível. Para cada agendamento de encontro, o intervalo foi de dois meses entre o contato inicial e o dia do encontro. Ou seja, ao realizar o contato – por telefone ou inicialmente por e-mail – com as mulheres, elas aceitaram o convite do encontro, propondo datas que variaram de um a dois meses em relação ao dia desse contato. Ficava claro na conversa com elas que qualquer encontro mais duradouro (que ultrapassasse uma hora, por exemplo),

demandava planejamento de agenda que encaixasse esse momento. Observou-se também, por esse movimento de planejamento e encaixe do encontro, que existiu um interesse por parte das mulheres em relatar suas histórias de vida, mas prevalecendo que elas estavam dispondo de um tempo para a pesquisa de maneira solidária.

Na realização dos encontros, a falta de tempo ficou ainda mais evidente. Muitas vezes, as mulheres agendaram os encontros entre diversos compromissos daquele dia. Raramente dispuseram de mais do que uma hora e meia para essa conversa. O agendamento de mais de um encontro para dar continuidade não só estava fora das possibilidades práticas das mulheres como também, ao dispor daquele tempo para o encontro, a maior parte delas já traziam suas histórias de vida com uma linearidade que se completava em apenas um encontro. Destaca-se que, no planejamento para a realização das histórias de vida, houve disponibilidade por parte da pesquisadora em se deslocar para várias cidades com vistas ao alcance de um perfil heterogêneo e que atendesse às condições da pesquisa.

A falta de tempo ou tempo reduzido dessas mulheres levou à reflexão a respeito de qual tempo as mulheres dispõem em seus cotidianos. Envolvidas com atividades de militância e de trabalho, além de seus afazeres práticos, dispõem de pouco tempo livre.

4.5 Aspectos dos encontros

As entrevistas foram realizadas nos locais de melhor conveniência para cada entrevistada: a casa delas foi o local de dois encontros, a minha casa de um dos encontros, as ruas do Jardim Itatinga¹⁰ e o local de atuação profissional de uma delas foi o outro. Todos os locais dispuseram de privacidade para a conversa, até o Jardim Itatinga, já que ficamos debaixo de um toldo, em um espaço delimitado em relação à rua.

Mesmo que já tenha existido uma apresentação por telefone ou por e-mail, ao chegar havia uma nova apresentação e agradecimento pela disponibilidade de tempo de cada uma. Nos diários de campo, está registrado o contexto de cada encontro e optou-se por incluí-los antes de uma breve caracterização de cada história de vida. No momento que precedia a ligação do gravador e o início da história de vida em si, a pesquisa era

¹⁰ O Jardim Itatinga é uma região de Campinas onde atuam profissionais do sexo e foi local de encontro com uma das entrevistadas.

apresentada, assim como o que se esperava daquele encontro. A abordagem inicial consistia em reforçar a importância de conhecer os relatos na esfera privada e na esfera pública, relacionados ao exercício de seus direitos. Consistia também em reforçar que elas poderiam abordar acontecimentos e detalhes de acordo com seus direitos e da forma como se sentissem à vontade. Também era explicado previamente que elas teriam acesso à transcrição da gravação para aprovação dentro de poucos dias ou semanas. Destaca-se que todas as transcrições foram realizadas pela pesquisadora.

Em cada encontro, esse momento foi variável em relação ao tempo, mas, sem exceção, todas as mulheres tinham perguntas a fazer sobre a pesquisadora e sobre a pesquisa. Os termos de consentimento foram apresentados a todas as mulheres antes do início da gravação. Algumas delas, conforme será descrito em outro ponto deste capítulo, falaram nesse momento que desejavam ter a identidade aberta, em lugar do anonimato.

A empatia na realização dos encontros proporcionou canal fundamental para que as histórias de vida se desenrolassem. Em todos os encontros houve empatia nas relações, com maior intensidade em alguns dos encontros. Levantando alguns elementos que podem ter contribuído para isso, sugere-se que afinidade política – o próprio tema de interesse da pesquisa, apresentação pessoal enquanto profissional e pesquisadora na área dos direitos das mulheres e saúde das mulheres – e nas pessoas que atuaram como ponte na chegada a cada uma delas – possibilitou o estabelecimento de uma relação de confiança e de afinidade.

Bartra (1999) considera que o sexo da pessoa que entrevista é o fator mais importante em termos de relação investigadora-investigada nas pesquisas que contemplam entrevistas de mulheres. Para ela:

No tieneninguna importancia, o muy poca, lo diferente que pueda ser una investigadora de otra o incluso de los sujetos femeninos investigados. El sexo de quien lleva a cabo una investigación condicionará todo el proceso de la investigación y es importante metodológica y epistemológicamente. Pero, aparte de eso, a lo que estaba me refiriendo es al punto de vista de los sujetos investigadores que, en primer lugar, toma en consideración de manera importante el género de las personas investigadas. Lo toma en consideración como una variable que incide en el curso de la investigación. De igual manera, tomará en consideración su propio género y manejará como otra variable (p. 152).

Aqui, apresenta-se um contraponto. O fato de a entrevistadora ser mulher se configura como aspecto essencial na construção da investigação e na possibilidade de identificação e empatia na entrevista com outras mulheres, conforme mencionado anteriormente. Entretanto, há outros fatores em questão nesse processo investigativo e no encontro. A abertura para a escuta por parte de quem entrevista, a formação feminista de quem entrevista (mulheres com pouco contato com o feminismo não necessariamente terão interlocução cuidadosa nos aspectos específicos das experiências femininas, assim como homens que tenham contato com essa formação podem ter escuta acolhedora nesse sentido). Mas não é apenas isso. Raça e classe social se interpõem como importante fator na relação entre pesquisadora e aquela que relatará sua história, de maneira a facilitar ou dificultar a conexão para que se tenha uma boa entrevista.

Assim, de maneira geral, mulheres que entrevistam mulheres de fato podem criar um canal de confiança mais fluido. Não obstante, elementos tais como cor, profissão, expectativas para o encontro, afinidades prévias e que se confirmam ou não no encontro também podem influenciar no estabelecimento de uma relação empática.

Outro aspecto que pode ter influenciado os primeiros encontros foi a apresentação da pesquisadora como profissional do Ministério da Saúde. Percebeu-se que essa apresentação poderia influenciar no conteúdo relatado pelas mulheres, como risco da abordagem, por parte das mulheres, de temas de reivindicação para esse ministério. Dessa maneira, após a realização de dois encontros, optou-se por omitir essa parte da apresentação e apenas mencioná-la caso fosse perguntado.

Em relação às intervenções, as histórias de vida prevêm a realização de perguntas norteadoras ou disparadoras com os temas que devem ser abordados para o alcance dos objetivos da pesquisa. De maneira geral, as intervenções na realização das histórias de vida se mostraram bastante desafiadoras.

Bertaux (1999) auxilia nessa reflexão. Para ele, uma das dificuldades no uso dessa metodologia – que ele prefere chamar de *relatos de vida* é a realização de intervenções que não encerram as conversas e não deixam de explorar tópicos importantes. Apesar de contar com algumas perguntas norteadoras ou temáticas gerais de abordagem, tais como as trajetórias públicas e privadas, o que se revelou mais potente para os relatos das mulheres foi a explicação dos objetivos enquanto pesquisadora e quais elementos eram esperados ao longo do relato. A apresentação inicial da pesquisa e expectativa enquanto pesquisadora para o encontro pareceram mais

férteis para os relatos do que perguntas norteadoras ou intervenções pontuais. Caso algum aspecto não fosse abordado no relato, as perguntas norteadoras foram realizadas para possibilitar a abordagem de outro tema ou assunto. Ainda assim, há alguns eventos que se desejava aprofundar e o desafio estava em escolher aprofundá-los naquele momento ou não e na maneira da abordagem, para que a mulher que relatava não perdesse o fio condutor que escolheu para a sua fala.

Sobre abordar de maneira diretiva ou não, Bertaux (1999) afirma que há dificuldades específicas referentes às formas de iniciar a conversa ou às dúvidas em relação aos questionamentos ao longo do encontro. Por exemplo, o autor menciona sobre os perigos do uso de instruções iniciais muito genéricas como por exemplo, “agora me conte sua vida”, e sobre como isso pode resultar em um encerramento breve demais da fala da pessoa entrevistada.

Ele aponta igualmente que uma das condições para um desenrolar pleno da entrevista é que a interlocutora deseje contar a sua vida, que se sinta à vontade com a condução do encontro. Assim, propõe que a abordagem nos encontros esteja baseada na “escuta atenta” com possibilidade de intervenção: uma “combinación de escucha atenta y de cuestionamiento”. Ou seja, há perguntas diretivas, mas deve existir uma preocupação para que as perguntas não encerrem a conversa ou não interrompam o fluxo de pensamento ou a cronologia da interlocutora. É inevitável, em determinados momentos, especialmente quando já se conhece melhor quais são as lacunas que faltam na pesquisa, fazer perguntas diretivas, mas o autor reitera:

En este caso, una escucha atenta es indispensable; atenta pero no pasiva, ya que la exploración de las lógicas contradictorias que han pesado en toda una vida se hará mejor entre dos personas. El papel de informante del sujeto se modifica. Se agrega a él una función de expresión de una ideología particular, además de una función de investigación, pues el sujeto no recita su vida, sino que reflexiona sobre ella mientras la cuenta. (p.10)

4.6 Após os encontros

A realização do campo de pesquisa e, no caso desta pesquisa, das histórias de vida, demanda aproximação e postura etnográfica. Isso significa investir em uma postura de aproximação com o mundo da pessoa que relata sua história – e não exatamente com a biografia dela em si. A postura requer uma adequação de olhar no sentido de atentar

para os detalhes de sua história enquanto detalhes que desvelam os contextos mais amplos daquelas vivências. Significa também extrapolar as falas construídas no momento da gravação e atentar para os acontecimentos que se deram naquele encontro entre pesquisadora e interlocutora: detalhes sobre o espaço, sobre o processo de agendamento, percepções da pesquisadora no momento das falas, após o desligamento do gravador, sensações na chegada e na despedida.

As percepções iniciais referentes a cada encontro foram imediatamente registradas em diário de campo, assim como reflexões também iniciais formadas após a transcrição dos relatos. Foi interessante observar que as percepções no “calor” da entrevista e durante a transcrição foram mais intuitivas, trouxeram detalhes que ao longo do tempo a memória perde e permitiram melhor avaliação da escolha de perfis e formas de abordagens para as próximas entrevistadas. As percepções mais intuitivas, inclusive, se confirmaram após análises mais profundas, deixando clara a importância e coerência dos registros. Os diários de campo foram instrumentos fundamentais ao longo da pesquisa, tornando-se material rico para análise posterior das entrevistas.

Sobre esse tema, Bertaux (1999) corrobora a importância do registro e transcrição imediatamente após os encontros, em lugar de dar tempo de reflexão entre a realização da entrevista e o registro do encontro e transcrição. Quanto às transcrições, foram feitas pela própria pesquisadora. O processo de transcrição permitiu a observação inicial do conteúdo da entrevista e também da forma como as mulheres se expressaram em cada momento do relato.

4.7 Análise do material do campo

Analisar o material desta pesquisa só foi possível mediante a análise da singularidade de cada história de vida e mediante o olhar para o conjunto das histórias de vida produzidas. As generalizações nos relatos foram observadas e contribuíram para a elaboração dos resultados, mas a maior riqueza esteve na percepção do todo de cada encontro: conteúdo, forma de abordagem, caminho para chegada até as entrevistadas, fio condutor do relato, forma recepção e de viver o momento da história de vida. Foi o entrelaçamento desses aspectos em cada história de vida escutada, que gerou as reflexões que se tornaram os resultados desta pesquisa.

A organização dos eixos de análise se baseou nas temáticas dos objetivos da pesquisa – relacionadas à articulação público-privado - e contou com o contraponto constante do referencial teórico adotado. Além desse eixo essencial de análise, a frequência de relatos a respeito dos eventos de reivindicação e construção de políticas públicas foi importante e atendeu ao alcance de um dos objetivos específicos da pesquisa. Especialmente nesse eixo, a consulta à bibliografia a respeito dos marcos da construção de políticas públicas e reivindicações na área de direitos sexuais, reprodutivos e saúde foi elemento essencial para compor a escrita do capítulo. Houve bastante atenção para o conteúdo que surgiu de maneira espontânea por parte das mulheres e as transcrições foram lidas de maneira exaustiva para impregnar-se, até que se compreendesse a singularidade de cada uma e o que essa singularidade aponta em relação aos objetivos da pesquisa.

Conforme já se abordou, as histórias de vida apresentam necessariamente um fio condutor, um tom geral de encadeamento – que se dá por conta da construção da narrativa pessoal de maneira coesa, da própria vida. O fio condutor também se apresenta em função do que as participantes compreendem dos objetivos da pesquisa apresentados pela pesquisadora. Se, por um lado, isso pode ser uma dificuldade em termos de complexidade da análise, por outro, esse tom ou esse fio condutor foi muito rico para compreender todo o material. O encadeamento do pensamento e da narrativa das mulheres em relação às suas trajetórias lançou luz sobre as singularidades de cada relato.

O que foi dito, o que não foi dito e a forma de dizer foram também elementos de análise dentro do material coletado. Aqui, dois tópicos merecem atenção por se relacionarem diretamente com as investigações e alcance dos objetivos da pesquisa.

O primeiro é o privilégio do aspecto público nos relatos das mulheres. Apesar do relato de acontecimentos da esfera privada, as mulheres, de maneira geral, priorizaram contar sobre os acontecimentos que se deram na esfera pública em suas vidas e se detiveram por mais tempo nos eventos dessa esfera.

Foram levantadas algumas hipóteses para isso. Primeiro, as mulheres não conheciam a pesquisadora anteriormente. Por mais que o encontro aproxime e crie uma interação relevante, não necessariamente isso é o suficiente para que as mulheres se sintam à vontade em relatar acontecimentos de suas vidas íntimas. Depois, não se pode perder de vista que talvez a vida privada de fato ainda tenha muitos tabus envolvidos para que seja relatada com enfoque ou detalhamento em uma entrevista gravada.

Não se pode perder de vista também que as mulheres não conheciam a pesquisadora previamente, o que também deve ter contribuído para que não se sentissem à vontade para se deter sobre esses aspectos.

Por fim, levanta-se a hipótese de que já é habitualmente de interesse geral a vida das mulheres sob o ponto de vista dos acontecimentos que se dão na esfera doméstica ou familiar. Talvez exatamente por ser a contramão dos interesses em geral, elas desejem contar sobre os acontecimentos públicos, sobre os eventos ocorridos e mobilizados por elas nos espaços fora de casa. Talvez não desejem mais ser definidas pelas suas vivências no âmbito privado.

Corroborar essa última hipótese o segundo elemento destacado: a percepção do prazer das mulheres no momento do relato de vivências na esfera pública, registrada nos diários de campo. O prazer no momento do relato revela o reconhecimento que elas têm de si enquanto protagonistas de histórias, eventos, acontecimentos com variados graus de importância, que se dão no espaço público. Esse perceptível prazer e o orgulho com o qual relataram determinados eventos subverte expectativas patriarcais de que a mulher deveria se portar de forma modesta ou humilde frente a pequenos e grandes feitos na esfera pública, reproduzindo sua invisibilização.

Apesar da prevalência do prazer nos relatos, não se pode desconsiderar que as mulheres também demonstraram alguma medida de modéstia. Está registrado nos diários de campo, mas também em frases como “eu meio que destaquei”, falada com menos firmeza do que outras em um dos relatos, que seguem como contraponto ao que já foi exposto.

Em termos de complexidade da análise das histórias de vida, foi possível perceber também que a identificação da pesquisadora com as mulheres e com as suas pautas de um lado facilitou os encontros e, de outro, se colocou como desafio para a análise. A escuta da história de vida já é em si um ato que aproxima pesquisadora e entrevistada, o que possibilita a realização de um bom encontro. Por outro lado, diversas vezes, ao ler o material transcrito, foi necessário promover um olhar crítico de afastamento em relação ao conteúdo. Assim, a identificação com as entrevistadas mobilizou o desafio de olhar de maneira crítica a trajetória relatada por elas.

Sobre isso, Visacovsky (2005) apresenta noções importantes para a reflexão. Fazendo referência a uma pesquisa realizada por ele e às suas percepções enquanto pesquisador que se identificou com as pessoas entrevistadas, defende que seu papel era estranhar as versões que lhe eram oferecidas nas entrevistas realizadas e se descolar do

universo das histórias pesquisadas. Ele relata a importância de se afastar e de “dessacralizar” histórias, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista individual de identificação com as pessoas entrevistadas. Tomando o conceito de “sedução etnográfica” de Robben, Visacovsky percebe que, por meio das relações interpessoais na pesquisa (entrevistas em profundidade, por exemplo), os sujeitos buscam influenciar na forma de compreensão do pesquisador e nos resultados da sua pesquisa. Registrar reações e emoções do pesquisador se torna essencial para manter a análise crítica e para observar a construção dos discursos das entrevistas, suas condições de produção e de que maneira o discurso se faz presente hoje. Para ele, é necessário incluir a sedução etnográfica como imanente ao trabalho de campo: o reconhecimento da sedução etnográfica possibilita manter o compromisso ético de inclusão de possíveis contradições e de relatos que contem com maior afastamento por parte da pessoa que pesquisa.

4.8O encerramento do campo da pesquisa

A pesquisa de campo foi encerrada após a realização da quinta história de vida. O encerramento se deu em função de diversos aspectos. A quantidade de material coletado, a diversidade de perfis de mulheres entrevistadas, a atenção à obtenção dos resultados após a realização de cada encontro e transcrição e, por fim, o tempo restante para a finalização do doutorado foram os fatores que determinaram o encerramento da pesquisa.

O encerramento também se dá como finalização de um processo permanente de refinamento ao longo da realização da pesquisa. Fazer a pesquisa foi ir e vir ao longo desse processo: refinar as questões mobilizadoras, adequar as intervenções nos encontros, reformular estratégias para o campo. O encerramento só é possível com a clareza de todas as etapas vividas, a observação do que se alcançou até o momento de finalização e a percepção da coerência e consistência das representações, que são também resultados dessas etapas. Sobre a análise e finalização, Bertaux (1999, p.13) afirma:

Se invierte en eso un máximo de reflexión sociológica y un mínimo de procedimientos técnicos. Es en la selección de los informantes, en la transformación del cuestionario de un informante a outro (al contrario del cuestionario estándar), en la habilidade para descubrir los índices

que abren la via hacia procesos hasta entonces inadvertidos y para organizar los elementos de información en una representación coherente, que se pone en juego la calidad del análisis. Cuando la representación se estabiliza, se concluye el análisis.

Em relação à saturação do campo de pesquisa, Minayo(2017) traz alguns elementos para consideração. Ela destaca a preocupação da pesquisa qualitativa com a “intensidade do fenômeno”, ou seja, a importância de centrar a preocupação na dimensão sociocultural mais do que na repetição de conteúdo que justifique saturação. Ou seja, com menos generalização e mais aprofundamento em relação a cada encontro – conforme foi realizado nessa pesquisa - é possível encerrar o campo. Ainda, as escolhas justificadas de seleção de participantes e condição de seleção são escolhas que se apresentam como mais importantes do que a quantidade e sistemática das amostras para a autora. Aqui, destaca-se que toda a pesquisa foi realizada com permanente reflexão a respeito dos passos seguintes e análise, que se deu concomitante à realização das histórias de vida e retorno aos referenciais teóricos e, assim, foi possível “trabalhar numa perspectiva de inclusão progressiva das descobertas do campo, confrontando-se com as teorias que marcam o objeto” (Minayo, 2017, p. 3). Olhar para as entrevistas realizadas a cada momento, fazer o contraponto com a teoria existente, percebendo os resultados que aparecem até o momento, percebendo que parte do que se esperava ainda não foi contemplado e buscando as próximas entrevistas seguintes a partir disso.

4.9 Os critérios de inclusão dos relatos enquanto histórias de vida

Conforme apontado anteriormente, ao longo de toda a pesquisa de campo, a questão do tempo das mulheres demandou novos planejamentos e a compreensão de que os encontros não necessariamente se desenrolariam por um período longo. Dessa maneira, os encontros tiveram duração de quarenta minutos, uma hora e meia, duas horas e, com apenas uma das mulheres teve a duração de três horas e meia. Os motivos que levaram a inclusão de todos esses encontros na pesquisa são descritos a seguir.

Este estudo entende que as mulheres, enquanto centrais na investigação, são sujeitos, e não objetos a serem investigados. Dessa forma, as expectativas em relação ao campo de pesquisa devem ser sempre alinhadas com o que emerge no campo – com o que emerge das mulheres que relatam. Significa compreender, portanto, que o campo não está sob controle: os agendamentos, os tempos que as mulheres dispõem para o relato e quais aspectos serão relatados. Se de um lado a pesquisa se faz mediante

planejamentos, cronogramas, expectativas de contatos e de respostas, isso deve, permanentemente ser realinhado com os acontecimentos do campo que, no caso, são guiados pelas próprias mulheres.

Nesse sentido, defende-se que a falta de tempo da maior parte das mulheres para a realização dos encontros deve ser tratada como elemento de análise, orientando o olhar para aquilo que as mulheres apresentam na falta de tempo. É um elemento a mais na análise dos relatos, em lugar de um critério para a exclusão de material, no contexto de um campo de pesquisa que não se pode controlar. É também aceitar e respeitar que elas relatem de suas vidas, aquilo que *desejam* relatar e devem ter *liberdade* para isso.

Com isso exposto, reafirma-se a inclusão de relatos que não atenderam às expectativas em termos de duração do encontro.

Também não se pode perder de vista que, em termos de conteúdo, os relatos incluídos apresentaram elementos essenciais para a discussão dos objetivos propostos, compondo as análises de maneira bastante rica. Ainda, todos os relatos apresentaram subjetividade na forma de relatar (as mulheres se colocaram de fato como sujeitos em cada relato, com expressão de sentimentos, crenças, emoções); observou-se a narração de fatos da vida que ultrapassam menções e há também a abordagem dos eixos planejados (em maior ou menor grau, mas estão lá) e cronologia no relato.

A seguir, apresenta-se a história de vida das cinco mulheres que fizeram parte desta pesquisa. Cada história de vida é aberta com a descrição do processo prévio ao encontro e das impressões iniciais sobre o encontro. A descrição desse processo, nomeada contexto da entrevista, se compõe de trechos registrados anteriormente nos diários de campo de maneira que a tentativa é de apresentar o contexto de cada encontro com as percepções registradas nesse instrumento, colocando em perspectiva a história de vida que então se apresenta.

As histórias passaram por pequenas edições para conformarem um tamanho adequado para a publicação. As edições retiraram assuntos alheios aos temas da pesquisa, o excesso de referências sobre outras pessoas e de detalhes sobre um mesmo evento ou outros que pudessem revelar a identidade nas situações de anonimato.

Optou-se por apresentar as histórias de vida completas para que não se perdesse a riqueza de cada uma. As histórias de vida completas permitem a observação do encadeamento e construção das narrativas pelas mulheres. A apresentação se dá também na ordem da realização dos encontros, o que significa inclusive iniciar e finalizar com as mulheres mais jovens do grupo de encontros.

Assim, os eixos de análise estão divididos por capítulos e seguem à publicação das histórias.

5AS MULHERES

5.1 Mariana¹¹

Contexto do encontro com Mariana

A chegada à Mariana

A chegada à Mariana foi por meio da indicação de uma colega do trabalho, envolvida com a temática de movimentos sociais. Quando estava buscando possíveis entrevistadas, fiz contato com ela, expliquei o projeto de pesquisa e pedi a indicação de lideranças na faixa etária dos 30 anos que tivessem atuação voltada para os direitos sexuais no campo da saúde. Depois de alguns dias, essa colega retornou com a sugestão da Mariana, que é uma liderança importante em uma rede de organizações que militam pela saúde dentro do movimento negro. Realizei uma pesquisa rápida na internet sobre ela e assisti a alguns vídeos no Youtube que contemplavam suas falas sobre prevenção sexual. Fiquei animada com a possibilidade de entrevistá-la.

A Mariana é uma mulher negra de 30 anos, que nasceu em Curitiba e atualmente reside em Brasília.

O primeiro contato foi realizado no final de novembro de 2017, por telefone, quando me apresentei como pesquisadora de doutorado e profissional do Ministério da Saúde e expliquei que tinha chegado ao contato dela por meio da Marina. Esclareci rapidamente a temática geral da pesquisa, meu desejo de entrevistá-la e a metodologia da entrevista. Apesar de parecer um pouco hesitante, Mariana respondeu que tinha interesse em participar, mas estava fora de Brasília até o início de janeiro. Combinamos outro contato no início de janeiro para confirmarmos a data da entrevista. No dia 04 de janeiro, após novo contato por telefone ela confirmou disponibilidade para o dia 15 de janeiro. Deixei a Mariana à vontade para escolher o local da entrevista, considerando que poderia ser na casa dela, na minha, ou em um lugar público. Por fim, combinamos que seria melhor fazer a entrevista na minha casa. Pessoalmente, não só fiquei feliz por

¹¹ O nome da entrevistada foi modificado, assim como outros nomes citados por ela, e foram omitidas as referências a algumas instituições para garantir o anonimato de sua entrevista.

confirmar a primeira entrevista que realizaria como me senti animada com sua realização com uma liderança do movimento negro.

O encontro, a casa, a empatia: a pesquisa tomando corpo

A Mariana enviou uma mensagem na metade da manhã avisando que iria se atrasar, mas que viria. Em torno das duas da tarde, liguei dizendo que estava no prédio. Estava pronta à sua espera e desci para recebê-la. Ao abrir a porta, encontrei Mariana, vestida de maneira confortável e elegante, com um macacão jeans, uma blusa e uma mochila pequena amarela. Ela tinha o cabelo preso, cacheado e lindo e foi simpática quando a recebi. Subimos e fomos conversando no elevador sobre a chegada dela. Assim que ela entrou, começou a procurar uma tomada para o celular. Indiquei algumas, ofereci um café e ela quis uma água.

Fomos para a sala, sentamos, e ela fez várias perguntas sobre a pesquisa. Fui para a cozinha fazer um café pegar a água para ela, quando ela me seguiu, questionando, com tranquilidade, sobre o meu trabalho no ministério e perguntando também como cheguei até ela. Só aí soube que ela também teve uma passagem pelo ministério. A Mariana fez todas as perguntas com muita segurança e muita curiosidade. Assim, ela me entrevistou antes do início da entrevista.

Voltamos para a sala, sentamos mais ou menos de frente uma para a outra, expliquei o termo de consentimento e liguei o gravador.

Durante toda a entrevista, vi uma mulher muito articulada, inteligente, segura, espontânea e que levava sua atuação, bem como a entrevista, com seriedade. Senti que não demorou muito para ela se sentir à vontade na minha casa sendo entrevistada.

Em termos do local do encontro, o fato de ser em casa, e não em uma instituição ou um estabelecimento comercial, deixou a entrevista com mais aspecto de conversa. Ter um ambiente onde se possa fazer pausa para a água ou o café, com o conforto de um sofá, onde o gravador se perde entre os demais objetos da casa, parece ter favorecido a tranquilidade da Mariana para conversar.

Sobre a relação que se estabeleceu ali, outro aspecto que pareceu favorecer foi a questão da empatia. Para mim, apesar da ansiedade da primeira entrevista e da preocupação em relação a como seria o encontro, foi muito prazeroso estar com a Mariana.

Após o encontro, uma frase dela ficou na minha cabeça, algo como: a gente demarcou o espaço da população negra, mas não teve diferença nos indicadores, mesmo depois do trabalho intensivo nesse sentido até dentro do Conselho Nacional de Saúde. Já conhecia a questão racial e a sua importância, mas foi como se, depois da entrevista, os dados, as minhas percepções sobre isso no ministério e inclusive os dados que eu estava atualizando tivessem tomado corpo naquele momento .

História de vida da Mariana

Encontro realizado em 15 de janeiro de 2018, em Brasília.

Nasci em Curitiba, em 1987. Minha família base, núcleo, é minha mãe, meu pai e minha irmã. Meu pai tem outros dois filhos, que são de outro relacionamento que ele teve, são três na verdade, que nós sabemos. O terceiro apareceu quando eu tinha quinze anos eu acho, mas a gente não tem muito contato. A gente não tem muito uma família tão grande, os irmãos da minha mãe faleceram, já não tinha os avós, então foi basicamente minha mãe, minha irmã, meu pai e eu.

Do que eu lembro, a princípio, nós morávamos um pouco distante, sempre moramos distante do centro da cidade, mas antes era um pouquinho mais perto. Das histórias que me são contadas, quando a minha avó estava para falecer, minha mãe comprou um terreno num bairro chamado Fazendinha, que não tinha nada. Compraram um terreno lá, estavam pagando pelo espaço e voltaram lá assim que eu nasci, que é onde eu passei a maior parte da minha vida. Mas basicamente, a gente convivia nós quatro.

Meu pai viajava muito, ele era caminhoneiro, depois foi eletricitista, então continuava viajando bastante. A gente ficava com a minha mãe, eu e minha irmã. Minha mãe trabalhava como auxiliar administrativa da rede municipal de ensino, ela era como secretária lá. A gente ficava a maior parte do tempo em escolas, desde os quatro meses. Minha mãe falava inclusive que a gente não podia tirar nem nota baixa na escola, muito menos em religião. A gente ficava muito tempo dentro da igreja ou então dentro da escola em período integral, basicamente. Com uns seis ou sete anos, quando não tinha mais período integral na creche, eu passei para a escola. Ficava uma pessoa que cuidava da gente, aí variava, quem eram as pessoas.

Nossa rotina era assim, a gente acordava, tomava café, comia, minha mãe pegava a gente na hora do almoço para levar para escola e no final da tarde eu voltava sozinha. Minha irmã ficava mais com a minha mãe, ia para a mesma escola que a minha mãe trabalhava. Mas, a gente ficava muito na rua, de brincar muito na rua, a maior parte do tempo, na rua e nos parques. Então são coisas para mim que são muito mais marcantes! Em Curitiba, uma das coisas que eu mais gosto são os parques, sempre, isso que é legal, ir para o parque, sentar, ficar lá, sempre foi uma das coisas que eu mais gostei de fazer. Das coisas que são muito marcantes para mim na infância, era isso: escola, igreja e rua.

A gente frequentava a igreja católica. Hoje eu não frequento mais, mas todo o meu processo de formação, quer dizer, o início de atuação política se dá dentro da igreja. Quando criança eu já fazia parte da infância missionária, depois fui para o grupo de adolescentes, grupo de jovens, até sair das atividades cotidianas da igreja e então passei a não participar mais. Mas assim, tem um definidor importante! A metodologia usada na comunidade da qual eu fazia parte é muito pautada na teologia da libertação, a perspectiva da construção das CEBs¹². Quem acompanha aquela paróquia são os missionários combonianos. Uma das vivências propostas é essa, no sentido da compreensão de que você tem que estar em interação com os povos. Como é uma comunidade pobre, a perspectiva da atuação, que se tinha muito, que se perdeu um pouco depois da entrada da renovação carismática, era essa visão de construir juntamente com a comunidade, as alternativas. Inclusive de pautar o governo em algum momento, quando necessário. Por exemplo, situação de alagamento: alagava muito em várias localidades. Então a gente já sabia, choveu à noite, todo mundo sabia que assim que a chuva passasse, a gente ia levantar porque tinha que ajudar a família a tirar as coisas de dentro de casa, não precisava de ligação nem nada, todo mundo já sabia. Então sempre foi muito nessa ideia da construção coletiva e da tomada de decisão coletiva. O tema da sexualidade também vinha nesse âmbito. A gestação na adolescência era muito alta na minha comunidade. O diálogo era muito nesse sentido, como a gente dialoga e constrói, dentro das vivências cristãs, as alternativas para se vivenciar a sexualidade de forma mais responsável diante dos objetivos que se tinha na igreja. Não era necessariamente através da abstinência, não se falava com muita pressão em torno da abstinência sexual. Eu pelo menos nunca senti que essa era uma pressão: “não faça

¹² Comunidade Eclesial de Base (CEB).

sexo!”, por exemplo. Mas também não era algo que era deixado de lado. Então se falava do cuidado, das responsabilidades que a gente tinha com o espaço, com a casa, com a família, com o nosso colega ou com a pessoa que a gente estava se relacionando. Era muito mais nesse âmbito da responsabilidade que a gente tinha naquele cenário como um todo. A discussão era sobre o risco disso impactar na nossa vida, mas também sobre o risco de impactar na nossa família, na vivência comunitária, até nos índices locais de gestação na adolescência. Então assim, se você fizer, você vai contribuir quase que para a desgraça de todo mundo.

Dentro da comunidade em geral, não se falava sobre isso. Por parte dos catequistas, tinha um grupo de jovens mais velhos, que acompanhava o grupo de adolescentes, porque sempre era essa a ideia, o grupo mais velho assessorava o grupo mais novo, de idade, não de experiência. Essas outras catequistas, na maioria eram assim casadas e tal... Mas tinha uns dois casais que acompanhavam a gente de outra maneira. Quando a gente fazia catequese a gente queria estar nas salas desses catequistas em específico. Porque eles tinham outra forma de dialogar, de construir, sobre as vivências mesmo. Era o mesmo tema, mas a forma, o fato de sair da sala de catequese, de conversar com outras pessoas, fazia entrevistas com as pessoas, era muito mais interessante por conta da interação comunitária mesmo. Tinha um casal específico que falava mais sobre essas questões da sexualidade e com quem a gente se abria muito mais. Por exemplo, se alguém pegou um casal se beijando atrás da igreja, aí chama alguém desse casal para vir conversar, porque eles iam resolver ou eles tomavam as dores. Tinha mais abertura. Com as catequistas mais velhas, era “não, vocês nem fazem isso!”.

Eu fiquei de uns sete até uns vinte anos nos grupos da igreja. A maior parte dos meus relacionamentos e das minhas experiências foram nesse ambiente. Mas, além disso, eu estudava em escola particular, que tem outra problemática. Eu era a menina negra de fora daquele espaço, que ia para um outro lugar estudar. As vivências eram outras, a forma de interagir com esses dois espaços eram bem diferentes.

Para mim, a dificuldade era: para a comunidade, eu era a menina metida que não podia estudar na mesma escola. As pessoas diziam “Por que você não pode estudar aqui como todo mundo estuda!?”. Mas sempre foi isso, havia a necessidade de me manter distante daquele espaço, tanto eu quanto a minha irmã. E eu fazia tudo quanto era tipo de curso possível e imaginável, para não ficar na vila. Essa era a preocupação, pelo menos da minha mãe, que a gente tivesse estudando e que interagisse o mínimo possível

com a comunidade. Só que a gente sempre gostou muito de ficar na rua. Porque é isso né, criança, rua, estava outras crianças na rua, várias outras brincadeiras. Então, as formas de controle que ela conseguia era à noite, porque aí à noite ela estava em casa e podia meio que ficar olhando o que a gente estava fazendo na rua. Mas, no período que ela não estava por perto, ela não queria que a gente ficasse. E a outra forma foi ficar na igreja também, que para ela, ela sabia tudo. Como ela trabalhava na escola do bairro, perto de casa, na vila mesmo, todo mundo conhecia ela. Isso para o pessoal da comunidade era ruim, falavam disso, de por que eu não podia estudar ali e para o pessoal da outra escola era uma curiosidade saber onde é que eu me escondia.

As maiores experiências de contato sobre práticas sexuais de fato e uso de drogas eu tive na escola, muito mais. O pessoal da minha escola fazia de tudo e mais um pouco. A primeira revista pornô que eu vi foi na escola, de saber como eu devia ou não devia fazer um boquete foi na escola, várias coisas assim foram com a galera da escola.

Mas, eu me relacionei mais com o pessoal da igreja, porque lá eu era uma pessoa que fazia parte daquele grupo, no outro espaço não. Na escola, eu ficava como a melhor amiga que fazia as boas uniões da escola. Então não era alvo de... O primeiro menino que eu fiquei na escola é porque ele queria fazer ciúmes numa outra menina... Umas relações conturbadas, acho que foi a única pessoa que eu fiquei lá.

Majoritariamente, as outras pessoas que eu fiquei eram da comunidade, daquela relação... Eu acabava conhecendo outras pessoas do estado ou da cidade, mas tudo vinculado à pastoral da juventude.

Na igreja se falava muito disso, sobre o que é ser mulher negra. Mas também teve um processo familiar. Nunca teve problema em dizer diretamente que eu sou negra, em nenhum desses espaços. Também na rua não tinha problema. Mas, o vizinho da frente também era negro e mesmo assim quando era pra xingar a gente, era “neguinha”. Era onde ficavam esses marcadores, na maioria das vezes. Na igreja, a gente falava sobre os diversos tipos de violência, então esse era um dos temas que a gente discutia. Houve um ano que o tema da campanha da fraternidade foi a situação dos negros e aí se falava muito disso.

O missionário comboniano, que é o Daniel Comboni e por isso são os missionários combonianos, ele fazia atuação no continente africano, então tinha muito desse debate também. Mas no âmbito dos coitadinhos né??? Tipo “Ah, eles sofrem muito!! E a gente tem que ajudar! Porque eles sofrem muito!!”. Mas do debate racial, veio muito isso. Para mim, era tranquilo o reconhecimento, enquanto uma mulher negra.

Dentro de casa, era essa a realidade, era disso que a gente falava. A madrinha da minha irmã sempre falava: “Tem que andar com o cabelo certo, porque preto você sabe como é né? Se não está com cabelo arrumado, vão falar alguma coisa de você!”. Minha mãe sempre falava isso também: “Acorda e arruma esse cabelo antes de sair. Não vai sair com esse cabelo de piaçava.” Então a gente acabava dialogando sobre isso, não como consciência política, mas como um marcador social, onde é que eu estava e quem eu era naquele espaço.

Não ficava muito nítido a depender das experiências. Eu achava que a professora não gostava de mim, porque eu era a única menina negra da escola e a professora nunca pegava na minha mão ao longo do ano inteiro. Mas tinha essa noção de que sim, eu era uma pessoa negra porque as outras crianças conseguiam apontar isso com muita facilidade. E na vila também.

A consciência política mesmo, de forma específica, veio quando eu me envolvi mais com a pastoral da juventude, quando eu tinha uns quatorze anos, porque a gente fazia uns diálogos nesse movimento dentro da igreja, com o MST¹³ com o pessoal do movimento de luta por moradia, as romarias da terra, a gente entrava muito em contato com os camponeses, então veio esse diálogo muito próximo. E a gente ajudava a organizar as caravanas. Inclusive, no plebiscito da ALCA¹⁴, eu que vim como uma das representantes do estado do Paraná, então teve essa possibilidade de dialogar em conjunto com lideranças mais velhas. Então o debate vinha por conta dessa participação nos diversos espaços. O debate em si não, mas esse momento de reconhecer que essa é uma categoria política.

Sobre ser mulher, era um pouco mais fácil. Era um diálogo mais aceito, mais fluido, dentro das experiências que eu tinha. O fato de ser mulher nos espaços acho que reconheci isso até um pouco antes. Quando a gente fazia a organização de brincadeiras, por exemplo, ficava responsável por algo na festa junina. Eu passava a questionar, e as catequistas também questionavam: “Por que só as meninas tão entregando ou fazendo o correio elegante?”. Ainda que não ficasse isso como marcador: não é para as meninas ficarem escrevendo porque isso é subjulgar, mas havia essa problematização. Era um movimento muito dubio, porque de algumas interações, vinha essa ideia de poder pensar um pouco mais sobre o que as meninas e o que os meninos estavam fazendo, mas de outras não, com umas falas como: “Você é menina, você é mulher, você tem que

¹³ Movimento dos Sem Terra (MST).

¹⁴ Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

ficar mais tranquila, não pode sair por aí gritando e pulando”. Eu sempre sentei com a perna aberta, minha mãe tentou com muita bravura mudar isso! Aí é de como isso era a todo momento reforçado, como nós mulheres deveríamos nos portar diante das relações, que nós éramos detentoras de poder, de cuidar porque os meninos não pensam direito, a gente tem que tomar cuidado da relação pelos dois...

Então, esses pontos eram bem bizarros na verdade! Dos choques mesmo, dos conflitos das ideias: “Ah, aqui era para a gente fazer igual, mas aqui não era para fazer igual, aqui eu tenho que ser só mulher, mas lá é tudo a mesma coisa”. A gente conversava sobre isso inclusive, no grupo de adolescentes, no grupo de jovens, que toda hora confundiam a gente, de não saber qual era a postura mais adequada para ter.

Basicamente, as pessoas dali da minha rua, da vila, com quem eu interagía mais, vivenciavam a mesma coisa que eu. A minha vizinha, que era com quem eu mais interagía, e as pessoas da minha rua, faziam parte da mesma igreja. Então todo mundo ia para lá, fazer as mesmas atividades, ia na mesma catequese... A não ser dois vizinhos, que eram de duas igrejas evangélicas. Todo o restante era católico e ia na mesma paróquia, participava na maior parte das vezes das mesmas atividades. Mudei de escola na sexta série e a partir daí mudou um pouco para mim porque, apesar das duas escolas serem católicas, a primeira era jesuíta e a segunda era de freira. Tem isso né, olha que interessante: outro dia eu estava conversando com uma amiga sobre isso, sobre a partir de que momento a gente viu mulheres como referência e para mim eram as freiras! Tudo organizado pelas noviças nessa segunda escola. Elas eram as diretoras, as coordenadoras, elas davam ordens, a gente tinha medo ou a gente gostava. Uma coisa que eu me lembro, que eu gostava demais era que eu queria dirigir uma kombi. Eu achava muito fantástico! Durante um tempo eu quis ser freira inclusive porque eu gostava dessa ideia, de como elas conseguiram ser tão, na minha visão, tão livres pra organizar as suas vidas! Elas arrumavam a kombi, mexiam na mecânica do ônibus, cuidavam, limpavam, cuidava do pato, tudo! Tudo, tudo, tudo eram elas que faziam na escola! Então isso eu achava legal, isso eu queria, durante um período eu queria ser freira. Aí minha mãe que falou: “Não, não é bem assim, quer participar mais das coisas da igreja? Então, participa de mais coisa da igreja.” Aí eu passei a participar mais, entrei na infância missionária... Porque para mim era isso né, eu queria ser freira, para mim ia dar tudo certo ali, nessa ideia mesmo, que elas podiam e elas conseguiam fazer todas as coisas. Eu sempre gostei muito de dirigir, por exemplo. O meu pai dirigia muito e quando eu passava de ano antes, no terceiro bimestre às vezes, eu viajava com ele. Aí eu

gostava de dirigir, gostava de estrada, porque meu pai dirigia uma kombi. Então a ideia era essa, eu via a freira entrando na escola com a kombi, quando a gente saía para os passeios, eram as freiras que estavam dirigindo o ônibus.... Eu ia ver, tinha uma freira debaixo do ônibus, mexendo na mecânica do ônibus...Então acho que essa referência também feminina, para além da minha mãe em casa gerenciando tudo e mais um pouco, era muito das freiras também. Que faziam tudo a todo o momento.

Quando foi para prestar o vestibular, foi o ano que mudou, de 2004 para 2005: eles mudaram o processo da prova do vestibular e foi quando inseriram as cotas raciais e sociais. Deu muita polêmica, de uma forma geral! Esse debate, onde quer que eu estivesse, ele estava junto. Porque eu estava no terceiro ano, eu ia prestar vestibular e eu era a pessoa negra que podia ou não podia acessar pelo sistema de cotas. Na escola, tinham quatro turmas no terceiro e acho que tinha uma pessoa negra por turma só. Aí é claro que a todo momento as pessoas questionavam, que era injusto e tal. Como era uma polêmica grande, a escola levou a procuradora da universidade para fazer um debate. Foi um debate bem interessante, do por que da necessidade daquela política.

E era em todos os espaços, eu fazia cursinho também. Uma amiga da minha mãe pagava um cursinho para mim e eu ainda fazia um cursinho comunitário – basicamente eu só estudei aquele ano! Aí no cursinho também: “Ah você está no terceiro ano? Vai prestar vestibular? Ah você viu o negócio das cotas?” Um amigo meu, seminarista na época, sentou comigo para conversar especificamente sobre isso. Eu era das poucas que estudava em escola particular, acho que tinha eu mais três só, e todo o restante estudava em escola pública e também tinha as cotas sociais. Então esse tema das cotas fazia parte a todo momento para a gente, todo mundo da mesma idade, queria prestar vestibular e tal. Aí esse meu amigo veio para mim e perguntou: “Você vai prestar vestibular né neguinha?” Ele também é negro, do Espírito Santo. E ele: “Você vai fazer por cotas né?” e eu respondi: “Não sei se eu vou por cotas... Não sei como vai ser...” e ele disse: “Vai, é importante! Você tem que entender que esse é um processo de conquista!” E aí ele passou todo o texto! A gente ficou conversando um tempão para eu tomar uma decisão com base em alguma coisa. Acho que essa foi a conversa que pra mim de fato foi importante.

A madrinha da minha irmã sempre trabalhou a vida inteira como empregada doméstica. Quando eu disse que eu ia prestar o vestibular, ela veio para mim um dia e falou: “Já viu onde você vai trabalhar?” e eu falei que não, que eu ia fazer vestibular. E ela disse: “Não minha filha. Universidade não é lugar para gente como a gente. Você

tem que procurar emprego, você tem que ver como é que é, tem lugares legais, se você quiser eu posso te ajudar”.

A minha vizinha também... Ah! Também teve isso, agora eu me lembro, quanta coisa né, a minha vizinha, que era minha grande amiga, a Paula, ela teve uma filha com quinze anos. Acho que foi a primeira das minhas amigas a ficar grávida. E isso mexeu muito com a gente! Para a gente, era quase impossível namorar, não era cogitável essa possibilidade, porque a gente tinha que estudar, estudar e estudar. Minha mãe achava que eu tinha relacionamento com o universo, porque eu sempre saí muito, então para ela era o que eu fazia a todo momento, eu estava em tudo o que é canto beijando e transando com todo mundo... A questão é que quando a minha amiga ficou grávida, para a gente não foi um choque, mas foi uma quebra, indicando que não são as mesmas relações que a gente estabelece. A Paula, quando começou a namorar, a mãe dela falava para a gente: “Chegou o namorado da Paula, agora vocês vão embora que ela vai namorar”. E aí era sempre isso, ela tinha uns quatorze, quinze anos e a mãe dela dizia isso para a gente, que a gente tinha que ir embora da casa dela porque ela ia ficar com o namorado.

Ela perdeu a virgindade com ele, engravidou, casou e foi morar com ele. Morou um tempo na casa dela, mas depois foram morar em outro lugar. E quase foi a mesma coisa com a outra filha dela, como se fossem processos da família também. Em seguida, minha madrinha de crisma ficou grávida também, depois a outra menina da esquina, várias outras meninas engravidando ali da vila. Tanto que eu e a Fernanda, que éramos as duas espevitadas - falavam horrores da gente, porque a gente pintava e bordava, estava rodando por tudo que é canto. Mas nós somos as únicas que não engravidamos antes dos vinte anos lá da rua. Todas as outras meninas tiveram filhos antes dos vinte. E não era algo problemático para a gente. Se fulana estava grávida, massa, ela vai ter um filho, a criança vai ser amamentada na escola, e para a gente era muito tranquilo. Às vezes eu ia com as mães dos meninos quando elas iam amamentar na escola, eu ia junto para conversar enquanto elas amamentavam, para a gente era um processo muito tranquilo. Que era uma realidade que na escola particular não vivenciava, mas vivenciava os discursos em torno do aborto, por exemplo, que não era algo que a gente vivenciava na vila.

Então as duas realidades, ainda que acompanhassem quase o mesmo movimento, da experiência sexual - se beijava, se beijava e já transava ou não, como fazia - eram os dois diálogos nos espaços, mas a construção era de outra forma. Eu não lembro, até por

conta da vivência religiosa que o pessoal tinha, a gente não falava muito sobre aborto na vila como se falava na escola particular, onde era muito mais tranquilo. Às vezes era muito mais condenável na escola particular, porque tinha uma moda, que as pessoas começaram a fazer primeira comunhão e crisma, a ter uma certeza de um discurso religioso e uma necessidade de falar disso a todo tempo. As pessoas tinham que dizer que escovavam os dentes das crianças da favela que tinham embaixo da escola, que iam lá toda a quarta-feira para ensinar eles a escovar os dentes. Era uma necessidade de falar isso, de como eles eram bons e caridosos por causa disso. Aí o discurso ficava contraditório porque essas pessoas falavam muito mais do aborto, por exemplo, enquanto exaltavam um discurso religioso ao mesmo tempo.

Então era mais complicado. Necessariamente ter estado na igreja foi o que me manteve um pouco mais distante da relação sexual e também das drogas. Na vila era algo muito fácil, muito acessível, se de fato a gente quisesse. O fato de ficar o tempo todo na igreja fazia com que a gente não tivesse nem tempo direito. Tudo o que eu fazia era basicamente: preciso ir na reunião de não sei o que, preciso ir na reunião da festa, preciso ir na reunião da organização tal. Então a gente não interagia direito com esses outros espaços. E na escola não, a galera já saía, já usava outros espaços, já usava muita droga e em decorrência disso, minha mãe não me deixava sair à noite e ir pras festas. Acho que duas vezes eu fui dormir na casa de uma amiga, para a gente poder ir para a festa, e eu tive contato, mas não usei. Mas era nítido, não sei se era moda na época, mas usavam muito ecstasy. Aí rolava de tudo e mais um pouco na matinê, que começava umas quatro e ia até umas oito. Então a galera se pegava loucamente em tudo quanto é canto que podia imaginar. Eu não tive essa vivência, mas vivi junto com as minhas amigas. Elas experienciavam muito mais isso e a gente trocava e tal.

Meu primeiro beijo foi lá na vila, num terreno baldio. Uma experiência triste, mas é engraçado, eu tinha doze anos. Os pais da vizinha saíam e a gente ficava lá, só as meninas em interação e era isso, era uma rolando por cima da outra, o tempo todo. E ficava muito mais nisso. Meu primeiro beijo mesmo foi com a Paula, minha grande amiga e aí depois tinha os outros meninos, mas eles eram mais novos.

Os meninos mais velhos tinham uma sistemática de brincadeira que a gente não entrava muito. Eles tinham o período da bolinha de gude, o período de esconde-esconde, o período do futebol, só que os meninos mais novos não. A gente tinha uns dez, onze anos e os meninos de oito brincavam mais com a gente. Então acaba que

depois da Paula, meu primeiro beijo em menino foi com um menino de oito anos, nessa ideia das trocas, de entender, daquele jogo da garrafa, o verdade ou consequência.

A discussão sobre a contracepção era mais na escola, onde tinha aquelas aulas sobre sexualidade, educação sexual, aí tinha aquelas fotos... Como as meninas da vila tinham uma questão muito mais forte em torno da gestação que as meninas da escola particular, eu não sei se praticavam mais ou não, se tinham mais relação sexual ou não, não sei se dá para a gente fazer esse comparativo. Mas havia um medo muito maior de engravidar. A maior preocupação delas era em torno de engravidar e das outras meninas não. Para elas, a grande problemática era se a gente ia ficar mal falada, se vai ou se não vai conseguir um namorado, se vai casar, como é que vai ficar essa relação depois disso.

Como eu acompanhei a gestação da Paula o parto e até o começo do cuidado dela com a filha, isso para mim foi algo muito forte, do quanto ela deixou de poder fazer as coisas. Primeiro, ela deixou de interagir com a gente porque ela estava namorando, aí ela não saía mais com a gente porque ela ficava esperando a hora que o namorado ia chegar. Eu nunca gostei de ficar em casa, de ficar dentro de casa, eu não gosto de ficar em espaço fechado. E isso tem muito da minha mãe também, porque final de semana a gente ia muito para parque. Depois eu fui crescendo, ficando mais em casa, mas eu ficava muito na rua. E a nossa casa era pequena também, não dava muito para ficar dentro de casa. Tinha dois lugares para ficar dentro de casa, então não tinha graça. Mas, a Paula passava a maior parte do tempo dentro de casa. Então era a minha grande amiga, era a pessoa com quem eu conversava, trocava tudo até aquele momento e aí eu não tinha mais ela. Do nada, a partir do momento que ela começou a namorar e na gestação. O medo que as meninas tinham da gestação era o meu medo de ficar em casa, que era o medo de ficar presa. Isso me mantinha um pouco mais distante também, isso e as minhas outras atividades.

Na vila tinha toda a realidade do que eu não queria para mim. E na escola tinha a ideia das oportunidades, do que poderia ser. Na escola, eu sabia que precisava estar ali, interagir, mas os espaços de interação eram as aulas. Eu não saía, eu não saía à noite, eu não ia para as festas, eu não estava nos parques, eu não ia para as viagens de final de ano que as turmas faziam.

Isso tudo me manteve um pouco mais distante do momento de decidir quando eu ia ter a minha primeira relação. Eu tinha essa ideia de que eu tenho que fazer certo. Eu posso até fazer a coisa errada, mas preciso fazer ela tão bem feita que ninguém pode descobrir. Porque se em algum momento descobrirem, isso vai ter um impacto muito

grande e aí vão colocar todos os jovens na mesma gama. Era muita cumplicidade, uma vez ela saiu comigo para ir na casa de um cara que ela ficava para eu poder ficar com outro cara. Num final de ano, a mãe dela, que era empregada doméstica, trabalhava numa casa, só que todo fim de ano ela ia para o interior do estado e precisava de alguém que ficasse cuidando da casa porque a família ia viajar. Aí a Melissa ficou para cuidar da casa, foi um dia para lá com o namorado dela e eu fui com o Adolfo e agente tentou transar essa primeira vez. A gente tentou transar nessa vez, aí ele não queria transar com camisinha e aí eu falei que não, que não ia rolar. Aí a gente foi outra vez numa outra casa de uma outra amiga, mas sempre tudo muito orquestrado, tinha que ser muito orquestrado, porque as pessoas não podiam saber! Não podiam saber inclusive que eu ficava com as pessoas! A minha mãe era muito brava... Agora eu entendo o contexto de por que ela era tão... tão irritada mesmo! Depois, quando eu fui para o movimento de mulheres negras, eu reví a minha relação com a minha mãe... Porque ela era muito brava, muito irritada, ela batia na gente por piscar. Eu não apanhei tanto, mas a minha irmã apanhou muuuito! A gente não podia piscar direito que ela já estava em cima da gente, e a gente vivia pulando e quebrando as coisas e andando na rua e fazendo muita coisa. Mas, ela dava conta de tudo sozinha, meu pai passou toda a minha infância viajando, toda. Minhas experiências sexuais, eu posso dizer que foram positivas. Eu tive a minha primeira relação sexual com dezoito anos, quase de presente de aniversário. Eu fiz aniversário no outro dia ou dois dias depois e foi um processo consciente muito mais do que desejoso, foi muito mais pensado. Quando não rolou no ano novo, dois meses depois a gente marcou de tentar de volta. Eu pensava “Será que vai rolar mesmo? Será que vai doer?”. A Melissa já tinha transado, as outras meninas também, então era muito nessa ideia, de como eu vou fazer. Acho que para mim foi um processo muito saudável na verdade.

Eu não tive muitas relações ao longo da adolescência e metade da juventude. Porque era isso, eu não era alvo de desejo dos meninos e eu tinha outras tarefas para fazer, eu estava com o foco nisso. Então o cara tinha que ser muito insistente assim, para eu me convencer inclusive que ele queria ficar comigo. Até esse outro menino, que era da outra comunidade, ele dizia que gostava muito de mim e queria ficar comigo, mas também dizia que agora eu precisava focar no vestibular, que isso era importante para mim. Ele não fez vestibular, ele não terminou o segundo grau, mas ele sabia que para mim era muito importante e ele conversava muito com a minha mãe também. Eu tenho até uma cartinha que ele me entregou, que ele dizia para eu focar nos meus

estudos agora e então depois a gente ia ver. Acabou que não foi com ele, foi com outro, em outro contexto, que era um seminarista também. Bem mais velho, uns dez anos mais velho do que eu, mas a pegada é que essas eram as pessoas com quem a gente interagia. Tinha outra coisa que nós éramos jovens, ao mesmo tempo que os seminaristas também eram. Então por exemplo os nossos grandes amigos eram seminaristas na maioria das vezes, porque eram pessoas que tinham responsabilidade na igreja também e a gente também tinha. Eram as pessoas que a gente trocava, que a gente xingava o padre, que xingava a coordenadora, que trocava as angústias em realizar uma tarefa ou não, ou medo, ou o como a gente ia se posicionar em determinada reunião, todas essas coisas. Eram as pessoas com quem a gente interagia.

Eu fiz vestibular e passei para a faculdade de psicologia. Lembro que eu recebi uma carta em casa antes de fazer a matrícula. Quando a gente chegou para fazer a matrícula, tem aquelas escadarias lá no prédio da universidade. Lá na vila, a gente ouvia falar uma série de coisas: que a gente não podia entrar, que é proibido entrar naquele prédio. E eu dizia, claro que pode entrar, é o prédio da universidade, mas alguém dizia que não, que a mãe já tentou entrar, que não pode. Tinha uma série de coisas que rodavam em torno daquilo. Eu já tinha entrado porque eu fazia coral, o grupo de MPB da universidade federal tinha um coral infantil e eu fazia parte desse coral, que a minha mãe colocou a gente lá, era uma das atividades que a gente fazia de tarde. Só que eu sempre entrava pela lateral e é engraçado porque eu não tinha percebido esse movimento até então: tem duas entradas na lateral e tem a entrada da escadaria. No dia do registro acadêmico, só dava para entrar pela escadaria. Tinha uma faixa bem grande: “Estudantes cotistas raciais sejam bem vindos à universidade”. A faixa em si foi um marcador, porque eu lembro que eu li, aí eu olhei para o lado e só aí que eu fui subir pela escadaria da universidade.

Como era o primeiro ano das cotas raciais na universidade, teve um programa que o ministério da saúde desenvolveu em conjunto com o MEC e a secretaria de direitos humanos e dez universidades que tinham implantado o sistema de cotas raciais naquele momento. Era um programa chamado Brasil Afro Atitude. A ideia era conceder bolsas, com o departamento de Aids, para esses estudantes cotistas raciais. Nós recebíamos bolsas para fazer extensão e pesquisa no âmbito de DST, HIV e Aids e a gente discutia esses temas, racismo... A gente passava por um processo de formação e cada universidade aplicou de uma forma, cada coordenador e coordenadora aplicou de uma forma. Eu tinha recebido o cartão lá em casa que era para ver se a gente queria se

inscrever para bolsa do Afro Atitude. Para mim foi excelente porque eu precisava de dinheiro para me manter na universidade. Eu passei pela banca, tinha um prazo para inscrição para as bolsas, e eu lembro que uma das meninas que fez o programa comigo, que era da psicologia também, e outro menino também da psicologia estavam na banca no dia da seleção da bolsa e nós três fomos selecionados para a bolsa, mas cada um para um grupo diferente, porque tinha três grupos no programa. Então os cinquenta bolsistas foram divididos nesses grandes grupos, mas no começo nós ficávamos os cinquenta o tempo todo. Nós tínhamos formação sobre diversos temas, era parte da ação da bolsa ir no museu ver a exposição de artefatos e cultura africana ou tinha que ir numa palestra em não sei aonde entregar um resumo sobre a palestra. Tinha várias pessoas, vários pesquisadores sobre a saúde da população negra e sobre relações raciais no Brasil, que eu tive contato naquele primeiro ano sem sequer saber quem eram essas pessoas. Vários pensadores sobre a cultura afro brasileira ou temáticas prioritárias para a população negra dentro desse processo de formação. Para a gente, foi um processo bem importante e muito diferente. A forma inclusive de interação. Ainda que nós tenhamos nos identificado enquanto negros para ingressar e para utilizar daquela política pública, eles não chegavam em nenhum momento e diziam: “Como você é negro, você tem que defender isso e isso e aquilo”. Mas a gente tinha umas tarefas para cumprir. Para quem não tinha se dado conta, porque tinha muita gente que dizia que marcou como negro para ingressar, mas que tinha ficado com medo da banca e eram pessoas retintas. Um amigo nosso da engenharia civil me disse que na hora que foi para a banca achou que tinha perdido a vaga na universidade “Agora eles vão descobrir que eu não sou negro”, sendo que nada a ver, todo mundo olha e diz que é um jovem negro. Mas ele duvidava disso.

Aí era bacana que no meio dessas atividades, dessas palestras, tinha um monte de falas de quem participava do programa: “Ah isso já aconteceu na minha família!” ou “Nossa já vi isso acontecendo em tal lugar!” e aí, para quem não tinha certeza se era negro ou não, você ia se tocando, que você faz parte desse grupo. Então foi um processo muito sensível. Eu escolhi ficar no grupo que fazia extensão, mas a gente fazia atividades variadas e pesquisa em torno de DST, HIV e Aids, com desenvolvimento de metodologias, e principalmente com crianças da rede pública de ensino. A gente desenvolvia metodologias para o diálogo sobre o preconceito com pessoas que vivem com HIV com crianças, com idosos... Uma das tarefas era fazer credenciamento da conferência de direitos LGBT. Se você não estivesse nem aí pra isso,

você de alguma forma precisava se identificar de alguma maneira com aquela realidade, porque você tinha que olhar na cara das pessoas e escrever o nome delas no crachá. O processo voltado para essa cidadania, para esse exercício de reconhecimento de diferentes realidades, foi muito legal, muito bacana. Então acho que o processo de formação do Afro Atitude foi muito importante, não só pelo discurso que eu ganhei para embasar aquilo que eu já fazia, mas também para aprender outras metodologias. O meu grupo fazia ação no carnaval, nas escolas... E em eventos da própria universidade, fazia debates com os funcionários da universidade, porque a política de cotas quando foi implantada não houve um grande debate, tanto que ela ganhou por um voto de diferença no conselho universitário. Tinham muitas manifestações contrárias e alguns estudantes inclusive foram processados nominalmente por terem utilizado apolítica afirmativa. Nesse processo, em conjunto, a gente desconstruiu e construiu outras alternativas e narrativas e isso foi bem importante. Outra atividade muito interessante foi a que a gente fez no registro acadêmico. Nessa atividade, a gente tinha que dizer que era cotista racial. Então depois de um ano se acostumando com a ideia, estava na hora de dizer isso para as pessoas.

Nós também passamos a fazer atividades dentro do HC¹⁵, com estudantes da área da saúde, a gente fazia esse debate também, sempre com foco em DST, HIV e Aids, mas também sobre saúde da população negra. A gente interagiu muito com outros espaços e com outras realidades no país também. Tinha reuniões, que eram ou em Brasília ou em São Paulo, onde tinha o diálogo sobre a estruturação da política pública.

Então foi através do Afro Atitude que eu entrei na saúde, acabei me apaixonando pela área da saúde, me vinculando muito mais à estruturação da política pública.

No meio desse processo, foi fundada a Rede de Mulheres Negras do Paraná, aí eu passei a participar das atividades por conta do Afro Atitude. Essa organização desenvolvia e desenvolve um seminário chamado “Mulheres negras e saúde” e em uma dessas atividades chamaram a coordenadora do Afro Atitude, mas ela sempre repassava os convites para a gente falar nos espaços e aí ela repassou esse convite também. Eu que fui fazer a fala e aí eu tomei contato com a organização, que estava no começo, em 2006 ou 2007, e me envolvi um pouco mais no desenvolvimento das ações da organização.

Continuei no Afro Atitude, mas as atividades foram modificando, porque foi feita uma parceria com a rede de escolas públicas e a gente passou a fazer mais ações

¹⁵ Hospital das Clínicas (HC)

com as escolas públicas em torno do debate das relações raciais e DST, HIV e Aids. A gente fazia oficina de sexo seguro e tal.

Nessa época, eu comecei a sair das atividades da igreja, nem tanto pela perspectiva religiosa, mas pela perspectiva política. A forma de interagir lá passou a abalar o que eu vivenciava e o que tinha por crença. Começou a me incomodar a forma como os então coordenadores da paróquia dialogavam sobre como os jovens podiam ou não podiam interagir com as ações da igreja. A gente devia interagir em todas as ações que eram de festas, que era trabalhar e vender convite e essas coisas, mas, na hora da tomada de decisão, tudo o que a gente falava era descartado. E a gente nunca foi muito quieto né, então a gente argumentava, criava várias estratégias. Uma vez a gente foi com vinte e cinco pessoas numa reunião e não deixaram a gente entrar porque eram só duas pessoas que podiam.

Quando começaram a questionar por que os jovens não estavam mais indo pra igreja, a gente falou: “Por causa de posturas como essas! Vocês tão falhando, vocês afastam as pessoas.” Aí a gente apresentou uma lista mostrando, reunião por reunião, as pautas que os jovens levaram e não foram consideradas prioritárias, ou quando um jovem foi convidado a sair da reunião porque estava atrapalhando, sendo que ele estava argumentando um ponto de vista diferente. O estopim para a gente foi numa vigília de páscoa, que a gente preparou uma cerimônia linda e na hora da entrada do pão, a gente entrou com o pão na mão. A cerimônia foi muito bonita! As pessoas se envolveram muito, foi algo que pelo menos para a gente foi muito importante, porque desde o início as pessoas participaram. A gente consultou toda a comunidade para ver como é que poderia ser uma cerimônia interessante, não foi algo de texto, de ler e repetir, as pessoas todas tinham que interagir em diversos momentos da celebração, e a igreja estava lotada! Aí eles vieram dizer para a gente no final que não, vocês erraram porque entraram com o pão na mão. Eu pensei que não pode uma coisa dessas!

Em detrimento disso, eu estava em outros espaços que estavam me abrindo, eram espaços de diálogo e de construção. Não fazia mais sentido permanecer na igreja, eu já estava indo quase em represália, só porque diziam que eu não podia ir nas reuniões. É quando eu deixo a igreja, do ponto de vista das atividades, e passo a interagir muito mais com o Afro Atitude.

Até então, todas as ações do Afro Atitude eu levava para a igreja, inclusive as oficinas de sexualidade, que foram alvo de críticas pesadíssimas. Diziam que o problema não era discutir sexualidade, mas a forma como era levado, mas não

conseguiram explicar qual era o problema da forma. O diálogo deles era que a gente estava fortalecendo a sexualização e eles definiram que só falariam sobre isso quando eles tivessem um especialista nisso na igreja. Enquanto isso tem vários adolescentes e jovens, meninos e meninas, que continuam manifestando a sexualidade de diversas formas, até eles formarem um tal especialista para trazer...

Passei a fazer mais contato também com a Rede de Mulheres Negras. Lá, tinha um questionamento que eu não vivia no Afro Atitude, que era: como é que a gente pauta o governo? Esse era o foco da organização. Nesse momento, eu atuava também como estagiária da secretaria de assuntos estratégicos do Paraná e passei a ser estagiária da Rede Mulheres Negras - PR. Aí no começo, ficava só eu e o telefone, porque ninguém ligava, ninguém! Mas aí depois, veio o primeiro computador, teve o desenvolvimento da organização. Foi a organização que me deu base para entender onde eu estava, qual era o meu lugar e qual era o papel que eu tinha que ter. Eu já tinha um discurso dentro do âmbito da saúde, eu tinha as experiências para pensar metodologias e fazer os diálogos. Naquele momento eu tinha um espaço para interagir onde eu podia exercitar uma outra construção de diálogo.

Uma das fundadoras da Rede de Mulheres Negras, que era uma menina também, foi muito importante para mim. Porque ela levou o discurso geracional, que até então eu não tinha. Tem uma experiência na Rede que foi muito importante para mim. Para as conferências de saúde, a gente precisa apresentar teses. Em 2008, eu fui para a Conferência de Saúde de Curitiba e a gente levou a tese para ser apresentada, que era sobre as mulheres negras. Esse documento era passado nos grupos para ser apresentado na plenária e submeter para a conferência estadual. Nós nos dividimos nos grupos e eu fui apresentar a tese das mulheres negras. Foi interessante porque, antes da apresentação da tese, eu conseguia argumentar e todo mundo achava super bonitinho, assim fofinho, a juvenzinha dialogando no grupo sobre saúde e sabendo citar as coisas. Acabou o debate do grupo e começou a apresentação das teses. Quando eu terminei de ler a tese das mulheres negras... levantei os olhos e me surpreendi! As pessoas estavam todas de cara fechada! Olha só, eu até tremo as mãos só de lembrar desse dia! As pessoas batiam na mesa! Olhos verdes e azuis penetrando e me olhando, batendo na mesa! Uma sensação horrível, de repente todo mundo fechou a cara e começou a gritar: “É um absurdo o que você está falando! Você está dividindo!” O argumento era em torno do racismo institucional e o quanto isso aumentava o índice de mortalidade de mulheres negras em Curitiba. Argumentava que, ainda que o Programa Mãe Curitibana fosse

muito bom, não conseguia reduzir a mortalidade materna das mulheres negras. As pessoas começaram a me chamar de “menina”, começaram a questionar quem era eu para apresentar aquilo, questionaram os argumentos...

Ingenuamente, eu achei que as pessoas não estavam entendendo o que expliquei, então argumentei: “A gente sabe como é o processo nas unidades básicas de saúde. Por exemplo, quando a pessoa entra descalça na unidade básica de saúde, a gente sabe que o atendimento é diferente”. Nisso, todos eles começaram a gritar que isso era mentira! E eu pensava, é impossível eles não verem que isso acontece! Porque eu ia na unidade básica de saúde perto da minha casa e via isso acontecendo! Eu não conseguia entender o que estava acontecendo, como eles não viam isso!?

Para mim foi muito pesado.

A tese passou em alguns grupos. Mas, na etapa final não passou e não foi para conferência estadual. E olha só, colocaram uma mulher negra para fazer a contraposição no final e argumentar contra a nossa tese, ela dizia que o que apresentamos “não era necessário”.

Na segunda conferência a gente levou de volta a tese, que não passou, e na terceira conferência municipal a tese passou e aí foi para a estadual. Mas, aí era outro momento.

Como eu era representante da Rede, eu comecei sendo conselheira local de saúde, da minha unidade básica. Fazia acompanhamento ali, de todas as coisas que aconteciam, participava das reuniões do conselho local e levava para a organização. A gente participava de vários conselhos locais de saúde, depois disso a gente participava no conselho distrital.

Nesse momento, eu participava da Rede e assim eu participava de algumas comissões: de saúde de adolescentes e jovens, de DST e Aids e do programa do adolescente saudável. Eu também estava como coordenadora de um projeto, em parceria com a secretaria estadual de saúde e com o programa de Aids. Era um diálogo com meninas de prevenção de HIV, DST e Aids, cidadania e teatro. Foi muito bacana a experiência! A gente saiu de lá pela necessidade de estar em diálogo com as populações negras. E aí o bairro com maior concentração de população negra é o Sítio Cercado. Lá, a gente fazia as atividades com as meninas da comunidade. Essa foi outra experiência muito bacana, tanto no âmbito do debate geracional como do contato com essas diversas realidades. Ainda que eu tivesse muito contato com as meninas todas no meu bairro, da

vivência que a gente tinha, não era reconhecido isso, não tinham tantos negros na rua e não tinha esse diálogo “somos negros”.

Levar esse diálogo para minha casa foi complicado. Minha mãe já fazia parte da organização, mas isso ficou nítido quando a minha irmã estava namorando um menino negro e meu pai detonou: “Esse neguinho não vai entrar na minha casa!”. Aí minha mãe que falou: “Como assim não vai! Você já olhou para mim? Você já olhou para as suas filhas?” E aí que a gente foi começar a fazer esse diálogo lá em casa, eu já estava na organização. Nesse episódio que a gente começou a fazer esse diálogo em casa. Até porque era um discurso muito novo e eu precisava aplicar em algum lugar para além dos espaços que eu já estava e a casa era o espaço mais próximo, acabava sendo ali mesmo. A minha mãe até então não falava dessa forma, o que ela me disse quando eu passei no Afro Atitude foi: “Mas, minha filha você acha isso bom? Você já entrou na universidade, melhor você esquecer isso!”, se referindo às cotas, porque o programa era voltado pra cotistas.

Voltando ao projeto das meninas, a gente precisou mudar o estatuto para que a juventude fosse foco de ação prioritária da organização, porque até então não era. Foi muita briga e aí sim o projeto com as meninas aconteceu. Isso pra mim foi muito marcante.

Como o processo que eu vivenciei no Afro Atitude foi muito sensível, a ideia era que a gente vivesse isso com elas, fazendo esse movimento: “Como nós somos vistas?”. A maioria das meninas eram negras. Fizemos a mesma coisa que no Afro Atitude, fomos para show de rap, exposição, peça de teatro, porque o projeto era de teatro também e a instrutora de teatro era fantástica, muito sensível. Ela sempre casava a pauta da oficina cidadã, que também tinha os debates, com a oficina técnica que ela ia dar. A gente discutia direitos humanos, juventude, relações raciais, relações sexuais, prevenção de DST e Aids, violência contra a mulher. E, além disso, tinham as outras atividades de ir para os espaços. Tinha duas unidades de referência para a reunião e a gente começou um diálogo com essas unidades. As meninas do projeto iam, faziam entrevistas nas unidades. A ideia era aproximar o serviço dessas meninas, mas um grande erro que a gente fez foi chamar uma unidade para dar uma atividade para a gente. Só que eles levaram todos aqueles materiais, aquelas fotos horríveis de gonorréia e pregavam a abstinência, que erro! Na atividade seguinte, a gente conversou com as meninas sobre isso, o quanto que o serviço estava na contramão do que acontecia. As meninas tinham filho com treze anos, como elas estavam pregando abstinência?

As meninas negras que saíram do projeto acabaram todas trabalhando como empregadas domésticas ou babás, isso com quinze anos. As outras engravidaram. Todas as meninas negras! Isso foi muito pesado para a gente... Por mais que a gente tenha muita atuação e ênfase nisso, a nossa ação ainda é muito ineficaz. Não é um projeto de um ano que vai mudar essa realidade. A gente ficou pensando, na organização, em como construir outras alternativas para isso. Dos projetos que eu coordenei, esse foi muito marcante. Os diálogos dentro da comunidade, que já tinha outras organizações que atuavam lá, o tráfico intensivo na região. Para mim não era comum, porque ainda que eu soubesse dos tiros atrás da minha casa, eu não sabia porque em determinado horário minha mãe mandava eu entrar em casa e em outro horário eu estava na escola. Quando eu sabia, vinha como um boato. Ali não, ali a gente via o corpo, a gente via a polícia chegando, as abordagens, eu vivenciei muito mais isso do tráfico lá do que na minha comunidade de fato. Teve um momento que a gente teve que pedir autorização, porque a gente também fazia diálogo sobre drogadição. A gente foi conversar com o traficante e ele disse: “Tranquilo, tô sabendo do trabalho que vocês tão fazendo, é super legal mesmo, tem que falar mesmo com as meninas, é só não interferir no meu trabalho e tá tudo certo!”. Quando houve um problema lá dentro da organização, ele veio perguntar para a gente se a gente precisava de ajuda. Mas, como é que a gente usa essa ajuda? Porque a gente sabe do que pode acontecer, então a gente não aceitou.

As meninas do projeto falavam sobre o aborto tranquilamente, porque elas encontravam os fetos nos espaços, na comunidade, porque elas vivenciaram violência... A gente tinha todo um cuidado para ter um diálogo com elas, que não era um problema do ponto de vista do discurso. Esses choques das realidades muito brutais foram e são muito marcantes na minha trajetória ainda e me fazem refletir sobre como construir esses diálogos sobre os direitos das mulheres.

Eu tinha os discursos muito estudadinhos, os argumentos, os indicadores, o que causa o que, o que é necessário, até aquele momento. Mas ali, nesse projeto, eu tive a vivência. Na minha comunidade era maioria de pessoas pobres e a realidade era essa para as mulheres: ou você trabalha ou você casa. Isso eu via, era mais fácil falar sobre isso. Mas, todos os outros assuntos eram muito mais teóricos, eu conhecia de estudar. Por exemplo, eu não tinha vivência próxima de violência, não tinha vivenciado violência policial e da morte em si, eu ouvia muito falar, mas nunca tinha visto acontecendo. Viver naquela comunidade durante aquele tempo me fez experienciar todas essas coisas. Em um ano, tudo aquilo que eu tinha acumulado de discurso de todo

o projeto de Afro Atitude, do período que eu fiquei em preparação na Rede para atuação, ali eu tive toda a vivência e todas as problemáticas. Foi um marco para mim, ali era a realidade de todos os discursos.

Depois desse projeto, eu passei a acompanhar mais a pauta da juventude e me envolvi com a conferência nacional da juventude. Fui trabalhar num projeto em uma ONG¹⁶ por um período. Meu namorado nessa época trabalhava lá. Aí eu passei a ter uma relação que...esse relacionamento foi o mais longo que eu tive, durou cinco anos, e passou por essas fases. Conheci ele quando eu já estava na universidade, dentro dos movimentos sociais. Eu estava contribuindo na organização da conferência nacional da juventude e ele também estava, pela ONG. A gente teve um relacionamento que foi assim: era muito intenso até que eu descobri que não era intensidade, que eu estava num relacionamento abusivo. E esse para mim foi um processo muito dolorido e muito complicado.

Eu fui trabalhar na mesma organização que ele, em um projeto de implantação de comissões de acompanhamento da violência contra a mulher. Eram vários educadores, cada um ficava com um município e eu estava acompanhando um dos municípios da região metropolitana. Tinha uma dificuldade, que todo mundo me testava nos primeiros encontros. Porque eram gestores, militantes, profissionais de saúde, da educação, que participavam para a criação da comissão, para a implantação da estratégia de acompanhamento da violência contra a mulher e eles estavam na formação que eu dava. Eu era muito nova, eu sempre fui nova, eu já tenho cara de nova né, mas eu era mais nova ainda na época, então eu parecia muito mais nova! Eu lembro que eu passei por todo outro processo de debate, pensando, que droga, eu sei fazer o debate geracional e eu não posso dizer isso para eles, porque aqui é outro lugar. Eu virava travesti e eu digo isso rindo, porque eu arrumava o cabelo, usava salto e olha eu nem gosto de salto, e ia toda travestida pro espaço! Foi interessante, porque eu acompanhei o desenvolvimento das atividades, atuava com os outros educadores, via como estava o processo de cada turma.

No desenvolvimento de uma atividade, eu lembro exatamente do momento que eu me toquei: “Bah! Eu sou a pessoa alvo do comitê a ser criado!”. Eu estava preparando a atividade do ciclo de violência e pensando quais eram os exemplos que eu podia dar, quais exemplos que eu podia construir de forma que as pessoas pudessem se

¹⁶ Organização não governamental (ONG)

identificar com cada um daqueles momentos do ciclo. Aí eu fui construindo: vou pensar quais são os exemplos que vêm na minha cabeça. Ia lembrando e anotando, fiz o círculo com cada momento no papel. Eu olhei o papel e vi: eu consegui dar todos os exemplos. São todos do meu relacionamento. E eu comecei a chorar desesperada, chorei, chorei...

Fui dar a minha atividade na semana. Voltei, continuei naquilo, remoendo a situação, continuando as mesmas vivências, da mesma forma. Até que chegou um momento que eu fui confrontar ele e ele falou: “É um absurdo, eu trabalho com isso há muito mais tempo que você! Como você está me acusando disso? Não é real.” E eu lembro de um medo gigantesco, de como é que eu, que era educadora de um projeto de violência contra a mulher, estava passando por esse processo? E aí eu não contei para ninguém, não falei para as pessoas. Uma amiga que atuava comigo na secretaria de assuntos estratégicos, eu lembro que ela falava: “Que absurdo isso que ele faz com você!” Porque ele ia no trabalho, gritava comigo na porta do trabalho.

Eu não continuei no projeto. Eu não consegui dar continuidade ao trabalho em vez de acabar com o relacionamento. Eu acabei com o trabalho. Saí daquela proposta e voltei a trabalhar na Rede, acompanhando outro projeto, em prevenção, violência e saúde da população negra com jovens quilombolas. Eu fui conselheira estadual de saúde por um curto período e depois entrei em uma rede que trabalha com a saúde da população negra e Aids e passei a atuar cada vez mais lá. Aí é quando os problemas no meu relacionamento ficaram maiores, porque eu tinha que viajar. As viagens se tornaram um problema, porque eu não ficava tempo em casa e essas coisas. Fui fazendo minha graduação enquanto isso. Terminei a graduação e, quando eu precisei terminar a monografia e tinha que ficar muito tempo em casa para escrever, isso foi um problema gigantesco do relacionamento. Ele questionava por que eu não saía mais como eu saía todo fim de semana, por que eu não saía do trabalho e ia para o trabalho dele como eu sempre tinha feito. Aí essa foi a vez que eu terminei de verdade. Porque ao longo do relacionamento tiveram vários terminos e voltas.

Terminei a relação, terminei a monografia e intensifiquei com a Rede o desenvolvimento dos trabalhos. Com esse trabalho nesse novo espaço i é quando eu passo a acompanhar o Conselho Nacional de Saúde. A pauta que eu levava era saúde das mulheres, saúde das adolescentes e jovens e saúde da população negra, ainda que eu estivesse com mais foco na saúde da população negra. Como eu já tinha acompanhado mobilização de saúde da população negra era algo que eu estava muito tranquila. E a mobilização naquele momento também estava levando o tema de saúde de jovens e o

genocídio da população negra como uma das principais pautas, como parte da saúde pública.

No Conselho Nacional de Saúde, eu passei a interagir muito mais com outras dinâmicas de relação política, diferente da minha experiência no Paraná. Essa foi uma experiência importante quando eu fui para o Conselho Nacional de Saúde. A gente dialogava muito próximo, esses movimentos - negro, LGBT e jovem, em relação às alianças a serem realizadas naquele momento. A questão é que a gente dialogava muito mais com esses movimentos identitários do que com os das patologias, por exemplo. Eu fazia parte de algumas comissões também no conselho. O fato de eu ter feito parte da comissão intersetorial de recursos humanos também foi muito importante, porque ali você tem uma dinâmica sobre a formação de algumas profissões na área de saúde. Para o diálogo que eu faço sobre saúde da população negra, não havia como! O olhar que se tem dentro da comissão de recursos humanos foi bem interessante. Quando a gente estava fazendo a análise dos processos para abertura ou renovação dos cursos, tinha que verificar se os documentos estavam de acordo com a Lei 10.639, de ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, que tem que fazer parte do currículo. Teve uma visita da Universidade Federal de Rondônia, onde tem a maior concentração de diferentes povos indígenas. O curso não tinha nem uma disciplina optativa sobre isso, então estava em desacordo. E a argumentação era que tinha uma matéria sobre negros. Mas a questão não era essa. A demanda social da região está falando muito mais sobre população indígena e era importante que essa instituição tivesse essa disciplina no currículo. Isso sim seria cumprir a Lei. Aí veio todo o debate, que acaba sempre no debate sobre as cotas né! Se era importante, se não era...para mim era um desgaste pessoal: chegar em todos os lugares e debater se cotas raciais são importantes ou não. Eu entrei na universidade em 2005, a gente está em 2018 e eu preciso fazer exatamente o mesmo debate, o mesmo! Dessa reunião eu cheguei a sair chorando, porque as pessoas, parece que elas não querem entender. Mesmo levando dados, números, indicadores de saúde mesmo, é muito difícil, porque as pessoas dizem que não concordam. Não era só eu falando, eram várias pessoas falando sobre a importância do cumprimento da lei e do debate racial. Isso me fez ver que o cumprimento dessa lei era muito limitado. Porque as pessoas que discordaram naquela reunião, que não foram a fundo nas demandas de cada universidade, deixaram processos passarem sem cumprir.

No período que eu estive no conselho, foi organizada a 15ª Conferência Nacional de Saúde, a Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com

articulação com alguns outros movimentos, prévia à conferência nacional, a conferência livre de saúde da população negra, a conferência livre de jovens e a conferência livre de saúde das mulheres. Acompanhei diretamente esses processos, porque a gente prepara para o outro.

Ah isso é bem importante também, para esse processo de formação e de identificação com o tema: o meu diálogo em torno do direito sexual e reprodutivo sempre foi em torno da prevenção de DST, HIV e Aids. Com o diálogo com a Rede de Mulheres Negras do Paraná, eu passei a ter uma outra dinâmica, de como essas relações são estabelecidas e quais são os pontos específicos para as mulheres no geral, mas para as mulheres negras também. Na mobilização da 14ª Conferência Nacional de Saúde, o movimento negro fez um encontro de lideranças do movimento negro rumo à 14ª. É muito generosa a forma como as militantes, as mulheres negras, as organizações de mulheres negras se doam mais para a organização. Não é só a renovação no sentido que tem que vir novas pessoas. Mas, que todas as pessoas que entram, que elas passem por um processo muito mais tranquilo, porque não é fácil, um processo de acompanhamento para atuação. Eu vi isso na Rede de Mulheres Negras do Paraná em relação a mim, de bancar inclusive que eu ia na reunião com os gestores apresentar a pauta. Continuar bancando pessoas jovens não é uma postura tranquila para todos os movimentos. Essas organizações das quais eu faço parte são sobretudo de mulheres negras e esse é um movimento que pelo menos respalda e dá abertura para isso e constrói as pessoas nesse sentido. Não há uma referência maior para mim do que as mulheres negras que estiveram e que estão ainda comigo nos movimentos!

Participar ativamente na realização da I Conferência Estadual de Juventude do Paraná foi muito bacana, na criação do Conselho Estadual de Juventude também. Eu participei de uma forma muito ativa desse processo, do diálogo com o legislativo, com o executivo, a construção com os movimentos sociais, acho que isso foi um processo bem bacana. A construção do encontro de juventude negra do Paraná, a criação do grupo de trabalho de saúde da população negra do estado do Paraná. O foco na redução da mortalidade materna, que sempre foi algo que eu passei a atuar, e que a gente construiu conjuntamente com a secretaria estadual de saúde, então eu acompanhei todo o processo com a secretaria e com a Rede de Mulheres Negras do Paraná. Participei também da organização das conferências livres, de trabalhadores da saúde, de mais uma. Acho que ao todo foram cinco ou seis e eu estive na coordenação de três, isso foi bem interessante também. Minha participação nesse último congresso de Aids também foi importante pra

mim. A última conferência de saúde do Paraná também foi muito importante. Eu fui falar sobre a responsabilidade dos usuários do SUS no controle social e isso foi positivo. Porque tem um processo de dizer que os usuários que são problemáticos no controle social. Foi interessante terem me chamado, foi um reconhecimento da atuação das organizações que eu representei e sobre me reconhecer para falar sobre um tema que não era especificamente a saúde da população negra. A criação do Fórum de Juventude do Paraná, a criação do Coletivo Mangueiras, que é um coletivo de jovens feministas pelos direitos sexuais e reprodutivos. Participar do II Encontro de Negras Jovens Feministas, ir para a conferência de saúde do trabalhador. As falas nos encontros e congressos acabam sendo mais importantes, mas eu passei a rodar mais e circular mais em espaços como esses com temáticas variadas. Eu passei a ser reconhecida nos encaminhamentos das falas.

Quando eu estava para sair do conselho, eu fiquei muito desgostosa, pessoalmente. Com o fato de estar constantemente nos espaços e mesmo assim é uma fala que não reverbera, que não vai muito para além, ainda que a gente tenha construído alguns diálogos dentro do conselho. É muito mais demarcação de espaço, que é importante também, do que necessariamente a redução dos indicadores, que é o que é necessário. Por conta disso a política fica descredibilizada. São vários outros impeditivos para isso que têm que ser levados em consideração, claro, mas o fato é que no final as mulheres negras continuaram morrendo mais. Reduziram a violência contra a mulher, mas a violência contra as mulheres negras não reduziu, reduziu a mortalidade juvenil, mas da juventude negra não reduziu, reduziu o indicador de infecção por HIV e, no entanto, são as pessoas negras que continuam morrendo de aids.... Eu fico desanimada em dizer, que ao longo dos três anos isso me deixou muito desgostosa... Eu cheguei a pensar, não é isso que funciona. Tem a necessidade dessa atuação do controle social, mas não é nisso que eu estou querendo atuar de forma direta. Eu quero também ter um diálogo com outras construções, então a minha vontade era ter voltado a ter diálogo com as comunidades. Se eu faço a formação de cinquenta pessoas em um ano e, se dessas pessoas, três passam para frente, para mim já estava massa, você vê resultado! Essa era a angústia no conselho, você está ali falando com um monte de gente, que sorri e fala que é super legal o que você falou, mas ali do outro lado você ouve a pessoa desconstruindo tudo aquilo. Os discursos precisam ser feitos, é que eu não estou mais disposta a estar apenas neles. Eu preciso trabalhar com as duas realidades, na atuação no

controle social e diretamente com a comunidade. É a comunidade que te alimenta de fato. O outro espaço é muito mais desgastante.

Eu estava vendo outras organizações para trabalhar, quando eu recebi o convite do ministério da saúde para trabalhar com a saúde da população negra. Naquele momento, eu conversei com as pessoas com quem eu tinha construído no movimento, para ver se isso era interessante ou não, do ponto de vista do que a gente tem de organização política. Aí, fui para compor a equipe de gestão participativa, mas já era um momento muito frágil do governo Dilma (Roussef). Tanto que eu fiquei oito meses, foi uma curta vida lá dentro. Deu para tomar pé de algumas coisas que aconteciam, dos diálogos que aconteciam no âmbito da gestão, mas de fato eu não consegui interagir e fazer a interferência da forma como era necessário. Nós construímos alguns documentos, normativas, notas técnicas. É um trabalho burocrático, é um trabalho interessante, de construção de aliança, dentro do próprio ministério, para que outras ações sejam desenvolvidas. Meu foco era o diálogo em torno de gênero, raça e geração, que era o que fazia há mais tempo, então o foco de atuação era esse. Mas, foram quedas atrás de quedas, inclusive da diretora. Não é que não pegaram enquanto militância, é que as pessoas não tomaram aquilo para si, e isso é uma dificuldade que eu identifico. Essa dificuldade, sobretudo, fez com que quando tiveram as saídas, não tinha pessoas com acúmulo para seguir com as pautas. Não existia respeito pelas pautas que o departamento levava. Por exemplo, para reduzir mortalidade materna, necessariamente tem que pautar a mortalidade materna das mulheres negras. Se só essa estratégia fosse utilizada, já teria uma redução significativa da redução da mortalidade materna das mulheres no Brasil. Isso foi identificado, mas houve uma escolha em não atuar nesse sentido. Então essa decisão também faz com que o Brasil não atinja a meta do milênio.

No Paraná, uma das coisas que foi aprovada na conferência estadual de saúde era a implantação da política de saúde da população negra. Com isso se criou o comitê e então teve os desdobramentos. A Rede Mãe Paranaense colocou como critério de risco intermediário gestantes indígenas e negras, pretas e pardas. Então podia ser algo que é bobo e as pessoas não entendiam direito o que era. A gente foi fazer junto à secretaria estadual de saúde, com a divisão de comunidades vulneráveis, formação em todas as regionais do estado, passamos a ser demandadas por conta das universidades, de outras áreas e municípios também, não só a regional. A gente fez um diálogo muito próximo nesse tema. Houve uma redução de 40% da mortalidade materna do estado do Paraná, em 2012 ou 2013. Parece que é algo bobo, mas foi o único estado que conseguiu reduzir

nessa proporção. Quando teve essa conversa na avaliação, quando foi apresentado esse resultado, que é super bacana, no conselho estadual de saúde, não se disse que era por isso. Inclusive, as profissionais que foram apresentar não conseguiram reconhecer esse critério de risco intermediário como importante para isso. Ainda que a gente tenha enxergado lá: o número das gestantes que deixaram de morrer foi das gestantes pretas e indígenas. A redução se deu por conta de evitar a morte dessas.

Saí no final de 2016 e fiz um processo seletivo, já estava morando em Brasília, aqui, para acompanhar o desenvolvimento de uma pesquisa em torno da qualificação da gestão participativa no SUS. Fiquei trabalhando com o desenvolvimento dessa pesquisa. Eu tinha me afastado um pouco do movimento, mas depois eu retornei. E nesse momento que eu fiquei um pouco afastada, comecei a pensar em fazer mestrado, mas sempre fui muito avessa às construções da universidade, pela forma como se constrói, pela busca de informação que nunca devolve. Parte de todo esse processo, tanto esse processo de formação da escola, como das vivências com as minhas amigas de perto de casa... A minha primeira relação sexual foi com preservativo. Depois disso, o histórico só reforçou. Isso para mim é muito certo. Durante o meu relacionamento mais longo e tal, que eu passei pela violência, eu não usava camisinha em todas as relações por conta quase de uma exigência... Não era exatamente uma exigência, mas era! Era mas eu não encarava como uma exigência de que a relação sexual deveria ser sem o preservativo. Não teve nenhuma outra relação em que eu não tenha utilizado preservativo. Isso para mim era algo, era não, é, é certo. Mudou muito a minha forma de relacionar com as pessoas e a forma de identificar e de interagir com as diferentes pessoas, as diferentes formas de vivência, de compreensão, não só do ponto de vista da pauta, mas como é que as pessoas têm as suas práticas e estabelecem suas relações sexuais ou não, suas relações políticas, então tudo isso passa a fazer parte da minha vivência de forma muito intensiva.

Acho que o movimento Aids também fala muito isso, dessa multiplicidade de que todas as pessoas estão vulneráveis. E consegue trabalhar com facilidade com a priorização de alguns públicos. Então quem sabe essa identificação com isso seja muito mais tranquilo para a pauta que eu levo e a forma que eu passei a encarar a minha vida também nesses relacionamentos. Inclusive de ter relações diversas. Não só identificar como foco das minhas interações os homens, que até determinado momento da minha vida eram só os homens e pronto. Essa era a forma bacana, legal, de viver a vida, ou de ter um relacionamento. Eu identifiquei outras possibilidades, não que isso seja

obrigação, mas identifiquei as minhas vivências fortalecidas e construídas por conta desses outros espaços de interação.

Da minha experiência, no campo dos direitos e da saúde sexual, ainda precisa ter maior reconhecimento das identidades. Porque as identidades fazem com que as pessoas experienciem de formas diferentes. Não só o acesso aos direitos e aos serviços, mas inclusive faz com que as pessoas se relacionem com as informações de uma forma diferenciada. Por vício, eu falo muito mais da população negra, porque é isso, é meu maior exercício na maioria das vezes..Se diz que passou o momento de reconhecimento das identidades. Se fala muito sobre as identidades! Mas, pouco se analisa de forma analítica e séria qual é a forma que essas identidades interagem diretamente com os indicadores de saúde. Esse é o grande problema! Quando são estruturados os serviços de saúde sexual a reprodutiva, são os mesmos resultados, você só passou a colocar o nome e a identidade das pessoas. Na prática, de fato, não teve diferença.

Então, a questão é reconhecer as identidades, mas reconhecer do ponto de vista do exercício. O serviço tem que pensar nisso, quem pensa a política pública tem que pensar nisso. As pessoas têm que estar pensando todas essas estruturas.

5.2 Vera¹⁷

Contexto do encontro com Vera

Chegada à Vera

Cheguei à Vera por meio de uma colega com quem tive contato no período em que trabalhei no Rio de Janeiro, na área de violência contra a mulher.

Vera pertence a uma ONG com atuação na área de saúde e direitos humanos e me foi apresentada por uma colega da área de violência contra a mulher. Atuou na Secretaria Estadual, foi representante de conselhos e atua em um serviço de saúde. Antes de entrevistá-la, uma pesquisa sobre ela mostrou que de fato sua atuação é extensa e importante na temática. Ela atuou desde a adolescência e em espaços da sociedade civil organizada e das instituições públicas bastante variados. Vera é uma mulher negra,

¹⁷ O nome da entrevistada foi modificado, assim como outros nomes citados por ela, e foram omitidas as referências a algumas instituições para garantir o anonimato de sua entrevista.

moradora do Rio de Janeiro e, antes da entrevista, soube que ela tinha em torno de 70 anos de idade.

Enviei um e-mail para ela no final de novembro de 2017 contando sobre a pesquisa e perguntando se poderia entrevistá-la. Ela respondeu com o número do celular e começamos o contato para o agendamento. Quando nos falamos, perto do fim do ano, agendamos a entrevista para meados de janeiro, já que, no início do mês, ela estaria com os filhos, que moram no exterior, na casa dela, no Rio. Próximo à data da entrevista, não consegui confirmação do encontro. Alguns dias depois ela pediu para que agendássemos depois do carnaval. No início de março, nos falamos e agendamos para o dia 14 de março, na casa dela.

Em todos os contatos realizados por telefone, Vera sempre foi muito afetiva. Ela é bastante objetiva na fala e direta também. Os impasses referentes ao agendamento da entrevista, acredito, ficaram mais relacionados ao fato de que Vera até hoje tem muitas atividades tanto profissionais como na militância e, aparentemente, ocupa um tempo importante com a família também. O fato de ela ter aberto uma hora na agenda para conversar comigo foi bastante solidário da parte dela.

O encontro

Conforme combinado, cheguei na casa da Vera um pouco depois das quatro da tarde do dia 14 de março. Ela mora em uma casa cheia de objetos decorativos antigos, móveis de madeira e plantas na área externa. A casa fica em uma rua afastada das vias principais do bairro e tem um aspecto acolhedor.

Fui recebida pelo irmão dela, porque ela ainda não tinha chegado do trabalho. Ele me chamou para a cozinha, fez café e ficamos conversando. A Vera chegou em torno de meia hora depois, me encontrou na cozinha e cumprimentou com um abraço e um beijo, dizendo: “Finalmente! Finalmente a gente se conheceu. Mas a gente já se conhecia né.” Ela pegou uma água e comentou que só tinha conseguido sair do trabalho àquela hora.

Antes da entrevista começar Vera me mostrou as plantinhas da casa, seu quarto, a parte externa, ela de fato me recebeu na casa. Depois, fomos para o escritório e lá ficamos conversando, ela bastante à vontade, fumando e eu do lado ouvindo. Quando a Vera terminou de falar - ela finalizou também de maneira objetiva a fala - ela se

levantou, me mostrou mais uma parte da casa e nós nos despedimos, ela dizendo muitas vezes: “espero que tenha dado alguma coisa isso aí, espero que tenha te servido, nêga”.

Marielle vive e morre no dia 14 de março

Em pé, na cozinha, antes do início da entrevista, a Vera disse: “No local onde trabalho, passo ali perto do Batalhão da Polícia Militar, sabe onde é né. Ali, é estranho, a movimentação tá estranha, parando gente, essas coisas e a gente olha para lá e pensa: já perdi muitos dos meus aqui. Dos meus amigos comunistas, a gente já perdeu muito. Dá um medo de perder mais dos nossos.”

A entrevista aconteceu em torno de cinco da tarde do dia em que a Marielle foi assassinada.

Lembro que, saindo da casa da Vera, eu pensei em mil questões da pesquisa: metodológicas, do cumprimento dos objetivos, das interlocuções com a teoria, da sensação fortíssima de afeto que senti, da percepção clara de que aquela hora ou duas horas que a Vera passou comigo foram um esforço enorme no cotidiano dela. Quando eu acordei, no dia seguinte, com a notícia do assassinato da Marielle nas mensagens no celular, nas postagens no facebook, na televisão, eu só conseguia lembrar da Veradizendo: “perder mais dos nossos” e até agora essa frase me mobiliza a tal ponto que as questões da pesquisa me parecem secundárias.

Após o encontro

Passados alguns dias da entrevista, eu escuto e lembro do meu silêncio quase deslumbrada por escutar a história que ela tinha para contar, sobre a saída do partido comunista, a elaboração do PAISM e as brigas diárias pelas mulheres. Ouço as minhas risadas porque a Vera é uma pessoa espontânea e engraçadíssima e o tom que ela dá a vários relatos é de muita vida. E escuto a sensação que tinha ficado antes da transcrição da mobilização dela de afetos pelas pessoas, o que me incluiu naquela hora em que estive com ela. A quantidade de “entende” que ela dizia ou de “certo?” estava tão relacionada aos vícios de fala quanto ao fato de que ela queria de fato que eu entendesse algumas coisas. Era algo como: você que está chegando agora, entende bem como era isso antes e entende bem como o seu problema de pesquisa continua um problema.

História de vida de Vera

Encontro realizado em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro

Tua pesquisa passa por um tema mais complexo, porque tu vira e revira tua necessidade e cai numa questão que ainda tem que brigar muito, que é a questão da sexualidade. Eu vou te resumir a minha história profissional, de vida e de mulher, que elas tão obviamente embrenhadas. E vou chegar a alguns pontos do que tu estás querendo. Não de forma ordenada, mas de vivência e também da política que nós conseguimos interferir. Eu sou médica sanitária, do interior de um estado no nordeste, tu nem sabe onde é que fica, me criei na capital e fiz até o quarto ano da faculdade lá, e fiz o quinto e o sexto na UFRJ. Eu me formei aqui, mas fui receber diploma na minha cidade, que era uma coisa que eu queria muito, e vim para cá. Eu me formei em 1973. Quando eu vim para cá, eu fiz logo a residência médica e fiz o mestrado em medicina social na UERJ. Eu fui das primeiras turmas do mestrado de medicina social, que o Ezio Cordeiro, que tu não deve não conhecer, que foi um ícone da atenção primária em saúde neste país. Trouxe de fora e implantou aqui na UERJ. A gente criou o primeiro grupo de dez pessoas que estavam fazendo aquele mestrado. E era o mestrado que, como estava começando, a gente trabalhava o básico, o que diabo é atenção primária de saúde. O primeiro atendimento que um ser humano tem em qualquer lugar, num posto de saúde, numa área hospitalar, em qualquer lugar. Mas é o posto de saúde o local primeiro. Por que aquela pessoa procura esse serviço de saúde, o que leva a pessoa a procurar? Elas queriam uma atenção maior, daquele médico, daquela enfermeira, basicamente do médico... E da ferida de um braço a necessidade de um afeto. Que era difícil até compreender, como é até hoje. Eu tive a felicidade de ter aula com o Foucault, uma loucura né? Ele veio ao Brasil e a gente teve aulas com ele, que eu estou procurando na minha zona ali, as doze aulas que eu tinha, que eu tenho, sobre o Foucault. E o Foucault é aquela figura que ele trabalha com a emoção, ele trabalha com o corpo, com a sexualidade, usando os termos que ele usou nos seus vários livros e mostrando que tem uma doença, que talvez ela seja igual ou maior do que várias, que é a doença da alma. E como é que você trabalha com isso aí.

A gente começou a ficar muito envolvido com aquele discurso, que a gente queria descobrir o que era atenção básica e o que aquele profissional podia passar para aquelas pessoas, um milhão de pessoas que procuram no Brasil inteiro, ou no mundo, aquele primeiro atendimento.

De atenção para aquela pessoa que te procura. Que é uma coisa muito séria e muito bonita!

Setenta e três o movimento feminista começou a borbulhar no Brasil e eu era do Partido Comunista. Hoje não sou mais, não tenho partido nenhum. Era do partido e a gente brigava por liberdade, igualdade, todas as palavras de ordem que a gente acreditava e eu acredito até hoje. E aquilo ali casava muito com algumas palavras de ordem que as feministas traziam da Europa. Chegavam mulheres nossas ou que viviam ou que passeavam ou por alguma razão liam material sobre mulheres se organizando e querendo botar a cabeça para fora e dizer quem eram elas. Aí a gente, no Brasil, fez a mesma coisa nesta década. Eu conhecia muita gente aqui do Rio e quando foi 1975 a gente criou a primeira entidade feminista do Brasil, o Centro da Mulher Brasileira. Então tinha umas mulheres históricas: a Rose Maria Muraro, a Moema Toscana, as duas faleceram nos últimos dois anos, a Jaqueline Pitanguy, algumas mulheres, cada qual buscando resposta numa área diferente, em cima de bases diferenciadas. E a gente criou o Centro da Mulher Brasileira e aí foi um ícone em termos de entender o que era aquele momento da mulher no mundo inteiro e no Brasil. E a gente se reunia todo sábado ou domingo, ou os dois dias, num localzinho que a gente alugou no centro da cidade, na rua Franklin Roosevelt, e a gente ia pra lá. Foi interessante porque umas se conheciam e outras não, nos apresentamos, e aí começaram a chegar mulheres – “Olha tem um negócio ali de mulher na Franklin Roosevelt”.

A gente não conhecia algumas, vinha porque uma amiga indicou e etc e as mulheres foram chegando, a gente não tinha nem forma como receber essas mulheres, mas fazíamos as clássicas rodas de conversa. Todo mundo se apresentava e tal: “Porque que você veio aqui?”. Aí as pessoas, cada qual colocava: Eu vim aqui porque eu estou muito triste; eu estou muito sozinha; o meu marido me largou; porque eu não tenho trabalho; porque eu não tenho dinheiro; porque eu estou precisando me divertir mais; porque eu sou uma mulher muito feia; porque eu sou muito gorda, porque eu sou muito velha, porque, porque porque porque.... Então eram questões que ultrapassavam certo? Todas as questões que a gente estava imaginando discutir ali. Então a gente viu que a gente tinha que discutir o todo da mulher, em cima de todo esse leque de questões por elas levantadas.

E aí um dia, numa reunião como essa, só do pessoal primeiro da rede, a gente levantou o seguinte: nós estamos buscando, conhecendo mulheres para dedéu, quem somos nós? O que a gente criou aqui? No Brasil inteiro não tem um grupo como esse.

Uma amiga disse – e foi uma ideia maravilhosa – “Olha, a gente tem que buscar uma forma da gente aprofundar isso aqui, cada qual na sua área.” Ela era da área de trabalho, era economista. E quem é de educação? E quem é de saúde? Vera, fulana e fulana. Então, vamos saber como é que está essa política a nível de Brasil.

Eu estava no INAMPS, o Instituto Nacional de Previdência Social, que depois se transformou no Ministério da Saúde. E eu viajava muito para Brasília, por causa do cargo que eu tinha no INAMPS e coordenava a região norte e nordeste do país. Aí ia pra Brasília e a gente não sabia como funcionava a política, o que era a política, nada. Aí fui para o velho ministério da saúde e tentando conhecer a nossa política. E lá eu encontrei uma questão que tu já tem conhecimento, o programa materno-infantil. Trouxe este programa para cá, lemos eu e mais duas da área de saúde e tentamos estudar. Aí a gente viu que o que tinha ali não era o que a gente queria. A mulher nossa não estava ali presente. E a gente viu que aquele programa materno-infantil não nos completava! Era um programa materno. E infantil. Ou seja, eu estava ligada a um filho, eu apenas era um ser reprodutivo. E a gente não queria! Eu podia não querer um homem e podia querer uma mulher para transar, ou eu podia não querer um filho por alguma razão, ou eu poderia ter sido estuprada, violentada, alguma coisa certo, fazer aborto, ou então eu também queria um filho. Então tinha que separar: eu não sou uma barriga! Eu sou um ser normal integral. Aí a gente trabalhou em cima disso adoidado e a gente refez todo aquele programa que tinha ali.

A gente refez e criou em 1983 o PAISM, que foi uma coisa mais importante que a gente fez na área de saúde. Porque a gente botou no papel quem éramos nós mulheres e o que nós queríamos. Botamos o PAISM com muita clareza. Eu tenho a primeira revistinha do PAISM, que a gente conseguiu fazer pelo ministério da saúde. Então criou um Programa de Atenção, que significa que eu quero ter a atenção de alguém, Integral porque nós somos um ser integral e não somos apenas barriga, à Saúde da Mulher. É claro que eu estou te falando aqui em dois minutos, mas isso deu um paaaauuu, porque o ministério da saúde não aceitava: “O que diabo é isso! A mulher foi feita para ter filho! O que que essa mulheres querem??” Aí nós levávamos mulheres para Brasília, trazíamos e nada, não era aceito. Aí quando foi aceito, com força, foi criado.

A questão era tão forte, do movimento de mulheres crescendo no Brasil que a gente teve a ousadia maravilhosa de três anos depois, em 1986, nós fizemos a primeira Conferência Nacional de Saúde da Mulher e eu fui uma das coordenadoras dessa conferência. E aí enlouquecemos porque a gente esperava sei lá quantas mulheres e

chegaram quatro mil mulheres em Brasília. Mulheres de tudo quanto é lugar deste país, trazendo todos os problemas, querendo respostas, querendo ajudar! Certo, eu sou mulher: aí a gente começou a quebrar as barreiras que existiam entre nós mulheres. De colocar: tu é gorda, mas você é uma mulher e linda por dentro. Deixa a tua gordura de lado um pouco e começa a te olhar por dentro. Tu é negra? Certo. Isso aqui não vai mudar, essa cor é tua, Vera, entende. Então você vai valorizar quem é você e a cor negra, certo, para o racismo não cair nas tuas costas como caiu quinhentos anos aqui. Você é velha? Você vai ter mecanismo de viver tua velhice, de viver com vontade de viver! Eu quero trepar com setenta anos! Vamos então tentar trepar com setenta anos!

E aí a gente foi colocando coisas, discutindo com cada mulher, foi uma coisa, nêga, eu te diria, maravilhosa! Vinha mulher do interior do Maranhão, com uma mulher maravilhosa riquíssima, branca, do Rio de Janeiro! Sentava na mesma roda durante quatro dias e ali a gente era apenas mulheres. Certo? Se ajudando. E nesse contexto, juntava a questão de educação, de saúde, de trabalho e a gente foi juntando tudo porque os problemas eram muitos! E a gente foi trabalhando toda aquela vivência ali, buscando formas de encaminhamentos futuros.

Foi tão forte isso aí, mexeu tanto com a estrutura que nós só conseguimos fazer a segunda conferência agora, no ano passado.

Eu era do Conselho Nacional de Saúde durante seis anos, eu era titular representando as mulheres. E convivi com vários ministros muito próximo. Com o Temporão, primeiro eu fui chefe de Temporão, depois ele foi meu chefe, a gente é muito amigo. Eu dizia: Temporão, pelo amor de deus!! Cadê fazer uma segunda conferência?? E ele dizia: “Não dá, Vera, não passa...”. Aí depois veio o ministro Padilha, que eu adoro ele, e não passava. Aí passou agora por outras questões políticas sérias.

Nisso aí, o movimento feminista, na década de 1980, foi crescendo no Brasil todo. São Paulo fez a segunda entidade feminista e depois os estados aqui e acolá foram fazendo. E num encontro nosso menor, a gente viu que era necessário nós termos um espaço junto aos governos de estado e aos municípios. Que aquela era uma organização de mulheres. E a gente foi discutindo a questão do poder: eu quero ter um espaço de poder formalizado pelo estado do Rio de Janeiro. Aí é brigar para igual ter uma secretaria de saúde, de educação e etc, ter uma secretaria da mulher. Aí a gente começou a entrar numa outra briga que não terminamos. Até hoje, tem uns quatro ou cinco estados que ainda não têm uma secretaria dos direitos da mulher. Tem coordenação, tem

isso e tal, mas não tem o que a gente quer. Uma secretaria que possa ter dinheiro, uma pessoa que seja eleita e etc. O próprio Rio de Janeiro está com problemas agora. E também a nível dos municípios.

Aí tu imagina que isso aí era uma loucura! 5500 municípios com mulher procurando o que nós fazemos, mas o vereador não quer, o prefeito quer nos matar e cada um tinha história. “Que mulheres são essas? Cretinas! Querem desestabilizar o governo! Querem minimizar os homens!”.

E, ao mesmo tempo, que a gente brigava por esse espaço de poder dentro da máquina estatal, a gente brigava por um espaço de poder aberto, junto à sociedade. Foi quando nós começamos a fazer as caminhadas no oito de março, que foi também uma coisa maravilhosa. Até hoje nós fazemos em grau menor, em grau maior em outros locais, mas o oito de março é um dia para gente sagrado.

Nesses espaços públicos, nós trazíamos algumas questões de ordem onde nós colocávamos tudo o que a gente queria. Até porque, na área de saúde eu já tinha mais ou menos um quadro, já sabia o que está ruim para a mulher na área de saúde. E a gente gritava uma outra palavra de ordem, que se mantém até hoje e hoje se tem outra visão dela. Eu me lembro que a gente caminhava na avenida Rio Branco com a faixa: “Nosso corpo nos pertence”. Aí se tu perguntar hoje: “Vera, nosso corpo nos pertence?” Eu vou dizer: Não, hoje eu tenho clareza que o nosso corpo pertence à igreja, ou às igrejas, e aos médicos. Aos profissionais de saúde. Nosso corpo ainda não nos pertence! Entende?

E fizemos essas caminhadas todas que fazemos até hoje. De forma mais ampliada, menos ampliada, com o número das velhas feministas e agente trazendo pessoas jovens e esse ano o que a gente viu é que apesar do oito de março ter sido debaixo daquela chuva do diabo, a turma jovem está entrando aí. Está entrando com outras questões que a gente ainda não delineou muito bem que palavras são essas. Não é a palavra em si, mas o que vem daí, o que elas estão querendo. Mas, elas querem uma liberdade e essa liberdade da mulher é o que a gente não tem até hoje.

Dentro da máquina estatal a gente foi crescendo. Nos estados a gente corria atrás de deputado, de vereador, brigando para que eles pudessem encaminhar um projeto onde pudesse criar um espaço da mulher. Eu diria, hoje, 2018, nós estamos na máquina estatal. E se tu me pergunta: “E aí?”. Aí também é uma briga dentro da máquina estatal.

No estado do Rio de Janeiro eu fui uma das criadoras do CEDIM, que é o Centro Estadual dos Direitos da Mulher. Meu marido que achou aquele casarão lá no centro, na Rua Camerino, e aí nos levou lá. O Brizola, na primeira gestão dele, disse que ia

assumir e revigorar o casarão para ser o CEDIM. E a gente foi batalhando por aquele prédio maravilhoso, que cada governador que vai passando quer tirar a mulherada de lá, até hoje. E quer o prédio, que é um prédio de mais de cem anos.

Bom, passando esse período todo, de 1983 quando foi criado o PAISM a 2004, tu deve saber, a gente conseguiu criar a política. Era para a gente, e é até hoje muito importante, trocar o P do programa pelo P da política. E fizemos um auê nacional em Brasília, nos estados e municípios. Foi a primeira política específica de uma área criada no país! Foi a nossa, a Política de Saúde da Mulher.

E lá com as questões básicas: mortalidade materna aumentando; o aborto aumentando e mulheres morrendo desse aborto; a questão da violência que nem é de hoje, mas vem crescendo abruptamente – onde vai dar essa violência contra as mulheres? E o desrespeito dos homens sobre as mulheres tanto dentro de casa, quanto no trabalho, quanto na rua. Tudo piorado hoje, mas na época já era uma questão séria. Então a gente foi delineando todos os pontos que representam a nossa política de saúde da mulher. Em algum momento a gente conseguiu recursos lá pelo PAISM e tocamos algumas coisas na rua, fizemos alguns eventos importantíssimos.

A Esther agora é da última geração, certo? Quem tocava aquilo era a Ana Costa, lá de Brasília, minha amiga de fé! Eu ia para Brasília, ficava a Ana e era um grupo lá, e a gente então tocava aquilo ali. Fomos tocando essa política com todas as dificuldades dessa vida, entende? Porque dentro do próprio ministério aquilo não era aceito. A gente sabia, mas fingia que não estava entendendo. Ia tocando... Trazer uma mulher para trabalhar naquele setor da política era assim um diabo! Diziam assim: “Não, nós não podemos trazer a Paloma, não tem dinheiro! Vocês já tão com três mulheres!”. Aí imagina um ministério com mil e oitocentas pessoas, mas ah nós já estamos com três mulheres! Então foi o diabo!

Quando a gente foi acrescentar, melhorar aquela política que estava substituindo o programa de 1983, a gente se deu conta... E eu tenho a minha entidade, que tem vinte e cinco anos, a Rede Nacional Feminista, né. Então fomos ver na área de saúde o que a gente poderia melhorar em termos conceituais e em termos da política encaminhada aos estados e municípios. A gente saiu do materno-infantil e criamos o PAISM. E o que representava cada uma daquelas coisas? E aí a Rede trabalhou muito em cima disso e viu que tinha relação com a política de direitos sexuais e reprodutivos. A gente fez um encontro de uma semana e viu: está errada essa frase! Mas, tú vai encontrar em vários livros do ministério da saúde, na área das mulheres, tem direitos sexuais e reprodutivos.

E a gente viu que estava errado, que a palavra sexuais ficava espremida no meio de reprodutivos. Então era necessário separar direitos sexuais e direitos reprodutivos. Que parece que são iguais, em algum momento elas se juntam, mas são separadas! E essa é uma questão complicada que a gente vive até hoje. Razão: falar de direitos reprodutivos é uma coisa mais tranquila. Se eu vou fazer uma palestra, então eu falo de direitos reprodutivos, tudo bem. Mas quando eu falo direitos sexuais... Eu estou dizendo que eu quero o meu sexo, a minha sexualidade, sem ter aquele filho! Eu quero viver minha sexualidade! Aí aquilo era uma coisa embolada, como é até hoje! Para algumas pessoas é difícil até entender! Que eu quero ter o direito de viver a minha sexualidade. Em vários momentos, as pessoas querem saber, é a liberdade de trepar? E não é, é a sexualidade como um todo. Eu posso viver minha sexualidade sem ir para cama, com uma mulher ou com um homem. Então, a gente vê e até hoje isso aí permanece, não se discute sexualidade no Brasil, mas acredito que em vários países também não. Porque sexualidade é uma coisa feia, é uma coisa de virgindade. Aí tú entra em vários caminhos, como se quem falasse sobre sexualidade fossem as prostitutas ou a mulher que não quer nada. Periodicamente, a gente faz um encontro para discutir um tema qualquer. No ano retrasado, fizemos um encontro com as prostitutas. Paloma foi uma coisa... O que eu aprendi! Eu nem abri a boca! Eu só estava ali aprendendo. Vieram várias prostitutas do Brasil inteiro. Eu trabalhava muito com uma prostituta daqui, a Gabriela, que era muito minha amiga. Através dela eu conheci muitas prostitutas de vários estados.

Vieram umas oitenta prostitutas nesse encontro. Passamos três, quatro dias com elas. E elas ficaram emocionadíssimas porque nunca um grupo de feministas tinha chamado elas para conversar e discutir. E uma delas, uma liderança, disse umas coisas assim muito bonitas. Ela disse, a gente queria agradecer a Rede. A gente nem sabe direito quem são vocês. E a gente queria saber por que razão vocês nos chamaram. Porque nem feminista gosta de prostituta. Deixa de lado um pouco. E nós mulheres prostitutas somos rejeitadas. Queridas pelo homem durante uma hora, aí te paga e vai embora. Aí ele não fala no teu nome, nem na família é falada. É uma mulher cretina, da vida, que te passa doença. Mas procura a gente de noite. E as outras mulheres também nos criticam. A mulher daquele homem que vai de noite e trepa com a gente. E às vezes algumas mulheres que são feministas.

Então eu estou te resumindo o que elas colocaram. Que era uma porrada! Como é que a gente vai trabalhar com isso? A gente faz um discurso de igualdade entre nós

mulheres e nós vivemos uma situação de desigualdade com a outra mulher negra, com a outra mulher prostituta. Nós vivemos, nós nos separamos. Mas aí tu imagina que essa é uma outra discussão, quem é que somos nós?

O encontro foi belíssimo. Também com rodas de conversa, histórias de vida...a gente passou quatro dias com essas mulheres no encontro. E elas querendo saber, choravam muito, porque elas viam o primeiro passo, depois de 1970, que uma mulher ou outra aceitava conversar com elas enquanto organização. Uma coisa é eu conversando com a Lourdes, há vinte anos, e tudo bem. Uma outra coisa é nós conversarmos enquanto prostituta. Eu sou médica e eu ganho meu dinheiro fazendo medicina. Tú ganha o teu dinheiro vendendo o teu corpo. O que é vender o corpo? Você vive, quando tú está na cama com o homem, tú está vivendo tua sexualidade ou o sexo? Foi uma discussão, de uma beleza ímpar. Foi um aprendizado só. Para mim foi, para todas.

Com isso aí eu levanto em todo momento que eu posso e tenho espaço a questão da sexualidade. Quando eu digo dentro das faculdades que eu vou fazer uma palestra aqui e acolá, quando eu falo em sexualidade não é bem aceito – “Ah ela é tão louca aquela mulher, aquela Vera, eu acho que ela não bate bem, olha se isso é tema que fala dentro de uma faculdade de medicina!”. Mas eu vou falando. Onde eu posso. Levo porrada, nem me incomodo.

Nesse processo quando a gente dividiu direitos sexuais e direitos reprodutivos, a gente caiu numa questão extremamente séria que vivemos até hoje e eu espero que a gente viva por pouco tempo a mais, que é a questão do estupro. O que é estupro, entende! Quando eu sou estuprada, o que é uma mulher ser estuprada? Alguém vai e trepa com ela na porrada. Será que esse estupro não acontece todos os dias dentro de casa entende? Por que eu separo aquele estupro da rua escura com o estupro da minha cama, com o meu homem? A gente começou a discutir naquele momento o que era o estupro. Claro que eu faço diferenças entende, se eu for aprofundar eu faço diferenças. Mas a vida que uma mulher tem no cotidiano dela, sendo a segunda pessoa da casa, que lava, passa e tatata... E que de noite tem que dar para o seu homem! Querendo ou não querendo. Esteja menstruada e não gosta de trepar menstruada, mas o homem quer. É uma outra questão que a gente está em estudo sobre isso. Aquele outro é gritante: “Fui estuprada porque saí com uma saia bem curtinha, aí o homem gostou e estuprou no meio da rua”. Mas aquela outra estava de camisola... E a gente começa a trabalhar o nosso corpo entende? Então a sexualidade é um tema que não é discutido.

Vamos ver por qual caminho eu vou agora...A gente então tem a política montada, a gente tem os conselhos da mulher formalizados em quase todos os municípios e estados, a gente tem mulheres organizadas, a gente passou os últimos dois anos quase em todo o Brasil muito para baixo. Todas as organizações...Cansaço de vida, cansaço mental, falta de mobilização de todas, desprestígio social, todo o governo se acabando...A gente começou a ver que não era por aí. A gente tinha que sentar... Então vamos para a casa de Vera! Aqui é um ponto de encontro. Cada qual leva um pacote de biscoito, faz um café e vamos lá conversar como é que a gente vai andar.

Fizemos duas reuniões no último mês excelentes. Eu sou do Fórum Feminista do Rio de Janeiro, criado em 1995. É um grupo de doze ou treze mulheres que vem desde 1995, feito umas doentes mentais, até hoje. Cada qual faz alguma coisa diferente, e nos encontramos de dois em dois meses. E eu voltei pro Conselho tem dois meses. E eu tinha passado seis anos em Brasília, que foi um aprendizado muito grande.

Eu cheguei em Brasília e sempre era muito conhecida, porque era médica também, não estava só naquele conselho, era do ministério, então conhecia muita gente por ali. Também representava a mulher naquele beco. E o conselho tem um peso político muito grande em nível da nação na área de saúde. Qualquer coisa que pintava na área da mulher, as pessoas mandavam e-mail e ligavam. Por exemplo, uma mulher foi estuprada na Bahia e precisava de ajuda, aí eu pegava aquilo tudo e na hora da reunião eu falava: “Ministro, eu tenho questões”. Com o ministro Padilha, ele não é maravilhoso, mas ele é muito simpático né, então ele dizia: “O que é Vera?” Ele diz que adorava a forma como eu tratava né. Eram quarenta e oito, são quarenta e oito membros do conselho nacional. Eu dizia: “Senhor ministro, eu queria alguns minutos, eu queria levantar uma questão que está acontecendo em não sei onde” e eu falava a questão. Mas aí dois minutos depois, eu já dizia: “Cara, eu vou te dizer uma coisa: ou tú faz essa droga”, com o dedo na cara, ficava tudo gravado lá! Uma informalidade mesmo...

Essa batalha nossa nos possibilita dizer hoje, se tú tivesse que trabalhar assim, a vivência, a política e as mulheres. A minha vivência foi nesse meio. Eu sou uma mulher mais inteira, muito mais, eu sei o que eu quero. Quando tu falaste: Vera eu quero conversar com você isso, da primeira vez, eu disse vamos conversar. Não sei se eu vou ter tempo, não sei, mas eu quero conhecer Paloma. Porque a gente troca, não é? E aí pode ser que nada seja aproveitado daqui, mas alguma coisa sim, que é o afeto que a gente troca. E isso aí já é um ganho. No meio de milhões de mulheres desse país.

Eu tenho dois filhos gêmeos. São gêmeos iguais, univitelinos, e eu tive três, de uma só vez, um faleceu, uma doideira, tudo igual. Ficaram dois, eles têm trinta e três anos e moram no exterior. Aí no ano passado, no final do ano passado, ocorreu na Europa um estupro de uma jovem e não é comum de lá isso aí, Brasil é. Aí um deles, que escreve muito bem, ele escreve para algo como um jornal, que tem uma distribuição pelos jornais. Então vez por outra ele escreve para esse jornal. Aí teve esse estupro e ele escreveu um artigo que teve muita visibilidade. Ele escreveu: “A importância de ter uma mãe feminista”. Aí ele coloca aquilo e eu fico até emocionada quando eu falo. Ele diz no artigo: eu sou contra o estupro, a minha mãe me ensinou a valorizar uma mulher, a respeitar uma mulher. E aí ele vem falando, eles tiveram em dezembro aqui, e eles vieram falando sobre isso. Tem aula para isso? Não tem aula pra isso. É o cotidiano nosso que transforma as pessoas. Valoriza nós, mulheres. E valoriza o homem também, sem dar uma aula. Meus filhos aprendiam as coisas, porque me viam indo para as reuniões. Um sempre dizia: vou contigo! Aí tinha passeata do oito de março, iam os dois. A aula foi a vida. E a vida transformou. Certo? Construiu consciências diferenciadas. E colocou jovens buscando igualdade com a mulher na sociedade. Então como é que a gente faz isso? É que a vida também me ensinou. Ou a violência do mundo me ensinou a procurar uma outra mulher e dar a mão para ela. Porque nós temos uma coisa em comum. Quando eu cheguei ali, tú estava no cafezinho. Porra, a gente vai se conhecer agora que nunca se conheceu e tal! Aí eu disse: mas nós já nos conhecemos! E isso saiu assim tão espontâneo, que parecia que eu já conhecia a Paloma. Entende?

Eu acho que é isso aí...Eu tenho coisa para colocar para fora adoidado... Mas eu teria como gancho maior isso. Eu hoje coloco muito em falas minhas, que é o respeito, é o carinho mesmo. No Maranhão, eu era muito pobre. A minha mãe foi me ensinando e o meu pai também, a trocar cheiro. A gente cheira muito o outro lá. “Me dá um cheiro, minha filha?” e aí dá aquele cheiro. “Tú está chorando por isso, vem cá me dá um cheiro” e aí eu dava aquele cheiro. Ou a gente trocava o cheiro espontaneamente. E hoje eu paro e digo assim: a gente não se cheira mais. Eu nem sei o cheiro de Paloma! Paloma não sabe o meu cheiro! Pode ser um cheiro muito bom e pode ser um cheiro ruim, tanto faz. Mas é o cheiro do ser humano que a gente quer agradar. Então eu acho que o feminismo para mim é a mestra dessa mudança.

A saúde nossa está ruim e agora está muito pior. Eu sou do ministério da saúde, tenho dois vínculos de vinte horas. Um vínculo eu trabalho em um serviço de saúde, o

outro vínculo eu sou cedida para o estado, eu quis ser cedida há vinte anos atrás para o programa de saúde da mulher. Neste momento, lá, eu estou coordenando o Comitê Estadual de Prevenção e Controle de Morte Materna e Perinatal. Que é um desespero, Paloma! O estado do Rio de Janeiro é um estado que está em terceiro lugar, com maior número de morte materna no país, imagina o que é isso! Está atrás da minha terra, o Maranhão, que é aquela droga, está atrás do Piauí, está atrás de tudo! E aí nenhuma mulher devia morrer no período gravídico-puerperal...Mas nós estamos morrendo... E o que a gente faz? Amanhã é dia que eu fico lá, amanhã e sexta, são meus dias de desespero. E estou com quatro casos de morte materna que amanhã a gente tem que trabalhar e aí encontro uma outra coisa indo visitar maternidades ao longo da vida, ultimamente com um pouco mais de...com um olhar um pouco mais intenso, nós estamos lutando contra os partos cesárea, que no estado do Rio de Janeiro é muito alto. Lutamos para lentamente ir trazendo essa mulher e o profissional para fazer o parto normal.

Convivi no ano passado com duas situações...extremamente sérias, minha irmã! Eu entrei numa maternidade, e eu não sou ginecologista e obstetra, mas era uma pessoa que a mãe tinha pedido: “Vera, vê se tú fica lá e vê minha filha e tal” e eu disse que ia acompanhar, mas não sou GO. Cheguei lá, dois jovens médicos ginecologistas e obstetras, com a cara boa! Pedi licença para acompanhar. E eu disse, vamos tentar fazer o parto normal. Ela fez o pré-natal, é uma moça de Caxias, certo. Fez o pré-natal direitinho, pode não ter sido o pré-natal legal que a gente sabe ...Fiz um papo muito humanizado com eles... Até detesto essa palavra “humanizado”... Então dava para fazer o parto normal... E ficou um passando pro outro: “Ah, mas eu acho que talvez tenha que fazer uma cesárea” e eu dizendo que não, que dava para fazer normal, ela tinha tudo pra isso. Não tinha risco, não é gemelar, tempo certo de gravidez. Aí um deles, dois anos de formado, me chamou e disse: “Doutora, venha cá...Eu nunca fiz um parto normal, nunca me ensinaram na faculdade...”

Quem é que nós estamos formando??? Porque eu não sou ginecologista e obstetra e aprendi na faculdade! Meu último irmão – nós somos doze irmãos – nasceu com o médico dentro da sala. Eu estava lá, pedi para o médico, ele deixou e eu fiz o parto dele, o parto normal! Todos os partos da minha mãe foram normais. O último que foi dentro de um hospital, o restante tudo em casa com parteira. Hoje não se ensina mais! Aí a gente chamou, uma enfermeira obstetra, de mão cheia. Às vezes outros médicos não aceitam, que ela faça um parto. A velha briga entre médico e enfermeira.

Aí os dois toparam e veio a enfermeira. Ela veio, fez o parto todo. Aí eu fiz uma coisa safada que foi ótima! Eu disse para ela: “Me ensina a fazer esse parto!” E ela: “Vera, tu não sabe??” E eu dizia: “Não sei! Não sei fazer esta porra! Me ensina tudo: a mulher abriu a perna, e aí?” Tudo isso para eles aprenderem. Aí um deles pediu para terminar o parto. Ele nunca tinha visto nada, cara! Moral da história: a gente não está mais se formando para atender bem uma mulher, por isso nós estamos morrendo no momento do parto. Quando uma mulher mais conscientizada pede para fazer o parto normal, aquilo é uma afronta! É uma afronta do desconhecimento e uma afronta da não entrada do dinheiro para o médico.

Então, nêga, tem coisas que você tem que discutir...está ali o corpo da mulher entende? Queria ligar aqui para passar para ti, mas não sei nada de computador, sei nem ligar. Eu gravei um dos vídeos e logo depois um outro médico gravou um programa bem de televisão, não foi globo, foi outra aí. Ele tinha uma visão parecida com a nossa, eu fiquei muito feliz. Ele colocou só duas coisinhas que eu não concordei, mas ele passou uma visão como a nossa. Ele estava falando também porque era o mês de câncer de mama e colo. Ele disse uma coisa essencial que eu coloco muito: vamos evitar o hormônio! Aí tu chega, cinqüenta, sessenta anos: hormônio para emagrecer, sair sua barriga, ir embora, ficar linda e aí cinco anos depois tem um câncer. É um caminho para o câncer. E alguns médicos incentivam aquela mulher a tomar o hormônio, entende? Então nós somos um joguete na mão do médico. Dependendo de quem está, aonde você está, você é tratada de uma forma que vai piorar tua saúde ou melhorar.

É isso neguinha... Que tu queres mais saber?

Minha trajetória como feminista começou assim...Como eu estava no partido comunista, tinha uma militante comunista que morava na França, Zuleika de Alembert, que faleceu. A Zuleika, que eu não conhecia, ela encaminhou para o Brasil, para o Rio de Janeiro, que era a cabeça, Rio e São Paulo, o início do movimento feminista no exterior e a importância desse movimento existir no Brasil. E já estavam chegando mulheres nossas com informações, com livros...E aí a Zuleika, eu respondi uma carta para ela, mostrando a importância da gente ter aqui no Brasil, mas eu não sabia bem o que era isso aí. Ela disse que a primeira coisa era trabalhar essa questão dentro do próprio partido comunista. Foi quando, logo depois, eu saí. Eu fiquei entusiasmada, cara! Eu já estava lendo algumas coisas sobre as mulheres. Aqui mesmo no Brasil, nós tivemos a primeira mulher parlamentar, que foi do Maranhão, As mulheres já estavam levantando a cabeça! Sem se considerarem feministas. Aí, eu tentei. O meu marido tinha

um cargo alto no partido comunista e eu também. E eu tentei ter uma reunião com a direção do partido no estado do Rio de Janeiro, para poder levantar a questão da mulher. E a gente queria que aquela fosse uma prioridade do partido, trabalhar a questão da igualdade dentro do próprio partido ou ser uma palavra de ordem. Aí fiz aquele discurso na época, falava muito bem. Aí o coordenador lá disse: “Vera, eu acho importante isso aí. Agora...nós ainda não temos a democracia no Brasil. E o partido comunista trabalha em prol da democracia. Quando nós tivermos a democracia em mãos e a liberdade, aí a gente trata da mulher”. Cara, aquilo me brochou! Ou seja, que é o que depois a gente foi vivendo! A democracia não para nunca! A democracia está aí! A cada minuto, a gente vive, grita ou é contra, mas ela está aí! Eu não aceitava aquilo, entende? Porque eu já estava com o nó do feminino dentro de mim! Como é que eu vou esperar a democracia chegar para que depois eu fale da mulher? Aí eu fui me preparando para sair. Aquele não era o meu espaço. A democracia a gente vai viver de comum acordo com nós mulheres. A gente vai construir a democracia do nosso país com o grito da mulher! Grito esse que está ainda engasgado! Mas se a mulher não abrir a boca, essa democracia não sai. Aí eu me mandei para a vida!

Foi bom assim, eu tive um período de liderança. Todo mundo queria que eu saísse parlamentar e aí eu ficava no meio do muro assim. Um lado meu dizia eu vou ser política e um lado meu dizia “ta loucaaaa”! E foi ótimo assim não ter entrado porque aí você trabalha com outro olhar entende. Você entra em espaços que alguns não entram porque não é do partido. Foi bom.

Eu sofri muito o que várias mulheres sofrem até hoje, que era ter um preparo profissional muito grande. Todo mundo adorava Vera. Mas olha o que eu estou dizendo, adorava entre aspas. E era: “Mas não, Vera não pode assumir esse cargo, melhor colocar João”. Isso aí eu vivi, eu tive alguns cargos importantes no ministério da saúde, no INAMPS e todo mundo me amava, mas eu era mulher. Isso aí incomodava um pouco.

Eu estou nesse momento fazendo um trabalho no serviço de saúde. Lá tem vários setores. Na questão hospitalar a gente está no espaço de prevenção. Eu estou num espaço que se chama detecção precoce, trabalhando com câncer de mama e colo. É uma instituição muito fechada. Eu já maluca no feminismo...Teve um gestor, a gente é amigo de trinta anos. E eu disse para ele: “Eu quero discutir a mulher aqui dentro. Porque aqui está uma coisa complicada.” E ele disse: “Vera, deixa eu pensar. Não vai me deixar fudido aqui dentro”. Eu disse tudo bem, pensa. Aí eu coloquei o seguinte: eu quero

fazer o entrelaçamento da instituição e mulherada aqui que morre de câncer de colo de útero. Que não se aproximam, que só se aproximam quando tão doentes, morrendo.

Aí um dia eu tive um discurso com ele, passamos o dia juntos, conversando. E ele disse é, eu vou abrir um espaço para ti. Aí rolou uma coisa muito bonita. Aconteceu no Brasil, no Rio de Janeiro, a gente promoveu com várias instituições uma conferência internacional sobre câncer de mama. Vários países da Europa, América Latina e Central. Aí eu disse: “Me dá umas vagas para eu trazer a mulherada!” E ele me dizia: “Como é que eu vou conseguir isso?” e eu dizia: “Mas tu é o presidente daqui!”. Ele conseguiu dez vagas pra mim, para mulheres de outros estados, passagem, diária e tal. Aí eu voltei uns três dias depois e disse: “Eu queria que tivesse uma feminista na mesa!” E ele dizendo: “Que doideira, Vera!” Mas dei o nome para ele, de uma feminista, do Sul, da comunicação. E ele me dizia: “E onde é que eu coloco esta mulher nesta mesa, que é ministro da França, ministro do inferno da pedra, coordenador de não sei da onde!” E aí pensamos e ele disse: “Vai entrar!”. Chegou lá, antes da mesa, preparando para o seminário, e o diretor se reunindo com a organização ele disse assim: “Trouxe uma proposta nova para essa mesa” e ninguém da assessoria dele estava sabendo. “Eu trouxe uma mulher para sentar nessa mesa”. E alguns diziam: “Mas vem de que país? É especialista em que?” Aí ele foi quebrando: não é formada em nada da área de saúde, não é especialista em nada, nunca fez um trabalho específico, trabalha com saúde das mulheres e se a gente vai trazer três dias falando sobre mama, ela vai trazer a discussão do que representa ter uma mama para uma mulher.

No dia da mesa, ela subiu na mesa. Aí sabe quando você tem um buxixo? Ela subiu e ele disse que gostaria de abrir o evento com a fala dela. Ela se apresentou e aí colocou: “Fiquei muito contente porque a gente vai ficar aqui dois ou três dias falando sobre o corpo da mulher. Sobre uma parte do nosso corpo é muito querida e que a gente valoriza muito. Falando sobre a nossa mama. E aqui vai se colocar pesquisas realizadas em tais países e tal, grandes artigos! Mas a gente não tem uma mulher aqui para dizer, se ela tem aquela mama, se é necessário ela extrair uma mama, como é que se trabalha esta mulher com o seu peito, e que o marido às vezes larga”. E ela fala muito bem e dizia: “Como é que é tratado entre vocês? Tem pesquisa sobre como essas mulheres ficam quando elas arrancam uma mama? E quando elas arrancam duas mamas? Qual é o estudo? Porque eu represento nessa mesa a mulher desse país.” Ficou um silêncio na sala... Paloma, ninguém respirava... Foi uma coisa de uma beleza ímpar. Terminou a mesa e todos diziam: eu nunca vi isso, no meu país nunca aconteceu uma coisa dessas,

uma mulher chegar e colocar uma realidade que é a nossa realidade vista com os outros olhos. A realidade de uma mulher, que tem um câncer de mama. Foi de uma beleza! Ela foi aplaudidíssima! Os caras quando terminaram a mesa, todos foram falar com ela: “Quero levar essa experiência para o meu país! Uma experiência de uma mulher feminista numa mesa!”

Eu rezei tudo o que eu aprendi na infância e pensei que graças a deus deu certo. De lá eu passei a levar em todo o buraco que tem das instituições de saúde, eu levo mulheres para lá.

Agora, eu levei as mulheres, tem três anos, foi interessante, lá no serviço de saúde. Consegui que a gente montasse um encontro de três dias no, para avaliar todo o material sobre saúde, que distribui para o Brasil inteiro. E eu disse gente, aquilo está um cocô. Aí resolvi juntar mulheres ricas, mulheres pobres, mulheres com formação lá em cima, mulheres que não sabem ler e escrever, prostitutas, negras, mulher do campo, tudo. Eram quarenta e cinco mulheres numa sala trancada durante três dias. Paloma, foi uma coisa maravilhosa! Porque elas liam assim alguma coisa e diziam: “O que é isso gente? O que é reciclagem?” A mulher lá da Bahia dizia isso, ela nem sabe, é um livrinho para a mama e aí tem escrito “reciclagem” e você não sabe que porra é essa. E elas diziam: “O que é isso aqui? E o que é isso aqui?” e diziam: “Por que não tem uma mulher negra aqui na frente? Por que oito mulheres brancas? E uma índia, por que não tem?” Cara, elas faziam assim com os livrinhos: rasgavam e botavam no cesto. Aí o pessoal da direção foi lá desesperado: “O que houve com a nossa cartilha???”.

Nós temos que fazer cartilha para as mulheres brasileiras. Aí foi uma coisa...Tanto que todo material que a gente está produzindo, a gente manda para algumas lideranças, elas avaliam: E a gente está melhorando todas as cartilhas e os livretos.

É isso, Paloma, é isso. A gente ficaria conversando, porque tem muita coisa para contar, muita coisa. Mas acho que com tudo isso aí que eu falei, você está com bastante coisa né? Ajudou isso tudo aí em alguma coisa? Espero que tenha ajudado.

5.3 Maria Benta Melo dos Santos (Betânia)

Contexto do encontro com Betânia

A chegada à Betânia

Cheguei à Betânia por meio de alguns contatos realizados no Ministério da Saúde, na terceira tentativa de conseguir um contato (telefônico) de uma militante das profissionais do sexo.

Mandei uma mensagem para o celular da Betânia, explicando brevemente quem sou e como consegui o contato dela, e pedindo para ligar quando fosse possível. Dois dias depois, nos falamos por telefone e ela pareceu uma pessoa muito comunicativa. Depois que me apresentei e contei da pesquisa, ela disse que toparia participar, mas que não tinha entendido a razão para o anonimato das entrevistadas. Disse que, durante a vida inteira, ela e as colegas dela foram invisibilizadas e que a prostituição é sempre invisibilizada. E que a luta dela era para que as pessoas conhecessem o que ela faz porque não tem vergonha disso. Agendamos a entrevista para o dia 11 de abril, no Jardim Itatinga, em Campinas, local onde ela mora e trabalha. Antes da chegada dessa data, a Betânia avisou que estava com muitas atividades por conta da associação e que, em geral, quartas-feiras seria um bom dia para outras atividades.

O taxista antes do encontro

No dia agendado, cheguei em Campinas uma hora e pouco antes do horário combinado para a entrevista e peguei um taxi na rodoviária: “Boa tarde. O senhor me leva no Jardim Itatinga, por favor. Ali na passarela”. O motorista prontamente respondeu que sim. Ele tinha em torno de 40, 45 anos de idade e me olhou pelo retrovisor com curiosidade. Em um trajeto que não completou quinze minutos, ele foi insistente e invasivo nas perguntas. Perguntou se eu já conhecia Campinas, se estava indo a trabalho ou lazer, se conhecia alguém no Jardim Itatinga, qual era a minha profissão. Fui fria e cortante nas respostas, claramente sem dar motivo para o assunto continuar. Ainda não satisfeito, perguntou onde exatamente encontraria a minha amiga lá. Mais uma vez respondi genericamente. Quando chegamos à passarela, me deixou na entrada de uma das ruas quando eu disse que ficaria ali mesmo, no posto de gasolina próximo. Quando saí do carro, uma vez que ele, provavelmente, concluiu que eu não era

profissional do sexo, percebi que ficou preocupado com algo como o meu “bem estar e segurança” na região, o que considereei muita prepotência da parte dele.

O posto de gasolina estava muito cheio e, nos quinze minutos em que aguardei a Betânia, nenhuma mulher entrou lá. Alguns homens olharam e estranharam a minha presença, mas nada fora do esperado. Pensei em entrar no bar do posto de gasolina, mas ao dar os primeiros passos, vi que estava lotado de homens sentados tomando cerveja. Fui para o balcão, pedi uma água, e continuei esperando do lado de fora. Consegui falar com a Betânia, que me disse: “estou de vestido florido, é só entrar na rua tal e estou te aguardando”. Entrei na rua e caminhando até a casa onde encontrei a Betânia, vi em torno de umas dez mulheres na rua, algumas casas com som ligado e bastante movimentação de carros. Foi muito tranquilo caminhar até encontrar a Betânia. Em algum momento da caminhada, uma senhora bem idosa me perguntou se era eu que estava procurando a Betânia. Respondi que sim e ela me apontou onde a Betânia estava.

O encontro com a Betânia

Ela me recebeu muito bonita, estava sentada ao lado de uma mesa de plástico debaixo do toldo de uma casa, na calçada. Perto dela, havia uns folhetos e um banner da associação. Ela estava fazendo anotações em um caderno. Usava um vestido comprido com uma fenda, um sapato fechado amarelo, brinco, colar e batom. Imediatamente, tive a impressão de estar na frente de uma mulher articulada, inteira e firme. Ela não estava risonha, como no primeiro contato telefônico ou no documentário, mas fez a entrevista comigo muito compenetrada e levando o momento bastante a sério.

Ela me entregou um livro com um laço e disse que era um presentinho, que elas tinham distribuído isso em um encontro recente. O livro era “Sejamos feministas”, da Chimamanda. A rua era um pouco barulhenta e entendi que a entrevista seria ali mesmo. Eu me apresentei e também os eixos que gostaria que ela abordasse na entrevista. Agradei pelo seu tempo e disse que sabia como era difícil encontrar um horário fora dos afazeres da associação e do trabalho. Ela contou que estava mesmo ocupada, mas tinha aquele tempo para conversar comigo e que no fim do dia iria para a passeata, mas até lá estava disponível.

Entreguei o termo de consentimento e expliquei um pouco do que se tratava. Na hora de marcar o sexo (M ou F) do termo, ela disse: “Isso eu não vou preencher porque a gente está estudando gênero lá na associação então isso eu não vou marcar não”.

Fiquei calada, mas internamente achei ótimo. Ela leu o termo e perguntei se poderia começar a gravar. Repeti as informações gerais da pesquisa e o que eu gostaria que ela abordasse. Quando estávamos finalizando, mais ou menos depois de uma hora e pouco, percebi que ela estava ficando preocupada com o horário e foi encerrando.

Conversa de finalização

Quando finalizamos a entrevista, a Betânia perguntou se eu ia voltar para a rodoviária e me acompanhou até o ponto de ônibus. Caminhando, perguntei sobre a passeata do dia e ela me disse que era pela libertação do Lula e falou bastante sobre isso, sobre como essa mobilização era super importante, mas comofalhou na saída da Dilma¹⁸. Segundo ela, a mesma mobilização naquela época teria impedido que a Dilma fosse retirada da presidência, mas não aconteceu porque a Dilma é mulher. Quando chegamos no ponto de ônibus, uma menina que estava sentada disse: “Betânia, você viu que prenderam quatro meninas ontem? Quatro meninas que estavam trabalhando ali, prenderam elas por gato¹⁹. Você viu? A polícia veio aí”.

O ônibus chegou e me despedi rapidamente da Betânia.

História de vida de Betânia

Encontro realizado em 11 de abril de 2018, em Campinas, São Paulo.

Primeiro eu sou Maria Benta né, Melo dos Santos, nasci em Teresina, Piauí. Me criei na cidade de Caxias, no estado do Maranhão. A minha trajetória de vida começou muito cedo porque lá a gente começa a trabalhar muito cedo. Então aos nove anos de idade, eu já defendia o meu próprio pão. Ou seja, já fazia uma limpeza na casa de uma, já cuidava do filho de outra, e aí por diante. Com doze anos de idade, eu tive a minha primeira relação sexual, também muito cedo. E, no nosso estado, ainda hoje a cultura é que perdeu a virgindade, tem que casar. Pois bem, eu não gostei a princípio da minha

¹⁸ Dilma Rousseff, a primeira presidenta do país, foi alijada do poder sem que sua saída estivesse relacionada à corrupção ou às pedaladas fiscais, razão pela qual moveram o processo contra ela. Ainda que o impeachment seja recente e haja análises por fazer, Dilma teve importante trajetória ligada à busca pela redemocratização do país, com envolvimento na luta armada no período da ditadura civil-militar e vasto engajamento político após a redemocratização.

¹⁹ “Gato” refere-se à manobra para burlar alguma rede de sinal para desviar o caminho e ter acesso a satélite sem o pagamento de uma taxa extra para isso. No contexto da conversa, dava a entender que a prisão por “gato” era uma desculpa para levar as mulheres para a delegacia.

primeira transa e não quis me casar! Por conta disso, o meu pai não aceitou que eu continuasse dentro de casa já que eu não queria casar. Lá tem uma cultura de que...agora eu não sei porque já faz muito tempo que eu não estou por lá, as coisas progrediram muito, então a gente não sabe. Mas, a cultura lá é assim: o cara tirou a virgindade tem que casar! Mesmo que os dois entrem no cartório e saia um por cada porta do cartório depois, tem que casar! Tem que casar para – como é que fala – “limpar a honra da moça”! Nesse caso, fui eu que não quis. Ou seja, eu acho que as minhas decisões, principalmente sexuais, já vieram desde muito cedo. Eu já tinha uma decisão pela sexualidade, pela autonomia como mulher, já de muito cedo. Claro que as pessoas falam que a gente, quando é menor de idade, não sabe das coisas, não é responsável... Eu acho que a gente não é responsável juridicamente pelos nossos atos, mas a gente sabe sim de algumas coisas e inclusive que a gente tem direitos! Então foi essa a minha decisão: Não vou casar!

E meu pai me pôs para fora de casa, daí eu fui trabalhar de doméstica, de babá, na casa de uma senhora. Acho que essa questão de sexo, da sexualidade da mulher é tão reprimida, é tão tabu, que até as outras mulheres costumam se policiar em relação a isso, porque olha só o que eu vou te contar. Uma das empregadas da casa que eu trabalhava, eu era babá, descobriu que eu não era mais virgem. Aí contou para a minha patroa e a minha patroa também não me quis dentro de casa! Eu morava na casa dela, ou seja, além de ser uma menor de idade, trabalhava, era explorada e ainda morava no trabalho, a exploração era dupla. Aí ela não quis que eu continuasse trabalhando lá e me mandou embora. Então não tinha para onde ir.

Daí eu encontrei umas amigas, elas me acolheram e uma delas me convidou pra morar junto com ela. Ela morava com a mãe, que era casada com o pai. E aí tinha todo esse fluxo da sexualidade, que veio como eu vou dizer: não é me perseguindo, é me cobrando! Me cobrando muito a respeito de não ser mais virgem e o que eu ia fazer com a minha sexualidade. Uma coisa assim como se eu fosse dar para todo mundo que eu visse na frente! Lá eles falam que as mulheres que não se casam se tornam raparigas, então é como se fosse isso. Entretanto, eu era uma adolescente! Eu nem pensava nisso: eu não gostei da primeira transa e simplesmente não quis casar porque eu tinha transado! Daí eu continuei trabalhando, fazendo pequenos bicos, ia nos lugares e olhava alguma criança e defendendo meu pão, mas na casa dessa amiga. E essa amiga tinha os irmãos e também tinha o pai. Então a mãe também não achou por bem que eu continuasse morando lá porque eu poderia seduzir os filhos ou o marido, você acredita?

Essa é a conclusão que eu chego hoje...tudo rolava em torno de eu não ser mais virgem, o problema delas era eu ser uma mulher, que podia fazer sexo com qualquer um e não querer apego, devia ser isso. E não era nem a minha intenção.

Aí ocorreu de eu voltar com o namorado, transar, gostei, não casei, e engravidei! Só que eu já tinha treze anos de idade. Ao engravidar, o colega que queria tanto casar comigo - ele que falou para o meu pai que eu não quis casar, mas não era mais virgem - me pediu para abortar. Então mais uma vez se mexe com a sexualidade da mulher. E o que eu pensei? Ué, vou abortar. Já que ele não quer...Ele queria casar comigo e eu não quis casar com ele e agora ele não quer o filho. Então vou abortar! Abortei, não gostei. Não que eu seja contra o aborto, acho que toda a mulher tem o direito de fazer aborto, nós podemos fazer o que a gente quiser com o nosso corpo. Mas,daí abortei e não gostei! Resolvi que iria terminar com ele porque já que a pessoa queria casar comigo e não queria ter a responsabilidade de ter um filho, então eu terminei o namoro. E daí começou a minha trajetória de autonomia sexual e de saber me defender em relação a isso. Fazer sexo com quem eu quero, ter filhos se eu quisesse e ter essa autonomia, que uma mulher também pode ficar solteira sem precisar ter um cara para garantir o seu direito e o direito dos seus filhos.

E daí continuei a minha vida, trabalhando, morando de casa em casa, passei para a casa de uma outra amiga, que era enfermeira num hospital. E eu vivi intensamente, foi maravilhoso morar com ela, porque já era uma pessoa que conhecia toda a minha trajetória. Lá a gente tem muito essa cultura de ter dó um do outro, então o nosso carinho se transforma em pena e a gente imagina que quer cuidar e eu recebi todos os cuidados dessa companheira.

E um dia eu conheci uma outra amiga, só que essa já era prostituta, que foi a que me trouxe para cá. Ela me disse: “Você já passou por tantas coisas! Por que você não sai dessa cidade? Tipo Tieta do Agreste. Larga isso aqui deixa esse povo, que só te contraria, que só inventa mentiras de você, desconfia de você e vamos comigo! Só que eu faço o seguinte trabalho...” Daí ela falou, ela fazia programa, na época se falava muito “garota de programa”, não era “prostituta”, como hoje eu me assumo. E aí me trouxe para Campinas. Só que com a seguinte intervenção: eu só poderia fazer programa após completar dezoito anos. Eu tinha treze! Até que eu completasse dezoito anos, eu ia viver do quê? Eu iria viver sob o sustento dela, ela ia ter que me sustentar. Daí eu tomei a posição de pedir para o meu pai fazer uma nova certidão de nascimento para mim.

Rasguei minha certidão de nascimento, pedacinho por pedacinho! Joguei tudo fora! E falei para o meu pai que eu tinha perdido. E lá era muito fácil fazer as coisas, não tinha muito essa cultura de ter que marcar, agendar, essas coisas. Meu pai foi comigo até a delegacia e fez uma nova certidão de nascimento. Foi escrita a punho, minha certidão de nascimento é a mais bonita que tem escrito legivelmente à caneta. Foi escrita com o que eu falei, aos treze anos de idade, eu ditei o que eu queria. Nem meu pai entendeu também, o que eu coloquei. Eu aumentei quase cinco anos da minha idade, o escrivão não falou nada. Eu não gostava do meu nome que era Raimunda Benta, eu coloquei Maria Benta. Eu já fiz todas essas mudanças da minha vida já aos quatorze anos de idade! Então esse é o início da minha trajetória de vida.

Após vir aqui para Campinas, mesmo assim minha amiga sabendo que eu não era maior pela vivência...e eu sou negra, quanto mais nova, mais bebê você fica, então ninguém acreditava mesmo que eu tinha dezoito anos. Mas eu tinha um documento que comprovava que eu tinha dezoito anos! Eu tirei habilitação aos quinze anos de idade! Porque dizia que eu tinha vinte e eu estava com quinze anos. Aí não tinha nenhuma represália porque eu tinha um documento que dizia que eu era maior de idade. E esse documento fui eu mesma que concluí: ele é original, civilmente reconhecido, mas não é a minha idade real. Daí eu vim aqui para o Jardim Itatinga e essa minha amiga não queria deixar eu trabalhar porque como ela era maior de idade, ela sabia que menor de idade não poderia. E ela achava que era minha mãe, ela se sentia uma mãe minha. Esse também é um dos papéis fundamentais das prostitutas, a gente acolhe muito as outras como da família. Aliás, nós vivemos com uma família. Aí eu fiquei um ano a mais sem fazer programa. Porque ela me protegia, me defendia, me dava comida, mas não deixava eu fazer programa. Ela acabou mudando de casa.

E eu também sempre tive essa autonomia dentro do meu trabalho, que se eu não gosto do espaço...olha, eu sempre fui expulsa de vários lugares pela minha sexualidade. Agora que eu era uma garota de programa, uma prostituta, eu ia me submeter às pessoas, que diziam e ditavam o que eu teria ou não que fazer? Então nós mudamos de casa. Eu saí da casa que ela trabalhava, ela saiu e me levou junto. E fomos para outra casa. Se a gente ficasse onde ela estava antes, ela ia continuar pagando dobrado na casa por conta de mim. Aí na outra casa eu comecei a fazer programa.

Numa dessas de fazer programa e aí vem essa questão da prevenção, não se tinha tanto assim, na década de 90, estava se iniciando o cuidado com a prevenção em saúde. Principalmente no trabalho sexual, nós estávamos ainda começando a brigar por termos

direito a ter o preservativo gratuitamente, uma quantidade que a gente pudesse desenvolver uma atividade. Porque a gente recebia um pacotinho só e aquele pacotinho não dava. Bom, daí terminou que eu me envolvi com um dos clientes, me apaixonei e teve um dia que não havia preservativo na casa e eu terminei transando com ele sem preservativo e daí eu não usei mais preservativo com ele! Já que eu já tinha transado com ele sem preservativo uma vez, não usei mais com ele! Passados seis meses, eu engravidei, da minha primeira filha. Daí eu apaixonada pelo cliente e ele por mim, parei acho que por nove meses de fazer programa. Aluguei um quarto e fui morar nesse quarto com ele só me sustentando. Mas como todo o dilema da minha vida sexual é essa questão da desconfiança das pessoas acharem que, porque a gente não tem um parceiro ou uma parceira, está propícia a dar para todo mundo, acontecia muito conflito! Porque em vez dele confiar em mim e me deixar livre para eu fazer o que eu quisesse enquanto ele estivesse trabalhando, até porque ele era casado e não poderia ficar comigo a todo tempo, eu ficava trancada. Só que ele não me deixava em cárcere privado. Mas ele me trancava. Ele entendia que eu trancada lá dentro, eu não sairia e não faria programa. Ele não confiava, que eu pudesse ficar com a porta aberta e não sair para fazer programa. E daí duas amigas, uma travesti e uma prostituta, se indignaram com aquela história e falaram para mim assim: “Menina, por que você fica trancada?” E eu com barriga de nove meses! E elas ficaram muito fulas da vida! E ele me levava a passear, me levava nos lugares, ele era professor de uma grande universidade do país, que é a PUC, a universidade católica. E, um dia elas viram ele me trancando, elas quebraram o cadeado e disseram: “Isso não está certo!!”. Isso tudo nos anos noventa. Aí elas disseram: “Então você decide: você quer ficar com esse cara e não fazer mais nenhum programa? Só toma cuidado porque agora ele está te trancando e não está te batendo, não está te espancando, mas está te dizendo para você não sair e você está aceitando. Amanhã, ele pode fazer coisa pior com você e daí você não tem como se defender. Se você quiser aceitar isso, a gente não mexe, deixa você aí trancadinha. Se você quiser, a gente quebra esse cadeado e você fica com essa porta aberta. Se ele chegar e reclamar, aí você nos avisa que a gente junta ele e dá um pau. Porque daí já é agressão. Se ele não reclamar, aí tudo bem, você fala: a partir de hoje, o cadeado vai ficar aberto”. E daí aconteceu dessa forma, ele chegou e não achou ruim. A gente não entendia, nem eu e nem elas, eu era adolescente, por que ele me deixava trancada. Eu só fazia toda essa conclusão por conta de toda a minha questão da minha autonomia com a sexualidade: ah, o cara desconfia porque é uma zona então eu vou fazer programa. E na verdade eu nem iria mesmo,

porque se eu me determino a ficar com você, eu fico com você. Daí, com nove meses, ele um dia sumiu, desapareceu e só apareceu quando a minha filha nasceu. Quando ele sumiu, desapareceu, passou uma, duas, três semanas, mas ele deixava aluguel e alimentação tudo pago. Fiquei o equivalente há uns três meses. Minha filha tinha quatro meses quando ele reapareceu, mas eu estava com tudo pago, e eu nem podia trabalhar por conta da licença maternidade, então não estava preocupada. E daí essas minhas amigas se juntaram de novo, uma é de Santos e a outra é daqui, e começaram a trabalhar e dar uma porcentagem do trabalho delas para que eu cuidasse da criança. Mas com uma condição: que quando ele retornasse, que eu não tivesse mais contato, não aceitasse, porque elas acharam aquilo tudo o cúmulo. E realmente era o cúmulo, né? Aí quando a menina fez quatro meses ele reapareceu, viu que a criança parecia com ele e aí era o pai e tal. Mas, daí nunca contribuiu com nada mais. A minha filha fez cinco meses de idade e aí sim, ingressei na carreira sexual e comecei a trabalhar. Até porque eu precisava ajudar as minhas amigas, que já haviam me ajudado no passado e eu não queria deixar a desejar. Aí comecei a trabalhar e quando a minha filha fez nove meses ele reapareceu novamente. Aí não tinha mais condições, eu já estava trabalhando, ele não era o pai da minha filha juridicamente, então não tinha muito o que fazer. Comecei a trabalhar, deixava a minha filha na babá, aí ia para o trabalho, morava nas casas. Eu ficava a semana inteira e ela ficava a semana na babá. Final de semana eu pegava e daí por diante.

Trabalhei oito anos aqui no Itatinga. Quando a minha filha fez oito anos, ele registrou ela com um objetivo, que seria o de pedir a guarda dela, já que eu era uma prostituta. Aí começa o meu ativismo por direitos como mulher e direito de ser uma mãe solteira. Porque se eu tive esses anos, criei a minha filha até aquela idade, ela estava na segunda série e daí eu pensei poxa, paciência, eu vou voltar a estudar também para saber quais são os meus direitos. Daí ele entrou na justiça para obter a guarda dela, ele já era divorciado e tudo, e pelo fato de eu ser prostituta, ele achava que ele teria direitos e ganharia toda essa ação, porque eu não tinha autonomia para cuidar da minha filha. Só que nessas alturas eu já tinha casa própria, carro quitado! O que nos anos noventa, noventa e oito, nunca que uma mulher ia ter toda essa autonomia na idade que eu tinha! Filho criado né, tudo...Eu tinha condições de levar minha filha para viajar de avião! Eu não queria viajar, eu queria trabalhar, então eu colocava a babá da minha filha num avião para o Paraná, para o Maranhão, para Fortaleza, para onde elas quisessem viajar, porque a babá era maior de idade e ela podia viajar com a minha filha. Então

todas as regalias que uma mãe de classe média poderia dar naquela época para um filho, eu podia dar para minha filha. Então foi uma coisa bem suave nas discussões, tanto é que o juiz já não especulou se eu era prostituta ou deixava de ser, só procurou especular a garantia de direitos, as condições que eu tinha para cuidar da minha filha. Apesar de quarta série do primário, eu tinha muito mais condições de cuidar dela do que ele que era professor de três disciplinas universitárias na PUC. Então conseguiu se comprovar financeiramente que eu tinha condições maiores, poder aquisitivo maior do que ele. A única coisa que aconteceu foi que o juiz além de ter te deixado a guarda da menina, ainda obrigou ele a pagar pensão. Porque era um direito da garota né, e não meu.

Isso foi da minha adolescência até a minha juventude, até os meus vinte e três anos.

Depois dos meus vinte e três anos, a minha filha já estava com um pouco com a idade avançada, falei que queria ter mais um filho. Aí vem essa mais uma vez de estrutura que eu falo sexual né, que é a reprodução: até quantos filhos você quer ter, até quando você quer parir, então essas coisas todas eram automáticas para mim. Agora minha filha está nessa idade, então eu quero ter outro filho, até porque toda mulher tem o sonho de ter um casal, ter menino e menina, para que tenha os dois juntos e fique satisfeita! Quando as mulheres dizem “Ah, mas eu só queria menino mesmo ou eu só queria menina mesmo”, eu acho que não, toda mulher sonha em ter um casalzinho, que é para ter o par! Se a gente vem de famílias que tem os casais, a gente tem a tendência em ter casais. Aí tive a minha segunda filha, não foi de cliente, não foi ninguém daqui. Eu escolhi com quem eu queria ter a minha segunda filha e mudei do espaço onde eu estava morando. Depois, trouxe uma menina lá do interior para morar comigo. Minto, primeiro trouxe as minhas irmãs: trouxe uma irmã, casou, aí trouxe a outra irmã, casou. E daí eu trouxe uma amiga da minha irmã que tinha ganho um filho também lá e a família foi o mesmo caso que eu. Eu trouxe ela para trabalhar na minha casa e o menino tinha a mesma idade da minha menina do meio. E daí essa moça ficou comigo cinco anos. Ela cuidou da infância das minhas filhas até que eu pudesse me estabilizar para cuidar delas. Daí ela cuidou das crianças cinco anos e essa graças a deus demorou bastante para casar! Depois noivou, casou e eu não quis mais ninguém para cuidar delas porque a mais velha já podia olhar a menor enquanto eu trabalhava.

Daí fomos morar fora de Campinas, comprei uma outra casa em um bairro melhor fora de Campinas e fomos morar as três fora de Campinas. Fiquei sete anos fora da prostituição, do trabalho sexual, e montei um restaurante de comidas típicas

nordestinas. Só que detalhe: eu não sei cozinhar!!! Mas eu tenho uma amiga que se tornou minha sócia e ela cozinhou. Então eu administrava, eu entrei com o poder aquisitivo e ela entrou com a mão de obra. Fiquei sete anos nessa atividade, três anos com essa amiga nessa liderança. Mas aí fomos... Fomos golpeadas... Ela escreveu uma carta para uma amiga que estava prestes a perder os filhos se não garantisse o direito de provar para o juiz que ela tinha trabalho senão ela ia perder os filhos, os filhos iam para o juizado. O que é outra merda que eu acho que é o conselho tutelar às vezes... O conselho até dá para dar uma olhadinha no estatuto, mas acho que os conselheiros não deveriam se eleger conselheiros sem antes um breve aprendizado. Com certeza principalmente com conhecimento de direito da família. Essa moça estava correndo o risco de perder os filhos. Só que a empresa era aberta no nome da minha amiga, então a minha amiga, sem me consultar, escreveu uma carta dizendo que a mulher trabalhava para nós há sete meses, sendo que a mulher nunca tinha sido vista no nosso estabelecimento, era só para ajudar. Mas foi registrado em cartório tudo bonitinho. Aí um mês depois a moça apareceu grávida. Se ela engravidou e estava trabalhando para nós há sete meses, ela não poderia ser mandada embora. Mas nem a moça sabia que dava esse BO! Daí a minha amiga foi lá, fez a carta, mandou a mulher embora, tudo certinho. Mas não podia mandar empregada grávida embora! Então a gente perdeu essa bendita dessa causa... Abrimos em falência um negócio que a gente tinha gasto noventa e dois mil reais, e nós saímos devendo sessenta e seis mil! Sendo que trinta e seis era só dessa moça, os outros eram encargos, prestação de serviço, todas essas coisas que a gente teve que pagar... Passando toda essa turbulência na minha vida, a gente abriu falência, fechou a empresa e eu voltei para o Itatinga.

Voltei e estou aqui desde noventa, que aí eu conto todo o histórico, porque nós pretendemos ter toda essa regulamentação e ter esse histórico de trajetória de trabalho nosso para contar na nossa aposentadoria né, eu estou desde noventa aqui no Jardim Itatinga.

Em 2002, nós já tínhamos conquistado o direito de termos preservativos e termos todos os nossos direitos garantidos como mulher pela saúde pública, como anticoncepcional: todos os tipos de anticoncepcional! Tanto é que eu fiz até um curso de educação em saúde para poder trabalhar com as minhas colegas, porque não existe ninguém mais leigo e nem sem condições de obter o serviço de saúde pública! E digo isso com muita firmeza! Porque a saúde pública, ela nos oferece toda a estrutura possível. O que a gente não pode é deixar para procurar a saúde em último caso. Então

em 2002, eu resolvi entrar em um grupo chamado “Pastoral da Mulher”. É um grupo da igreja católica que viabiliza trabalhos com prostitutas. Que elas chamam de prostituídas, ou pelo menos chamavam, não sei se ainda chamam. A impressão que elas têm da gente é que nós estamos nessa trajetória de vida todas obrigadas, que nós não temos condições, não temos opções, todas as coisas que vêm do cuidado da igreja católica e do cuidado da pessoa que não tem conhecimento de base, achando que a gente é coitada. Que é coitada e precisa de cuidados. Eu ingressei nesse grupo e aí a gente foi conhecendo vários outros tipos de lideranças, de mulheres, de autonomia, a “Católicas pelo direito de decidir”, entre outros, e eu fui aprendendo com isso. Eu fui aprendendo que se eu quiser menstruar eu menstruo e, se eu não quiser, eu tomo um anticoncepcional que não me deixa menstruar. E sem paranóia de que a gente engorda ou que a gente fica depressiva, sem nenhuma paranóia. Ou se eu quero transar sem camisinha e não quero engravidar, não preciso tomar o anticoncepcional, eu posso colocar um DIU, posso colocar um diafragma...Umas pessoas dizem: “você ainda fala em diafragma!” e cara, tem que falar! Hoje a gente tem até coletor de menstruação, então estamos evoluindo! E eu fui aprender sobre tudo, para poder passar para as minhas colegas: olha, a gente não se previne porque não quer, porque tem todas as possibilidades. Se não tem aqui no centro de saúde o anticoncepcional que eu tomo, que também tem essa questão do organismo né, eu vou procurar no outro centro de saúde, nem que seja em outra cidade, porque eu preciso e eu não quero pagar por ele! Se eu quiser pagar por ele, tem nas farmácias, mas eu não quero e eu já tenho o direito garantido, eu vou atrás daquele meu direito garantido. Então comecei a trabalhar essa questão de prevenção: prevenção, prevenção, prevenção! Não havia entrado ainda no programa municipal de DSTs. Minha prevenção, minha orientação, era para que as profissionais do sexo em específico tivessem esse conhecimento, de que a gente tem esse direito. Que esse direito é básico para qualquer mulher do país. Embora hoje nós, como profissionais do sexo, saibamos muito mais desses direitos, que eles existem, do que as outras mulheres! Então eu fico embaçada de ouvir um negócio desses, mas eu aprendi dessa forma.

Todos os tipos de testes possíveis, a gente participava dos cursos. Não dos testes, eu nunca participei de teste do DIU, por exemplo. Eu participava de todas as oficinas, de como que se colocava, quais eram os meios, até porque eu sempre fui uma profissional do sexo e eu sempre usei o preservativo masculino. O DIU, por exemplo, você coloca, mas eu sou uma profissional do sexo, então eu já fiz até trinta programas

por dia. Se coloca o DIU, claro que vai fazer algum efeito colateral naquilo porque você está transando, está penetrando algo onde você tem um conteúdo que é para prevenir, porque pode sair do lugar e tal. Então eu nunca fiz os testes pessoalmente, mas eu sempre procurei muito entender e passar para as minhas amigas, tanto que é que eu tenho amiga que usa DIU, amiga que usa o coletor, amiga até que usa o diafragma e se sente muito bem! Então a gente foi tentando aprender dentro desse grupo todos os tipos de prevenção da saúde da mulher.

Em 2006, eu entrei para faculdade e comecei a fazer curso de Ciências Jurídicas. Aí que eu senti mais desejo ainda em descobrir qual que era o direito das mulheres, principalmente os direitos sexuais na nossa área. Aí que eu fui conhecer a questão dos direitos, dos artigos, o que é crime, o que é errado, direitos sexuais e reprodutivos. Aí saí da Pastoral da Mulher, porque achei que não, não é esse caminho. Pelo que eu estou entendendo, de acordo com os meus estudos, a maioria não está porque não quer, a maioria tem a tomada de decisão e nós nunca estivemos à margem dessa sociedade, nós sempre estivemos inclusas nela, vamos parar com isso.

Aí eu mudei o diálogo e, em 2007, saí para a Associação das Mulheres Guerreiras. Daí a gente já trata de discutir os direitos sexuais, os direitos da profissional do sexo, os direitos do trabalho sexual. Porque até então as pessoas acham, ainda hoje, que a gente é explorada. Todo trabalho tem exploração. Então a gente não ia ser diferente do trabalho das domésticas, do seu trabalho, de um advogado, de uma médica. Nós não somos diferentes de ninguém, todo trabalho tem exploração. Claro que dentro da prostituição tem uma diferença. As outras profissões, criança e adolescente é explorada no trabalho infantil. No trabalho sexual, não há espaço para criança e adolescente, portanto criança e adolescente não é explorado no trabalho sexual. Criança e adolescente, tanto dentro da prostituição quanto dentro da sua residência, ou na rua, ou na escola, é abusada sexualmente: abusada sexualmente! É diferente! Isso nós não podemos deixar de diferenciar. Em todo trabalho há exploração, todo patrão explora o empregado ou a pessoa que trabalha para ele, não existe nenhum trabalho em que não haja exploração. A diferença do nosso trabalho é que com a criança e o adolescente, ela não é explorada no seu trabalho porque não há vaga. Todo profissional do sexo só pode exercer o trabalho com dezoito anos. Criança e adolescente, em qualquer espaço com relação à exploração sexual, é abusada, é atentado violento ao pudor. Isso sem sombra de dúvida, nossa carta de princípio como profissional do sexo, da Rede Brasileira de Prostitutas, a gente tem isso bem claro.

E daí a gente começou a desenvolver algo especificamente com relação ao trabalho, à discussão do que é o trabalho, o que você está fazendo. Dentro da linha do direito, eu descobri que toda a união de serviços prestados com retorno financeiro é trabalho. O que não é trabalho é você ir lá e tirar o serviço do outro, roubar. Então a prostituta está desenvolvendo um trabalho e ela resolve que não quer só aquele dinheiro que combinou com o cara da prestação de serviço dela. Ela resolve que ela quer mais e em vez de dizer: “você me dá um pouco mais”, ela diz: “agora me dá tudo, o seu dinheiro” ou então “vou pegar mais esse pouquinho aqui, porque ele não tá vendo, não vai dar falta”. Aí sim, isso não é trabalho, isso é roubo, isso é extorsão e isso não entra no nosso trabalho.

A gente entrou com todos esses argumentos. A prestação de serviços, quando ela não é remunerada, se você se propôs a me convidar para prestar serviço, você tem que me pagar. Nós combinamos que era um real e você me deu cem reais, você tem que devolver noventa e nove reais, é seu direito e é meu direito, porque foi o que eu combinei com você. Então todas essas artimanhas que as pessoas costumam utilizar para nos agravar com relação ao nosso trabalho, dizendo que não é um trabalho, a gente aprendeu também. Daí eu venho nessa trajetória, desde 2006, sempre na busca de que nós possamos ter um espaço legal, um espaço mais adequado para que nós possamos desenvolver o nosso trabalho. E que nós sejamos respeitadas. E até que nós possamos administrar o nosso próprio negócio. E por que eu como prostituta não posso montar um espaço para eu trabalhar? Não posso alugar uma casa para eu trabalhar, não posso montar uma cooperativa e chamar Maria ou João, vamos comigo? A gente não pode! Não podemos montar uma cooperativa ou manter um espaço onde a pessoa possa ter uma higiene, uma segurança, entende? Como eu falei no início, nós, prostitutas, nós do ramo do trabalho sexual, nós temos esse costume de acolher. Por que a gente se sente uma família? Porque uma tem que cuidar da outra! Porque o Estado não nos garante esse direito! Então nós temos que fazer valer os nossos direitos!

Infelizmente, a prática não conta muito, o que conta hoje mais é a teoria. Aí surgiu, em 2008, o Projeto Gabriela Leite, que é o projeto que viabiliza a regulamentação do nosso trabalho. E esse projeto vem como uma peça fundamental dentro da nossa trajetória de trabalho. Porque seria algo, que nos garantiria direitos, nós poderíamos negociar, poderíamos denunciar! Os espaços onde nós estamos trabalhando, eu não quero trabalhar nesse lugar insalubre, eu trabalho com saúde! A gente pensa que não, mas toda profissional do sexo e todo profissional do sexo trabalha com saúde. A

gente tem até a mania de se sentir um agente de saúde ou sanitarista, porque a gente toma muito cuidado com as coisas. A gente quer orientar muito os outros sobre algumas coisas, porque o nosso trabalho é um trabalho insalubre. Então esse projeto estaria nos apoiando em relação a isso.

Nós vamos poder fazer uma pesquisa, que nem você está fazendo aqui. Eu vou poder ter licença para entrar no seu estabelecimento e dizer: “Olha, eu sou da dengue, deixa eu dar uma olhadinha nos seu vasos, se eles tão com água parada.” Ou então: “Olha, você trabalha com sexo, então dentro do seu quarto tem que ter, no mínimo, papel higiênico, lençóis trocados, tudo bonitinho, tudo certo”. Vamos fiscalizar, vamos ver se o local está certo, se está dormindo bem, se está comendo bem, se tem horário pra trabalhar. Então todas essas coisas, isso vai ser um grande ganho e a gente vai parar com esses achismos. Ou vai achar de verdade e aí vai ser muito mais fácil para nós detectarmos se tem realmente essa questão de cárcere privado, se há tráfico de pessoas para fins de trabalho sexual.

Em 2015, nós participamos mais uma vez de uma pesquisa do índice de crescimento de doenças sexualmente transmissíveis. A gente detectou o índice de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente HIV e Aids, muito maior em mulheres com mais de quarenta anos e casadas. O número era maior! Aí nós, o movimento de prostitutas, nós começamos a estudar outras estratégias para trabalhar com essas mulheres, que foi a propagação do uso do preservativo feminino, para que não fosse só para a gente, que não seja só para as prostitutas! Que seja para toda a população feminina! A gente ingressou nisso com unhas e dentes, e até agora o ministério da saúde não soltou uma propaganda eficaz de entendimento para a população feminina sobre o uso do preservativo feminino. A gente tem brigado muito em relação a isso. E em 2016, nós fizemos novamente uma pesquisa por conta da PEP. Não a PREP, a PEP.

A PREP é uma prevenção para HIV e Aids através de comprimidos, como se fosse um anticoncepcional. Para nós, da Associação de Mulheres Guerreiras, isso não vai funcionar!! Não queremos fazer isso! Mas queremos saber em que pé que está esse negócio. Então o que a gente fez: se eles vão fazer a pesquisa deles, nós vamos fazer a nossa! Descobrimos que – o movimento de prostitutas descobriu que – esse teste foi feito em homem que faz sexo com homem, não foi dado um diagnóstico específico sobre os efeitos colaterais para nós mulheres. Para nós, que eles sempre dizem que é grupo chave, não vai rolar!! Ah não vai mesmo! Porque nós usamos anticoncepcional

injetável! Essa pílula, que não é cem por cento, ela não rola! Porque nós vamos esquecer, como o anticoncepcional, nós vamos beber, nós vamos fazer uma série de coisas e isso não vai rolar! E outra coisa, às vezes eu até fico preocupada porque eu enfrentei a secretária de saúde de criticá-la, porque a gente quer fazer a pessoa entender de todas as formas, então a gente vai no ponto fraco. Chamei a atenção dela dizendo: olha, a gente é da mesma cor, vamos ver o que estão fazendo com as mulheres negras! Elas que têm menos acesso! Aí eu continuei: tú tem filha? Porque se tú tem filha, dá essa medicação para ela, dá essa porra para ela, coloca ela de cobaia, e manda ela transar com tudo quanto é nego para ela ver e aí se ela não pegar Aids, você põe na minha frente e diz que é a prova maior. Falei isso para ela...porque não vem querer fazer eu entender que esse negócio vai rolar para nós como grupo chave porque não vai rolar. Então a associação não vai aceitar fazer isso porque a associação tem essa teoria, e nós pesquisamos também, não tem nada de dados específicos e efeitos colaterais para nós mulheres. Então vamos investir no negócio do preservativo feminino! Foi aí que eles me cortaram do programa municipal e me afastaram porque eu não servia para o que eles queriam. Mas aqui no município, servindo ou não, eu estou sempre atrás.

Na saúde, eu continuo batendo na tecla que é a propagação do preservativo feminino. Se não há oferta, não há procura. Todas nós mulheres temos o direito de ter oferecido na rede pública! Aí digamos que você trabalha em um centro de saúde e lá não tem. Mas daí tem aonde? Aqui em Campinas eu sou muito cricri com isso, o povo me acha muito chata. Porque eu tenho uma pegada tão insistente com essa questão do preservativo feminino! Aqui no Itatinga outro dia colocaram um bolsão e nele tinham três bolsas: para preservativo feminino, para preservativo masculino e para o gel. Todas as vezes que eu vou no bendito centro de saúde não tem o preservativo feminino! E por que não tem? Levaram tudo? Não levaram né, e se não levaram, está escondido por que? Tem que por mais aqui! E se levou tudo, é porque tem procura. A minha pegada é essa. Teve procura? Se não teve, é porque não foi oferecido? Por que o ministério da saúde não oferece mais? Por que a gente não faz uma propaganda com as mulheres? Então a minha pegada maior é com a questão do preservativo feminino. Porque eu, como prostituta que sou não vejo outro meio de prevenção e até mesmo de contracepção, que não seja o preservativo. Porque não é só pegar HIV e Aids. É pegar uma doença sexualmente transmissível, é pegar uma gravidez indesejada, é fazer um aborto e morrer, porque você não queria ter aquele filho naquele momento.

Se uma camisinha rasgou e aí a gente teve suspeita que pode engravidar, tem que passar por uma sabatina de entrevista mesmo dizendo que sou prostituta sabia? Para ter o remédio da anticoncepção depois, sabia?

Eu falo com as meninas...esses dias me falaram que é apologia ao estupro. Você quer ir para a balada? Você veste esse que nós temos hoje, o atual, e você pode ficar seis, oito horas com aquilo dentro de você, sem te prejudicar nada na saúde, muito pelo contrário, faz muito é bem porque é uma lubrificação. E ele vai ficar ali e aí se Deus o livre – e por isso falaram que eu faço apologia ao estupro – se Deus o livre você está no ponto de ônibus, cansada, não está nem esperando, e o imbecil vem e você não tem como fugir, segura e deixa porque o máximo que vai acontecer é ele perceber que tem uma coisa diferente, mas até nisso o preservativo feminino está te assegurando.

No meu conceito como profissional do sexo, nenhum outro tipo de prevenção, nenhum outro tratamento de saúde, é tão bom. E eu falo também porque tem muitas mulheres, casadas, que vão no médico e têm algum tipo de corrimento. A mulher está grávida e o cara quer continuar transando com ela, não toma o remédio. Aí a criança nasce com problema. Eu sou bem radical! O cara que faz mal para uma criança ou para uma mulher, porque isso é uma maldade, ele tem que ir para a cadeia. Já que não tem a cadeia, explica para o infeliz: “Você não tomou o remédio, eu tomei e portanto estou imunizada. Você não vai contaminar o meu bebê e nem me recontaminar”. Com a sífilis, por exemplo, que cura mas pode voltar. Com HIV, com as doenças sexualmente transmissíveis como um todo. Usa o preservativo feminino, entende? Meu orgasmo não é lá no útero mesmo e dá para usar. Nós temos todas as estratégias de negociar e de trabalhar. Às vezes eu falo com as minhas colegas: se o marido chegar em casa com o preservativo feminino dizendo para experimentar, eu não vou dizer para você não desconfiar, que foi uma prostituta que deu porque eu faço isso com os meus clientes, eu levo para eles levarem para mulher deles. Mas assim, use, experimente, pegue e use. É uma coisa agradabilíssima conversar com o seu parceiro ou a sua parceira sobre os produtos, por vontade, por desejo. É uma coisa de negociar! Essa é uma das pegadas que eu tenho muito com a população da qual eu pertenço, que é a população feminina.

Eu estou nessa briga desde que eu me entendo por vida sexual ativa. Porque, mesmo no meu subconsciente, mesmo sendo à frente de hoje, eu já fazia essa dinâmica, mesmo sem saber, para com o meu sexo feminino. Sempre procurei me defender, inconscientemente, mas me defender, e defender os meus direitos sexuais. Daí essa é

minha trajetória até hoje com relação ao ativismo e à vida sexual. Saúde, direito da mulher como saúde, direito da mulher à sexualidade.

5.4 Maria José Rosado-Nunes

Contexto do encontro com Maria José Rosado-Nunes

Chegada à Zeca

Maria José Rosado-Nunes, a Zeca, é uma das fundadoras do “Católicas pelo Direito de Decidir” (CDD) e professora de sociologia da PUC-SP. Cheguei até o seu contato pela minha orientadora. Zeca tem um pouco mais de setenta anos e mora em São Paulo.

Fiz o primeiro contato com ela em julho, por e-mail, apresentando a pesquisa e me apresentando como doutoranda. Ela foi bastante solícita e disse que estava com o semestre cheio, mas perguntou se outubro seria um bom mês porque suas atividades estariam menos intensas. Trocamos alguns e-mails até lá, para agendamento da data, às vezes diretamente, outras com a assistente dela, até que, no dia 15 de outubro, confirmamos o encontro para o dia 17. Ela disse que o melhor local seria sua casa e me passou o endereço. Nas trocas de e-mails, Maria José - que passou a assinar como “Zeca” nas trocas de e-mails - me enviou uma entrevista de 1994 da Revista Veja, que abordava diversos aspectos da sua trajetória de vida.

Antes da entrevista, estudei um pouco sobre a história do grupo “católicas”, li sobre suas reivindicações e também li a entrevista que a Zeca me passou. Estudar e ler sobre pessoas antes de entrevistar tem aspectos positivos e negativos. Por um lado, situa quem a pessoa é. Por outro lado, influencia no momento do encontro porque, nesse caso, já fui com muitas informações sobre a trajetória dela (por conta da entrevista).

O encontro

Cheguei na casa dela no horário combinado e a aguardei na portaria. Ela chegou, cumprimentou afetosamente e disse “Finalmente, como demorou né? Espero que não tenha me esperado demais.” A Zeca é muito educada e estava vestida elegantemente. Quando trocamos os cumprimentos básicos “tudo bem”, ela disse: “Tudo bem, mas está difícil dizer que está tudo bem nessa conjuntura, não é mesmo? Tudo muito complicado...” E enquanto subíamos, no elevador, ela dizia: “Hoje de noite eu vou

panfletar com uma aluna aqui perto. Ela me disse que ia panfletar e eu decidi ir. Porque é pelo menos fazer alguma coisa, né?” Chegando no apartamento, ela perguntou quem era a minha orientadora e em qual programa eu estava fazendo o doutorado. Ela foi na cozinha pegar água, ofereceu e perguntou se eu queria com ou sem gás.

Antes de começarmos, como tem sido frequente nos encontros, Zeca perguntou sobre a pesquisa. Ela queria saber o tema, os objetivos, quantas pessoas já tinham sido entrevistadas, quantas mais eu entrevistaria, qual era o perfil das entrevistadas, se as transcrições das entrevistas seriam feitas por mim. Ela perguntou se as mulheres estavam aderindo ao anonimato e respondi que umas sim e outras não. Ela disse que preferia não ficar anônima. Ela fez as perguntas sobre a pesquisa como uma professora mesmo, discutindo as vantagens e desvantagens de transcrever sozinha ou com suporte de algum programa, falando sobre o número de histórias de vida necessários para saturar e tópicos desse gênero.

Falei sobre os aspectos do termo de consentimento, mudamos um pouco a posição da cadeira onde eu estava e, antes de ligar o gravador, expliquei a ela o que esperava do relato de sua história de vida: relato desde a infância, até iniciar as atividades do Católicas ou outras atividades que ela julgasse importantes e quisesse contar, sua formação na vida religiosa e depois, mas também sua trajetória na vida privada, nas relações ao longo da vida e etc.

Ela finalizou o relato falando sobre sua atuação pública, apenas mencionando que era casada. Perguntei se, ao longo do seu engajamento, ela percebeu transformações na vida privada e se podia relatar um pouco sobre essa parte da trajetória dela. Ela gaguejou muito nesse momento. Muito mesmo. Foram vários minutos em que repetiu: “Não sei, não parei para pensar nisso... Nunca pensei sobre isso...” e na transcrição consta o que ela acabou respondendo.

Há um ponto que se refere às posturas corporais e entonações variadas ao longo do relato e merece registro. Tem um momento que ela fala sobre as viagens que realizou logo depois da fundação do CDD e nesse momento ela se mostrou muito orgulhosa e muito satisfeita em relatar esses eventos. Outro momento foi quando ela, mais nova, foi reconhecida como uma freira que expunha suas opiniões e ideias e que “iria longe”. Por outro lado, no relato sobre as relações afetivas, ela baixou bastante o tom.

Depois de desligar o gravador, quando estávamos tomando café e ela falou sobre a docência e etc, de repente El adisse: “Não é mérito nenhum. Eu sempre converso sobre isso com a minha irmã e com meus sobrinhos, que são que nem filhos porque eu

não tive filhos. Não é mérito fazer nada disso, porque eu sempre tive educação, formação. As pessoas fazem muito mais tendo muito menos, essas pessoas têm mérito. Eu não.”

Elaperguntou então se eu era católica e respondi que fui por muitos anos e hoje frequente e leio sobre religiões variadas. Aí ela disse que perguntou, para saber se eu entenderia o que ela disse na entrevista, já que ela fez muitas referências à organização da igreja católica.

Conversa e impressões após a finalização

Nós nos despedimos e ela disse que estava feliz em ver uma pesquisa com o tema dos direitos das mulheres. Assim que saí, vi que tinha perdido os primeiros minutos da entrevista, porque assim que começamos houve uma interrupção breve e ela pediu para interromper a gravação. A entrevista gravada tem uma hora e quarenta e cinco minutos, mas, para a minha surpresa, eu fiquei quase duas horas e meia na casa dela, totalizando a conversa de antes e depois do gravador ser ligado e desligado.

Saí da casa da Zeca com a impressão de que ela é uma mulher muito educada e muito serena. Que é como se ela não se sentisse à altura de ser considerada uma militante de referência para o debate. Também senti muito que tantas coisas interessantes tenham sido ditas depois de desligar o gravador.

Também percebi algumas diferenças importantes nela, em relação às demais entrevistadas. A primeira, muito óbvia, se refere ao fato de que ela viveu com mais condições financeiras do que as outras. Isso é reconhecido também por ela. A outra se refere a um “perfil” de militante diferente do que eu esperava. Zeca me recebeu com muita calma, tranquilidade, como se ela fosse menos “combativa” que as demais. O que é estranho considerando a radicalidade do que ela escreve e do que o “Católicas” se propõe a fazer até hoje.

Existe um aspecto essencial na realização das entrevistas – elas têm coincidido ou evocado momentos fundamentais para a discussão sobre os direitos das mulheres e a atuação no âmbito privado. Esse encontro se dá a dez dias do segundo turno das eleições presidenciais – nas quais tanto está em jogo pelos direitos das mulheres - e a Zeca mencionou isso assim que nos encontramos.

História de vida de Maria José Rosado-Nunes (Zeca)

Encontro realizado em 17 de outubro de 2018, em São Paulo

Então vamos começar... Eu nasci em Caxambu, sul de Minas Gerais, e sou de uma família de quatro irmãs. Caxambu é uma cidade pequena, interiorana e bastante conservadora, porém diferenciada em relação a outras cidades da região. É uma estância hidromineral e foi uma referência de férias para famílias de classe média alta do Rio de Janeiro até os anos 1960 ou 1970. Recebia muit@s turistas cariocas em um período relativamente grande, porque as férias escolares à época eram de 4 meses: julho, dezembro, janeiro e fevereiro. Meu pai e minha mãe eram proprietári@s de um hotel e eu e minhas irmãs, a gente estava sempre lá, em contato com os hóspedes. Os cariocas eram bem menos conservador@s, mais livres, digamos, até na forma de se vestir, e a convivência com el@s colocava um horizonte mais aberto para a cidade. Porém em casa, apesar desse clima mais aberto, sobre sexo ninguém falava muito; mas também não havia proibições ou muito controle, a não ser aquilo próprio da época, de uma família de classe média, de cultura católica. Estudei em colégio de freiras, no externato. Não o considerava rígido, mas as colegas internas, em conversas, eram mais críticas e achavam que havia muito controle; eu não tinha a mesma sensação de rigidez e de haver muitas normas. As pessoas, porém, têm vivências diferentes, então cada pessoa sente de uma maneira – elas, as que eram internas, ficavam lá dia e noite e então sentiam que era um lugar com normas rígidas, sim.

Ao terminar o colegial, decidi me tornar freira e, na congregação religiosa, trabalhei vários anos dando aula em colégios da própria congregação. A partir da metade dos anos 60, início dos 70, houve mudanças significativas na igreja católica, que foram importantes na minha trajetória. O trabalho pastoral da igreja reorientou-se e vieram a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base, o trabalho direto com os pobres.

Eu, particularmente, mas a Congregação de um modo geral entrou nesse processo de mudança muito fortemente. O grupo de Minas, da Congregação da qual fiz parte, tinha – e penso que ainda tenha – um perfil bem interessante. E começaram as chamadas pequenas comunidade, com um número pequeno de freiras – quatro ou cinco – morando fora dos colégios, em casas normais, digamos. Era uma proposta nova de se viver a vida religiosa, isto é a vida como freira. Essas novas propostas da igreja católica

vinham das orientações do Concílio Vaticano II. Houve uma abertura muito grande para outra compreensão da vida e da sociedade. E eu agarrei isso com muita força. Para mim, era outra maneira de pensar o mundo religioso e a sua relação com a sociedade e a sua maneira de estar na sociedade. Para mim isso era muito forte e me fez ter alguns conflitos. Porque era uma aposta numa forma muito mais liberta de normas, de maior autonomia pessoal e coletiva também. E isso esbarrava nesse *ethos* da vida religiosa, que é um *ethos* de controle. Acho que o meu embate com a vida religiosa, com o convento, foi bastante por aí.

Antes, logo nos meus primeiros anos, três vezes eu havia sido convidada a deixar o convento. Conto de uma das vezes. Logo no começo, eu era parte de uma comunidade, num colégio grande, e a diretora tinha uma personalidade forte e era um tipo duro, meio frio nas relações, mas por circunstâncias ela tinha uma relação especial, diferente com a minha família em Caxambu. Uma das minhas irmãs mais próximas de mim em idade, que era minha colega de escola, morreu, repentinamente, e minha avó, ao ver a neta morta, faleceu do coração. As duas morreram no mesmo dia. Foi um choque enorme na família e abalou também a cidade ver os dois enterros simultâneos. Nessas circunstâncias, essa freira nos apoiou muito e ficou muito ligada a nós. Por isso, ela tinha uma relação especial comigo. Mas, as outras freiras tinham muito medo dela. E eu achava aquilo um absurdo, era minha primeira comunidade, e eu achava que as pessoas não podiam ter uma relação de medo com quem dirige a comunidade. E um dia eu fui falar com ela, e eu era a mais nova da turma e não tinha nem os votos definitivos para ficar no convento, ainda era um tempo de teste, digamos. Era arriscado, mas eu fui lá e falei com ela, falei que as freiras tinham medo dela, e que eu considerava isso um absurdo. A superiora maior soube, me chamou, disse que então eu fosse embora do convento. Mas, como a freira que orientava quem entrava – que se chama mestra de noviças – gostava muito de mim, conseguiu contornar a situação e aí eu continuei. Esse foi o primeiro embate! Foi logo no começo! Eu tinha...acho que eu tinha 21 para 22 anos.

Voltemos. Alguns anos depois desse episódio, quando começaram as comunidades de base, propus às Superiores (como são chamadas internamente as freiras que dirigem a instituição) trabalhar com comunidades pobres, onde houvesse esse trabalho pastoral de comunidades. Queria deixar o trabalho do colégio e trabalhar com o povo. Só que, para a Congregação, eu tinha um lugar importante no colégio; eu fazia faculdade de Letras e era necessário que eu me mantivesse ali. E também pela maneira

como eu me colocava na comunidade, sem criar conflitos com as outras freiras; ao contrário, tinha uma certa liderança e capacidade agregadora. As superiores preferiam que eu continuasse a trabalhar no colégio. Então eu fiz duas coisas. Eu propus a elas, deixar de morar no colégio e formar uma pequena comunidade, com mais três ou quatro freiras... Não me lembro quantas éramos, mas não mais do que quatro... Fomos então, morar numa casa comum da cidade, um sobrado. Saímos assim do colégio, que era um prédio enorme, uma estrutura maior, mais tradicional. Na comunidade menor, a gente trabalhava no colégio, trabalhava na paróquia, mas morava nessa casa pequena. E eu era a coordenadora da comunidade. A segunda coisa que eu fiz foi que, uma vez que eu ainda não podia ir para uma comunidade em uma região pobre do país, eu decidi ir nas férias para o Vale do Jequitinhonha, considerado à época o vale da fome, a região mais pobre do Brasil, no norte de Minas.

Eu acho que há umas experiências assim na vida que independentemente do tempo de duração, marcam muito a gente. E penso que coincidem com aquilo que a gente quer e aí você se sente naquilo e vive aquilo com muita força, com muita intensidade e fica como uma referência na vida. Havia uma comunidade da congregação lá, então foi muito bom esse período. Foi uma coisa rápida, mas me marcou muito.

Aí eu vi que era isso mesmo que eu queria. Depois disso, finalmente, em 1976, consegui ir para a Bahia, onde havia uma comunidade na região da seca, numa cidadezinha que fica a quinhentos quilômetros para dentro de Salvador em linha reta, bem sertão mesmo: Barra do Mendes. Eu cheguei lá no final de uma seca muito forte, que é o pior ano, o ano seguinte à seca. No ano da seca, o pessoal vive com o que tinha antes. O ano seguinte é o ano em que você não tem mais nada, é o ano mais difícil. Lá, éramos uma comunidade pequena e é uma história muito forte e muito longa. As companheiras da comunidade trabalhavam nas comunidades rurais. Então elas iam para lá fazer reuniões com o pessoal, na luta pela terra, contra os grileiros que ocupavam a terra com muita violência. E ficou combinado que eu trabalharia no colégio da cidade, que era o único, era uma cidade muito pequena. A luz se apagava às dez horas, depois de uma sirene tocar três vezes... e o fífo – lamparina a querosene, era ativada se queríamos ler alguma coisa. Não havia televisão por lá.

No colégio... eu conto essa história sempre. Acho que ela é interessante porque ela é reveladora de como eu já pensava àquela época e isso era ainda nos anos setenta. Eu dava aulas para adolescentes. E, de alguma maneira, já tinha um pouco essa ideia de que se o corpo pode nos dar prazer e, se quem tem fé, acredita que foi deus que o fez, se

ele o fez com essa possibilidade. Então é para usar! Não é para não usar, não tem problema nenhum usar. Era assim que na verdade eu pensava. Se você tem um corpo com capacidade de dar prazer, por que não? Sozinha ou não! Então eu acho que isso revela um pouco de uma certa liberdade de pensar essas questões de sexualidade. Revela que, mesmo sem estar junto de movimentos, que nessa época ferviam no Sudeste do país, certamente eu lia. Sempre li bastante, era professora e devia ler sobre novas maneiras de pensar a vida, a sexualidade. Eu realmente não sei como, mas sei que era assim que eu pensava. Bem, eu falava sobre isso com @s adolescentes; de que não havia mal, ou pecado, em usufruir de prazer com seu corpo.

Essa foi uma época em que na igreja católica – e não sei o quanto você conhece disso – houve um movimento muito forte de leigos, leigas, padres, religiosas, estrangeiros, que vinham para o Brasil atraídos pelo trabalho das comunidades de base e da luta por justiça social, sob a orientação teórica, religiosa, da Teologia da Libertação. O marco era a questão da justiça social, informada pelo Marxismo, pelas ideias de esquerda, por concepções socialistas de sociedade e de mundo, e pela explicação das desigualdades sociais com base marxista. Foi também o momento histórico em que mulheres de esquerda que haviam sido exiladas retornavam ao país e começavam a atuar politicamente, no espaço público, não apenas como mulheres de esquerda, mas como feministas. Então veio para essa cidade em que eu estava um casal austríaco. Os dois foram muito fortes na minha vida, e a relação com eles se mantém até hoje. Eles tinham vindo da Europa para trabalhar na igreja, com as comunidades pobres, numa linha de defesa da justiça social. Havia trabalhado primeiro no Maranhão, mas tiveram certas divergências com a condução dos trabalhos pastorais lá. Decidiram sair de lá e foram para Bahia, para Barra do Mendes.

Quando cheguei, eles já moravam lá. Dirigiam uma escola para o pessoal das comunidades rurais e iam frequentemente para essas comunidades, onde se reuniam com o pessoal da localidade. E fizemos amizade, ficamos muito próximos. Tínhamos as mesmas concepções em relação à questão da militância social, da justiça e tudo isso, da dimensão política do trabalho pastoral. Como foi boa a convivência com el@s, com o povo da cidade, das comunidades e com as companheiras, freiras, do meu grupo religioso. Elas eram “porretas”! Como se diz na Bahia, muito corajosas na defesa do povo ameaçado pelos grileiros nas comunidades rurais. Lembro-me especialmente de uma delas, que ia constantemente para essas comunidades mais distantes e ficava dias

por lá, fazendo reuniões, ouvindo a população local. Um aprendizado enorme, profundo, do qual a gente só se dá conta mais tarde.

Eu e esse casal conversávamos muito e falávamos que o que a paróquia propunha ali como trabalho não era exatamente o que a gente queria: Um trabalho mais forte, mais direto, na luta por justiça. E finalmente decidimos nos mudar para um lugar onde a gente pudesse fazer o que a gente queria fazer como trabalho pastoral e político. E ali, em Barra do Mendes, havia um trabalho com as comunidades, mas havia muito medo, muito. Porque isso foi antes de oitenta, em setenta e seis, a repressão ainda era muito forte. Barra do Mendes e Brotas de Macaúbas eram da mesma paróquia, era o mesmo pároco nos dois lugares. Brotas de Macaúbas foi onde assassinaram o Lamarca e com isso, antes da nossa chegada lá, o exército tinha entrado na cidade. Muito fortemente em Brotas, mas também em Barra do Mendes. Por isso, havia um clima tenso e esse padre, holandês, assimilou esse medo. Creio que por isso a orientação dele não era nessa linha mais forte, na luta por terra, por justiça. Mas havia um trabalho excelente com as comunidades rurais. A questão era que nós - esse casal e eu - queríamos alguma coisa mais direcionada à luta por justiça, mais politizada.

Depois de pesquisar e visitar muitos lugares, o casal decidiu que iria para a Amazônia, para o Acre. Porque lá havia um bispo – Dom Moacir Grecchi - envolvidíssimo na luta pela terra, muito forte naquela região, como na Bahia. Só que eles eram um casal de leigos e podiam ir para lá por decisão própria, mas eu era membro de uma comunidade religiosa, era freira. E o normal, no meu grupo, era que todo mundo vivesse em comunidade com outras freiras. E quem definia para onde você ia eram as superiores. Elas sempre dialogavam com cada uma, mas a decisão final era delas. Só que eu não! Eu queria ir para lá e apresentei minhas razões! Aí, extraordinariamente, a congregação aceitou que eu fosse morar com esse casal! A gente foi morar em Quinari. Hoje chama-se Senador Guiomar, mas eu me recuso a deixar o nome indígena original... Então, era o casal com a filha, que havia nascido na Bahia; depois nasceu um menino, já no Acre, de quem sou madrinha, e morávamos nós lá, numa casa de madeira, numa cidadezinha mínima, ainda menor do que Barra do Mendes, de ruas de terra, muito simples. Ficava a, mais ou menos, sessenta quilômetros de Rio Branco, quase dentro da floresta amazônica.

Bom - isso é outra coisa que fala um pouco de mim, da maneira como eu sou - a gente saía da casa, botava uma mochila nas costas e ia para as comunidades ribeirinhas, dos afluentes do Amazonas ali naquela área do Acre. Às vezes ia eu, às vezes ia um dos

dois: a mulher ou o marido. E às vezes iam os dois juntos. Era como precisasse ir. Então às vezes ficávamos na casa o marido, eu e as crianças, o que era estranhíssimo para o povo da cidade! Muito! Achavam que ele tinha duas mulheres. Eu nunca liguei para isso, nunca me importei. Nunca houve nada de fato e eu falava: Bem, se o povo fala com razão, eu não tenho por que reclamar e se fala sem razão, como era o caso, para que eu vou me preocupar? Eu vivo, faço o que eu tenho que fazer, e não me importo...e o casal também nunca se preocupou com isso.

Foi um tempo muito bom, um tempo muito forte e rico, de muito aprendizado na vida. A gente conheceu lá o Chico Mendes, que depois foi assassinado por causa de sua luta pela terra, pelos direitos dos seringueiros, dos povos que moram e trabalham naquela região. Os conflitos lá eram – e ainda são! – muito fortes. Uma vez eu participei de uma situação bastante tensa. Eu tinha até uma foto desse dia. A gente foi para uma ocupação e o que a gente sabia é que iam os jagunços lá, armados, para impedir a ocupação das terras. Então, os homens da comunidade foram pra enfrentar os jagunços. Foi bem uma divisão sexual do trabalho. Os homens foram com os facões e nós – eu fui junto – as mulheres, fomos cozinhar e apoiar com a comida. Fomos na estrada naquela tensão e expectativa do confronto. Depois, felizmente, foi uma ocupação pacífica. Mas era o tipo de situação que a gente vivia, diretamente, como dessa vez, e pelos relatos do pessoal que morava na região.

Na sede da Diocese, em Rio Branco, o Bispo promovia semanas de estudos. Iam para lá os teólogos da libertação mais importantes e reconhecidos à época e alguns cientistas sociais vinculados a essa linha de pensamento teológico. Davam cursos para as lideranças das comunidades. Era um processo de formação de líderes.

Eu gostava muito de morar lá e participar desse trabalho, mas eu sou muito urbana. E fui me meter, por escolha minha mesmo, no sertão, na Bahia, e depois na floresta. Na verdade, me custava muito ir para a floresta. Morar ali na cidadezinha não, mas ir para floresta me custava muito. Porque a gente botava uma mochila nas costas, pegava um jipe, ia até a beira da floresta, na estrada. Ali, em geral a gente ficava na casa de alguém, alguma liderança de comunidade, alguém que nos acolhia. Às vezes dormia, às vezes não. Às vezes comíamos alguma coisa e entrávamos na floresta a pé e lá íamos, andávamos o dia todo! Sabendo que ali tinha cobra, tinha onça, tinha tudo...e era lindo, era lindo...bem dentro mesmo da floresta, passando os igarapés, enfim. A gente ia até umas colocações, que são as casas das famílias que trabalham nos seringais e dormia lá. E era frio, dormia-se na rede, eu não era acostumada a dormir em rede, e as casas eram

de um tipo de madeira mais flexível – paxiúba - e ali o vento da floresta entrava e era um frio...olha, eu até me divirto lembrando! A comida era diferente, no café da manhã, que para mim era fundamental, não tinha pão...então não era fácil. Não era meu mundo. Mas eu queria estar lá e gostava muito de estar com os grupos, com o pessoal das comunidades e fazer as reuniões, ouvir suas histórias, suas reflexões e sentir sua fé religiosa tão forte.

E pegávamos um barco a motor, para chegar à comunidade onde seria a reunião. No rio, um afluente do Amazonas, viam-se os olhinhos dos jacarés, mas eles não faziam nada, só se mexer com eles. E a gente ia então até à colocação, que era um lugar combinado para as pessoas se reunirem, e chegavam a ser cinquenta pessoas, e ali então a gente fazia trabalho político e religioso. Vinha um pessoal de longe, de outras comunidades; havia reunião, estudo bíblico e conversa sobre a situação da terra; ficávamos sabendo dos conflitos, dos confrontos e falávamos sobre a situação política no país. Era um trabalho social e político informado pela religião. Era aquela ideia da época – que se mantém, para certos setores religiosos = de que ser cristão significava estar na luta por justiça. Dava-se uma formação política à luz de elementos religiosos. A comunicação naquela época...não havia celular, era no rádio, os avisos e notícias eram dados pelo rádio. Era assim.

Esse foi o tempo do Acre, um tempo muito forte! Muito marcante na minha vida. Eu falo que não há experiência como essa...de você ficar mergulhada num mundo que é o mundo do povo, do povo mais pobre, acompanhar, seguir, ver os dramas...e aprender, aprender muito, para o resto da sua vida! E ali, a Chriselda, que era a austríaca, ela se indignava com a situação das mulheres! Com a situação de violência doméstica, de abandono, de estar sozinha criando filhas e filhos, que era o drama das mulheres e especialmente das mulheres pobres naquela região do país. Então eu partilhava dessa sensibilização com ela, a gente fazia reuniões com as mulheres e tal.

Bom. Aí eu queria continuar a estudar. E decidi que faria isso. Mas não existia decidir assim, no convento. Ninguém decidia, quem decidia eram as superiores. Mas eu decidi, tinha decidido que ia para o Acre e tinha ido e lá eu vi que eu queria estudar e queria estudar Ciências Sociais; era o que eu considerava que poderia me dar base para um trabalho mais competente junto às classes populares; um pensamento da época. Estudar, para o meu grupo religioso, por questões de sua organização interna, seria estudar no Rio ou em Belo Horizonte, mas não em São Paulo. Belo Horizonte não estava no horizonte para mim. Eu achava que Belo Horizonte não era uma referência

forte para estudos. O problema é que São Paulo era de outra Província – uma divisão organizacional interna de uma congregação religiosa. BH e Rio, sim. Só que no Rio o cardeal era Dom Eugênio Sales, extremamente conservador e politicamente com posições à direita, contra a Teologia da Libertação e as Comunidades de Base. E tudo o que eu queria era isso, essa era a minha experiência. E o meu projeto de estudos era um projeto em função da luta por justiça social. Então, falei para as dirigentes da congregação, que queria ir para São Paulo. Aqui estava o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, que apoiava esse trabalho voltado para as questões de justiça social e dos Direitos Humanos. Aí, mais uma vez, eu estava fora tudo, fora do quadro, não é?! Não era assim que se fazia...falei que queria vir para cá e pronto, vim pra cá. Mas as superiores, embora não fosse o caminho usual, acabavam por me apoiar. Eram bastante compreensivas comigo.

Uma das superiores à época, que gostava de mim, com quem não tinha problema disse: “Está bem, você vai pra São Paulo estudar, fazer o Mestrado em Ciências Sociais. Só que você não vai ficar nesse colégio, nessa comunidade grande. Você vai para aquela comunidade pequena -de irmãs, de freiras. Você vai para lá, porque lá tem quem controle você”. Imagine que ela disse isso! Eu conversei com ela, coloquei meus argumentos e ela dizia “Zeca, você é muito difícil, você tem muitos argumentos!”. Por isso ela falou que eu precisava de uma comunidade que me controlasse, que na verdade não me controlou.

Assim, eu vim para a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e o meu orientador no Mestrado foi o Cândido Procópio Ferreira de Camargo. Vim para cá em 1980.O primeiro evento de que participei aqui foi um evento enorme no Tuca, em que estava o hoje famigerado Daniel Ortega. Ele foi um dos comandantes da revolução nicaraguense. E naquela época, na cabeça da gente, depois de Cuba e Nicarágua, o Brasil seria o próximo país a fazer a revolução socialista. Aquilo era um entusiasmo! Eu gravei tudo aquilo em fita cassete. Ingenuamente, uma pessoa, uma moça, me pediu, falou que ia copiar e me devolvia, mas nunca mais me devolveu e eu perdi a gravação do evento! Foi um evento muito forte. Um bispo católico vestiu o uniforme de comandante do Ortega dizendo que aquele era um paramento religioso (que os padres vestem em rituais católicos). E todo mundo cantando, aquele mundo de gente, das comunidades das periferias de São Paulo, que tinham vindo em ônibus, lotadíssimo, uma coisa fortíssima. Da comunidade de freiras de São Paulo, fui a única a participar. Eu havia acabado de chegar em São Paulo, mas elas eram bastante distantes desse movimento todo.

Nesse percurso, de lá pra cá, houve um episódio que teve consequências significativas para mim. Eu não quis vir do Acre de avião, diretamente para o Sul. Eu quis vir por dentro, passando pelo Nordeste e conhecendo cidades. Então eu fui até Manaus e de Manaus peguei um voo até Fortaleza. Só que Fortaleza não me interessava, me interessava o interior. Havia uma diocese chamada Crateús, que tinha um trabalho conhecido à época, na luta pela terra, com comunidades de base, com um Bispo muito engajado politicamente nessa luta. Eu queria conhecer, então eu desci bem no interior até lá. Quando cheguei lá, estava acontecendo um seminário e quem coordenava era um teólogo da libertação, jesuíta. Quando cheguei dessa viagem pelo Nordeste, recebi um recado, dizendo que ele queria falar comigo, o que me surpreendeu, porque eu o conhecia de livros e o tinha visto em Crateús, mas pra mim era o autor de um livro, ele era uma pessoa importante no âmbito da igreja e absolutamente distante de mim!

Isso foi no final de setenta e nove. Ainda era um período de ditadura civil-militar forte. Na conversa, ele disse: “A conversa que a gente vai ter é uma conversa absolutamente sigilosa. Há um grupo formado por teólogos da libertação, por alguns sociólogos, cientistas sociais, e nesse grupo não há nenhuma mulher e a gente queria que uma mulher integrasse esse grupo. Eu acho que você seria a pessoa indicada”. Para mim, aquilo foi a surpresa da surpresa! Eu não imaginaria isso. Aí ele falou “Você pensa se você quer. É uma coisa arriscada, há um certo risco. A gente se reúne periodicamente mas é sempre sigilosamente, ninguém pode saber dessas reuniões, além de nós e se você quiser de fato integrar o grupo, você conversa com o Vanderlei”. O Vanderlei era um professor da PUC, ainda é, que havia sido reitor e integrava esse grupo. Aí fui falar com ele, na PUC. A gente não se conhecia na época, mas depois ficamos muito amigos, até hoje. Ele falou “O grupo é só de homens... não sei como você vai se sentir...” e eu disse que para mim não havia problema algum; só se tivesse para eles. E assim eu comecei a participar desse grupo. Naturalmente, eu dizia na comunidade religiosa que eu ia para outra coisa, reunião de pastoral, outra coisa, porque eu não podia dizer onde eu ia. E aí lá ia eu para o Rio; a gente se reunia, de início, em uma casa de freiras. Elas achavam que era um grupo pastoral e tal, tudo bem disfarçado. E ali então a gente conversava, discutia; era uma reunião política, informada pela aderência religiosa, pela fé religiosa de todo mundo que estava ali... homens reconhecidos, não apenas no âmbito da Igreja, mas publicamente. Davam entrevistas, publicavam artigos em jornal... tantos nomes importantes... era um grupo assim. Para mim, eu brinco que eles eram como “boissagrados”, eu só conhecia pelos livros, não era

gente para chegar e dar beijinho, entende? Aí de repente eu estava no meio deles! Então isso para mim, isso era forte. Então de alguma maneira eu me sentia meio constrangida para falar...porque afinal eu estava diante daquela turma que tinha inúmeros livros publicados, eram os altos nomes da teologia da libertação, que estava no auge naquele momento, eram famosos...e eu lá!

Ali a gente conspirava, no sentido de criar espaços políticos, de ação e de pensamento. Ali, se constituiu um centro de formação para o Brasil e os outros países da América Latina. E continua até hoje formando lideranças. Era ecumênico, não era só católico, tinha teólogos protestantes, alguns pastores, era um grupo ecumênico, dentro do Cristianismo. Dali saíram os Cursos de Verão, que existem até hoje e acontecem na PUC, no mês de janeiro. Reuniam assim quinhentas até oitocentas pessoas, líderes do Brasil todo. Atualmente, o público é menor, mas ainda significativo.

A essa altura eu terminei o Mestrado e decidi que queria continuar os estudos, fazendo o Doutorado. E já era muito claro para mim que eu não ficaria como freira; era muito claro isso. Eu então fui para a França. Mais uma vez foi uma iniciativa minha, uma proposição minha. Lá fui eu sozinha para a França, para Paris, onde não havia comunidade da congregação. Antes, fiquei um ano na Bélgica, onde fiz o equivalente a um segundo Mestrado aqui no Brasil. Fui depois para a École des Hautes Études em Sciences Sociales, em Paris, onde fiz meu doutorado. Ao voltar para o Brasil, eu já havia me desligado da congregação religiosa e não era mais freira. E voltei com meu companheiro, meu marido, ainda que nunca tenhamos nos casado. Legalmente, vivemos em uma união estável.

Voltando a quando eu vim pra São Paulo fazer o Mestrado, era a década de oitenta e iniciava-se a abertura política. Mulheres que haviam sido exiladas por causa da ditadura civil-militar de sessenta e quatro, mulheres de esquerda, claro, estavam voltando ao país. Penso que se possa dizer que haviam saído do Brasil marxistas e voltavam marxistas-feministas. Não todas, mas ao menos um grupo significativo delas. Eu me identificava com elas, por ser também do campo da esquerda. Desde o final dos anos setenta, feministas começavam a realizar ações públicas, a aparecer para a sociedade. Havia a luta política contra a ditadura, pela democratização, e já entravam as questões específicas do feminismo, as interrogações sobre sexualidade, liberdade reprodutiva, o lugar das mulheres na sociedade. No final de setenta e nos primeiros anos dos oitenta, tiveram lugar os primeiros encontros feministas latino-americanos e no Brasil. Então eu absorvi isso tudo durante o Mestrado, tanto que o último capítulo da

minha dissertação aborda essas questões. Terminado o Mestrado, morei um ano no Rio, dando aulas na Universidade Santa Úrsula e, em 1985, fui pra Europa, fiz meu doutorado em Paris, como já disse voltei para São Paulo.

Nesse tempo de São Paulo, do Mestrado, por indicação de meu orientador, Procópio Ferreira, iniciei-me também no pensamento de feministas cristãs, católicas e protestantes, americanas e europeias. Considero que a leitura de seus textos foi fundamental em minha trajetória feminista. Elas eram acadêmicas feministas, radicais em suas críticas ao Cristianismo.

Na volta a São Paulo, após o doutorado, no final de noventa, meu projeto era dedicar-me à vida acadêmica, fazer pesquisa, ser professora em uma Universidade e me engajar politicamente, em um partido ou em alguma outra forma de militância política. Só que aí houve a criação do “Católicas pelo Direito de Decidir”. É uma história meio longa. Uma feminista uruguaia havia conhecido Frances Kissling, da organização Catholics for Free Choice, que propôs a ela divulgar em países da América Latina, a revista Conscience, traduzida para o espanhol: “Conciencia latino-americana”, com artigos relativos a uma agenda católica crítica, feminista. Foi assim que essa companheira uruguaia, Cristina Grela, passou a percorrer vários países, divulgando a publicação e dando palestras. Ela dizia com razão que o Uruguai é um país historicamente laico e por isso, não havia sentido em fazer uma proposta de criação de um grupo de católicas no Uruguai, mas sim em outros países da região. Ela veio ao Brasil e eu recém-chegada de Paris participei de uma mesa organizada por ela. Meu tema foi uma abordagem crítica, do ponto de vista do Feminismo, da igreja católica e do lugar das mulheres aí. Quando terminou o evento, ela insistiu na criação de um grupo como Catholics, aqui no Brasil. Eu concordava sobre a pertinência e a necessidade política da criação de um grupo assim aqui, porém não queria tomar a frente desse processo. Comprometia-me, porém, a dar todo apoio. Mas, finalmente, com outras mulheres católicas e não católicas, feministas, criamos esse grupo, uma ONG – Católicas pelo Direito de Decidir -, hoje conhecida como “as católicas”. Decidimos que seria um coletivo ecumênico. Éramos um grupo pequeno, umas 4 mulheres, entre as quais, uma pastora protestante. E eu acabei sendo coordenadora da ONG.

Há duas histórias que eu gosto de lembrar nessa minha trajetória feminista, voltando um pouco no tempo. Uma é que quando eu estava fazendo o meu Mestrado, fui me tornando feminista, feminista. Na minha casa nunca ouvi um discurso contra aborto, um discurso assim muito moralista. Era uma família conservadora,

politicamente apoiava a UDN, classe média, de interior, mas acho que nesse aspecto assim de moral, digamos, era aquilo. Achavam que tinha que ter fidelidade no casamento, por exemplo, coisas assim normais à época. Mas, eu nunca senti na minha família um controle. Então eu nunca condenaria uma mulher que fizesse um aborto, essa ideia de condenar uma pessoa por uma questão moral. E acho que isso vem um pouco da minha cidade também, Caxambu, uma cidade de costumes mais liberais para a época, como já falei. Por exemplo, mulher desquitada era algo moralmente - não condenável -, mas negativo, que marcava a mulher. Não assim para um homem desquitado. Nunca ouvi referência negativa a um homem porque era desquitado. Essa marca pegava apenas nas mulheres. Mas isso era algo geral, não era da cidade ou da minha família, que, aliás, convivia com pessoas desquitadas sem problema. No hotel da minha família, hospedavam-se casais separados ou não casados, então a gente convivia com isso. E eram pessoas de quem a gente gostava, com quem a gente conversava, então não se fazia essa discriminação. Comentava-se, sabia-se que não era um comportamento a ser seguido, mas nunca vi na minha casa nada condenatório. Também nunca se conversava abertamente sobre relacionamentos, sobre sexo, muito menos sobre aborto. É verdade que havia silêncio... não era objeto de conversas, ao menos conosco, as filhas.

Bom, então, quando cheguei a São Paulo em 1980, eu me identificava muito fortemente com as lutas em torno das questões que tocavam as mulheres. E fui ficando crítica da Teologia da Libertação, da igreja. Naquela época, - acho que em 1983 ou 1984 - houve uma mesa na PUC (Publicaram até um livrinho sobre esse evento, mas acho que só tenho um exemplar em italiano, e nem sei como foi traduzido, é um folheto). Era uma mesa em que estávamos eu e a Ana, conhecida naquela época como Ana Dias, viúva do Santo Dias. Eu já a conhecia e gostava muito dela. Eu fiz um texto crítico à igreja, falando sobre a ética sexual, entre outros elementos problemáticos para as mulheres católicas. Era um público enorme; naquela época essas discussões enchiam os auditórios na PUC. Não se criticava a Igreja, por causa do apoio político que dava à luta pelos Direitos Humanos, por justiça social, contra a ditadura e pela redemocratização do país. Eu apoiava também essas posições. Mas fiz uma crítica pública à igreja a partir de uma análise feminista. O público que estava lá era bem variado. Logo depois disso, eu fui para a França e recebi, por um amigo, uma publicação chamada Catolicismo, de uma organização reacionária católica: a TFP - Tradição, Família e Propriedade. E havia uma página inteira sobre mim!!! Aquilo era uma coisa impensável! Porque havia alguém da TFP lá nesse evento e a partir da minha

fala escreveu o artigo, que começava dizendo, em um tom crítico: “De calça jeans e camiseta...” Eu ainda era freira à época da palestra e estava de calça jeans e uma blusa branca... O artigo terminava em tom irônico: “Essa freira vai longe.” Isso foi um dos resultados dessa participação na mesa.

E um outro resultado é o outro episódio que gosto de recordar. Feministas presentes ao evento me convidaram para participar em um seminário organizado por elas no teatro Ruth Escobar. E quem fazia o mestrado comigo era a Moema Viezzer, que escreveu o “Se me deixam falar”. Quando eu cheguei no teatro, a Moema me chamou e disse: “Zeca, há uma reação muito forte à sua presença aqui. O que uma freira vem fazer em um evento feminista”. Lembro que eu falei: “Quando a gente fala em público - e para mim essa era uma experiência muito limitada àquela época - às vezes a gente agrada e às vezes não agrada, é assim. Então, eu vou falar o que eu preparei pra falar. Se gostarem, ótimo; se não gostarem, o que eu vou fazer?”. Estavam na mesa a Rose Marie Muraro, que eu já conhecia e outras que não me recordo quem eram. Eu comecei a falar e, como sempre, muito falante, excedi meu tempo e devia parar. Aí a Rose disse: “Não, continua, que tá muito interessante!”. E foi ótimo! Depois algumas mulheres vieram falar comigo. Lembro-me de duas delas: “Olha, quando anunciaram a sua fala, a gente se ajeitou na cadeira para dormir, ih freira falando aqui. Mas à medida que você foi começando, a gente foi se ajeitando e se ajeitando para te ouvir!” Essa foi uma experiência que me marcou naquela época. Essas duas histórias são ainda do tempo do Mestrado.

Depois que eu retornei do doutorado, comecei a trabalhar na Universidade Metodista. Havia recebido convite para assumir uma cátedra feminista. Foi uma experiência muito especial trabalhar com as estudantes. Depois de um ano, um professor da PUC convidou-me para dar aulas na Pós-graduação em Ciência da Religião. Vivia num correria enorme porque dava aula nas duas Universidades, tinha uma bolsa de pesquisa do CNPQ e trabalhava na ONG. Nesses anos, o “Católicas” era muito articulado à Catholics For Free Choice, nos Estados Unidos e tínhamos várias reuniões e eventos lá, durante o ano. Foram os anos também das conferências internacionais. Particpei no Cairo e em Beijing. Viajava muito e era uma vida realmente muito louca, muito corrida. E foi isso.

No grupo da teologia da libertação de que eu participava, como mencionei acima, não havia nenhuma discussão sobre a moral sexual católica. Algumas questões sobre situação das mulheres sim, inclusive pela minha presença, mas muito pouco. O

acento, o tom era a questão política de esquerda e marxista. E eu digo, e eles sabem disso porque eu continuei amiga deles apesar de não participar mais das reuniões, porque depois que eu voltei de viagem, eu fui só a uma reunião, porque daí meu mundo era outro. Era o mesmo, mas era outro. Esse horizonte da justiça social ele estava aí, só que já era outra compreensão, de que não existe justiça social se você não pensar em raça e gênero. Não há como... Mas eu digo assim, a minha crítica é assim: quando esses homens quiseram falar com propriedade sobre justiça social, eles, que eram homens com toda a propriedade para falar sobre teologia e espiritualidade, foram buscar nas ciências sociais e no Marxismo um instrumental teórico que lhes possibilitava falar competentemente de desigualdade e de justiça. Para falar de mulher, o senso comum é suficiente. Eles não se tornaram de fato interlocutores no sentido de debater as nossas ideias, as nossas agendas políticas, a partir da leitura da produção feminista. A produção feminista não faz parte da bibliografia deles. E essa é a crítica que eu tenho, então acho que eles se sentem sempre no direito de falar e muitas vezes o que eles fazem é fazer um livro e aí chamam uma teóloga para escrever um capítulo. Mas não mudam o que eles dizem. Aquilo que ela diz e que ela traz não informa e não traz mudanças para aquilo que eles dizem. E eu acho que um indicador, como a sociologia gosta de trazer, é a maneira como nós analisamos e vemos, nós mulheres. O papa Francisco é um exemplo. Para esses grupos, o papa Francisco é o máximo, é o grande papa da libertação. E não é para nós, não é para nós! A gente acabou de produzir, elaborar um texto da rede de católicas latino-americanas, criticando a fala do papa, que disse que fazer um aborto é como contratar um matador. Uma coisa absurda, impensável! Então, a gente faz críticas ao papa Francisco. E faz críticas fortes a ele, que não muda nada da moral sexual e não incorpora as mulheres em pé de igualdade na igreja. Essa crítica não impede, no entanto, o reconhecimento e nosso apoio às suas posições em relação ao Capitalismo, que geram desigualdade e pobreza e também em relação às questões da migração.

Em relação ao “Católicas”, desde o início, a questão do aborto foi um ponto de agenda importante; a questão da legalização do aborto. Um outro ponto que trabalhamos desde que começamos a ONG foi a necessidade de investir na mídia de alguma maneira. Naquela época havia muitas críticas do feminismo à mídia por não pautar as nossas questões etc., um espaço muito avesso à nossa agenda. Mas, logo depois que a gente constituiu “Católicas”, houve a primeira visita de um papa ao Brasil, João Paulo II, extremamente conservador e reacionário. E aí, nós éramos quatro mulheres, a gente se reuniu e pensou: nós somos um grupo que enfrenta um grande poderio econômico,

político, religioso, social, simbólico fortíssimo! Como podemos ser uma voz pública crítica das posições dele? Pela mídia! Então a gente organizou a participação naquela visita. Sabíamos qual seria o conteúdo do discurso dele. E preparamos antecipadamente qual seria nosso discurso, em reação às posições dele. E conseguimos um lugar incrível nos grandes jornais e rádios, dando entrevistas, etc.

Logo que a gente criou “Católicas”, os meios de comunicação nos procuravam porque era uma coisa extraordinária que tivéssemos uma posição favorável ao direito das mulheres de recorrer ao aborto, ainda mais com uma ex-freira no grupo; isso tudo atraía. E nos perguntavam quantas éramos na ONG. Isso a gente nunca dizia, a gente não poderia dizer que éramos só quatro mulheres. Então a gente combinou uma resposta para quando perguntassem isso: Todas as mulheres e homens que usam anticoncepcional e são católic@s, são católic@s pelo direito de decidir.

Então esses dois pontos sempre foram pontos da agenda do “Católicas” desde o início. Mas, claro que a gente mudou, com Cairo, Beijing, desde que se cunhou “direitos sexuais e direitos reprodutivos”. A gente passou a usar essa terminologia. Até porque desde o início não foi só a questão da legalização do aborto, mas eu digo que é aquilo da parede branca com o pontinho vermelho. Se você perguntar o que você vê, você diz que vê o ponto vermelho, não vai dizer que está vendo a parede branca. A questão do aborto para a sociedade, fortemente naquela época, vinte e cinco anos atrás, e para a igreja católica era uma questão tabu. E contra a qual a igreja católica sempre se posicionou de uma maneira muito absoluta, contrariamente. Então aparecia muito: católicas e aborto. Esse vínculo se fez desde o começo, era parte da nossa agenda e, em sendo parte da agenda, era o que chamava mais atenção. Mas desde o início a gente trabalhou com anticoncepção. O que entrou depois foram os direitos LGBT, porque isso resultou dos movimentos sociais que ganharam corpo na sociedade. E a nossa agenda foi incorporando também a questão racial, ainda que não trabalhe diretamente porque não é da nossa agenda especificamente, mas está incorporada no sentido de estar sempre no radar, no horizonte. Porque o Brasil é um país racista, homofóbico e classista. E então essas três questões têm que estar sempre aí para tratar de gênero. Porque gênero se configura atravessado por essas questões, porque não existe na abstração, existe na realidade das pessoas e dos grupos sociais, que são grupos “classificados” por classe, gênero e raça.

Eu acho que a nossa agenda e a nossa compreensão se alargou enormemente ao longo tempo. Acho que a gente vai incorporando essas questões e percebendo que a

agenda feminista é uma agenda para além daquilo que são os direitos específicos das mulheres. Também a defesa da laicidade do Estado tornou-se parte da nossa agenda.

E temos a preocupação de manter aquilo que é específico de católicas e que a gente considera que é a contribuição que o “Católicas” pode dar para o feminismo. É a especificidade de trabalhar essa agenda vinculada com a religião. E essa preocupação de atingir mulheres católicas, que têm essa base, esse horizonte católico. Eu sempre digo que é um conforto para elas. O que a gente tem de experiência? De dar uma oficina, conversar sobre aborto e de repente uma mulher dizer: “Há quarenta anos eu guardo um segredo. Eu sou católica, fiz um aborto e carreguei essa culpa comigo até hoje”. É libertar-se dessa culpa. Para nós isso é muito forte. E a gente tem inúmeros relatos assim, de mulheres. De uma médica, por exemplo, que dizia que jamais faria um aborto e que se tornou uma mulher que apoia as mulheres que decidem fazer um aborto. E não fazia por causa de sua convicção religiosa. Então quando o “Católicas” vem com um discurso feminista, mas que diz que você pode defender essa agenda, a legalização do aborto, o direito das mulheres de recorrerem ao aborto, e continuar na sua fé, por causa disso e disso, que vem da mesma doutrina, isso liberta as mulheres, conforta as mulheres.

Atualmente, até nem foi pensado por nós...nós tínhamos um projeto com a Fundação Ford, que nos apoiou desde o início, foi muito importante para nós, e aí uma das *program officers* daquela época nos propôs fazer um projeto com as mulheres do Nordeste. Para nós aquilo foi uma surpresa, porque a gente já tinha tido um pedido de um grupo de mulheres para constituir um grupo de Católicas e havíamos respondido que se elas quisessem ser parte tudo bem, mas que a gente não faria grupos dependentes do “Católicas”, agente achava que isso não dava certo, ter oficinas e escritórios em vários lugares.

Então nesse novo projeto apoiado pela Fundação Ford, a gente começou a ir para o Nordeste para formar líderes católicas, do “Católicas pelo direito de decidir”. Isso foi maravilhoso e agradecemos a ela por ter nos levado a fazer uma coisa que a gente não tinha pensado em fazer. Hoje a gente tem em torno de quarenta mulheres, que são lideranças, em praticamente todos os estados do Brasil, e que replicam campanhas que a gente faz, oficinas, levam material, distribuem. Representamo “Católicas” nos seus estados e quando conseguimos recursos, fazemos uma reunião anual, que a gente chama de seminário nacional. Aí tem formação inclusive de mídia, para falar em televisão, em rádio, para falar em redes sociais.

Atualmente o “Católicas” tem uma equipe de comunicação que faz um excelente trabalho. São jovens e têm a linguagem das redes sociais, diferentemente de nós que compomos a equipe e somos de outra geração. A equipe é competentíssima e colocou o “Católicas” no radar, atingindo um outro público. Esses dias estavam felizes porque já tinham alcançado cinquenta mil seguidores o que é muita coisa para uma ONG mínima como é o “Católicas”! Mínima de recursos humanos e mínima de recursos financeiros. Mas, estamos trabalhando para termos gente mais jovem compondo a equipe, renovando a ONG. Porque é fundamental para daqui a dez anos continuar essa luta.

Reconhecer a necessidade de dar espaço para as novas gerações e deixá-las fazer seu caminho, que será, certamente, diferente do que nós fizemos. Uma das alegrias que eu tive ultimamente foi ir a uma manifestação feminista na Paulista e ser a tia, a vovó, que estava lá atrás acompanhando! Eu não sabia quais eram as palavras de ordem, eu acompanhava o que elas diziam e a gente era uma lá atrás! Para mim isso é uma coisa maravilhosa. E com o “Católicas” eu sinto a mesma coisa. Hoje eu posso deixar o “Católicas” tranquilamente que esse trabalho, essa luta continuará. Isso me dá uma alegria e um orgulho! Eu sou orgulhosa disso!

Desde o início eu falei que não queria nada personalista. Eu, pela minha personalidade, herdada da minha mãe, porque meu pai era tímido e a minha mãe, não. Eu não tenho muita timidez, se eu penso isso eu falo, que seja para dez, para cinco, vinte ou quinhentas pessoas. Se as pessoas discordam, desculpa, qual é o problema? No começo, participamos de vários programas de TV. Participei no programa da Hebe Camargo, que acho que foi uma das primeiras entrevistas de TV assim do feminismo, com a Margareth Arilha. Falamos sobre aborto, a Hebe Camargo era contra, a Margareth com um barrigão de grávida e eu uma ex-freira e foi muito forte. Havia por parte de feministas da área de comunicação uma afirmação para ter uma voz de referência no grupo e achavam que a voz tinha que ser eu. E eu dizia: eu vou, mas não pode ser só eu, eu quero que as outras sejam também uma voz do “Católicas”. Elas tinham medo, receio de ir. Hoje uma coisa verdadeira é que somos equivalentes e eu as considero muito melhores do que eu nas entrevistas, nas mesas, etc. Eu sou professora, sou falante! E eu sempre fui professora de pós-graduação. Existe um conceito de secularização e se você fala três horas sobre ele, mal começou. Aí você vai para TV e tem um minuto para falar! Elas sim são safas nisso. Acho que elas são maravilhosas e dão o recado muito mais diretamente do que eu, eu enrolo e tal... Esta história de vida mostra isso... De fato a gente é uma equipe, trabalha com uma equipe que decide junto.

Às vezes isso até é ruim porque a gente atrasa processos, mas quer decidir junto, assumir coletivamente. E eu dizia no começo que a gente tem que estar junto no acerto e no erro. Saber que estamos junto no erro dá tranquilidade para errar, porque eu sei que eu posso errar. A gente tem esse direito de errar e tudo bem. Se acertar vai ser maravilhoso e a gente vai brindar e se errar, tudo bem vai continuar. Tem que ter essa liberdade para acertar e para errar, não tem quem só acertar. A gente de fato conseguiu uma equipe equitativa. Quando chega uma solicitação, uma demanda, às vezes chega dirigida. Vem às vezes para mim, às vezes para outra da equipe. Quando vem para o “Católicas”, a gente vê quem pode atender a demanda, de acordo com dia e horário. Hoje eu sou das que menos dou entrevistas e falo, por circunstância de vida, a pessoa que tem menos condição de tempo.

Isso para mim é um gosto! Eu realizei alguma coisa que para mim politicamente era muito importante, que é de ter essa ideia que os processos são coletivos, não no discurso, mas na prática, na prática da constituição da ONG e na prática cotidiana da ONG.

Há um episódio de que sempre nos lembramos. Há sempre essas audiências públicas no congresso. Uma vez, um padre correu atrás de mim no corredor dizendo: “Você vai pro inferno!!!” e quis me agarrar! E um segurança deu conta de segurá-lo! Mas essas coisas não me amedrontam. Claro que é horrível, não deve haver uma coisa dessas, mas não me dá medo. E uma vez, logo no começo, houve uma audiência pública e eu fui. E era uma audiência onde estavam umas feministas, não me lembro quem eram, havia um bispo, e eu. Todo mundo falou, eu falei também. Por isso que eu digo que a gente sempre tem que tomar cuidado porque a gente não pode errar no conteúdo, a gente não pode ser contestada nisso. E uma pessoa ligada à CNBB contou que, depois da audiência, o bispo falou: “Essa Zeca é o terror dos bispos!!!” E eu não conto assim, eu conto que o “Católicas” é o terror dos bispos, não eu, mas é a agenda que a gente tem! A ação que a gente leva! De fato, eu digo para as feministas que elas encontraram aliadas no campo do inimigo.

O feminismo é um processo...a gente vai se fazendo feminista, vai assumindo as causas, vai percebendo a agenda e de repente a gente é feminista e se afirma feminista. Acho que é um processo.

Eu queria ainda contar uma coisa que está na entrevista da Veja e que para mim é muito forte e é uma coisa muito boa de ter vivido. Quando eu estava na Bahia, no sertão, em Barra de Mendes, a casa da comunidade em que eu vivia, das freiras, era uma

casa geminada, bem simples. Eu tinha dois caminhos para ir dar aula no colégio: dando volta pela pracinha ou seguindo a rua em frente. A questão de ir direto pela rua, é que era a rua das prostitutas, a rua da Palha. E olha, eu sempre passei por lá. E sempre falei –qual é o problema? Eu fazia questão de passar por lá, cumprimentá-las e seguia meu caminho para a escola. No Natal, havia uma novena de preparação da festa. A gente reunia grupo para fazer a novena. Aí decidi que ia fazer com elas. E foi uma coisa maravilhosa! Quando eu chegava na casa delas – porque era sempre na casa de uma delas – tinha em geral montado um presépio. E tinha de tudo nesse presépio, uma vez eu cheguei a ver um desodorante chamado “Vaness” que era um desodorante de tubo cor de rosa. Elas deviam achar o tubo bonito, então colocavam lá! Tudo tinha lá no presépio. E, eu pensava, isso que é presépio, porque tem de tudo! Tem o universo aqui dentro! E a reunião da novena era meio caótica, porque elas não tinham com quem deixar as crianças, então levantavam, buscavam as crianças, entravam e saíam. E eu adorava, adorava...um dia, ia haver uma festa no clube da cidade. Aí provoqueei: Soube que vai ter festa no clube da cidade, vocês vão? Aí elas riram e disseram: “Não, quê isso! Imagina a gente não vai. Não deixam a gente entrar.” E eu: “Mas os homens que vão para a festa não são os que vêm para cá? Então acho que vocês deviam ir no clube e selecionar quem pode entrar! Se vocês não podem ir por causa do trabalho aqui, eles também não podem ir porque vêm aqui!” Elas morreram de rir e falaram: “Mas aí não sobram seis para entrar no clube!” Seria, segundo elas, o número de homens que não frequentava a casa delas...e eu nunca esqueci essa história. Eu sinto um respeito e um carinho muito grande por elas. São elas, entende? Não sou eu. Para mim é muito forte, uma experiência de vida muito forte. E eu conto isso também para te dizer dessa liberdade interior, de não condenar, não julgar. E uma vez, uma freira aqui em São Paulo, ficou brava comigo porque eu disse: “Eu vou me agarrar no pé de uma prostituta porque eu quero entrar no céu. Jesus não dizia que as prostitutas entrariam primeiro no céu? Então eu vou me agarrar numa delas!” A freira ficou tão brava! Disse que a gente largou pai, largou mãe, não se casou e agora eu dizia que entraríamos no céu depois das prostitutas! Eu disse: Não fui eu quem falou, foi Jesus. Não tenho nada a ver com isso! Então são as histórias da vida né?!

5.5 Antônia²⁰

Contexto do encontro com a Antônia

Chegada à Antônia

Cheguei à Antônia por meio da Erika, coordenadora do Centro de Referência de Mulheres da Maré, onde já trabalhei. A escolha de uma mulher da Maré se deu em função de promover uma diversificação ainda maior de perfis de mulheres e pela minha relação com o local, permitindo conhecer melhor a realidade investigada. A conveniência também foi um elemento favorável, já que eu passaria trinta dias no Rio de Janeiro antes de finalizar a licença.

Antônia é uma mulher negra, de 30 anos, moradora da Maré, que atua como militante nesse local desde a adolescência. Posteriormente, se formou em dança e faz mestrado em relações étnico-raciais. Atualmente, atua em uma ONG derivada da Redes de Mulheres da Maré, organização já histórica e bem conhecida na região.

Fizemos contato por e-mail no final de novembro. Ela prontamente respondeu a mensagem, agendamos para janeiro e confirmamos o dia exato no início do mês, assim como horário e local do encontro, que seria na ONG em que ela trabalha, no Parque União, uma das regiões do Complexo da Maré.

O encontro na Maré

No dia marcado – 21 de janeiro – cheguei à Casa das Mulheres²¹ um pouco depois de 10h30, horário agendado para a entrevista

Desci do ônibus na passarela da Avenida Brasil correspondente ao Parque União e, na entrada da Maré, perguntei pela Casa das Mulheres a uma mulher que trabalhava vendendo salgadinhos perto do ponto do ônibus. Depois de algumas explicações, de uma passagem pelos meninos armados e de mais algumas perguntas pelo local, cheguei à instituição. A casa é colorida, com o nome “Casa das Mulheres” bem chamativo. Tem três andares, é bem pintada, bonita, arrumada, um espaço bem cuidado e confortável.

Entrando na Casa, Antônia e mais três mulheres estavam na sala de entrada e ela cumprimentou com um bom dia sem saber ainda quem eu era. Quando me apresentei, ela fez uma expressão de quem tinha esquecido, mas logo disse: “Paloma, espera só um pouquinho porque hoje a gente está em função de uma seleção”. Ela me ofereceu uma

²⁰ O nome da entrevistada foi modificado, assim como outros nomes citados por ela, e foram omitidas as referências a algumas instituições para garantir o anonimato de sua entrevista.

²¹ O nome da instituição foi modificado para preservar a identidade da entrevistada.

água e eu sentei para esperar. Como as candidatas do dia já haviam chegado, elas estavam subindo e descendo as escadas e resolvendo questões da seleção. Nesse momento, um homem chegou com várias caixas e ainda havia mais para buscar. Quando Antônia e outras mulheres desceram, fomos todas buscar as caixas no carro e voltamos.

Depois, subimos para o escritório e Antônia avisou às outras mulheres que estaria comigo para fazer uma entrevista e que depois iria ver como estava a seleção.

Antônia estava vestida muito à vontade, com uma saia de lycra, uma blusa preta e uma sandália. Assim que chegamos no escritório, ela se sentou na cadeira que fica atrás de uma mesa e eu na cadeira mais ou menos em frente. Apresentei-me e falei da pesquisa. Antônia me escutou com bastante seriedade. Senti que estava tímida e pouco à vontade. Quando disse que enviaria a transcrição da entrevista para aprovação dela, expressou bastante satisfação: “Ah que bom, isso é muito bom”. Ao receber a cópia do termo de consentimento, ela perguntou se eu era carioca. Eu respondi muito sem pensar algo como “carioquíssima, sim, nasci e morei aqui muitos anos”. Ela me olhou calada e eu pensei que, é claro que os conceitos de ser carioca, muito carioca, carioquíssima eram necessariamente muito diferentes para mim e para ela. Apesar das poucas informações que ela tinha sobre mim, somente o fato de eu não ser da Maré, ser branca e com a mesma idade dela, já significava uma enorme distância entre nós, necessariamente trajetórias de vida absolutamente diferentes até ali. Também me apresentei de maneira bastante formal porque tenho acreditado ser importante, mas isso pareceu aumentar ainda mais a distância entre nós.

Antes do início do relato, agradei seu tempo e ela pediu desculpas pela movimentação da seleção daquele dia. Mas disse também que aquele era o melhor dia, porque viajaria para uma conferência no dia seguinte e logo em seguida sairia de férias.

Mesmo com todos esses elementos, Antônia foi bastante aberta na fala dela. Comonão lembrou do agendamento, pareceu que na hora ficava pensando em como falaria e no que falaria e também por isso sua fala foi bem espontânea.

Durante o tempo em que estivemos no escritório, fomos interrompidas três vezes e Antônia precisou responder a mensagens no celular duas vezes. Tudo em função da seleção que estava acontecendo naquele momento.

O tempo de gravação foi bastante curto e, ainda assim, o relato trouxe muitos elementos que conversam com as histórias relatadas pelas outras mulheres.

Quando finalizamos, Antônia esperou eu ir ao banheiro e me acompanhou até a porta. Nesse momento, a Casa estava cheia de pessoas circulando pelos andares e na entrada.

Impressões gerais sobre o local após o encontro

Tenho a impressão de que ter trabalhado na Maré anteriormente facilitou a minha chegada lá. No Rio de Janeiro, tendo nascido e crescido na zona sul e, mais tarde, frequentado a zona norte e oeste da cidade, já sabia que a circulação pela Maré é radicalmente diferente da circulação nas áreas nobres da cidade e diferente também dos demais bairros. A Maré congrega as situações mais graves em termos de destituição de direitos do Rio e, ao mesmo tempo, organiza-se em serviços locais de assistência com quase nenhum recurso. É diferente por ser uma favela plana (e não sobre os morros) e também por ser enorme (são ao todo dezesseis favelas dentro da Maré). Ela se encontra sempre no meio de conflitos entre facções, tiroteios e invasões policiais. Os serviços públicos quase não chegam. O complexo fica entre a avenida Brasil e a linha vermelha – as duas vias de maior circulação da cidade. É altamente populosa e surgiu em meio a processos de desapropriação e demolição de moradias em outras partes da cidade. É um ambiente árido: tem comércio, mas tem muita pobreza, os traficantes circulam armados, com som alto durante o dia e a noite e na maior parte do tempo há a iminência de conflitos internos e invasões policiais, que não acontecem apenas nas ruas, mas também nas casas das pessoas. Por outro lado, há organizações locais, como a *Redes*, com metodologias participativas de trabalho, atentas às especificidades do território e reconhecidas localmente. É também de lá que saem líderes como a Marielle Franco. Qualquer atuação na Maré deve considerar que esse é um dos locais mais emblemáticos no que se refere às desigualdades sociais do Rio de Janeiro.

História de vida de Antônia

Encontro realizado em 21 de janeiro de 2019, no Rio de Janeiro

Eu nasci aqui na Maré, no Complexo da Maré, e é onde eu moro até hoje. Eu tenho trinta anos e são trinta anos morando na Maré. Minha família chegou aqui na geração da minha avó. Eu falo mais da família da minha mãe porque da família do meu pai eu tenho poucas informações. O meu pai morreu quando eu tinha três anos, então

acabei não tendo tanto acesso à família paterna. Então a minha família chegou na Maré, mais especificamente na Nova Holanda, na geração da minha avó, vindo de um processo de remoção, da cidade do Rio de Janeiro. Isso foi na época do Carlos Lacerda, década de setenta, final de sessenta. Nessa época tiveram grandes remoções de favelas da zona sul e a minha avó morava na favela do Humaitá, que chamava Macedo Sobrinho. Com a especulação da zona sul e tal, as favelas foram sendo removidas.

Minha avó era viúva, por uma fatalidade ela ficou viúva, com seis filhos. Meu avô foi atropelado de bicicleta, foi uma fatalidade. Eles faziam um crivo de quem fosse muito miserável, de acordo com a análise das assistentes sociais da época, e essas pessoas não iam para os apartamentos que tinha na Cidade de Deus, que estava sendo construída, nem de Padre Miguel. Quem eles consideravam muito miserável ia para esses galpões provisórios na intenção de fazer uma ressocialização, se tornar cidadão. Só que as pessoas eram jogadas em barracos aqui na Maré, sem a menor infraestrutura. E lá na Macedo Sobrinho – era outra situação, era melhor - minha avó tinha uma casa de alvenaria e lá tinha um barzinho que ela podia trabalhar e ao mesmo tempo cuidar dos filhos, porque o mais novo tinha seis meses. Então era um processo de muita dor, que vai sendo forjada essa família. Minha avó foi jogada, e era assim que ela se referia “jogada”, num barraco na Nova Holanda.

De provisório isso foi se tornando fixo. A família do meu pai também veio removida. Minha mãe e meu pai também se conheceram aqui na Maré, com uns quinze anos e treze anos, que eles tinham, e começaram a se relacionar. Minha mãe casou e quando ela teve meu irmão ela já foi morar na casa que eu nasci. Eu já nasci nessa mesma casa. Meu pai morreu quando eu tinha três anos, também numa fatalidade. Minha mãe ficou viúva e minha avó veio morar com a gente. Todos os filhos da minha avó seguiram suas vidas bem tranquilos, com suas casas e suas famílias. Não teve nada grave, mesmo tendo todo aquele cenário pavoroso. Minha avó, por exemplo, teve muita dificuldade para trabalhar, porque lá na zona sul bem ou mal ela podia ser doméstica. Não tinha essa gama de ônibus que tem hoje, então durante um período a minha avó teve que deixar minha tia morando com outra pessoa, minha mãe acabou exercendo o papel de tomar conta dos irmãos, para minha avó trabalhar.

Então, minha avó foi morar com a gente e eu cresci aqui na Maré. Meu pai era uma pessoa muito influente, muito conhecida aqui nesse território. Fazia parte de muita movimentação política. Aqui tem uma escola de samba, que chama “Gato de Bonsucesso” e na época era o bloco “Mataram o meu gato” e meu pai foi presidente.

Ele era bem envolvido com esse cenário político-cultural da Maré. Eu cresci nisso. Mesmo meu pai tendo falecido e eu tinha só três anos e não tive esse contato com ele, eu cresci rodeada dessas histórias, dessa memória e desse legado que ele construiu aqui. Minha mãe conseguiu um trabalho público também, minha mãe trabalhava na prefeitura. Isso deu um certo conforto assim para criar eu e meu irmão. Mesmo ela sendo ausente para trabalhar, dentro da favela a gente tinha um certo conforto por ter uma mãe que tinha um emprego público pelo menos, que não é aquele ritmo de perder o emprego e tal. Isso deixou eu e meu irmão num lugar relativamente privilegiado se a gente for pensar.

Com catorze anos de idade, eu comecei a me inserir nas coisas, nos projetos sociais, buscando muito por mim, muito por ter sido desde sempre uma criança falante, desenrolada e querer fazer coisas. Eu entrei num projeto que era de uma ONG dentro da Maré. Tinha um posto de saúde que durante os sábados ficava com atendimentos de saúde só para adolescentes, então a ideia era que tinha os promotores da saúde e que a gente tinha que fazer eventos para que os jovens pudessem ir para o posto. Então a gente criava um monte de coisa, fazia ações desde festa e brechó, oficina, sala de espera! E eu com catorze anos fui trabalhar com isso, gostando muito! Todo mundo ficou sabendo que ia rolar essa seleção e ganhava um dinheirinho, tipo uns cem reais por mês que na época era uma graninha. E eu lembro que foi uma super seleção, uma fila enorme assim para se inscrever. E eu me inscrevi, tinha entrevista, eu participei da entrevista... Aí eu entrei! E eu gostei muito! Tanto é que eu fui oradora da turma e tal no final, meio que me destaquei assim um pouco nessa vivência.

Depois que acabou esse projeto, eu fui chamada para outro projeto, numa ONG que não era aqui da Maré, o que era no centro da cidade. Eram trinta jovens no total, dez da Maré, dez do Santa Marta e dez de Bangu, Vila Aliança. Desses trinta jovens, eu já com dezessete anos, fui chamada para trabalhar nessa ONG. Então com dezessete anos eu já estava trabalhando na instituição. Foi uma coisa que foi me tomando muito, esse tipo de trabalho, eu acho sempre legal falar. Eu nunca tive outra experiência de trabalho que não fosse com ativismo, militância, projeto social. Isso foi o que construiu a minha carreira, eu só trabalhei com isso. Não tive outras experiências trabalhistas, isso é muito louco. Ao mesmo tempo, que é maneiro, eu também fico pensando que é muito louco, sempre foi muito difícil! Uma vida sempre de enfrentamento lá, acho que eu nem sei não fazer isso mais, não sei.

Lá, eu faço trabalho até hoje, é uma organização que eu tenho muito carinho, muito apego, muito respeito, trabalho em vários projetos lá ainda, meio como “frila”, mas um “frila”²² fixo. Eu tenho muito respeito pela história desse lugar. A ONG me constituiu muito e me abriu muitas portas para os trabalhos que eu fiz. Eu também trabalhei em outra organização daqui da Maré, fiquei trabalhando em vários lugares, fazendo projetos ao longo da vida! Eu fui do GGE, que era o Grupo Gestor Estadual de Saúde e Educação. Também trabalhei no SPE, que é o programa de prevenção em saúde nas escolas. Então tive toda uma trajetória de trabalho. Tive a oportunidade de viajar bastante pelo Brasil! Fui para a Colômbia também para falar, tudo dentro dessas vivências! Mais posteriormente eu fui para o Peru, para uma convocatória que eu me inscrevi a nível nacional, para trabalhar com gênero e mulheres lá no Peru. Fui e fiquei um mês e meio. Então assim, esse meu acúmulo, esse currículo, como se fala, veio muito disso. Eu trabalhei em muitos projetos, desde projeto que tinha na escola, de oficinas extracurriculares, tinha em um monte de escola, esqueci o nome, era um projeto do governo mesmo. Eu trabalhei em tudo, em tudo o que tinha a ver com isso.

E isso foi moldando a minha trajetória de estudo. Eu fazia serviço social, mas num determinado momento não estava sendo suficiente. Eu tinha muito enfrentamento sobre como você pega essas questões que “embarreram”²³. Para mim não era o encaminhamento, não era esse o tipo de incidência que eu queria ter sobre as situações. Aí eu larguei e me formei em dança. Eu fiz a faculdade de dança, porque no meu caminho eu comecei a entender que tudo isso que a gente constrói como resistência e luta, isso vai se transformando de uma maneira muito forte através da arte. A arte foi uma ferramenta crucial. A arte e o entendimento do corpo de uma maneira subjetiva, artística, para mim foi o que fez diferença na minha atuação. Eu me encantei. Eu sempre fiz oficina com mulheres, para falar sobre raça e etnia, sobre sexualidade...e fazia as oficinas, tem técnicas, tem um monte de coisa. Mas, eu criei um projeto que não é de nenhuma instituição, é meu e de uma amiga que fez faculdade de dança comigo. A gente fez aqui na Maré com mulheres e a gente usa alguns ritmos de dança e a gente usa o arquétipo de Iansã, que é uma orixá do Panteão Yorubá, para poder trabalhar com representatividade de corpo feminino e trabalhar todos esses temas. O resultado para mim é muito mais real, porque ele passa pelo corpo. A gente falou de raça dançando, a

²² “Frila” refere-se à abreviatura da palavra em inglês “freelancer” – quando a pessoa trabalha por produtos pontuais.

²³ Aqui a entrevistada refere-se à criação de barreiras.

gente falou de cultura...eum resultado objetivo, específico, que eu tenho desse processo é o seguinte: a gente nunca fez uma aula falando de cabelo, de deixar os cabelos naturais, sobre as mulheres negras passarem química, nada disso. A gente nunca fez uma aula sobre isso, até porque o meu cabelo não é crespo, nem o da Simone. Mas no processo todas as mulheres pararam de botar química no cabelo delas. E aí isso me deixou muito intrigada. Eu estou agora fazendo entrevista com elas e isso faz parte do meu mestrado. Hoje em dia eu faço mestrado sobre o meu projeto e essas mulheres são as sujeitas da minha pesquisa. Elas sempre falam que foi pelo fato de ver positivamente essas imagens, de mulheres negras no seu aspecto mais natural, através da dança criando coisas que elas acham muito bonitas. Tipo um ritmo maneiro, uma dança bonita, uma história cultural que vem de herança...isso foi muito forte, de pensar que...para mim já era claro, mas cada vez é mais, que a revolução passa muito pelo nosso corpo.

Isso tem movido até as minhas aspirações para o meu projeto de doutorado. Atualmente eu faço o mestrado, mas já está para terminar agora em maio, em Relações étnico-raciais, e a minha ideia é de continuar, de fazer um doutorado, de continuar ampliando esse entendimento de corpo, principalmente com esse recorte de mulheres negras. Eu quero falar especificamente sobre o prazer, sobre o gozo, com mulheres, comparando com as práticas não coloniais do corpo. Sou muito próxima dessas relações corporais não hegemônicas, em gamas de saber milenares, com muitas referências africanas, em pensar o corpo com esses arquétipos.

Eu acho que eu fiquei muito mobilizada quando eu aprendia alguma oficina sobre gênero e sobre sexualidade, muito mobilizada com o trabalho de discutir a sexualidade e o corpo. E eu achava que era difícil ficar teorizando sempre, e é sempre teorizado. E quando a gente sente essas afetações e vê outros referenciais corporais, isso se amplia. Essa separação entre mente e corpo que foi feita, isso deu uma valorização para tudo o que vem da mente, como se fosse melhor. Isso sempre me incomodou, porque eu acho que eu sou uma pessoa muito expressiva, muito expansiva e muito do gesto. Quando eu fiz dança, eu queria me expressar. Eu me sentia frustrada de pensar o serviço social. Se eu fizer serviço social, eu vou trabalhar com as mulheres e atender como assistente e a mulher tem um problema de saúde e eu vou produzir um encaminhamento. E o sistema de saúde é essa loucura. Isso gera uma angústia e uma frustração! Tem que existir as profissionais que façam isso, tem que tentar, tem que

criar política pública. Mas o caminho da arte, pensando o corpo, para mim foi o processo de cura mais potente, mais real.

Até porque se a gente for pensar esses processos que as pessoas se entregam, os processos religiosos, por exemplo, passa tudo pelo corpo e alcança as massas. Você doutrina de um jeito. E aquilo ali vai pelo corpo, pela emoção, pela maneira de falar, de ouvir, entonação de voz, louvor, música. Porque a igreja...a gente critica muito a ação da igreja, o que ela faz, mas a igreja dentro dos espaços populares, por exemplo, tem um papel muito fundamental, é uma coisa muito básica, que a gente está pouco atenta: o cara está ouvindo o tempo todo no trabalho que ele é um merda, que ele é um lixo, ele não tem dinheiro para sustentar a família dele, se sente um homem de merda. Ele chega na igreja e tem alguém que fala que ele é valioso, que tem alguém que ama ele muito, que tem um deus que ama ele. Se ele faltar dois cultos, vai ter um irmão da igreja perguntando se ele está bem, vai fazer visita. A igreja tem isso, tem esse poder de criar comunidade que é muito visível, é muito no corpo. E aí olha como a pessoa se sente! A pessoa ouviu a vida inteira que é uma merda e que é um lixo, chega lá e ouve que tem um pai que é dono de tudo, que tem um lugar onde ele vai estar! Isso promove uma coisa muito louca! Sem contar que a igreja é o primeiro acesso cultural que os jovens favelados têm. É aonde aprende a tocar um instrumento, por exemplo. Então quando eu estou falando igreja, eu estou falando de uma entidade que não está preocupada com uma racionalização e nesse sentido o corpo toma à frente. Para mim, veio pela arte, eu sempre gostei muito de dançar! Quando eu estava fazendo as aulas de dança, era entrega, confiança no parceiro que está dançando, autoestima, é bem imediato.

Quando eu entrei nessa ONG que fica no centro na cidade, como participante de projeto social, com quinze anos, eu era uma jovem aqui da favela, e a gente trabalhou em um projeto com a perspectiva de gênero e juventude. E a gente trabalhava com oficinas e criação de materiais de campanha para falar sobre equidade de gênero com jovens. A gente criou uma radionovela, uns gibis, várias atividades! A nossa missão era: ao aprender esse conteúdo, a gente pensava coisas e fazia campanhas aqui na Maré, cada grupo no seu território. Quando eu fui chamada para trabalhar nessa instituição eles queriam fazer a mesma experiência mas agora em Manguinhos, que era outra comunidade, outra favela. Aí eu fiquei como facilitadora das oficinas com os jovens de Manguinhos e foi a primeira coisa que eu fiz. Aí teve um edital, eu me lembro assim que era até da fundação da MTV, que era para trabalhar saúde e prevenção. A gente escreveu um edital, que era pra ser escrito por jovens, aí falava sobre prevenção,

acesso... Essa organização trabalhava muito com a temática do HIV. Fui fazendo coisas assim, participava de projetos. Lá a gente tinha muitos manuais, de técnicas, de oficinas, para falar sobre gênero, violência. E a gente participava muito na construção desses manuais, que é uma coisa que eu gosto muito de fazer, material educativo. E a gente fazia muitas formações, de grandes grupos, e adaptações de programas. Tipo o Programa H, que eram atividades para trabalhar masculinidades, e o Programa M. Por exemplo, a gente fazia uma adaptação do Programa H em alguns projetos sociais na Bahia, em Salvador. Lá a gente tinha que fazer as oficinas com as pessoas, para que elas aprendessem a aplicar. Foi basicamente esse o meu trabalho lá, de ir produzindo novos materiais. Até produzimos um jogo, que chamava *Em seu lugar*, e em dado momento esse jogo foi inclusive comprado para o município de São Paulo, para as escolas. Foi muito importante para mim essa experiência toda. Atualmente, nessa instituição, há uns quatro anos talvez, eu estou trabalhando especificamente com esporte, porque lá tem uma pesquisa grande para entender que projetos sociais que trabalham com esportes, quando tem a metodologia de discussão de gênero, sexualidade, raça e coletividade com os alunos, esses projetos se potencializam de uma maneira muito grande. Tem vários projetos de esporte que eu vou com essa metodologia e melhora inclusive o desempenho das crianças dentro da quadra. Já tem um tempo que eu estou fazendo isso. Lá, a gente trabalha muito com masculinidades, então já trabalhei muito com grandes grupos de homens fazendo oficinas. Sempre foi uma experiência incrível e agora a gente está com um projeto de jovens nas escolas...foi um pouco disso que eu fiz lá.

Aqui onde eu trabalho hoje, na Maré, eu estou no segundo ano como coordenadora. Eu fui chamada no ano de 2017, para dar uma oficina como participante do dia das mulheres. Mesmo sendo moradora da Maré, eu não trabalhava aqui. Eu conhecia o trabalho que é realizado nessa Casa, fui usuária, enfim, para mim é uma relação muito próxima e eu conheço todo mundo. Fui chamada quando a Casa estava recém-inaugurada, tem dois anos, no dia das mulheres. Lá eu fiz uma das atividades de falar sobre gênero, foi na rua e tal, bem maneiro. A coordenadora aqui da Casa veio falar comigo, gostou muito. Lá no segundo semestre eu fiquei como professora de gênero e cidadania. Aqui na Casa tem cursos técnicos, de cabeleireiro, gastronomia, só que todos os cursos técnicos precisam necessariamente ter outras aulas nessa temática. Lá eu fui chamada para dar essas aulas no segundo semestre e foi uma experiência bacana e eu fui integrada e convidada a ser coordenadora pedagógica e esse ano eu estou dando continuidade à construção de um plano pedagógico da Casa como um todo,

articulando todos esses cursos e essas formações. Então eu acho que toda essa formação de oficinaira, de falar sobre esses temas, de pensar atividades dinâmicas para esse tipo de discussões, esses métodos, tipos de aula.

Atualmente eu estou aqui nessa Casa, continuo trabalhando para a ONG com os frilas, fazendo mestrado e ainda tenho uma filhinha de quatro anos. A gente mora aqui na Maré. A Maré é bem grande, são dezesseis favelas. Eu cresci na Nova Holanda, que é na altura da passarela 9, mas agora eu moro entre a passarela 7 e 8, e eu moro bem perto da Avenida Brasil, com meu companheiro e com a minha filha.

Nesse tempo todo na minha vida pessoal foi só merda assim, viu! Isso é uma avaliação que eu faço, eu acho que uma das coisas que me atrapalhou até de ter tido outros rumos, tanto profissionais, que talvez poderiam ter sido até outros. Principalmente pela batida que eu estava indo na ONG, eu acho que eu poderia ter evoluído muito mais, muito mais, em vários aspectos! Poderia ter terminado os estudos até antes, ter feito o mestrado até antes, porque eu tinha muitas oportunidades de pessoas, mesmo tendo essa questão de ser uma menina da favela, com outra visão, as pessoas sempre tiveram me apoiando, me impulsionando. Só que justamente o que me atrapalhava foram essas relações afetivas. Eu tive, ao longo desses anos, relações afetivas muito destrutivas, acho que é uma recorrente na vida de mulheres negras. A gente vai acumulando históricos de violência afetiva. Isso foi uma das coisas que sempre me desarrumava. Quando eu estava ainda na ONG, mas já estava meio cansada...porque teve um momento que eu só tinha feito isso a vida toda. Eu larguei serviço social, pedi para sair da ONG e fiquei só fazendo dança e trabalhando com cultura, com dança popular. Fiquei fazendo isso, não queria mais militar assim...mas, estava sempre militando né, fazendo projeto extensão de cultura, mas tudo a ver com isso. Mas logo depois eu voltei para a ONG para trabalhar só um dia porque um amigo meu pediu, para eu dar umas oficinas, aí depois virou dois dias e depois virou três e virou frila fixo.

Nesse período, eu estava com um namorado, e foi quando eu engravidei. Assim que eu tive a bebê, ele foi embora e tal e não ficou mais comigo. Eu estava morando em Rocha Miranda, que era mais perto da família dele. Vendi minha casa aqui e comprei uma casa lá. Aí foi bem difícil assim, isso foi em 2014 ou 2015. A minha gravidez eu acho que foi um processo difícil, não é muito a minha praia ter ficado daquele jeito, eu sempre muito ativa, foi difícil para mim tipo diminuir...eu estava fazendo faculdade e eu fiz faculdade até oito meses, nove meses...fiz prova gravídona...estava com o corpo

saudável também né, então não tive problemas, mas era difícil aquilo. Quando eu tive a neném, que ele foi embora, eu fiquei sozinha com uma criança de três meses lá em Rocha Miranda. Aí eu mesma falei “Ah não vou ficar aqui”. Aí me mudei, aluguei lá e fui morar em Bonsucesso porque eu não consegui uma casa legal aqui na Maré, aí fui morar em Bonsucesso que é do outro lado da Brasil, mais perto daqui. Nessa época, eu fiquei trabalhando só esses dois diazinhos da ONG, porque a minha filha estava pequena, estava dando para me manter, eu estava no finalzinho da faculdade...e a minha mãe me ajudava, ficava com ela lá enquanto eu ia trabalhar, e eu trabalhava bem em frente de onde eu estava morando. Fiquei morando em Bonsucesso com a minha filha, sozinha, por quatro meses, ainda trabalhando, estudando e tal. Quando eu conheci meu companheiro atual, minha filha já estava com oito meses. Na verdade a gente já se conhecia, ele era amigo da família, do meu irmão. A gente começou a namorar e aí a gente ficou junto, a gente está junto desde 2015 então, e praticamente ele está com toda essa responsabilidade paterna. Ela tem o pai dela, o pai dela se mudou e agora não mora mais no Rio e ela vai uma vez no ano e fala de vez em quando com ele por telefone. Mas, quem é o pai dela mesmo é o meu companheiro né, que mora, que está desde que ela tem oito meses e agora ela está com quatro anos.

Eu sempre trabalhei muito. Meu desejo era sempre estudar mais, eu queria ter tido mais oportunidade de só estudar. Até hoje fazendo mestrado eu fico me questionando de por que eu não foco mais nisso, em ficar só estudando. Só que a sensação que a gente tem é de que esse tipo de trabalho que a gente tem, embora eu tenha um currículo muito bacana, é sempre uma coisa que a gente acha que se recusar uma proposta de trabalho em algum momento, se não tiver por perto, que a gente vai perdendo as oportunidades. É sempre um medo que dá, aí tem que ficar fazendo tudo concomitante, mas é muito difícil, acho que é muito sacrificante.

E é uma coisa que eu sempre falo: meu trabalho é a minha militância, está inerente à minha sobrevivência. Então às vezes eu sinto tudo muito pesado...sempre... estou tentando esse ano ir para frente e focar mais em processo de autocuidado, não sei, porque é pesado, é muito pesado trabalhar com esse tipo de questão. E imagina hoje em dia eu trabalho só com mulheres, na Casa aqui na Maré e no projeto que eu desenvolvi com mulheres, que ainda acontece. Então eu tenho a oportunidade de trabalhar só com mulheres, que é a causa que eu escolhi. E aí você trabalha com questões que são questões que perpassam a sua vivência, sua existência o tempo todo, é muito próxima. Eu atuo aqui na Maré e eu também sou aqui da Maré, então são realidades muito

próximas! Quando elas vão falar, por exemplo, da questão das violações policiais, das incursões policiais, essas são coisas que me atingem também. Quando elas falam do medo, que o filho está na escola e tem que buscar porque está tendo tiro, são problemas que eu passo também. Então são esses ciclos. Isso é muito duro.

O que eu acho é que, de uma maneira geral, a violência, por mais que ela esteja em todos os lugares, a relação dos acessos é uma questão muito forte. A população dentro da favela, as mulheres, as mulheres negras, elas perdem acesso a um monte de coisas que seriam incríveis para elas e que as mulheres, as pessoas, que têm mais grana acabam usufruindo disso. Por exemplo, as mulheres aqui não têm acesso a um tratamento psicológico, a um monte de coisas! Ou então indo para essa questão que eu falo: você vai fazer um curso de tantra e meditação, que é maravilhoso, ajuda a potencializar um monte de coisa, mas e aí, quanto é isso? Isso não chega em um monte de mulheres! Até a própria questão da religiosidade, do candomblé, ou o contato com os corpos. Uma galera acabou se apropriando do que tem de bom, do natural, da natureza, e a galera da favela está numa pior assim, está no produto do produto do neoliberalismo mesmo! Só ficando com os piores tipos de alimentação, pior prática de lazer, e isso para mim é assustador! Saber que é mais barato comprar um alimento que é ultra super processado e rápido porque eu estou trabalhando muito, para eu poder comer do que, por exemplo, eu me alimentar com os produtos naturais. Porque quem está tendo acesso a isso é gente que tem mais grana. Então assim o que eu queria muito era tentar quebrar esses muros desses acessos, para todos os sentidos, inclusive o corpo, para ter uma vida plena. Essas mulheres sofrem muito nesses espaços.

Pessoalmente, eu pretendo seguir com os meus estudos, eu tenho muita vontade de ser professora, de dar aula, muita vontade. Continuar trabalhando com esse olhar, de dar aula, da formação, dar aula em universidade. Trazer um olhar que produza menos assimetria, isso é essencial.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 O privado e o público: vivências e articulações entre as esferas

Diante das histórias de vida apresentadas, generosamente produzidas e relatadas pelas mulheres desta pesquisa, foram analisados e organizados os resultados que seguem. Em face da riqueza dos relatos, a organização empreendida do material de campo, certamente não dá conta de toda a quantidade de cenas, fatos e informações narradas. Intentou-se esmiuçar nesse capítulo os aspectos referentes ao exercício de direitos das mulheres na esfera privada e na esfera pública, valorizando elementos que as próprias enfatizaram em suas trajetórias, e apontar elementos da articulação entre as esferas, conforme os objetivos propostos. Para compreender a articulação, fez-se uma análise sobre os aspectos privados e os aspectos públicos apresentados pelas mulheres. Assim, o texto construído teve como objetivo analisar os aspectos de forma destacada e facilitar a discussão.

6.1.1 Aspectos das vivências privadas: vivências em sexualidade e apresentação dos elementos de desigualdade sob o ponto de vista da interseccionalidade

Entre os aspectos referentes às vivências privadas, a discussão dos resultados foi organizada em: vivências em sexualidade e interseccionalidade: gênero, classe, raça e geração no cerne das trajetórias.

6.1.1.1 Vivências em sexualidade

Percebeu-se uma opção por parte das mulheres por abordar pouco suas vivências em sexualidade e elementos da intimidade em geral. Diante dos elementos variados de análise dos relatos produzidos, surgiu a hipótese que segue para explicar a restrita abordagem por parte das mulheres de vivências privadas.

Aposta-se que as mulheres – historicamente definidas pelos seus papéis de mães, esposas, namoradas, cuidadoras, majoritariamente apagadas das histórias oficiais em seus feitos públicos, além de frequentemente reconhecidas enquanto frágeis, dependentes ou vulneráveis, optaram por se apresentar de maneira radicalmente

diferente. Não apagaram de seus relatos as experiências de violação de direitos ou de limitações cotidianas relacionadas às suas condições. Todavia, se definiram enquanto mulheres atuantes e protagonistas da esfera pública, mobilizadoras de conquistas para a saúde das mulheres no país e enunciatórias de discursos radicais para o alcance de direitos. Afastaram-se, portanto, de modelos pré concebidos e se aproximaram de construções mais independentes e mais protagonistas na produção de seus relatos de vida. É possível afirmar que, até mesmo para as mulheres que falaram um pouco sobre vivências íntimas, essa forma de apresentação já é, em si, uma ruptura da organização social hegemônica, na qual as mulheres exercem papéis relacionados à dimensão privada.

Certamente, há de se fazer também a reflexão sobre o quanto o tema da sexualidade é ainda velado e de difícil abertura para conversa. Esse é um elemento importante, uma vez que as restrições para a abordagem de elementos da intimidade e do universo doméstico também contribuíram para tornar esses elementos menos passíveis de reflexão e crítica política. Ainda assim, valoriza-se a ampla descrição que as mulheres fizeram de suas trajetórias públicas, como será apresentado em seção posterior.

Uma vez esclarecido esse aspecto, passa-se à análise daquilo que foi abordado em relação às vivências em sexualidade.

Mariana, ao descrever as vivências no campo da sexualidade expôs os principais lugares onde foi possível aprender sobre sexo, aborto e contracepção. Em suas vivências, observa que a relação afetiva de namoro da melhor amiga na adolescência e a gravidez resultante dessa relação geraram nela a vontade de adiar a primeira relação sexual, em relação às demais colegas, e assim o fez. A relação de namoro da melhor amiga, observada pela Mariana, era uma relação que a impossibilitava de usufruir do tempo com as relações de amizade. Depois resultou em uma gravidez aparentemente não planejada. A gravidez, por sua vez, a impediu de investir nos estudos e a Mariana percebeu a situação como limitadora.

Destaca-se aqui a importância da noção de que uma vida afetiva e sexual saudável na adolescência, dentro dos preceitos dos direitos sexuais e reprodutivos, deveria prever a sexualidade livre, prazerosa e sem violações, com decisão informada sobre contracepção, em lugar de resultar em vivências restritivas, gravidez não planejada e limitações na trajetória a se construir na esfera pública. Diante dessa opção,

Mariana opta por ter relações sexuais depois das suas amigas, enquanto o direito de tê-las, mediante outras condições, deveria estar garantido.

Parte dessa relação com a abstinência das relações sexuais até outra idade se destaca na frase:

Então era minha grande amiga [...] e aí eu não tinha mais ela. Do nada, a partir do momento que ela começou a namorar e na gestação. O medo que as meninas tinham da gestação era o meu medo de ficar em casa, que era o medo de ficar preso. Isso me mantinha um pouco mais distante também (da relação sexual), isso e as minhas outras atividades (Mariana).

A questão da sexualidade passa também pelo controle do tempo e do espaço frequentado por ela. Ao se envolver sempre em diversas atividades e ao frequentar espaços em que ela era muito conhecida, passava por uma vigilância que também tornava suas relações afetivas dificultadas. Além disso, com frequência em seu relato, Mariana fala sobre “fazer o certo”, no sentido de que existiam condutas esperadas dela, também por fazer parte da igreja – tais como não ter relações sexuais – que também influenciavam na forma como ela se relacionava.

Mariana destacou os espaços de aprendizado sobre temáticas da sexualidade ao longo de sua vida: a igreja, a escola particular e a comunidade onde morava. Sexo, aborto, contracepção foram trabalhados de maneiras variadas nos espaços em que ela frequentou. Na igreja, a noção da abstinência vinha como responsabilidade coletiva: abster-se para não engravidar e, assim, não gerar preocupações para a comunidade. A contracepção e o aborto foram temas mais discutidos na escola particular, desvelando também uma questão referente à classe social.

Zeca mencionou que os assuntos eram comentados sem preconceitos em casa, a despeito de ter nascido em uma família católica. Nos seus relatos, a menção ao casamento acontece de maneira bastante incipiente e o foco se deu de fato na luta pelo exercício de direitos de minorias sociais, por meio da igreja católica ou por meio do “Católicas”. A abordagem da sexualidade se deu muito mais no reforço do discurso de que o aborto é um direito das mulheres do que nos próprios relatos.

Betânia abordou de maneira mais direta as vivências em sexualidade em sua trajetória. Corroborando a hipótese de que as maiores expressões se deram em função de vivências públicas, Betânia fez essas menções majoritariamente no contexto do seu trabalho como profissional do sexo. Produziu um relato conduzido pela noção de que as mulheres são punidas pelo exercício da sexualidade ou simplesmente pela possibilidade desse exercício. Essa ideia fica clara quando aborda as dificuldades vividas após ter sua

primeira relação sexual, gerando a expulsão de casa e a dificuldade em realizar trabalhos domésticos depois, por passar a representar um risco para o imaginário de mulheres que se incomodaram ao estar diante de uma mulher com sexualidade livre ou que ao menos já havia vivido uma primeira experiência sexual.

Aponta-se para os relatos de Betânia em relação às expulsões vividas em decorrência de ter relações sexuais desde nova. A expulsão de sua casa e, mais tarde, a expulsão da casa onde trabalhava indicam a noção de marginalização e de periculosidade associada a uma adolescente – negra - que tem relações sexuais: “Olha, eu sempre fui expulsa de vários lugares pela minha sexualidade”. Mais uma vez, a sexualidade, desde o período da adolescência, é vivida em um contexto de destituição dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

A ideia de uma sexualidade da mulher que deve ser controlada é afirmada por Nascimento :

Mecanismos ideológicos se encarregaram de perpetuar a legitimação da exploração sexual da mulher negra através do tempo. Com representações baseadas em estereótipos de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça ‘primitiva’ a faz menos oprimida sexualmente, tudo isso facilita a tarefa do homem em exercer sua dominação livre de qualquer censura, pois a moral dominante não se preocupa em estabelecer regras para aqueles carentes de poder econômico (2019, p. 263).

As crenças em relação à sexualidade de mulheres negras provocam a destituição de direitos variados, como afirma Heilborn :

A ideia de que a sensualidade se deve a essas raízes negras é reforçada nesse período e é fortemente expressa no mito da sexualidade aberta e desinibida dos brasileiros. Esse mito está presente também na divulgação de um tipo de propaganda do país, na publicidade do turismo, que promove, por exemplo, a imagem da mulata: uma mulher sexualmente muito liberada, “quente” e “fogosa”, o resultado da miscigenação de um homem branco com uma mulher negra. A publicidade difunde uma imagem de um país no qual as pessoas andam quase nuas nas praias, com mulatas, de modo que há uma associação entre as imagens do carnaval com as de paraíso sexual (2006, p.49[grifos da autora]).

Para a pesquisadora, diante de uma análise da história da colonização no país e dos mitos que se criaram e se reforçaram a respeito de uma miscigenação que resultou

em um povo sensual, trata-se de “desconstruir o vínculo entre raça e sexualidade mais precoce” (p.51).

Em relação a outras vivências possíveis na esfera da sexualidade, Chacham e Maia (2004), pesquisando sobre prazer e sexualidade entre as mulheres brasileiras, retomam a discussão da IV Conferência de Pequim e apresentam o questionamento:

A ampliação da discussão pública de temas até então considerados da esfera privada, como sexo e reprodução, criam uma questão: como construir mecanismos que possam garantir que a experiência da sexualidade não permaneça como espaço de submissão e dominação da mulher, do seu corpo e do seu desejo? Seriam esses mecanismos a definição dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais? (p. 9)

O questionamento é pertinente. Também na trajetória das mulheres há contraponto em relação à opressão na dimensão da sexualidade. A convicção da importância do prazer sexual para mulheres (e para homens também) dá o tom do discurso de Betânia na defesa pelo autoconhecimento por parte das mulheres. Aliado a esse discurso está também a noção de proteção no campo da sexualidade. Ou seja, Betânia, em seu relato de vida e nas opiniões que emitiu durante o relato, atrela a dimensão do prazer sexual, do autoconhecimento em prol do prazer, da autonomia de decidir em relação aos atos sexuais e da importância da proteção especificamente por meio da camisinha feminina. Ao contar sobre a sua história, suas decisões e seu crescimento enquanto militante, que inclui a atuação com a saúde das profissionais do sexo, Betânia deixou claro o quanto o prazer sexual é central e o quanto a proteção pela camisinha também é central nas vivências sexuais. Como expressou na sua frase: “Mas assim, use (a camisinha feminina), experimente, pegue e use. E é uma coisa agradabilíssima conversar com o seu parceiro ou a sua parceira sobre os produtos, por vontade, por desejo”.

Também na dimensão do prazer, Antônia relatou uma mudança importante na vida quando ela decidiu trabalhar com o corpo e com a dança e sobre como essa decisão foi transformadora na sua trajetória. Nos seus relatos, trabalhar com as questões de raça, etnia e sexualidade por meio do corpo é mais concreto e imediato do que por meio do discurso, das teorizações e falas sobre direito. Ao trocar de graduação do Serviço Social para a Dança, reflete: “A arte e o entendimento do corpo de uma maneira subjetiva, artística, para mim foi o que fez diferença na minha atuação”.

Em termos de vivências pessoais que se dão fora da heteronormatividade, apenas Mariana fez menções diretas à possibilidade de viver relações sexuais e afetivas com outras mulheres. Essas estiveram pautadas tanto na ludicidade de um primeiro beijo com uma amiga como, depois, nas reflexões propiciadas pelo trabalho com a temática do HIV, que incluíram a possibilidade de se relacionar com mulheres.

A quase inexistência de relatos de experiências afetivas e sexuais não heteronormativas pode apontar para três aspectos: uma vez que muitos elementos da esfera privada não foram abordados, relatos de vivências não heteronormativas também não foram; ou as mulheres não tiveram experiências, vivências, relatos ou pontuações nesse sentido, levando a crer que a heteronormatividade se reproduziu em seus cotidianos; ou ainda houve a escolha por não relatar vivências, experiências ou percepções no âmbito fora da heterossexualidade, levando à hipótese de que aqui também teria existido a reprodução da heteronormatividade na escolha do discurso.

De maneira geral, retomando os relatos sobre as vivências em sexualidade, corpo e prazer, observa-se, que, ainda que dentro de restrições e normativas, identifica-se que corpo, sexo, prazer e exercício de direitos também se configuram como vivências das mulheres e estão presentes nas suas narrativas. Identifica-se que não há o pleno exercício dos direitos sexuais e, portanto, estes não estão garantidos. Mas mesmo em contextos que visam ou favorecem a restrição dos direitos sexuais, não são as restrições do exercício de direitos que definem as narrativas dessas mulheres e suas experiências, indicando, especialmente na observação da história da Antônia e sua relação com a dança, que é possível construir saídas para viver a experiência do prazer nas diversas trajetórias.

6.1.1.2 Interseccionalidade: gênero, classe, raça e geração no cerne das trajetórias

Gênero, raça e por vezes classe social, de maneiras variadas, estão no cerne das vivências relatadas pelas mulheres, em especial na história de Antônia e de Mariana. Não apenas a vivência do que é ser mulher, mas a cor da pele e a classe social configuraram vivências, percepções, dificuldades e construções dessas mulheres.

Na história de Mariana, a impossibilidade de separar vivências que se referem a gênero e vivências relacionadas à raça apareceu diversas vezes. Inclusive, ela aponta que o reconhecimento do que era ser mulher se deu antes do reconhecimento dos sentidos de ser negra. Os relatos sobre sua trajetória acadêmica desde as experiências

escolares até as expectativas sociais para ela desvelam sua cor como elemento fundamental de sua trajetória.

É emblemática a fala de uma amiga de Mariana: “Tem que andar com o cabelo certo, porque você sabe como é né, se não tá com o cabelo arrumado, vão falar alguma coisa de você”. Aqui ser mulher é cuidar do cabelo, mas antes de tudo, é deixar os cabelos cacheados e volumosos presos. Não se pode permitir a rebeldia dos cabelos negros soltos.

Raça e classe social enquanto condições de restrição estruturais também ficaram claras no relato produzido pela Antônia. A trajetória de vida de Antônia traz o histórico de chegada à Maré: quanto mais vulnerável, de acordo com ela, mais distante cada pessoa ficava do exercício de seus direitos. A história da remoção da sua avó de uma favela na zona sul do Rio de Janeiro é relatada por ela como a origem da chegada a um local de restrições de direitos - a Maré. Quando a avó não é considerada apta para as casas populares, ela é “jogada”, conforme o relato, em uma das favelas, parte do que se tornou o Complexo da Maré.

O início do seu relato de vida é o relato da chegada de sua avó na Maré: “Quem eles consideravam muito miserável, [...] as pessoas eram jogadas em barracos aqui na Maré, sem a menor infraestrutura”. A avó sai de uma favela da zona sul do Rio de Janeiro e de uma condição de ter uma casa de alvenaria e trabalhar, para lidar com a destituição de sua moradia e de seu trabalho, como resultados do processo de remoção da favela onde vivia. Esse é o início da trajetória da Antônia, que constrói então a sua vida na Maré, espaço onde, apesar das ações realizadas pela comunidade, não há garantia de direitos e se carrega o estigma de viver em uma favela reconhecida como espaço violento. É espaço de destituição de direitos e de falta de acesso, como resumido por ela ao final de seu relato: não há acesso a tratamento psicológico, a cursos variados como tantra e meditação ou a alimentos saudáveis: “as mulheres negras, elas perdem acesso a um monte de coisas que seriam incríveis para elas e que as mulheres, as pessoas que têm mais grana acabam usufruindo disso”.

Nasce aí a trajetória da família de Antônia dentro desse espaço, vivendo com as dificuldades de mulheres negras que, como também nomeou Antônia, é uma vida de violações.

Antônia mencionou elementos importantes que relacionam a destituição de direitos com raça e classe social. É possível compreender, por meio de seu relato, o quanto morar na Maré, por mais que se tenha construído uma identidade importante no

local, e o quanto ser negra são aspectos indissociáveis de sua trajetória enquanto mulher.

A geração também aparece como elemento em termos da conjugação de desafios para as trajetórias e para a conquista de espaços. O fato de as mulheres jovens e negras dessa pesquisa terem conquistado espaços importantes de articulação política, representação institucional, circulação pelas esferas aponta esse elemento enquanto importante para a discussão interseccional.

Os elementos de gênero, raça, classe e, inclusive, de geração, portanto, se desvelam centrais nas vivências relatadas, nas reflexões sobre essas vivências e, posteriormente, nas reivindicações colocadas ao longo de suas trajetórias. O olhar para a convergência e dinamicidade dos elementos permitiu observar a dimensão mais ampla das experiências de desigualdade.

6.1.2 Aspectos da vida pública: formação acadêmica, trajetória na militância e interseccionalidade

Em relação aos aspectos da vida pública, a discussão dos resultados foi organizada em formação acadêmica, trajetória na militância e interseccionalidade na atuação na esfera pública.

6.1.2.1 Formação acadêmica

Na área dos estudos, destacam-se as vivências da escola particular e da entrada na universidade no relato de Mariana. Ficaram claras as expectativas de parte da família para ela, quando a madrinha da irmã diz que pode ajudá-la a encontrar trabalho porque “Universidade não é lugar para gente como a gente”. É importante essa fala e representa o lugar esperado para ela – o lugar que ela pode ocupar, enquanto mulher negra e moradora da periferia.

A interlocução entre Mariana e sua tia sobre fazer vestibular remete às seguintes colocações sobre a hierarquia na ocupação dos lugares de trabalho para a mulher negra:

Numa sociedade como a brasileira, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preenchê-los. O critério racial constitui-se em um desses mecanismos de seleção,

fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, resultado da patente discriminação. O efeito continuado da discriminação feita pelo branco tem também como consequência (Sic) a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam de maneira contínua os mesmos lugares na hierarquia social, desobrigando-se a penetrar em espaços designados para os grupos de cor mais clara e perpetuando dialeticamente o processo de domínio social e privilégio racial (Nascimento, 2019, p. 261).

A trajetória acadêmica que Mariana construiu, apesar dos efeitos de discriminação continuada representada pela crença da tia, conforme aponta Nascimento, faz importante embate com a internalização. Como contraponto à ocupação contínua dos mesmos lugares da hierarquia social, ela recebe os recursos e incentivos em casa, por parte da mãe, para continuar estudando. Aqui, relembra-se que a mãe teve um emprego fixo que possibilitou que Mariana estivesse matriculada em diversos cursos e atividades, além de frequentar no ensino médio uma escola particular que aumentaria suas possibilidades de ingresso na universidade. Essa situação, como Mariana mesmo apontou, era única no bairro onde ela viveu, o que direciona para condições objetivas importantes para a não internalização.

Na escola particular, congregam-se os sentidos de diferença especialmente de raça e classe social. Enquanto para os amigos da comunidade, sua ida para essa escola é percebida como algo que a difere deles, a vivência de Mariana na escola é dotada frequentemente da sensação de diferença no tratamento. A não participação nas festas, a percepção de ser a amiga que faz enlances amorosos no lugar de protagonizá-los, a expressão permanente de uma compreensão de diferença entre as realidades da vida na comunidade e do cotidiano na escola particular apontaram para os processos de exclusão relacionados a essas dimensões: “Na escola, eu ficava como a melhor amiga que fazia as boas uniões da escola”.

As reações variadas em relação à realização do vestibular por cotas para pessoas negras, no ano de 2005, indicaram a pouca possibilidade de ocupação de mulheres negras na universidade até então. Mariana se referiu a inúmeros debates sobre ter ou não cotas para negros na universidade— que inclusive se estenderam até a sua vida profissional. No cerne dos debates, é possível apostar que há o desconforto social em conviver com pessoas negras, e também esforços para impedir o trânsito na hierarquia social e acadêmica das pessoas negras, conforme também apontado por Nascimento no trecho destacado .

O impedimento simbólico de trânsito na universidade é percebido no dia da matrícula, quando Mariana, utilizando o sistema de cotas, entra na instituição. Nesse dia, ela percebeu que estava habituada a entrar na universidade apenas pelos portões laterais, quando frequentava o espaço para participação em um coral. Ela também escutava, na comunidade onde morava, que era proibido entrar no prédio da universidade - percepção que evidencia a existência de exclusão dos espaços sociais. Mas, nesse dia ela entrou então pela porta central e notou uma faixa de boas vindas para cotistas raciais: “A faixa em si foi um marcador, porque eu lembro que eu li, aí eu olhei para o lado e só aí que eu fui subir pela escadaria da universidade”.

Falar sobre ser cotista e falar sobre raça e cor tornam-se depois elementos importantes da participação no programa Afro Atitude – para além das vivências individuais, o debate se expande da Mariana para colegas de universidade e instituições onde o programa acontece.

O relato deixa clara a restrição de circulação no espaço público para a Mariana, em especial o espaço público considerado exclusivo às elites e pessoas brancas, que é a universidade. A construção desse caminho para a universidade, que teve contribuição da política de cotas, não foi linear e se deu mediante também a superação da compreensão de que aquele não era um lugar para ser freqüentado por ela.

A seguir, o tópico da formação acadêmica terá continuidade na discussão por meio da exploração das trajetórias na militância. Será explorado o quanto o investimento da formação acadêmica esteve entrelaçado com as trajetórias militantes das mulheres, trazendo outros aspectos para essa discussão.

6.1.2.2 Trajetória na militância

As mulheres discorreram bastante sobre a atuação delas enquanto militantes e na esfera pública em geral e alguns aspectos descritivos se destacam e serão desenvolvidos: a multiplicidade de ocupação de espaços ao longo da trajetória, sendo a igreja parte importante deles; o incentivo ao investimento na formação acadêmica a partir da militância; o desejo de atuação junto aos “trabalhos de base”; e o afeto como parte da ação política.

A entrada na militância se dá pela própria história e pela observação de histórias: acontecimentos no âmbito privado e observações de acontecimentos nos âmbitos

privados de outras mulheres, como acontece nas rodas de conversa descritas por Vera, encaminham as mulheres para a militância na esfera pública. Essa entrada pode se dar também pelo incentivo de programas de governo - como foi o caso do AfroAtitude para Mariana - ou por projetos empreendidos por ONGs, como aconteceu com Antônio. Percebeu-se que relatam a entrada nos espaços variados de militância pelos direitos das mulheres de maneira fluida, e não como uma decisão refletida ou necessariamente com clareza do amadurecimento de chegada a esses espaços. Percebeu-se também que as mulheres atuam por meio de diversas formas de militância, intervindo por meio de projetos, instituições, conselhos e redes, entre outros espaços da esfera pública.

Antônia relatou a entrada em projetos sociais da Maré por “querer fazer coisas”, assim como expressou ter logo gostado de trabalhar com a promoção de saúde de adolescentes naquele espaço. Passou depois disso por ONGs variadas, na área de saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos e na temática de gênero de maneira geral, atuando inclusive com projetos próprios. Na trajetória de Antônio, há uma valorização da atuação em seu próprio território, a Maré, ainda que tenha atuado em outros espaços. Quando se refere ao futuro, Antônio afirma: “Pessoalmente, eu pretendo seguir com os meus estudos, eu tenho muita vontade de ser professora [...]. Continuar trabalhando com esse olhar, de dar aula, da formação, dar aula em universidade. Trazer um olhar que produza menos assimetria, isso é essencial”.

Betânia iniciou a militância pela Pastoral da Mulher – que depois abandona em função de discordâncias em relação ao que se pensava por prostituta na pastoral. Depois se volta para ações na área de saúde sexual das profissionais do sexo, funda a “Associação de Mulheres Guerreiras” e se volta também para os direitos de trabalho das profissionais do sexo.

Vera militava em um partido de esquerda quando começou a perceber as questões das mulheres que demandavam atenção. Atuou nas rodas de conversa, participou da criação de políticas na área de saúde das mulheres, participou de conselhos de direitos das mulheres e, por meio de seu trabalho, atua também em uma instituição de trabalho em prol dos direitos das mulheres.

Zeca iniciou sua trajetória de militância por meio da religião e, no âmbito dos direitos das mulheres, quando começou a teorizar sobre teologia e feminismo até a fundação do “Católicas”. Atualmente em seu trabalho como professora e pesquisadora atua também em prol dos direitos das mulheres.

Quase todas relataram passagem pela militância por meio da igreja católica, conforme será descrito em seção posterior, apontando que as igrejas significaram e ainda significam espaço político importante para as mulheres da periferia e fora dela. Em diversas situações foi a passagem pela igreja que iniciou ou fortaleceu a atuação militante das mulheres.

Essas trajetórias descrevem uma importante multiplicidade e diversidade de ocupação de espaços e circulação por organizações e instituições, com destaque para a igreja como parte dessas organizações para algumas das mulheres.

Outro ponto de destaque da trajetória. Observou-se também que as trajetórias militantes encaminharam as mulheres para maior investimento acadêmico e no trabalho. Betânia decidiu fazer graduação em ciências jurídicas para conhecer melhor os seus direitos; Antônia direcionou sua graduação de dança e seu mestrado para a compreensão dos fenômenos observado entre as mulheres; Mariana também seguiu a sua trajetória investindo em estudos e pesquisas que auxiliassem sua atuação enquanto militante. Esses movimentos podem indicar que, uma vez em contato com a militância, as mulheres se sentem mais apropriadas dos espaços públicos e mais instigadas a investir nelas próprias.

Aposta-se que a circulação pelos espaços públicos por meio da militância e o reforço do pensamento crítico reforçado pela atuação na militância contribuem fortemente para que as mulheres passem também a ocupar espaços universitários. Essa trajetória se observou no relato da Mariana, da Antônia e da Betânia, as três mulheres negras de estratos sociais desfavorecidos.

Ainda assim, é oportuno trazer o paradoxo entre escolaridade e baixa remuneração feminina. O investimento em formação por parte dessas mulheres se articula com um cenário atual paradoxal em relação à remuneração. A realidade do Brasil é que as mulheres possuem mais anos de estudos do que os homens, entretanto são remuneradas em menor quantidade e ocupam menos cargos gerenciais (IBGE, 2018).

Outro ponto de destaque na trajetória militante das mulheres diz respeito ao retorno aos “trabalhos de base”. Apesar do consistente caminho na esfera pública e política, ocupando inclusive lugares de liderança, optaram por retornar ou por fortalecer os “trabalhos de base” e não seguiram para a disputa pela ocupação de cargos políticos eletivos. Vera falou abertamente sobre isso:

Todo mundo queria que eu saísse parlamentar e aí eu ficava no meio do muro assim. Um lado meu dizia eu vou ser política e um lado meu dizia: tá loucaaaa! E foi ótimo assim não ter entrado porque aí você trabalha com outro olhar entende. Você entra em espaços que alguns não entram porque não é do partido. Foi bom.

Mariana destacou, quando atuou no conselho nacional de saúde: “a minha vontade era ter voltado a ter diálogo com as comunidades [...]. É a comunidade que te alimenta de fato”.

As demais nem mesmo abordaram essa possibilidade nos relatos das suas trajetórias, ainda que tivessem experiência, formação e perfil de liderança para a disputa e ocupação de cargos eletivos na carreira política. Ou seja, ainda que diante de uma trajetória na esfera pública e política, com formação e articulação para seguir nessa estrutura, as mulheres afastam-se da estrutura política hegemônica.

Apesar de não ser possível deduzir exatamente os fatores que desmobilizam as mulheres nesse sentido, pode-se apostar na existência de uma estrutura política hegemônica masculina. Esbarra-se com um modelo hegemônico masculino na forma de fazer política e as mulheres, por motivos variados, não traçam esse caminho.

Pinto (2001), ao analisar o debate sobre as mulheres nas estruturas formais do poder político, apresenta algumas dimensões para atenção: a natureza da participação política das mulheres na democracia liberal e a dinâmica do movimento feminista em sua relação com a política formal. Aponta que a Lei de Cotas, desde 1995, aumentou as possibilidades de ingresso das mulheres na vida política, mas na prática o foco foi mais no cumprimento das cotas mais do que na incorporação das pautas das mulheres. Na dinâmica da relação entre movimento feminista e política formal, a autora indica inclusive a percepção das feministas de que os partidos limitam suas possibilidades de atuação e restringem suas pautas.

Philips (2011) salienta que a entrada das mulheres no sistema não significa que elas possam efetivamente pautar suas reivindicações nesse sistema:

As mulheres não podem (enquanto mulheres) ter grande peso num sistema que só lhes pede para registrar apoio ou rejeição para os partidos ou programas existentes. Pode ser que nenhuma das alternativas tenha qualquer proposta para as questões específicas das mulheres; e as mulheres podem não ser capazes de formular seus

interesses sem um fórum em que possam falar (Philips, 2011, p. 354).

Ela defende que a interferência da participação de mulheres na democracia liberal e nas formas de fazer política institucional está se dando de maneira gradual e que ainda não está claro qual caminho será construído à medida que as mulheres adentrarem esse âmbito.

Nesse sentido, a escassa participação de mulheres na esfera político-partidária de maneira geral e a escolha das mulheres da pesquisa pela não ocupação desse espaço revela estrangulamentos nas possibilidades das trajetórias. Parece existir a compreensão de que a estrutura existente não dá conta das reivindicações e nem das transformações que elas almejam construir, sendo assim mais fadado ao fracasso investir em candidaturas, do que atuar junto a comunidades ou grupos de mulheres de maneira mais próxima. Essa percepção denuncia uma estrutura política atual falha em escutar as mulheres e em alcançar a efetivação dos seus direitos.

É também parte da trajetória pública das mulheres o aspecto afetivo e da solidariedade, em especial na militância, mas também em outros espaços. Apesar de aspectos da solidariedade estarem presentes em todos os relatos produzidos, o encontro com Vera provocou reflexões importantes sobre essa dimensão na militância pelos direitos das mulheres. Nas percepções referentes a ele, a troca de afetos mencionada por ela na entrevista foi também percebida na prática. E as suas falas sobre a mudança estar na troca entre as pessoas, parecem aspectos de um fio condutor da militância. Seja a militância na ocupação de cargos, a militância institucional, nas organizações variadas da sociedade civil, a mobilização pelo reconhecimento das necessidades e demandas de grupos, passa pelos afetos.

Situar a militância apenas como reconhecimento de demandas enquanto porta-voz, conforme a literatura apresentada no capítulo teórico, significa situar essa trajetória em um plano pragmático. A trajetória militante parece baseada no afetar-se pelas vivências e demandas de outras pessoas, do próprio grupo ou de grupos com quem se tenha afinidades. É um afetar que não consiste só nas reivindicações discursivas, criação de programas institucionais ou debates pelo aumento do acesso à saúde. Mas se destaca que também é um afetar que mobiliza sentimentos, que age de maneira solidária e se situa nas trocas cotidianas.

Também em relação a aspectos relacionados à forma do encontro, e não apenas ao conteúdo do relato, salienta-se que Vera enxergava e apresentava os eventos de maneira a exaltar aspectos positivos. Diversas vezes ela usou as palavras, beleza, bonito, maravilhoso, lindo para se referir a situações da sua trajetória militante -protagonizadas por ela ou em que esteve presente.

A forma como ela abordou o feminismo e sobre a igualdade foi coerente com a descrição da sua atuação enquanto liderança, mas também conforma como conduziu o encontro com a pesquisadora, assim como nos seus relatos incluindo amigas militantes e nas estratégias cotidianas de busca por diminuição das violências e desigualdades em que atuou no seu trabalho. São situações variadíssimas de reconhecimento da demanda de outra pessoa e mobilização nos espaços sociais e nas interações em ambientes profissionais e da militância. Isso incluiu o reconhecimento da demanda do encontro para a produção da história de vida.

Assim, observa-se que as nomeações e subversões das ordens passam pelo afetamento mesmo, pela capacidade de olhar para outra pessoa e de se afetar por ela ou pelas situações de dor e de desigualdade.

Constatou-se também no relato de Betânia que a militância das mulheres está conectada, nos atos cotidianos, à solidariedade entre as mulheres, sempre de maneira provocativa em relação à ordem instituída. Com ela, a solidariedade é central para a superação da situação vivida de cárcere privado. Diante da impossibilidade de sair do apartamento ao qual foi confinada pelo parceiro, duas amigas suas a auxiliaram a sair do local e a se sustentar, já que Betânia inclusive estava grávida nesse período.

A situação é emblemática para apontar como em eventos drásticos de violação, o afetamento de outras mulheres e as intervenções solidárias delas são fatores chave para que seja possível escapar do enredamento de eventos violentos com o parceiro íntimo.

Nota-se na teoria feminista a menção à solidariedade como caminho de luta contra as desigualdades. A sensação de proximidade diante de adversidades como uma das tônicas de suporte entre as mulheres: “Sentir-se hermanado em histórias parecidas, em contextos similares” (Rodríguez, 2007, p.179).

A importância da dimensão dos afetos e emoções para a militância é prevista por Jasper (2016). Não obstante a existência de contextos que facilitem ou dificultem o engajamento em movimentos sociais, o autor destaca a importância dos sentimentos (em suas palavras, do “sentir-pensar”), ao se referir a movimentos sociais: “As emoções orientam o nosso engajamento ao nos mostrarem o que valorizamos, o que nos atrai, o

que nos repele. Elas nos ajudam a encontrar nosso caminho através de ambientes complexos” (p.36).

Isso posto, pode-se apontar a multiplicidade de ocupação de espaços na trajetória militante das mulheres; a militância enquanto vivência que incentivou a formação acadêmica das mulheres; a não ocupação de cargos na estrutura política formal por parte das mulheres; e o afeto enquanto elemento essencial que perpassa essa trajetória.

6.1.2.3 Interseccionalidade e as vivências das mulheres nos espaços públicos

Ressalta-se que, assim as experiências privadas, as vivências nos espaços públicos também podem ser observadas por meio da interseccionalidade. A análise das histórias de vida permitiu observar que, se há momentos em que pautas feministas encontram dificuldade para se estabelecer nos espaços políticos hegemônicos, também se notam possibilidades e espaços para a reivindicação das mulheres negras aumentando.

A presença significativa de mulheres negras nesta pesquisa aponta que, em oposição ao movimento feminista tipicamente de mulheres brancas e de classe média, as mulheres negras sempre estiveram nas comunidades e em diversos espaços, construindo resistência e se fazendo ouvir. Vivenciaram historicamente desafios maiores para a mobilização e o elemento geracional da pesquisa indica que as mulheres mais jovens já conquistam, mediante dificuldades, espaços reconhecidos de mobilização.

Vera, Mariana, Betânia e Antônia são mulheres negras que, em tempos diferentes, construíram suas ações e reivindicações pelos direitos das mulheres. Importa relembrar que o feminismo negro é responsável por incluir e qualificar pautas variadas desde que conquistou maior espaço e visibilidade, em temas como trabalho, violência, condições de vida, meios de comunicação.

Conforme apontado em capítulo teórico anterior, na história do feminismo no Brasil, houve a predominância de uma narrativa de caráter eurocêntrico e universalizante das mulheres, que não reconheceu por longo período as diferenças e as desigualdades entre as mulheres e não visibilizaram outras formas de opressão para além da opressão de gênero (Carneiro, 2019).

Diante disso:

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão

que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e das práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil (Carneiro, 2019, p. 273).

O feminismo negro passa então a desencadear olhares e processos particulares, que partem do ponto de vista de cada grupo e segundo a referida autora:

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz no feminismo é resultado de um processo dialético que, se de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos: de outro, exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (p. 274).

O reconhecimento da diversidade e desigualdade se dá portanto, após a denúncia de que olhar para as questões de gênero ou olhar para a formação de uma categoria ou sujeito *mulher* era insuficiente e injusto. Esse olhar implicou por décadas em abafar as diferenças, desconsiderá-las e não reconhecer também que as vivências opressoras se apresentam em moldes diferentes quando se trata de gênero e de raça. Rose (2012) afirma que, diante dessa constatação, é que se passou a incluir o debate sobre como as relações de raça e classe social de fato impactam as vivências de gênero das mulheres e as pesquisas no campo de estudos de gênero e de história das mulheres se voltaram para essa compreensão em diversos países do mundo.

São esses olhares que se efetivam na prática quando as mulheres participantes da pesquisa apresentam suas atuações nos espaços públicos, constroem seus discursos e suas práticas, com maior reconhecimento recente. É a consideração das diferenças e o olhar particular sobre as vivências de opressão que resulta nas intervenções que elas realizam enquanto militantes.

Observa-se a dinâmica entre os elementos de gênero, raça, classe social e geração na conformação das possibilidades de atuação das mulheres no espaço público e na construção de suas pautas e reivindicações.

6.1.3 A articulação entre público e privado: Violência, religião e militância no trânsito entre as esferas

Diante das trajetórias relatadas pelas mulheres, identificam-se na articulação entre as esferas os seguintes aspectos: a violência como manutenção das mulheres na esfera privada; a igreja como parte das vivências privadas e públicas das mulheres; o discurso herético e outras estratégias cotidianas de subversão e, por fim, a militância enquanto ação política que promove o trânsito entre as esferas.

6.1.3.1 Violência como forma de manutenção das mulheres na esfera privada

A partir dos relatos das mulheres, observou-se que o trânsito da esfera privada para a esfera pública esteve diversas vezes marcado pela violência contra as mulheres, indicando que essa violência ocorre como forma de manutenção das mulheres na esfera privada. As diversas violações relatadas pelas mulheres aparecem quando elas adentram e permanecem no espaço público, de maneira que as violações se deram no encontro das esferas, desvelando as forças que contribuem para que as esferas privada e pública permaneçam tipicamente separadas. São forças que diminuem a potência das mulheres ao tentar impedir que estas circulem em um espaço fora do âmbito doméstico, de maneira livre e sem submissão ao controle. Diversas vezes, a atuação das mulheres na esfera pública – por meio do trabalho e/ou por meio de conquistas – resultou em situações de violação em especial no campo afetivo, apontando que vivências livres no campo público e privado ao mesmo tempo parecem estar por vezes no limite da compatibilidade.

O relacionamento abusivo de Mariana, o cárcere privado de Betânia são duas situações por meio das quais é possível explorar aspectos relacionados às variadas violações pelas quais as mulheres passam – enquanto destituição drástica de direitos como efeito possível de conquistas ou atuações consistentes na esfera pública.

A atuação da Mariana no trabalho, suas viagens, a elaboração do trabalho de conclusão de curso, que a coloca em um lugar de conquista acadêmica e de usufruto da esfera pública, resultou na experiência de um relacionamento abusivo. A incompatibilidade foi tanta que, antes de terminar a relação, Mariana saiu do local onde trabalhava – reforçando que a atuação na esfera pública era profundamente

incompatível com a sua vida afetiva: “Eu não consegui dar continuidade ao trabalho, em vez de acabar com o relacionamento eu acabei com o trabalho.”

Betânia apresentou uma história drástica de violação, que foi o cárcere privado. Ela foi mantida em cárcere privado quando estava grávida de seu parceiro, justamente para que não trabalhasse mais. Diante da possibilidade de exercício de seus direitos ao circular livremente pela esfera pública e manter seu próprio sustento, o parceiro a deixa presa em casa, garantindo que ele se encarregaria financeiramente dela.

Antônia relatou a possibilidade de traçar caminhos diferentes na esfera pública, não fossem as limitações do campo afetivo, o que se exemplifica no abandono pelo seu parceiro quando o filho dos dois nasceu, que a limitou muito para seguir com seu caminho profissional. Assim, ela apontou a recorrência de situações como essa para mulheres negras:

Podia ter terminado os estudos até antes, ter feito o mestrado até antes, porque eu tinha muitas oportunidades de pessoas, mesmo tendo essa questão de ser uma menina da favela [...]. Só que justamente o que me atrapalhava foram essas relações afetivas. Eu tive, ao longo desses anos, relações afetivas muito destrutivas, acho que é uma recorrente na vida de mulheres negras.

Fica claro o incômodo com a liberdade das mulheres e o cerceamento decorrente desse incômodo: o fato de elas estarem na esfera pública ou ascenderem nela contrasta com o desejo por parte dos homens em manter a posse delas – e, portanto, em mantê-las restritas à esfera privada.

Assim, diante da percepção de impotência dos homens frente à potência das mulheres na circulação pelo espaço público, a violência então toma lugar - teoria descrita por Saffioti (2004), ao teorizar sobre o fenômeno da violência. A autora aponta que como reação à possibilidade de perda de poder, os homens então violentam as mulheres de variadas formas, encaminhando-as para o suposto lugar que devem ocupar, sob tutela e sem oferecer novas ameaças às relações de poder instituídas.

Hierro (1998) descreve diretamente o fenômeno na intersecção entre as esferas: a violência como forma de detenção do poder e forma de manutenção da mulher no espaço privado. Para a autora, seria a compartimentalização necessária ao patriarcado.

Sawicki e Siméant (2011) discorrem sobre a importância de compreender os fatores objetivos e subjetivos que contribuem ou restringem a atuação na militância. No caso das mulheres, para além de uma possível análise sobre as estruturas sociais que

motivam os engajamentos militantes, há sempre possibilidades e imposições nas trajetórias, tais como o tempo, as demandas profissionais e domésticas. Identifica-se, para as mulheres que fizeram parte desta pesquisa, que as relações afetivas funcionaram algumas vezes como restrição às suas trajetórias militantes e às suas trajetórias na esfera pública de maneira geral.

Destaca-se que, em se tratando de mulheres militantes, a restrição à atuação na esfera pública diz respeito ao cerceamento de mulheres que buscam melhorar a vida de outras mulheres, o que torna a restrição ainda mais grave.

Surpreende também que até mesmo mulheres que já estavam em processo de reflexão sobre seus lugares, que já se dispunham a reivindicar e a tratar de desigualdades, tenham vivido esses impedimentos em algum momento de suas trajetórias, tornando mais difíceis seus crescimentos e conquistas na vida pública.

Observa-se então que são tão fortes as forças impeditivas para que as mulheres possam viver com liberdade, que o peso do cerceamento e da restrição recai inclusive e especialmente sobre as mulheres que militam. É na resistência das mulheres em se ocupar apenas do âmbito doméstico e aceitar a organização social como ela se apresenta que elas enfrentam a violência. Dizer “não” a essa organização resulta em não aceitação de mudanças por parte dos homens.

Torna-se digno de nota também que essas situações estiveram presentes em variadas gerações abordadas na pesquisa. Indica que não obstante a conquista dos espaços públicos e a legitimação do protagonismo das mulheres, e em especial das mulheres negras, as dificuldades perpassam gerações e lançam luz sobre as dificuldades de avanços.

Nascimento (2019) destaca uma reflexão importante sobre desafios na relação afetiva de mulheres negras que alcançam conquistas sociais e acadêmicas. Ela afirma que existe uma possibilidade limitada de parcerias afetivas para as mulheres negras. São impedimentos mútuos de atração, porque a potência da mulher é compreendida como ameaça e porque ela entende que para se relacionar teria que flexibilizar parâmetros de não dominação no interior da relação, gerando um “trânsito afetivo [...] extremamente limitado”.

É difícil saber, com os poucos elementos dados pelas mulheres sobre suas relações afetivas atuais, o quanto o cenário alternativo descrito pela pesquisadora se efetiva, mas aposta-se nessa possibilidade de construção para as mulheres:

Ao rejeitar a fantasia da submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduz o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo, assim, assumir uma postura crítica, intermediando sua própria história e seu ethos. Assim, caberia a ela levantar a proposta de parceria nas relações sexuais, o que, por fim, se replicaria nas relações sociais mais amplas (Nascimento, 2019, p.268).

Apesar das violações descritas, após as vivências de violação relatadas, houve, dentro de determinadas condições de suporte social, a saída dessas situações. Todas elas seguiram traçando seus caminhos, militando, ocupando a esfera pública, driblando a incompatibilidade entre as esferas.

O “drible” se observa por meio da quantidade e qualidade de realizações das mulheres, não obstante os muitos limites para a efetivação dessas realizações. A própria Antônio, de contexto de importante destituição de direitos, construiu sua vida profissional e autonomia financeira por meio dos projetos em que atua, faz um mestrado e empreende um projeto social de impacto local idealizado e implementado por ela. Betânia ocupa espaços destacados de reivindicação e criou uma associação de profissionais do sexo, por meio da qual milita pelos direitos das trabalhadoras do sexo, além de atuar junto à saúde local com vistas a promover a saúde das prostitutas.

Assim, entende-se que um dos elementos essenciais da articulação entre as esferas se dá por meio da violência, impondo obstáculos à livre circulação entre as esferas e deixando claro o quanto as estruturas de dominação são tão intensas a ponto de atingir mulheres, em especial as mulheres negras, que constroem suas trajetórias na militância. Ainda assim, as mulheres da pesquisa encontraram formas de driblar a incompatibilidade de vivência livre entre as esferas em seus caminhos de vida.

6.1.3.2A igreja na articulação entre público e privado

A igreja católica – e eventualmente as igrejas neopentecostais - aparecem nas vivências privadas e nas vivências públicas das mulheres, entrelaçando e conformando experiências entre as duas esferas. Sabe-se que as igrejas são reconhecidamente

responsáveis pela restrição do exercício dos direitos das mulheres, atuando politicamente no sentido de não garantir a efetivação desse direito. As influências para a não descriminalização do aborto, a restrição da discussão sobre sexualidade e reprodução, a insistência em um modelo familiar que pesa de maneira drástica sobre as vidas das mulheres são algumas dessas restrições. Nos relatos, observa-se que houve importante participação política das mulheres da pesquisa na igreja, de maneira que a atuação da igreja se encontra nas trajetórias privadas e públicas das mulheres, definindo-se como elemento importante de articulação entre as esferas.

Mariana frequentou a igreja católica e esteve depois em espaços de liderança dentro da própria igreja, especialmente voltados para a teologia da libertação. Betânia também ocupou um espaço de militância da igreja católica, que tinha como tônica a crença de que as prostitutas deveriam ser “salvas”, com uma noção de vitimização das mesmas. Zeca apresentou uma história na qual ela própria protagonizou a religião enquanto elemento essencial da vida privada, assim como descreveu a atuação da igreja católica na década de 1970 e as limitações no debate sobre direitos das mulheres desde lá até hoje.

Antônia apresentou uma opinião importante sobre as igrejas nas favelas, afirmando o sentido e espaço que as religiões ocupam em locais de desigualdade social e falta de acesso.

Essas situações indicam o quanto as mulheres, especialmente na periferia, tiveram mais espaço para a atuação enquanto militantes por meio das igrejas. No lugar de partidos políticos, as igrejas funcionaram diversas vezes como espaço comunitário de crescimento político para mulheres. Ainda que sem trabalhar no exercício crítico sobre as questões de gênero, identifica-se que anteriormente a igreja católica e atualmente as igreja neopentecostais se conformam como locais de acolhimento e exercício de liderança das mulheres. Sobre a atuação das mulheres em grupos das igrejas católicas e neopentecostais, Machado e Mariz (1997) levantam que, não obstante o não questionamento das estruturas hegemônicas de gênero, a ocupação do espaço público e o protagonismo das mulheres nas tomadas de decisão nesses grupos podem fornecer a base para processos de autonomia e de modificações dentro das relações familiares.

A partir do que foi observado nas histórias de vida das mulheres da pesquisa, aponta-se que de fato os grupos religiosos abriram caminho para a militância em algumas situações, e isso é digno de nota, uma vez que foram esses os espaços que permitiram a circulação das mulheres em uma esfera pública. Entretanto, no caso das

mulheres da pesquisa, os questionamentos do ponto de vista das estruturas sociais se efetivaram ou foram potencializados especialmente em espaços não religiosos.

A igreja católica no Brasil, assim como em outros países da América Latina, ocupou espaço importante na política. Pontualmente, grupos dentro da própria instituição posicionaram-se a favor da esquerda brasileira, protegeram militantes de prisões e torturas no período da ditadura, trouxeram o debate da teologia da libertação para populações em periferias e em municípios menores, organizaram-se por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e difundiram ideais ligados à libertação política e econômica das estruturas de poder hegemônicas. Por vezes, a igreja católica foi considerada inimiga pelos militares no período ditatorial (Silva, 2017).

Essa atuação se observa na história de vida da Mariana, que frequentou uma igreja ligada às CEBs e na história de vida de Zeca, que em missão religiosa, esteve junto a populações desassistidas, tratando da fé de maneira menos articulada às hierarquias eclesiais e enfocando nas questões relacionadas ao cotidiano, ao uso da terra, ao reconhecimento dos atores políticos e sociais nas opressões do dia a dia.

Não obstante essa atuação, a igreja católica sempre ocupou o papel de impedir o exercício dos direitos das mulheres no que se refere ao corpo e à sexualidade. Mesmo que tenha contemplado, por um período, alianças progressistas, enquanto instituição continuou defendendo a preservação da família como núcleo indissolúvel e os papéis tipicamente de homens e mulheres na instituição familiar. Sempre esteve ferrenhamente à frente dos debates nacionais pelo impedimento da descriminalização do aborto, posicionou-se década após década contra o uso de métodos contraceptivos, tratou do exercício da sexualidade apenas no âmbito do casamento ou da abstinência e condenou diversas vezes a união de pessoas do mesmo sexo. Nem mesmo nas CEBs posicionou-se criticamente em relação a essas temáticas (Machado, 1996). Assim, ainda que eventualmente identificada como lócus de resistência, manteve sempre a postura conservadora no que se refere às mulheres (Silva, 2017).

Fica bastante clara a postura conservadora no episódio relatado por Zeca, no qual ela conta que foi convidada a participar de um grupo de discussão da teologia da libertação, mas o convite a ela não significava que qualquer perspectiva de gênero seria incorporada no debate nem naquele momento e nem em momentos posteriores.

Os posicionamentos relativos ao aborto e ao uso de métodos contraceptivos não sofreram modificações ao longo dos anos, demonstrando que no que se refere ao corpo das mulheres, este pertence de fato às instituições, como lembra Vera na emblemática e

já citada fala “O nosso corpo pertence à igreja, ou às igrejas...”, além de pertencer aos profissionais de saúde.

Nessa perspectiva, a igreja católica atua junto às mulheres, conforme se vê no relato de Betânia. A crença na vitimização das mulheres que se prostituem e a necessidade de assistência em lugar da construção de debate para o exercício de direitos sobre o próprio corpo são as razões que, de alguma maneira, afastaram Betânia da “Pastoral da Mulher”.

O exercício da sexualidade ligado à culpa e ao segredo, pelo fazer escondido, pelo fazer correto, pelas expectativas da mãe também frequentadora da igreja está descrito pela Mariana em suas experiências adolescentes. Aposta-se na forte influência da igreja católica que recusa-se a discutir sexualidade entre os jovens, opera na lógica da culpa e da legitimização da relação sexual exclusivamente pelo matrimônio, tornando as mulheres tuteladas da instituição familiar. Apesar da observação da existência de um líder da igreja católica – o atual Papa Francisco - que talvez se desloque para um viés mais progressista, Zeca aponta a permanência da visão conservadora sobre o aborto e sobre as mulheres.

Essa relação entre religião e política, marcada até então pelas perspectivas e direcionamentos da igreja católica sobre a vida privada das mulheres e pela atuação por meio das CEBs nos espaços públicos, sofreu transformação importante no país, que também impacta na vida das mulheres, ao ampliar a presença de religiosos em cargos legislativos e executivos, tornando ainda maior a influência da religião na política brasileira. No espaço do forte poder de influência sobre a legislação e sobre as práticas cotidianas e privadas, as igrejas passam a ocupar o próprio lugar do poder executivo e legislativo no país.

Posteriormente, além do desmonte das CEBs e de uma ofensiva ainda mais conservadora dentro da própria igreja católica, começou a se observar o crescimento das igrejas neopentecostais no cenário político do país no final da década de oitenta. A princípio, a mobilização política neopentecostal se deu no sentido de proteger as próprias práticas (como a arrecadação de dinheiro dos fiéis, por exemplo). À medida que o avanço foi acontecendo, percebeu-se que existia um mercado de seguidores, que votaria em líderes religiosos. O crescimento do neopentecostalismo – assim como da renovação católica carismática enquanto nova vertente da igreja católica – começou a despontar e se encaminhar para a transformação de crenças religiosas em legislação (Silva, 2017).

O avanço do neopentecostalismo no Brasil é ampla e detalhadamente discutido por Mariano (2014). O autor apresenta de que maneira as vertentes variadas do pentecostalismo chegaram ao país, como se fortaleceram e de que forma se relacionam com um país historicamente católico. Ele observa que em termos de moral não são necessariamente mais conservadores do que a igreja católica, apresentando posicionamentos frequentemente desfavoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, sexo fora do casamento, métodos contraceptivos, entre outros. Entretanto, passaram a ocupar a mídia e destacar líderes para a disputa de cargos eletivos.

No que se refere aos direitos das mulheres, reitera-se que o papel ocupado pela igreja católica se deu no sentido do impedimento do exercício dos direitos das mulheres, especialmente os seus direitos sexuais e direitos reprodutivos. Recentemente a nova relação estabelecida entre política e religião tende a tornar ainda mais difícil o exercício dos direitos das mulheres.

Além do agudo enfraquecimento da laicidade do Estado e da ocupação de poder e influência do neopentecostalismo, observam-se as recentes alianças entre católicos e neopentecostais no âmbito legislativo, assim como entre as bancadas religiosas e neoliberais. Na última década, foi possível perceber intensificação das relações entre católicos, neopentecostais e neoliberais em frentes variadas. Assim, a ofensiva contra a descriminalização do aborto e de acirramento da punição para mulheres que abortam, assim como projetos de lei ligados a modelos conservadores de família ganharam ainda mais espaço no país (Biroli, 2016).

Esses elementos apontam para um cenário de piora referente a relação entre religião, política e direitos das mulheres. A chegada dos neopentecostais ao poder, que se deu em escalada nas últimas duas décadas, é emblemática na figura do atual Presidente da República e na ocupação de cargos por religiosos, que têm os preceitos religiosos enquanto pauta política e incluem nesses preceitos a restrição do exercício dos direitos das mulheres, incidindo diretamente sobre a esfera privada.

Diversos elementos portanto chamam a atenção para a igreja na articulação entre público e privado a partir das histórias de vida: a importância das igrejas enquanto espaço de militância para mulheres; a atuação de grupos na igreja católica que se identificaram com ideais progressistas; a influência dos ideais da igreja católica nas percepções e vivências referentes à sexualidade na adolescência e vitimização na prostituição; as perspectivas desanimadoras para os direitos das mulheres diante do

avanço do neopentecostalismo aliado à ofensiva legislativa na contramão da laicidade do Estado.

6.1.3.3 Estratégias cotidianas de subversão e o discurso herético

As narrativas das mulheres apontam para diversas situações de subversão em relação à ordem social e hierarquias variadas – estratégias que se deram tanto na esfera pública como na esfera privada. São situações cotidianas de subversão da ordem social. Nos relatos, constam vivências que questionaram hierarquias pré-estabelecidas – de gênero, mas também de idade em algumas situações. Especialmente no âmbito do trabalho, observaram-se situações variadas nas quais as mulheres questionaram autoridades, agiram de maneira diferente em relação às expectativas para mulheres e assim subverteram ou questionaram o que estava estabelecido.

No caso da Mariana, ela relatou diversas situações: na igreja, nos projetos, na atuação no conselho de saúde. Alguns dos exemplos são quando ela questiona as tarefas divididas entre meninos e meninas em atividades da igreja ou quando ela se posiciona pela população negra no conselho de saúde, ainda que seja mais jovem do que as demais pessoas participantes do espaço.

Zeca, ainda jovem e iniciando sua vida missionária, relatou, por exemplo, o arranjo de moradia com um casal em um município pequeno – situação que gerava comentários. Ela também se impunha frequentemente frente às freiras, que eram a autoridade máxima em seu cotidiano, para ir aos lugares que acreditava serem mais importantes de atuar. Ela subvertia a expectativa sobre o que seria ser freira em si, quando optou, em sua trajetória religiosa, por se envolver nas lutas por terra e pela alfabetização, ao invés das tradicionais evangelizações. Pode se considerar, inclusive, que a principal subversão foi a criação do próprio “Católicas”, composto por mulheres da mesma religião que historicamente posiciona as próprias em lugares de menor destaque, em prol de uma pauta central para feministas e também central como posicionamento contrário da igreja católica.

Betânia relatou uma história de vida que desafia em muito – e até hoje – o que se espera de mulheres e de profissionais do sexo. A autonomia na tomada de decisões, que ela deixou tão clara em seu relato, a importância da independência financeira para ela e depois para a vida de seus filhos. Em sua atuação militante, destaca-se também o

embate em relação ao teste PREP nas profissionais do sexo, quando ela se posicionou pelo grupo, defendendo que os testes não fossem realizados antes de comprovação científica da medicação.

Vera participou da organização da I Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, no final da década de 1980, quando ainda eram muitas as barreiras para o debate sobre a efetivação dos direitos das mulheres e seus cuidados em saúde para além do parto. Essa seria a situação mais emblemática, mas evidencia-se também os embates com os ministros da saúde e a decisão de saída do Partido Comunista. Como situação cotidiana, também se aponta para a luta pela participação de uma mulher com câncer em uma conferência científica organizada pela sua instituição tendo como conferencistas e público-alvo apenas profissionais médicos. Quando ela tentou persuadir os médicos para que fizessem parto normal na mulher que está internada e agiu de uma maneira em prol da saúde e da proteção do corpo daquela mulher. Quando ela se deixou afetar pelas falas das prostitutas no encontro, ela também subverteu uma ordem em que as prostitutas estão situadas em um lugar “deslegitimizado”.

O discurso herético figura também como estratégia de subversão. As mulheres, na produção dos relatos de vida, informam também suas teses, opiniões e construções argumentativas em torno de temas variados. Desde espaços e tempos variados em suas trajetórias, produzem discursos heréticos. No momento do encontro para a construção do relato, também produziram esse discurso - “ao vivo”.

A força do discurso se percebe no tom das narrativas – discursos engajados, firmes e na articulação argumentativa – as teses que apresentaram partem de dados e de experiências próprias, articulando situações concretas, dados de realidade e vivências pessoais. A força do discurso também foi percebida pela persuasão – ao final de cada encontro com as mulheres, apreendia-se a importância das temáticas pautadas por elas, saindo de cada encontro com o convencimento disso.

Diante das expectativas para que as mulheres se conformem a determinados papéis, entre eles o de se calar e aquiescer, pode-se afirmar que o discurso herético se situa na perspectiva do enfrentamento tanto daquilo que é nomeado enquanto reivindicação, como o próprio ato do enfrentamento discursivo em si.

Do ponto de vista do conteúdo do discurso enunciado, enquanto militantes pelos direitos das mulheres, as mulheres entrevistadas discursam em prol da igualdade de direitos, do direito à saúde, dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. Mas a

subversão no discurso se dá também em situações pessoais, quando, por exemplo, há a afirmação que viverão a sexualidade livremente dentro e fora do trabalho.

O enfrentamento, entretanto, não passa apenas pelo discurso. Antônio deixou claro o quanto ele pode passar exclusivamente pelo corpo, no projeto de dança que ela própria empreendia com mulheres na Maré, e sobre a própria percepção em relação ao corpo como caminho para refletir sobre padrões. Por meio do projeto, Antônio percebeu e relatou que as mulheres se transformam pela dança e pela valorização das referências negras femininas: “A gente falou de raça dançando, a gente falou de cultura... Para mim já era claro, mas cada vez é mais, que a revolução passa muito pelo nosso corpo”. E, relacionando com a própria história, comentou:

Essa separação entre mente e corpo que foi feita, isso deu uma valorização para tudo o que vem da mente, como se fosse melhor. Isso sempre me incomodou, porque eu sou uma pessoa muito expressiva, muito expansiva e muito do gesto. Quando eu fiz dança, eu queria me expressar.

As estratégias cotidianas, presentes nas vivências privadas e públicas das mulheres, lançam luz sobre o debate entre reprodução e permanência das normas sociais e sobre os limites do conceito de *habitus*, que prevê poucas possibilidades de transformação. Não obstante as restrições vividas frequentemente pelas mulheres, elas apresentaram ao longo de suas trajetórias, não apenas mobilizações coletivas macro em prol dos direitos das mulheres, mas também estratégias que se dão no dia a dia da vida e do trabalho. Estratégias que caminham no sentido das lutas cotidianas, nem sempre com consciência e intencionalidade de publicizar ou reivindicar para coletivos. Indicam ações supostamente mais elementares, mas que no conjunto representam transformações de desigualdades.

6.1.3.4 Militância e ação política enquanto encontro entre as esferas

Entende-se que a ação política por meio da militância atua enquanto encontro essencial no trânsito entre o privado e o público para as mulheres. A ação política se encaminha no sentido da não reprodução da dominação masculina, conforme apontado na discussão das teóricas feministas em capítulo anterior. No lugar da reprodução de estruturas hegemônicas desiguais, ainda que inseridas dentro delas, as mulheres expressaram seus pensamentos críticos em relação às desigualdades e encaminham as

lutas políticas. Assim, propõem a ruptura de uma ordem dominante ao transformar o conjunto de forças por meio da própria ocupação dos espaços públicos e pelas reivindicações que apresentam, a partir de suas trajetórias e observações tanto na esfera privada como na esfera pública.

Militância e vida, inclusive, foram destacadas como trajetória única pelas mulheres: fica clara a circulação de demandas, sentimentos, afetamentos, reivindicações e vivências entre as esferas privada e pública, conduzidas pela atuação militante, assim como as transformações que se dão na condução e percepção da vida pessoal a partir das vivências militantes. Na via de mão dupla, levavam para o público as denúncias e reflexões sobre o privado e para o privado as transformações pelas quais passaram por meio da atuação pública: “Eu vou te resumir a minha história profissional, de vida e de mulher, que elas estão obviamente embrenhadas” (Vera); “O feminismo é a mestra dessa mudança” (Vera); “Eu estou nessa briga desde que eu me entendo por vida sexual ativa” (Betânia); “E aí você trabalha com questões que são questões que perpassam a sua existência o tempo todo, é muito próxima [...] Isso é muito duro” (Antônia); “Mudou muito a minha forma de relacionar com as pessoas [...] não só do ponto de vista da pauta, mas como é que as pessoas têm as suas práticas e estabelecem suas relações sexuais ou não, suas relações políticas, então tudo isso passa a fazer parte da minha vivência de forma muito intensiva.” (Mariana).

Essa conjunção de todos os aspectos da vida e a militância - vida profissional, ser mulher, viver a sexualidade, transformar-se enquanto pessoa, relações políticas – aparece como uma das tônicas das histórias das mulheres. Mas destaca-se que, apesar da expectativa de que elas apresentassem demandas enquanto mães ou cuidadoras de casas – se pensarmos no histórico de reivindicações de mulheres, elas apresentaram demandas variadas ligadas às suas vidas enquanto profissionais e enquanto mulheres de maneira geral. Não privilegiam apenas as vivências privadas enquanto elementos para politização. A militância talvez congregue aspectos variados da vida na esfera privada e na esfera pública, não exatamente em um fluxo do privado para o público, mas sim em uma conjunção de elementos que perpassam o tempo inteiro as duas esferas, mas são publicizadas na esfera pública e de maneira coletiva.

O encontro entre as esferas permite os rompimentos necessários às estruturas desiguais e à ordem social desigual dominante: em um campo social complexo, permeado por forças que atuam no sentido de manter as mulheres em lugares de subordinação, a ação política, assim como o discurso herético, são elementos

fundamentais para que o campo também se complexifique agregado pelos movimentos de autonomia das mulheres e de recusa à separação entre as esferas privada e pública.

Conceitos teóricos e resultados apresentados

Antes de passar à segunda parte de discussão dos resultados, com o intuito de organização a articulação da fundamentação teórica aos resultados da pesquisa, seguem algumas considerações.

Em relação à noção de *habitus*, percebe-se que os elementos de incorporação das normas e percepções são de fato pertinentes para o debate sobre a reprodução das normas sociais e, inclusive, sobre a dominação masculina.

Entretanto, para essa pesquisa, entende-se que não foi a noção de incorporação de normas sociais que prevaleceu no discurso e na trajetória das mulheres e nem o mecanismo dessa incorporação. Pelo contrário, foi a transformação social, delas e do campo social onde estão inseridas. Isso se deu mediante a ação política e às estratégias cotidianas subversivas, que se encaminharam muito mais no sentido de transformar a relação delas com o campo social e o próprio campo social.

Por meio das estratégias cotidianas de subversão e por meio da forma como apresentaram suas histórias de vida, transformaram suas relações com o campo social. Ainda que dentro de estruturas rígidas, o que ficou mais premente não foi a reprodução da dominação, mas o pensamento crítico sobre as estruturas hegemônicas e relações de poder.

Já por meio da ação política, além da transformação de suas próprias percepções e relações com esse campo, promoveram transformações importantes nele e promovem trânsito entre as esferas privada e pública pela atuação na militância.

A conformação das pautas da sexualidade e da reprodução enquanto pautas públicas, a formação de uma agenda em saúde dentro da perspectiva dos direitos, a ocupação e apropriação crescente dos espaços públicos, em especial por parte das mulheres negras são os efeitos mais claros dessa transformação do campo.

As restrições e violações se originaram de maneira externa a elas e, ainda que em algumas situações seja possível observar incorporação, nenhuma delas se sustentou no tempo ao longo de suas histórias de vida. De maneira que o arcabouço teórico mais

potente para essa pesquisa está nos conceitos de ação política e de discurso herético e no debate sobre a transformação social.

Assim, *habitus* revela-se mais potente para a compreensão de eventual interiorização de normas sociais, mas torna-se menos potente para a discussão sobre gênero, já que até mesmo nas situações de violação, as mulheres encontraram caminhos para subverter. De outro lado, ações cotidianas subversivas, discurso herético e ação política rompem com o acirramento da separação entre as esferas e reforçam a noção de transformação social.

Quanto à relação entre as esferas pública e privada, que já foi bastante explorada no capítulo, ressalta-se apenas que já é subversivo ocupar os espaços públicos em sua diversidade e é ainda mais transformador estabelecer um fluxo entre as esferas, mediante uma separação que serve a propósitos de manutenção do controle sobre as mulheres. A preservação das esferas privadas por parte das mulheres da pesquisa pode indicar uma recusa à referência à esfera privada enquanto referência universal para as mulheres, a proteção dessa esfera, ou ainda a preservação de um espaço de intimidade, conforme previsto pelas autoras da teoria política.

6.2 Reivindicações das mulheres no espaço público

As trajetórias das mulheres na militância foram descritas na seção anterior, assim como outros aspectos relacionados ao debate sobre as esferas privada e pública. A partir das histórias de vida das mulheres, observou-se que, em relação à militância, além da descrição de seus caminhos, a ação política das mulheres atua no sentido de romper com estruturas desiguais e atuar no trânsito entre as esferas privadas e públicas.

Para além desses aspectos, as mulheres, em seus relatos, detiveram-se também sobre o conteúdo de suas reivindicações: demoraram-se sobre aquilo em que acreditam, o que tornaram público e o que construíram enquanto demanda para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito da saúde. Desvelaram assim a construção de agendas na saúde, a abordagem da sexualidade sob a perspectiva dos direitos e a abordagem do direito à saúde. É sobre esse conteúdo e o que ele aponta que essa seção irá se debruçar.

Ainda que enfrentem barreiras para apresentar reivindicações e que as suas formas variem, identificou-se um processo de luta pelo aumento crescente de espaço

para as reivindicações diversas das mulheres. Tanto na ocupação de espaços públicos como no conteúdo das reivindicações expostas pelas mulheres nesses espaços, observa-se a crescente ampliação de pautas no que se refere à saúde e aos direitos das mulheres: a conquista de espaço na discussão sobre mulheres negras, a abordagem de diversidades das mulheres e a discussão sobre a sexualidade no âmbito da saúde. Isso pode ser resgatado e observado por meio das histórias de vida e dos posicionamentos das mulheres que fizeram parte dessa pesquisa e também pela análise dos relatórios das conferências de saúde das mulheres realizadas no país – documentos emblemáticos para o registro das reivindicações construídas nos momentos em que esses encontros aconteceram.

6.2.1 Reivindicações das mulheres da pesquisa

As reivindicações foram divididas em duas partes: a abordagem dos direitos e da sexualidade na esfera da saúde, considerando modificações e o espaço crescente para as diversidades das pautas; e a descriminalização do aborto enquanto pauta permanente.

6.2.1.1 A possibilidade da abordagem dos direitos e da sexualidade na esfera da saúde

É importante retomar que as discussões relativas aos direitos das mulheres e sobre a sexualidade não tiveram espaço na esquerda brasileira que liderava a oposição e o debate sobre a redemocratização no Brasil. Ao contrário, a sexualidade figurava como tema secundário em relação àquilo que seria de interesse fundamental na redemocratização (Green, 2018). Um fragmento representativo dessa história aparece na fala de Vera.

Ela relatou a impossibilidade da relação entre o partido de esquerda e as ideias feministas com as quais começava a se relacionar. Uma vez que tentou trazer a pauta do feminismo para o partido ao qual era filiada, este foi considerado uma questão secundária, que poderia ter espaço apenas depois da redemocratização: “E a gente queria que aquela fosse uma prioridade do partido, trabalhar a questão da igualdade dentro do próprio partido ou ser uma palavra de ordem”. E a resposta dada a ela foi: “Quando nós tivermos a democracia em mãos e a liberdade, aí a gente trata da mulher”.

Do ponto de vista da possibilidade de reivindicar - naquele momento - só foi possível iniciar o debate sobre os direitos das mulheres fora do espaço formal da política. E o debate foi majoritariamente influenciado pelas mulheres em exílio. Afastadas fisicamente do país por perseguições políticas ou acompanhando companheiros perseguidos, elas começaram a enviar para cá os textos e debates que estavam em efervescência em diversos países da Europa. A influência das mulheres que estavam no exílio foi fator facilitador da discussão sobre feminismo no período da ditadura e redemocratização. No mesmo processo de redemocratização, os grupos e partidos da esquerdabrasileira deixaram claro o quanto consideravam secundário tratar das pautas das mulheres, atuando de maneira negligente e portanto contrária para a incorporação desse debate no espaço político, conforme se observa na cena abordada por Vera.

Uma das vias possíveis, para trazer para o debate público questões relacionadas aos direitos das mulheres, relatada foi a criação da primeira entidade feminista, o Centro da Mulher Brasileira (CMB), em 1975, no Rio de Janeiro. Segundo Vera, o CMB tinha o lugar de “entender o que era aquele momento da mulher no mundo inteiro e no Brasil”. Ali nasceram encontros de mulheres que se conheciam e que não se conheciam, nos quais se faziam rodas de conversa sobre temas variados trazidos por elas.

No relato de como as estratégias das rodas de conversa tomaram forma, Vera descreveu os encontros para conversar sobre os temas que importavam para as mulheres naquele momento – e como esses temas eram variados, assim como as mulheres que foram se apresentando nas rodas, conversando, trocando e convivendo naquele momento e naquele espaço. Há uma descrição do trajeto, em que ela foi uma das protagonistas, por meio do qual as mulheres transformaram as trocas sobre o cotidiano em uma reflexão sobre as respostas limitadas do Estado para a saúde das mulheres. E da reflexão, buscou-se dados e legislações vigentes para que fossem apontadas as falhas e para que fosse possível a construção de uma política de saúde para as mulheres que correspondesse à realidade das mulheres percebida naquele contexto.

As rodas de conversa, no Rio de Janeiro, foram seguidas da percepção da necessidade de discutir as mulheres como um todo e de conhecer como estava essa compreensão em diversas áreas das políticas públicas, inclusive na saúde.

Ao descrever esse processo, e diante da diversidade de assuntos, sofrimentos e inquietações trazidos, Vera observou: “Então a gente viu que a gente tinha que discutir o todo da mulher”. Seguido a isso, elas iniciaram uma pesquisa sobre como estava a

situação das mulheres em áreas diferentes das políticas, inclusive na saúde, de onde Vera vinha e onde ela trabalhava.

Então, o caminho para externalizar para a esfera política a luta pelos direitos das mulheres foi traçado desde a observação do que essas mulheres nomeavam nas rodas até entender o que existia, na redemocratização, em termos de políticas públicas de saúde para elas.

Essa descrição apresenta também como se originou o movimento de participação das mulheres na formulação de políticas públicas e depois na ocupação de espaços públicos institucionalizados, tais como conselhos, secretarias da mulher, cargos em ministérios, entre outros.

A partir desse caminho, conforme Vera relata, se deu a importante reformulação do programa de saúde das mulheres -o então programa materno-infantil. Com a percepção de que o programa restringia as mulheres ao período gravídico-puerperal, se formulou o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, o PAISM. Em um período histórico ainda autoritário e restritivo do exercício de cidadania, foi considerado marco importante no que se refere à construção de políticas públicas na área de saúde das mulheres no país, conforme apresentado em capítulo anterior.

A reflexão sobre o então Programa Materno-Infantil foi assim descrita: “Então tinha que separar: eu não sou uma barriga! Eu sou um ser normal integral”. Nasce dessa reflexão, e também diante de muitos enfrentamentos dentro da máquina estatal, em 1983, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Em capítulo anterior, foram abordados aspectos celebrados do programa, em especial o olhar para a mulher para além do aspecto reprodutivo. Do binômio “materno-infantil” foi possível construir um programa que olhasse para a mulher de maneira mais integral. É nesse contexto que nasce o programa e se fortalece a possibilidade de realização de uma conferência de mulheres, após a 8ª Conferência Nacional de Saúde.

Costa (2009) discute a importância da participação política das mulheres por meio de conferências. Destaca a participação das mulheres na I Conferência de Saúde da Mulher, em 1986, e na 8ª Conferência Nacional de Saúde, no mesmo ano. Por meio dessa participação, as mulheres reivindicaram a saúde enquanto tema central para a cidadania feminina, reiteraram que a saúde é direito de todas e dever do estado e assim protagonizaram a criação de políticas públicas em saúde para as mulheres. A autora defende as conferências enquanto processos participativos poderosos na garantia de direitos e destaca a importância da politização permanente, ou seja, que as

reivindicações e construção de cidadania se deem cotidianamente com envolvimento cada vez mais amplos.

A ocupação de espaços públicos para a realização de enfrentamentos e construções necessárias à garantia dos direitos das mulheres passa também pela realização de conferências públicas. As conferências se constituem como espaços de construção coletiva tratando de diversas temáticas. Na saúde das mulheres, elas desempenharam até agora o papel de registrar e apontar as necessidades das mulheres, organizar reivindicações na esfera das políticas públicas e fortalecer a retórica de movimentos sociais.

Vera e Mariana apresentaram suas participações na I Conferência Nacional de Saúde da Mulher e em conferências variadas, tais como de saúde e da juventude.

Na realização da I Conferência, Vera afirmou que “a gente começou a quebrar as barreiras que existiam entre nós mulheres”: afetos, cor da pele, idade e sexualidade são mencionados por ela em sua fala como parte de um movimento em ebulição que buscava respostas ao mesmo tempo em que tentava compreender a totalidade e heterogeneidade das demandas que surgiam. Na percepção de Vera, a ebulição foi tanta que houve um intervalo de trinta anos até que se fizesse a segunda conferência.

Mariana também descreveu a participação em conferências, tais como a 15ª Conferência Nacional de Saúde e a participação na I Conferência Estadual da Juventude do Paraná. Mas, ela citou igualmente a organização de conferências livres, conferências de trabalhadores da saúde, conferências de saúde locais. Aqui é interessante observar como esse instrumento de participação social e construção (ou validação) de reivindicações se torna mais comum e se complexifica.

Entende-se que a participação da Mariana e da Vera nas conferências é um dos destaques de suas atuações enquanto militantes, fazendo parte de uma ampla trajetória de luta pelos direitos, mas que há também diferenças importantes do ponto de vista geracional. Salienta-se o que se refere à multiplicidade de temas dos quais Mariana participou nas conferências e a possibilidade então de debater questões de gênero junto à saúde, juventude, sexualidade, raça, entre outros temas.

Nas pautas que ora se diferenciam e ora se aproximam ao longo das décadas, o tema da mortalidade materna é trazido tanto pela Vera como pela Mariana. Vera defendeu que “nenhuma mulher devia morrer no período gravídico-puerperal” e citou uma situação na qual dois médicos não sabiam fazer o parto normal. Afirmou também a necessidade de mudanças na formação médica, para que as mulheres e profissionais de

saúde estejam mais próximos do parto normal enquanto possibilidade. No relato, privilegia-se a necessidade da redução da mortalidade materna – e o quanto isso mobiliza o afeto na fala de Vera – e a mudança do modelo de atenção ao parto. No mesmo tema da mortalidade materna, Mariana esteve à frente da discussão no que diz respeito à mortalidade de mulheres negras no Paraná. Ela relatou o primeiro momento em que isso foi levado para a conferência municipal local e sobre a tese do racismo institucional, enquanto um dos motivos para a não redução da mortalidade das mulheres negras, pois não foi aprovada até a etapa final da conferência.

No decorrer dos encontros seguintes, houve modificações nessa compreensão e a tese eventualmente passou, mas segundo ela “aí era outro momento”. Ou seja, depois de recusas à tese apresentada por ela em conferências municipais, a tese finalmente foi aprovada diante das transformações na maneira de olhar para a saúde das mulheres negras, considerando de fato que a questão de raça é fator determinante para a situação da saúde das mulheres. Houve mudança na forma de ver e intervir sobre a mortalidade materna de mulheres negras.

Mariana defendeu, na sua fala, que posteriormente a redução da mortalidade das mulheres no estado se deu principalmente em função da mudança do critério de risco para mulheres negras e indígenas, que passou a ser intermediário²⁴. Aqui se destaca a dificuldade encontrada por ela para falar: “Quando eu terminei de ler a tese das mulheres negras...levantei os olhos e me surpreendi! As pessoas estavam todas de cara fechada! Olha só, eu até tremo as mãos só de lembrar desse dia!”.

É possível apostar em uma mudança de enfoque geracional aqui. As trajetórias de vida e profissionais, atuações enquanto militantes, contextos de debates vividos pela Vera e pela Mariana levam a dois pontos de destaque no tema. Primeiro, o investimento na formação profissional, a preocupação com o corpo da mulher enquanto objeto de intervenções cirúrgicas desnecessárias e, em outro contexto, a preocupação específica com as mulheres negras e a organização da rede em termos de critério de risco diferenciado em função do histórico de trajetória assistencial frágil desse grupo.

A trajetória relatada por Vera, desde o início de sua militância até o momento do relato de sua história de vida, também apresenta movimentos importantes de destaque às diversidades de mulheres. Um exemplo disso é a construção recente das cartilhas de saúde que ela coordena: ao convidar mulheres de grupos heterogêneos para a

²⁴ A classificação como risco intermediário indica que a mulher terá priorização para atendimento na maternidade pelo fato de ser negra ou indígena.

participação na produção da cartilha, ela transforma a produção em um processo efetivamente participativo e representativo. A possibilidade de falar nos espaços públicos sobre sexualidade também se amplia a depender das gerações e das mulheres que enunciam. Ao longo da mesma trajetória, percepções e reivindicações se modificam, se atualizam e diversificam.

Em termos de estratégias empreendidas para abordar a temática da sexualidade e saúde, Antônia e Mariana conversam com a temática do exercício dos direitos e a saúde das mulheres por meio do enfoque nas diversidades e nas maneiras variadas de reivindicar o exercício dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. Falam também abertamente sobre a sexualidade. Elas apresentam estratégias no escopo da saúde com o objetivo de disseminar informações e debater conceitos com vistas à promoção de saúde: oficinas e grupos, especialmente entre jovens, que se dão por meio de metodologias participativas e abordam assuntos como prevenção em saúde sexual, direitos reprodutivos das mulheres, diversidade sexual, de gênero, questões de raça e etnia. Inclusive, a menção a jovens como principal público-alvo aponta para a valorização dessa faixa etária no que se refere ao uso das estratégias coletivas.

Antônia mencionou oficinas para debater raça, etnia, sexualidade (e, mais tarde, corpo); gênero e sexualidade; campanhas para falar sobre equidade de gênero com jovens; masculinidades. Mariana citou o Projeto Afro Atitude, por meio do qual houve o “exercício de reconhecimento de outras realidades”, com estratégias como as oficinas e os debates para discutir relações raciais, “sexo seguro”, ISTs (infecções sexualmente transmissíveis), Aids e violência contra a mulher. Nas atuações de projetos e organizações referentes à Aids, ela inclusive contou que o movimento Aids fala “dessa multiplicidade de que todas as pessoas estão vulneráveis”.

Os projetos sociais descritos por elas, duas mulheres jovens, na promoção da saúde e dos direitos versam sobre as temáticas da diversidade sexual e de gênero e raça/etnia. Nesse panorama, fizeram parte de um momento em que foi possível abordar com maior protagonismo as mulheres e a categoria de gênero enquanto diversidade.

Betânia, no contexto das reivindicações das profissionais do sexo, ao relatar sua história e discorrer sobre suas visões de mundo, apresentou firme retórica relacionada à prevenção em saúde e ao uso do preservativo feminino. Entende-se aqui que só é possível elaborar o discurso que ela produziu em um contexto em que a sexualidade se constrói como objeto delineado de reivindicação dentro da saúde e em que as mulheres

fora da categoria dominante lutam para que suas reivindicações ecoem na pauta do feminismo.

Betânia discorreu sobre a importância de conhecer as possibilidades de contracepção, quais são as mais adequadas para cada mulher, tanto em termos de adaptação como de desejo: “Se eu quero transar sem camisinha e não quero engravidar, não preciso tomar anticoncepcional, posso colocar um DIU, posso colocar um diafragma”. Ela defendeu fortemente o uso amplo do preservativo feminino, como forma de promover a autonomia para a decisão contraceptiva e de proteção no momento da relação sexual, pela facilidade de uso e por possibilitar maior conhecimento do próprio corpo. Ela apresentou os argumentos de maneira clara e convincente e fez crítica ao Ministério da Saúde por não fazer campanhas periódicas sobre esse método.

Ela falou sobre isso com suas colegas prostitutas e com os seus clientes, sugerindo a eles que levassem o preservativo feminino para as suas esposas. Da maneira como abordou o assunto, ela parece ser uma multiplicadora do tema do preservativo feminino. Percebe-se que seu discurso carrega o tom da prevenção sexual e o preservativo feminino como o caminho para essa prevenção, quase como uma fala institucional em saúde.

Merece destaque que apenas Betânia falou tão aberta e especificamente sobre sexualidade, ainda que com um enfoque na importância da proteção. Ela evidenciou a importância de proteção e cuidado frente às possibilidades de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada e fez isso mediante uma fala de autoconhecimento e autonomia para a tomada de decisão. Não foi um discurso de medo em relação a doenças e não foi focado nas mulheres profissionais do sexo - “Essa é uma das pegadas que eu tenho muito com a população da qual pertença, que é a população feminina”. É uma fala de estabelecimento de ações para o autocuidado de mulheres.

Também é interessante observar que ela contrapôs o preservativo feminino à profilaxia pré-exposição (a PREP), ao menos dentro dos termos apresentados por ela na situação descrita em seu relato. Em sua entrevista, descreveu uma recusa à secretaria municipal de saúde para que fosse realizado um teste utilizando a PREP com as profissionais do sexo. Segundo ela, os testes realizados até então haviam sido em homens e ela não encontrou indicativos de que para as mulheres essa estratégia não traria efeitos colaterais. Ainda, destacou que o uso de pílulas periodicamente estava distante das possibilidades cotidianas das profissionais do sexo. Com essa argumentação, reforçou o preservativo feminino como caminho para a proteção e se

posicionou fortemente contra o teste de medicamentos preventivos em profissionais do sexo.

É interessante observar o quanto a fala de Betânia é uma fala apropriada no que refere à prevenção e saúde, ainda que focada em uma estratégia específica. Apostaseque, estando diante da necessidade premente de exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos, desde sempre ela tenha encontrado um caminho de luta por autonomia incorporado também em uma estratégia de prevenção que parta das próprias decisões. Infere-se de maneira geral em relação ao seu relato, que talvez diante de uma trajetória por meio da qual ela precisou defender os próprios direitos sexuais e reprodutivos: não casar, abortar, ter filhos, trabalhar como profissional do sexo, fazer faculdade, se defender contra situações de violação, sempre tomando as decisões de acordo com os seus desejos e possibilidades – ela tenha construído de fato um caminho de exercício desses direitos.

Do ponto de vista da história do feminismo, as dificuldades da pauta feminista no país no processo de redemocratização, o crescente caminho de valorização das heterogeneidades por meio da luta e dos discursos de mulheres negras, a sexualidade enquanto tema para a vida das mulheres – esses aspectos observados nas histórias de vida das mulheres conversam com o caminho traçado pelo feminismo brasileiro.

No que se refere à saúde, sabe-se que os direitos reprodutivos ocuparam espaço importante enquanto pauta para o movimento negro e a questão de raça enquanto aspecto fundamental na discussão desses direitos. A denúncia da esterilização de mulheres de baixa renda e negras, a briga pela inclusão do quesito cor nos sistemas de classificação em saúde e a estruturação de programas específicos para mulheres negras foram historicamente algumas das reivindicações do feminismo negro (Carneiro, 2019). Por meio das falas das mulheres que protagonizaram esta pesquisa, destaca-se também o protagonismo delas no debate sobre prevenção e autocuidado em sexualidade, atenção à raça enquanto fator de adoecimento, necessidade de construir pautas feministas na periferia e, de maneira ampla, a reiteração de que não há debate sobre uma categoria de mulher, que não seja também um debate sobre diversidade.

Observa-se então, pelo posicionamento e pelas reivindicações apresentadas pelas mulheres da pesquisa, a presença da sexualidade enquanto pauta para a saúde e a conquista crescente de espaço para as reivindicações referentes à saúde das mulheres negras e à diversidade sexual, resultando no fortalecimento das pautas da sexualidade e

da diversidade no âmbito saúde. A observação do ponto de vista geracional pode indicar transformações no abarcamento das diversidades e identidades ao longo dos anos.

6.2.1.2 A descriminalização do aborto como pauta permanente

A descriminalização do aborto enquanto pauta dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres pode ser considerada reivindicação permanente por parte das mulheres no país desde a redemocratização. A pauta atravessa as décadas, com movimentos de poucos avanços e de frequentes retrocessos e permanece emblemática no que se refere à restrição da autonomia das mulheres. Pode-se afirmar que o aborto é reivindicação política consolidada na esfera dos direitos das mulheres (Barsted, 2019). É também emblemático da luta pelos direitos das mulheres o poder da igreja católica e mais recentemente da igreja protestante nessa pauta.

Zeca, uma das fundadoras do grupo “Católicas pelo Direito de Decidir” no Brasil relatou aspectos de sua trajetória militante no grupo, que é central justamente por enfrentar uma das principais barreiras para o debate sobre o aborto de dentro de um dos grupos que impedem esse debate. Zeca afirmou a importância de manter o grupo católico (ou religioso) para possibilitar a costura da crítica de dentro de uma prática religiosa. A discussão interna a um grupo católico possibilita pensar na autonomia para a opção pelo aborto, sem que seja necessário abrir mão da religião. Seria possível então ter um posicionamento em prol da descriminalização e compreender que é possível ter experiências de aborto, que não sejam pautadas pelo sofrimento causado pela culpa social e religiosa. Zeca, que se tornou a coordenadora da ONG logo na sua fundação, se envolveu e assumiu a pauta. Destaca-se que a ONG também trabalhava temas como a contracepção, mas a pauta do aborto aumentou inclusive pelo interesse da mídia e da sociedade em geral em discuti-lo por um viés religioso e respeitoso dos direitos das mulheres.

Coordenar esse grupo, que apresenta a descriminalização do aborto enquanto pauta, só foi possível dentro da vivência de Zeca na igreja católica, e também como fruto de outros elementos de sua trajetória. A formação em Sociologia e depois os estudos de pós-graduação fora do país, o contato variado com contextos não conservadores na infância e adolescência (contato com pessoas variadas do Brasil e, depois do mundo, criação fora da moral conservadora), assim como o contato com

correntes críticas dentro da própria igreja católica possibilitaram que ela assumisse esse lugar. No contexto mais amplo, houve elementos que viabilizaram a fundação desse grupo naquele momento. De um lado, diante do apoio da Igreja Católica a grupos de esquerda no período da ditadura e redemocratização, as críticas a essa instituição eram desencorajadas. De outro, a crítica feminista vinha crescendo por meio das mulheres exiladas e que retornavam do exílio, mobilizações internacionais como o “Catholics for FreeChoice” e o pensamento crítico universitário já destacando com maior especificidade a questão de gênero, vindo de fora e de dentro do país.

A elaboração de um pensamento crítico específico sobre teologia feminista contribui também para que essa reivindicação se dê de dentro da religião católica. A própria Zeca é responsável por parte importante da produção bibliográfica na temática e atua hoje como professora e pesquisadora na área, sendo também uma referência teórica para o debate sobre religião e feminismo.

Quanto às transformações nas pautas da ONG, em consonância com a discussão que vem sendo apresentada sobre a centralidade que a agenda das diversidades conquista, Zeca mostrou que a pauta do “Católicas” foi se alargando. Incorporou a discussão sobre os movimentos LGBT e a questão racial no horizonte dos debates. Outro alargamento é passar para a defesa de um Estado laico, no lugar apenas da descriminalização do aborto.

Em seu relato, Zeca também tratou de outras transições. Revelou ter estabelecido uma prática de fortalecer lideranças jovens emergentes. Assim, sua saída de um lugar de protagonismo para a abertura de espaço para pessoas mais jovens, focadas na comunicação por meio das redes sociais para abordar as reivindicações do “Católicas” parece ser um movimento também interessante sobre outras possibilidades de falar sobre aborto para além dos seminários e da mídia tradicional.

É interessante observar como a pauta do aborto, sempre dividida essencialmente pela religião, encontrou lugar de reivindicação pública por meio da atuação de Zeca e do “Católicas”. Considerando os inúmeros grupos organizados que atuam a favor da criminalização, ligados às igrejas católica e protestante, a incorporação da pauta por um grupo religioso em prol da descriminalização pode apontar para uma via dialógica e voltada para a realidade brasileira – religiosa – do tema. Elshtein (2013), ao abordar as lutas feministas empautas, defende que o feminismo deve se aproximar das mulheres defensoras do aborto enquanto crime. Que para um diálogo real com mulheres que pensam e militam contra o aborto enquanto opção, pode ser possível promover diálogos

que de fato produzam sentidos. Por meio da empatia e da não coação, a aproximação pode explorar alternativas na perspectiva dialógica. O debate sobre o aborto dentro da perspectiva religiosa, conforme apresentada por Zeca, poderia ser um caminho para a defesa dos direitos reprodutivos das mulheres dentro de um país religioso como o Brasil.

Essa seção apresentou aspectos das reivindicações das mulheres, com aumento do debate sobre as diversidades especialmente pelo protagonismo das mulheres negras, possibilidades de debater a sexualidade no âmbito da saúde, situações que dificultaram e que permitiram a construção de pautas como a saúde das mulheres e a intensificação e permanência da questão do aborto. Mostrou também as possibilidades de transformação nas reivindicações e nos espaços de atuação ao longo de uma mesma trajetória. Observa-se como a expansão das possibilidades de falar sobre os direitos das mulheres – que precisaram superar os obstáculos dos partidos de esquerda, se beneficiaram do debate das mulheres exiladas como catalisadores para outras formas de organização e análise da situação de vida e de saúde das mulheres. As feministas negras abriram com dificuldade o caminho para o debate sobre as diversidades, incluindo a questão de raça na pauta dos direitos das mulheres. A discussão sobre sexualidade na esfera da saúde é provocada tanto do ponto de vista da compreensão da diversidade sexual e de gênero, como se observou pela atuação de Mariana e de Antônia no cotidiano da militância, mas também pelas provocações das profissionais do sexo, como visto por parte de Betânia. O aborto seguiu emblemático na pauta dos direitos sexuais e reprodutivos e a possibilidade de discuti-lo por dentro da instituição que mais impediu sua efetivação está descrita pela atuação militante de Zeca.

Na próxima seção, serão apresentadas as propostas das duas conferências nacionais de saúde das mulheres realizadas no país, com vistas a compreender as concepções sobre os direitos das mulheres, saúde e sexualidade produzidos nesses dois momentos.

6.2.2 Reivindicações por meio das Conferências Nacionais de Saúde das Mulheres

As conferências são resultado também das propostas construídas coletivamente pelas participantes e condensam reflexões e reivindicações históricas dos grupos que as constroem. Representam a compreensão de saúde e de direitos de cada momento em que

se realizam, abarcando influências e concepções de cada contexto social circunscrito em um momento histórico. Inicialmente, apresenta-se um quadro resumido de cada Conferência a partir do registro de cada Relatório Final. Na sequência procede-se a uma análise comparativa entre elas. Importa esclarecer que a cada conferência nacional antecedem etapas municipais e estaduais, permitindo a participação mais ampla de mulheres, condensando e congregando debates múltiplos até a chegada às propostas das conferências nacionais.

I Conferência de Direitos e Saúde das Mulheres -1986

Essa conferência ocorreu alguns meses após a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) - central para a criação do Sistema Único de Saúde. Dentro do contexto dos debates que se deram na 8ª CNS, a I Conferência aborda, na introdução do seu relatório, pontos estruturais sociais e econômicos, tais como a necessidade de solucionar a dívida pública brasileira e a importância de superar desigualdades e discriminações. Trata também da defesa da assistência em saúde, de acordo com a 8ª CNS, a participação social em saúde, incluindo conselhos de mulheres e a participação das mulheres nas instâncias decisórias das políticas públicas.

O relatório se divide nos seguintes temas nos quais constam as propostas: assistência à saúde da mulher na perspectiva do sistema único de saúde; direitos da reprodução humana; aborto; saúde mental da mulher; a mulher adolescente; a mulher e a velhice; mulher, trabalho e saúde; saúde e trabalho da mulher camponesa; identidade feminina; identidade da mulher negra; identidade da mulher índia; sexualidade feminina; mulher, mãe de deficientes; mulher, saúde e cidadania; homenagem às mulheres da saúde. Há também as moções reivindicatórias, de repúdio e de apoio ao final. Abaixo são mencionados alguns pontos de destaque que se referem à temática da pesquisa e que dão o tom geral das concepções e dos movimentos da conferência.

Na primeira seção, há recomendações da elaboração de uma política de atenção integral à saúde das mulheres e a indicação da importância de uma política de saúde que seja específica para as mulheres. Há também reiteraões variadas dos preceitos da reforma sanitária.

A segunda seção, chamada *Direitos da Reprodução Humana*, é focada na participação das mulheres nos processos de formulação, controle e fiscalização da atuação voltada para a contracepção e a defesa da retirada das ingerências estrangeiras

nas políticas de saúde brasileiras. É possível observar a crença na construção de um Estado forte que atua em conjunto com coletivos, movimentos sociais e entidades de classe.

Na seção *Aborto* e também nas recomendações sobre o tema fora da seção específica, observa-se a concepção do aborto como problema de saúde pública, assim como recomendações para que o procedimento não se torne um método de contracepção.

Na abordagem da *Saúde Mental da Mulher*, dimensionam-se os problemas de saúde mental das mulheres na ordem do patriarcado. Defende-se a incorporação dos conhecimentos produzidos pelas mulheres em grupos de estudos, entidades e no âmbito científico em geral.

Na seção *Adolescência*, há menção à sexualidade e reprodução apenas nas recomendações referentes a estupro. Quanto aos contraceptivos oferecidos, há enfática defesa da garantia de informação e de acesso a métodos que não tragam malefícios ao corpo.

Há ainda as seções *A mulher e a velhice*; *Mulher, trabalho e saúde*; *Saúde da Mulher Camponesa*. Entre temas variados, há a menção da gestação no que se refere à proibição de solicitação de exames de gravidez ou de atestado de laqueadura para a contratação, os cuidados para que mulheres grávidas não manejem produtos com agrotóxicos no campo e a importância da licença maternidade para a mulher camponesa.

Na seção *Identidade feminina*, há a defesa de que não há uma mulher única; educação sexual básica como demanda para o Ministério da Educação; defesa de oficinas de vivências para lidar com o corpo, como proposta para atuação do Ministério da Saúde.

Em *A identidade da mulher negra*, na área da saúde, defende-se o fim das práticas esterilizantes das mulheres negras. Em *A identidade da mulher índia*, fala-se sobre a função política ampla da mulher indígena.

Na seção chamada *Sexualidade Feminina*, destaca-se a desvinculação entre reprodução e sexualidade. A desvinculação deve acontecer por meio de educação sexual e acesso aos métodos contraceptivos. Nas propostas, há a defesa da participação de mulheres da comunidade para a orientação sobre os métodos; educação sexual nas escolas; combate à publicidade que faz uso do corpo feminino; e apelo para que a igreja reveja valores que garantam o exercício pleno da sexualidade.

Existe também a seção *Mulher, mãe de deficientes*, por meio da qual se reconhece a solidão e as cargas variadas das mulheres mães de crianças com deficiência. Em *Mulher, saúde e cidadania*, há breve menção à questão do controle de natalidade.

Nas moções de repúdio, há referência à proibição e retirada de cartilhas de sexualidade por parte do Ministério da Saúde e menção aos métodos de longa duração (p.45-item 11), com ênfase para que não se adotem métodos hormonais e prejudiciais à saúde.

Ao final, algumas declarações sobre o aborto demonstram que as aprovações das propostas foram controversas e não tiveram consenso.

II Conferência Nacional de Saúde das Mulheres – 2017

A II Conferência foi realizada trinta e um anos após a primeira conferência, e vinte e nove anos após a criação do Sistema Único de Saúde. É um contexto em que algumas políticas e intervenções de saúde e direitos das mulheres estão mais consolidadas. Ao mesmo tempo, 2017 marca o ano em que ocorreu o impeachment da presidente Dilma Roussef, evento político que marca uma sequência de acontecimentos políticos, que atentam contra o exercício de direitos e em especial o exercício de direitos das mulheres²⁵.

O relatório da II Conferência Nacional de Saúde das Mulheres está apresentado na Resolução no. 561, de 6 de outubro de 2017, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil 2017). A resolução divide as propostas votadas em quatro eixos. Abordam-se a seguir os pontos de destaque também para o tema da pesquisa e os pontos de destaque que indicam o teor das discussões realizadas.

No primeiro – *O papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida das mulheres* observa-se a abordagem de temas relacionados ao financiamento do SUS, à EC 95²⁶, à Reforma Previdenciária e

²⁵ Destaca-se que os motivos que levaram à saída de Dilma Roussef do poder estão no centro de amplo debate político. Análises recentes indicam que essa saída não teve relação com as chamadas pedaladas fiscais, conforme a principal acusação para o processo de impeachment, e sim com um conjunto de fatores de ordem política, que resultaram em uma retirada ilegítima da presidenta do poder (Bastos, 2017; Mustafa et al, 2018; Braz, 2017).

²⁶ A Emenda Complementar consiste em uma estratégia para aprovar decisões nacionais não previstas na legislação. A Emenda Complementar 95 surgiu em um contexto de restrição orçamentária, propôs o congelamento temporário de gastos em saúde e outras áreas e foi apresentada como uma solução para a crise econômica no país, a despeito da argumentação relativa aos seus impactos para o país a curto, médio e longo prazo.

Trabalhista. Aborda-se também com número importante de propostas a questão da flexibilização do uso dos agrotóxicos e desse impacto na vida das mulheres. Também nesse eixo, há menção à importância do investimento das maternidades, menção às gestantes e zika e largo apontamento sobre a quantidade de mamógrafos. Uma das recomendações apresenta a abrangência da PNAISM, que deve incluir câncer, DST, gravidez, PICS, mulheres negras, indígenas, lésbicas, transgênero, mulheres no sistema prisional, mulheres com necessidades especiais, política de saúde mental e mulheres vivendo com HIV, que já eram políticas delineadas, mas se apresentam como necessidade de atenção e investimentos crescentes.

No eixo II – *O Mundo do trabalho e suas consequências na vida e na saúde das mulheres* há bastante destaque para a importância da formação de profissionais de saúde, formação de profissionais de saúde para atenção específica às mulheres. Há também as propostas referentes à atenção às mulheres no trabalho, assédio moral e sexual, educação permanente na área de saúde sobre a população LGBT.

O eixo III – *Vulnerabilidades nos ciclos de vida das mulheres na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres* apresenta propostas variadas e depois propostas ordenadas por grupos temáticos, que incluem câncer, violência, gravidez, direitos sexuais e reprodutivos, saúde mental, mulheres com deficiência, processo transexualizador, populações específicas ou vulneráveis, população negra, acesso e financiamento.

No tema do aborto, há a proposta de descriminalização e proposta de garantia do aborto nos casos previstos em lei, mas observa-se um avanço: recomendação do cumprimento das normas técnicas na área. Na violência, há muitas recomendações, que compreendem acolhimento, atendimento psicológico, rede efetiva, papel da atenção primária.

Há mais recomendações no tema da gravidez do que na conferência anterior, e elas abordam assistência adequada, defesa dos centros de parto normal, assistência sem violência obstétrica, parto humanizado.

Destacam-se as propostas que tratam dos direitos sexuais e reprodutivos: na conferência anterior, o termo não foi utilizado e aparece então na segunda conferência. As Conferências de Cairo e Pequim são posteriores à primeira conferência, o que pode explicar o aparecimento do termo apenas na segunda.

Dentro dessa temática, são realizadas propostas de alteração da lei do planejamento familiar, garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das

mulheres, manutenção de exames para pessoas vivendo com HIV, disponibilização de método contraceptivo subdérmico, ampliação da oferta de métodos hormonais.

Observa-se apelo importante à incorporação de novas tecnologias, ao aumento da disponibilidade de hormônios e à diminuição da idade para a realização da mamografia, indicando forte reivindicação em torno do aumento da medicalização e da demanda por incorporações por parte do governo central.

Em relação às populações vulneráveis ou específicas (assim são nomeadas nas recomendações), as populações abordadas são: mulheres negras, quilombolas, indígenas, privadas de liberdade, ribeirinha, do campo, da floresta, das águas, LBT ou LGBT ou LGBTT, ciganas, com deficiência, população de rua, trabalhadoras sexuais e idosas.

No eixo IV – *Políticas Públicas para as mulheres e participação social* há propostas em temáticas variadas das políticas públicas, tal como a fiscalização em saúde suplementar. Como participação social, as propostas abordam conselhos de saúde e conferências locais de saúde em uma recomendação completa, que propõe o fortalecimento dos mecanismos existentes. A participação social das mulheres aqui é compreendida como a utilização dos meios formais de participação no SUS.

Análise comparativa das conferências

O quadro abaixo permite comparar as pautas registradas nos relatórios finais das duas conferências para passar à análise das permanências e diferenças entre elas.

Quadro 2: Comparativo das conferências

Termostatados no presente estudo e abordagem em cada conferência	I Conferência	Proposta ²⁷	II Conferência	Proposta
Temas de sexualidade ou direitos sexuais	Sexualidade Feminina Direitos da Reprodução Humana	Tema 12 (p. 35 e 36) e Tema 02 (p.13 e 14)	Direitos sexuais e direitos reprodutivos; Saúde sexual e saúde reprodutiva	Eixo III – proposta 56 a 64

²⁷Tema, eixo e página correspondente no relatório final

Temas de reprodução ou de direitos reprodutivos	Oficinas e vivências corporais nos serviços de saúde; cuidados na incorporação de métodos contraceptivos que façam mal à saúde das adolescentes e mulheres; educação como caminho para a vivência plena da sexualidade; combate à exploração do corpo feminino; revisão dos valores da igreja	Tema 09 – Destaques (p. 30); Tema 05 proposta 18 (p.20); Tema 09, proposta 04 (p.29), Tema 12, propostas 3, 4, 5, 7, 15 (p.35)	Garantia de exames HIV-Aids e fortalecimento da política de HIV; Inserção de DIU; implante subdérmico; Alteração da Lei 9263 de 1996 ²⁸ ; Ampliação da oferta de métodos hormonais; Ampliação de terapias hormonais; Defesa da laqueadura pós parto e pós aborto; Aspectos do processo transexualizador	Eixo III – propostas 7, 19, 56 a 63, 79 a 83.
Abordagem do aborto	Descriminalização do aborto	Tema 03 (p.15).	Descriminalização do aborto, com garantia do acesso para situações previstas em lei	Eixo III – propostas 34 e 44.
Comparecimento das identidades	Tema específico sobre identidade da mulher; temas específicos da mulher negra, mulher índia e camponesa	Temas 08, 09, 10 e 11 (p. 27 a 34)	Abordagem da diversidade das mulheres por meio das vulnerabilidades - abordagem das mulheres negras, indígenas, quilombolas, vivendo com HIV, privadas de liberdade, população	Eixo III – propostas 84 a 96

²⁸ A Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, altera o parágrafo 7º da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar. Trata do direito à informação e oferta de métodos contraceptivos disponíveis e que não apresentam riscos à saúde, porém está centrada na regulamentação dos métodos de esterilização voluntária, estabelecendo as condições para tal. As solicitações de alteração da lei versam sobre modificar restrições previstas pela lei para cirurgias de laqueadura, especialmente o consentimento do cônjuge e a quantidade de filhos anteriores.

			de rua, LGBT, profissionais do sexo	
Participação social	Participação de mulheres em grupos de estudo e pesquisa; participação das mulheres em orientação de métodos contraceptivos	Tema 04 – proposta 03 (p.17); Tema 12 – proposta 02 (p. 35)	Fortalecimento dos mecanismos do SUS: conselhos e conferências.	Propostas do Eixo IV
Apelo ou rechaço à medicalização	Rechaço à medicalização do corpo feminino	Tema 05 – proposta 18 (p. 20); Moção de repúdio 11 (p.45)	Apelo à presença de métodos hormonais e incorporação ou intensificação de tecnologias	Eixo III – propostas 19, 26 a 32, 59 e 64.

FONTE: Elaboração da autora

Diante do quadro apresentado observam-se as permanências e diferenças entre as reivindicações realizadas nas duas conferências.

Como diferença, identifica-se o apelo à medicalização por meio da oferta de exames, tecnologias, terapias hormonais e métodos de longa duração, em contraposição ao enfático rechaço a quaisquer tecnologias que fossem invasivas para o corpo das mulheres, em especial adolescentes na primeira conferência. Nota-se o espaço que a medicalização conquistou no período entre as duas conferências, tornando-se objeto de reivindicação pelas mulheres. A sexualidade, apesar de estar presente nas duas, parece ganhar mais espaço na discussão da saúde e passa a se inserir também em uma perspectiva de direitos. Isso se percebe pela diminuição do endereçamento da temática para a educação e aumento das propostas em sexualidade e saúde na segunda conferência.

Difere também a terminologia utilizada no campo da sexualidade e reprodução: na segunda conferência os termos direitos sexuais e direitos reprodutivos passam a abarcar, respectivamente, a sexualidade e a reprodução. Nas reivindicações, a primeira conferência ocupa-se em apontar a necessidade de se rever valores da igreja e exploração do corpo feminino e inclui oficinas e vivências corporais como propostas

para a saúde. Já a segunda, diante também de um sistema de saúde mais organizado e da tendência à incorporação de tecnologias médicas, enfoca na oferta de métodos, medicação e garantia de políticas.

A questão da identidade permanece nas duas conferências, indicando que há aumento da nomeação de identidades específicas na segunda conferência e que as identidades comparecem dentro da temática de vulnerabilidade – identidades específicas de mulheres como identidades de maior vulnerabilidade social. Isso também pode ser compreendido pelo amadurecimento do reconhecimento dos direitos de cada grupo de mulheres identificado. Quanto maior o amadurecimento da perspectiva de direitos na abordagem em saúde, maior a multiplicidade de grupos presentes nas pautas.

O aborto permanece como pauta nas duas conferências, sendo que a única diferença está na necessidade de se garantir o aborto previsto em lei nos serviços de saúde. A existência de serviços de saúde organizados para a realização do procedimento conforme previsto pode ser considerada um avanço, mas é a pauta que apresenta maior similaridade entre as duas conferências.

A análise das duas conferências em comparação com as reivindicações presentes nos relatos das mulheres da pesquisa apontam para alguns aspectos.

Seguindo o trajeto observado das reivindicações no espaço público realizados pelas mulheres, percebe-se maior destaque para as diversidades na II Conferência e debate mais premente dentro da perspectiva dos direitos das mulheres, com o reconhecimento das diversidades dos grupos de mulheres. O mesmo foi percebido no trajeto de reivindicações apresentado pelas mulheres da pesquisa.

A medicalização²⁹, que se apresenta como forte pauta na II Conferência, não tem o mesmo eco nas entrevistadas mais jovens, que partem de abordagens variadas e complexas para lidar com a temática de gênero e sexualidade, sem apresentar bandeiras medicalizantes. Isto acontece com a narrativa de Betânia, que inclusive faz uma defesa forte do preservativo feminino como método de proteção e contracepção - relacionando-o com uma perspectiva de autonomia da mulher em face de seu corpo, como também de negação do uso de medicamentos.

Um ponto importante de continuidade é o aborto. Fica claro no relato de Zeca o quanto essa temática segue uma pauta emblemática e com poucos avanços. Destaca-se

²⁹O conceito de medicalização consiste em processo no qual mais e mais da vida cotidiana se coloca sobre domínio, influência e supervisão médica; descreve processos pelos quais problemas não médicos são definidos e tratados como problemas médicos; define um problema em termos médicos, usando linguagem médica, para descrever, compreender e tratar (Conrad, 1992).

que nas duas conferências, apesar das votações finais favoráveis a essas propostas, o aborto também foi o tema que mais dividiu as votações.

Por fim, os espaços de participação social apresentados na segunda conferência são os espaços formais do SUS, diferente da primeira, quando foram apresentadas maneiras variadas de participação. Entre as mulheres da pesquisa, inclusive as que militaram, principalmente, na área da saúde, os espaços de participação social incluíram, os espaços formais do SUS, porém os ultrapassaram.

A restrição aos espaços formais como espaços de participação popular nas propostas da II Conferência pode indicar por um lado o amadurecimento do sistema de saúde, que agora é formado por instrumentos mais consolidados de gestão coletiva, mas também pode indicar um viés cristalizado da participação social, sem considerar as possibilidades de implementação das políticas no cotidiano das mulheres nos estados e nos municípios ou outras formas menos institucionais de participação.

Considerando a trajetória realizada pela reforma sanitária no Brasil e o quanto seus preceitos estão implicados das reivindicações e noções trazidas pelas mulheres nas conferências, Gerschman (2004) oferece análise pertinente da reforma à luz do processo de redemocratização do país. Aqui, a longa transição para a democracia se deu de maneira pactuada, com a reedição de velhos pactos, marcada por traços elitistas e excludentes e pelo autoritarismo do Estado. A alta taxa de pobreza no país e a diversidade de interesses no jogo político são dilemas que perpassam ainda hoje a transição democrática brasileira. As políticas clientelistas, a reprodução dos velhos pactos nas máquinas estatais e nas decisões econômicas, lentas negociações, favorecimento de transações com as elites econômicas e uso da máquina estatal para as elites e plataforma política, a realização de reformas parciais caracterizaram a transição.

Nesse sentido, pode se apontar que não se deu a consolidação democrática. Foram estabelecidos, do ponto de vista formal, apenas os princípios básicos, tais como o sufrágio universal, eleições, competição partidária, mas esses não garantiram que se estabelecesse um regime democrático.

O processo de transição fez emergir novos atores, grupos, movimentos sociais organizados, partidos políticos, entre outros e foi esse o contexto da reformulação do setor saúde, que culminou com a Reforma Sanitária, em meados da década de 1970, por meio do Movimento Sanitário, que contou com intelectuais, profissionais de saúde e lideranças políticas. Com amplo debate e protagonismo das universidades nas construções de críticas e novas possibilidades de se pensar um sistema de saúde para o

Brasil, em 1986 a VIII Conferência Nacional de Saúde delineou o que seria a Reforma Sanitária brasileira. As bases essenciais delineadas foram: condições gerais de vida, trabalho, educação, trabalho e lazer, e a saúde como direito do cidadão e dever do Estado:

Acreditamos que a Reforma Sanitária e a luta em prol de sua implementação atualizam a disputa pelo predomínio da representação de interesses no setor saúde, por sua vez inscrito no contexto político mais amplo do processo de democratização. A Reforma Sanitária pode ser compreendida como um processo de estabelecimento de uma ‘democracia parcial’ ou como um ‘regime parcial’, em que a sua efetiva instituição atualizaria, na arena política da saúde, a condição de possibilidade de exercício da democracia [...] Não são condições suficientes para a consolidação da democracia o estabelecimento das instituições políticas, eleições periódicas e partidos políticos: a questão da equidade é principal para que a democracia se efetive. A Reforma Sanitária atualiza tal condição no campo da saúde (Gerschman, 2004, p. 35).

Para a implementação de um sistema único de saúde com predomínio do setor público, descentralização do sistema e hierarquização das unidades de atenção à saúde, participação e controle da população na reorganização dos serviços e readequação financeira do setor, foi formada naquele momento inclusive uma comissão, constituída por representantes da sociedade civil organizada, organismos governamentais, parlamentares e representantes do setor privado de saúde, que eventualmente foi desfeita. Desde esse momento, a promoção de transformações que construíssem um sistema de saúde conforme preconizado pela oitava conferência caminhou com muitos percalços, tais como a crescente tomada de decisão por atores de dentro dos ministérios, mas distantes dos formuladores da reforma e movimentos sociais, problemas graves com o fluxo financeiro da gestão federal para as estaduais e municipais, tornando os estados incapazes de gerir localmente os serviços e profissionais, além de amplo crescimento do setor privado com pressões crescentes para ocupar o espaço da oferta de serviços em saúde. O caráter participativo, heterogêneo, e zeloso dos princípios da reforma sanitária foram se perdendo ao longo do desenvolvimento do SUS.

Os percalços identificados para essa perda se inserem em um contexto mais amplo:

Ao compreender o processo de democratização do setor saúde como a constituição de um regime de democratização parcial, os percalços no andamento da Reforma Sanitária remetem a dificuldades mais gerais,

que dizem respeito ao próprio processo de consolidação da democracia. Desse modo, a Reforma Sanitária tem convivido com uma permanente falta de recursos, o que afetou profundamente o setor público da saúde, alterando a credibilidade dos usuários e seus movimentos sociais organizados (Gerschman, 2004, p. 20).

De maneira que a dinâmica do processo de implementação da reforma sanitária brasileira evidencia as dificuldades de realização de reformas políticas em processos democráticos frágeis. A arraigada exclusão social e o cunho autoritário da democratização brasileira foram fatores fundamentais para a fragilidade da democratização. As dificuldades do ponto de vista das mudanças legislativas estruturais necessárias foram muitas, considerando a orientação neoliberal das políticas de governo, que contrastaram com as possibilidades de reforma, somadas ainda aos favorecimentos, clientelismos e corrupções de ordens variadas que permaneceram como base da política brasileira. As forças de oposição – que sempre estiveram presentes e ainda estão – impediram também que a reforma sanitária brasileira resultasse na construção de um sistema de saúde efetivo e democrático. Ainda conforme análise da referida autora:

Tal atuação (das forças de oposição ao governo no setor saúde) é bem exemplificada pelos obstáculos colocados para o governo pelas forças reformistas, em relação à privatização e ao desmonte da política de seguridade social e saúde. Em compensação, os entraves colocados pelo governo e pela iniciativa privada na área da saúde obrigaram as forças de oposição do setor a operar sob constantes deslocamentos e redefinições das arenas da luta onde se realizam o enfrentamento e a definição política. (p. 75)

As mudanças observadas entre as duas conferências, somadas às contribuições das mulheres da pesquisa, demonstram as reivindicações de aspectos referentes a um sistema que ainda nasceria frente a um SUS mais consolidado. Não obstante a trajetória e as consolidações até aqui, observa-se um processo democrático fragilizado amplo, não apenas no que se refere ao caráter pouco transformador da redemocratização, mas também diante de fragilidades democráticas atuais no país.

Cabe refletir se é um sistema que até o momento escutou efetivamente as mulheres. A representação política, no lugar de uma participação social efetiva, não permitiu que as mulheres tivessem a tomada de decisão tanto em âmbito municipal, estadual e federal – a briga da Betânia em relação à prevenção das ISTs, as tentativas de inclusão do marcador de raça e cor na formulação das políticas e as insistentes falas de

Vera sobre a medicalização do corpo feminino e o pertencimento deste à classe médica, são alguns dos exemplos.

No contexto das políticas públicas de saúde para as mulheres, aposta-se que um dos fatores que contribui para essa impossibilidade de escuta e de construção conjunta pode ter suas raízes profundas nas limitações da reforma sanitária, nas dificuldades de resgate de seus preceitos, seu potencial mobilizador e organizativo em termos de noção de saúde, noção integral de saúde das mulheres e organização da gestão e serviços. As limitações com as quais a reforma sanitária se deparou diante da inconclusão da democracia brasileira podem ajudar a explicar a persistência de estruturas participativas limitadas para as mulheres no sistema de saúde, ainda que isso seja certamente reforçado por uma ordem social arraigada e desigual que historicamente impede a efetivação dos direitos das mulheres.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do olhar sobre o percurso realizado nessa pesquisa, apontam-se alguns aspectos finais, que retomam os principais resultados encontrados, indicando o alcance dos objetivos propostos, e possivelmente deixam o debate fértil para a continuidade de outras investigações.

Após a construção da fundamentação teórico metodológica e da apresentação da metodologia escolhida, os resultados discutidos apresentaram que as vivências em sexualidade circularam entre restrição e construção de estratégias de prazer e que gênero, raça, classe social e geração se mostraram elementos importantes para compreender as vivências tanto no espaço privado como no público. No espaço público, a universidade apareceu como ocupação de um espaço até então reconhecido como de não pertencimento e a formação acadêmica de maneira geral foi incentivada pela atuação na militância. Também no espaço público, aspectos variados da trajetória da militância foram descritos, tais como a ocupação e participação de diversos espaços ao longo da trajetória, as falhas na estrutura política hegemônica em contemplar direitos das mulheres, e o afeto como parte essencial do cotidiano e da ação política das mulheres. Ainda, pode se afirmar que a ocupação e apropriação do espaço público pelas mulheres, em especial as mulheres negras e ainda mais na condição de militantes já é subversivo. A própria ocupação desafia aos propósitos da separação entre as esferas, ao desrespeitar os supostos lugares instituídos para elas, não apenas ocupando, mas posicionando-se e mobilizando discursos e intervenções.

No trânsito ou entre as esferas pública e privada, ocupa lugar importante a violência enquanto impeditiva, deixando claro que a vivência livre e concomitante nas esferas privada e pública encontra-se no limite da possibilidade. Entretanto, as estratégias cotidianas de subversão e a militância se situam no trânsito das esferas e atuam como promotoras de transformações no campo social. Há a politização do pessoal, mas há também a politização de elementos variados de desigualdade que se encontram na esfera privada e na esfera pública.

Observou-se também que, nas esferas pública e privada, os espaços religiosos ocupam lugar ambíguo na vida das mulheres. Ainda que seja importante reconhecê-los como locais de entrada na militância para as mulheres, seguem se fortalecendo enquanto instituições que promovem a restrição e violação dos direitos das mulheres.

Diante dessa análise, pontuou-se que as noções de ação política e discurso herético foram extremamente potentes para a discussão sobre o trânsito entre as esferas e sobre as possibilidades de transformação social, e que a noção de *habitus* foi menos potente diante dos elementos que as histórias de vida das mulheres trouxeram.

As reivindicações e a formação das pautas em saúde seguem em transformação: a incorporação da perspectiva dos direitos em saúde está em curso, mas é frágil, assim como a efetivação dos direitos sexuais, que encontram sua fragilidade em uma democracia também inconclusa. Nas pautas em saúde, há um panorama importante sobre a possibilidade de discutir sexualidade, reprodução e a diversidade das mulheres, rompendo com noções restritas da saúde das mulheres, ainda que haja permanências no debate como a pauta do aborto, que segue com pouquíssimos avanços. A presença das mulheres negras nos espaços políticos, com a maior visibilização sobre as demandas que trazem, influenciou fortemente na construção das pautas e também das políticas públicas de saúde.

No percurso da pesquisa, observa-se que gênero, raça, classe social e geração operam de maneira forte e dinâmica sobre a conformação das vivências privadas e nas vivências públicas. Observa-se também que a metodologia se revelou pertinente ao alcance dos objetivos, além de enriquecer e tornar a realização (e possivelmente a leitura) da pesquisa em atividades mais prazerosas.

Olhar para o percurso da pesquisa até sua finalização remonta a alguns elementos surpreendentes no seu processo. A ambígua presença da igreja nas vidas das mulheres; a força das estratégias cotidianas de subversão e do discurso herético; o prazer por parte das mulheres na descrição ampla de suas trajetórias militantes foram alguns dos elementos que surgiram no campo, motivaram e mobilizaram as análises na pesquisa.

Enquanto limites da investigação, identifica-se que não houve tempo o suficiente para analisar fatos contemporâneos a ela. Apesar de citados, não foi possível abordar o impeachment da Dilma Rousseff e o assassinato da Marielle Franco enquanto violações da circulação das mulheres não apenas nos espaços públicos, mas enquanto protagonistas na cena política brasileira. Ainda, a abordagem da chegada do atual presidente ao poder e o aprofundamento da consolidação das igrejas neopentecostais em cargos legislativos teriam sido também análises potentes para o debate sobre as esferas privada e pública e a reivindicação pelos direitos sexuais e reprodutivos no país.

Ainda que diante desses fatos recentes e desanimadores para o exercício de direitos das mulheres, felizmente as histórias de vida das mulheres tiveram muito a ensinar. Discorreram sobre processos não lineares e por vezes violadores na conquista de espaço, sobre a possibilidade de empreender estratégias cotidianas de subversão, sobre a potência da formação e enunciação de discursos heréticos e da ação política coletiva e, ainda e sobre a possibilidade de que elas se apresentem da maneira como desejam, sem seguir expectativas pré concebidas sobre elas. Ensinaram sobre as duras possibilidades de transformação social, de politização da esfera privada e de construção de agendas e políticas, apontando caminhos possíveis para as necessárias subversões.

8REFERÊNCIAS

- Abers R, Tatagiba L. Institutional activism: mobilizing for women's health from inside the Brazilian bureaucracy. In: Rossi F, Von Bülbow M. Organizadores. *Social Movement Dynamics: New Perspective on Theory and Research from Latin America*. London: Ed Routledge; 2015. p. 73-101.
- Aboim S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas* (Florianópolis). jan-abril/2012; 20(1): 95-117.
- Arango LG. Sobre dominación y luchas: clase e gênero em el programa de Bourdieu. *Rev Colombiana de Sociología*. 2002; XIII(01): 99-118.
- Ávila MB. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para a saúde pública. *Cad Saúde Pública*. 2003; 19(SUP2): 465-9.
- Barbosa RM, Pinho AAC, Cabral CS. *Gênero, reprodução e infecção pelo HIV: Resultados dos estudos do GENIH*. Campinas: Textos NEPO 78; 2016 [Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Unicamp].
- Bartra E. Reflexiones metodológicas. In: Bartra E. Organizador. *Debates en torno a una metodología feminista*. México D. F : Universidad Autónoma; 1999. p.141-58.
- Barsted LL. Legalização e descriminalização *Legalização e descriminalização do aborto no Brasil*, 10 anos de luta feminista. *Rev Estudos Feministas* (Rio de Janeiro) 1992; (0): 104-30.
- Barsted LL. Breve panorama dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. In: *As mulheres e os direitos civis*. Rio de Janeiro: CEPIA; 1999, p. 43-63.
- Bastos PPZ. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Ec Contemporânea*. 2017; (Número Especial): 1-63.
- Bedone AJ, Faundes A. Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Universidade Estadual de Campinas. *Cad Saúde Pública* (Rio de Janeiro). fev/2007; 23(2):465-69.
- Bertaux D. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Proposiciones*. março/1999; (29): 1-23.
- Biroli F, Miguel LF. Teoria política feminista hoje. In: Miguel LF, Biroli F. Organizadores. *Teoria Política Feminista :textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte; 2013.

Biroli F. *Aborto em debate na Câmara dos Deputados*. Cfemea, Ipas e Observatório de Sexualidade e Política, 2016.

Boaretto MC. Gênero e modelo de gestão em saúde: experiência do Rio de Janeiro. In: Costa AM, Merchand-Hamman E. Organizadores. *Saúde, equidade e gênero – Um desafio para as políticas públicas*. Brasília: Editora UnB; 2000. p. 215-26.

Bourdieu P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: Lopes MJM et al. Organizadores. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996. p. 29-40.

Bourdieu P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk; 1979, 2002.

Bourdieu P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand; 1998, 2011.

Boaretto MC. Gênero e modelo de gestão em saúde: experiência do Rio de Janeiro. In: Costa AM, Merchand-Hamman E. Organizadores. *Saúde, equidade e gênero – Um desafio para as políticas públicas*. Brasília: Editora UnB; 2000. p. 215-26.

Brasil. Centro de Documentação da Saúde. Relatório final da conferência nacional de saúde e direitos da mulher. 8ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília-DF; 1987.

Brasil. Presidência da República Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). *Plano Nacional de Políticas para Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília-DF; 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. *Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST*. Brasília-DF; março 2007.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Série B. Textos Básicos de saúde. *Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos*. Brasília-DF; 2009.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas estratégicas. *Norma Técnica. Atenção Humanizada ao Abortamento*. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Caderno nº 4. Brasília-DF; 2005; 2011.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Norma Técnica. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes*. 3a ed. Brasília-DF; 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. *Protocolos da Atenção Básica – saúde das mulheres*. Brasília-DF; 2016.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. *Boletim Epidemiológico HIV-Aids 2017*. Brasília-DF; 2017.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e infecções Sexualmente Transmissíveis. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição (PEP) de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais*. Brasília-DF; 2017a.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças Crônicas e infecções Sexualmente Transmissíveis. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV*. Brasília-DF; 2017b.

Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Indicadores e Dados Básicos de Sífilis nos Municípios Brasileiros*. [publicação online]. Disponível em: <http://indicadoressifilis.aids.gov.br/> Acesso em: 24 jan. 2018.

Braz M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *ServSocSoc* (São Paulo).jan-abr/2017; (128): 85-103.

Butler J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2012.

Camargo A. Os usos da história oral e da história de vida. *Rev Brasileira de Ciências Sociais*. 1984; 27 (1): 5-28.

Carneiro, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Organizadora. Hollanda HB. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. P. 271-292

Carta de Teresina do 9º SENALESBI. [publicação online] 2016. Acesso em: 26 jun.2018. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.tumblr.com/post/149725501482/9-senalesbi-carta-de-teresina>.

Carta de Porto Alegre do VIII SENALE. [publicação online] 2014. Acesso em: 26jun. 2018 . Disponível em: <http://bisides.com/index.php/textos/carta-de-porto-alegre-viii-senale/>

Castro, MG. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. *Rev Estudos Feministas*.1992; (0): 55-63.

Chacham AS, Maia MB. Corpo e Sexualidade da Mulher Brasileira. In: Venturi G, Recamán M, Oliveira S. Organizadores. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2004, v.1, p. 75-87.

Clademet al. Manifesto da Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos. 2a ed [versão abreviada] [Versão em português]: Brasil, 2008.

Conrad P. Medicalization and social control. *Annu Rev Sociol* 1992; (18): 209-232.

Corrêa M. O sexo da dominação. *Rev Tempo Social*. (USP) 1999;11(1): 43-53.

Corrêa S, Petchesky R, Parker R. *Sexuality, health and human rights*. London and New York: Editora Routledge; 2008.

Costa AM, Aquino EL. Saúde da mulher na reforma sanitária brasileira. In: Costa AM, Mechán-Hammann E. Organizadores. *Saúde, equidade e gênero – um desafio para as políticas públicas*. Brasília: Unb; 2000. p. 40-70.

Costa AM, Bahia L, Conte D. A saúde da mulher e o SUS: laços e diversidades no processo de formulação, implantação e avaliação das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Saúde em debate* (Rio de Janeiro). jan-dez. 2007; 31(75/76 /77): 13-24.

Costa AM. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Ciênc e Saúde Coletiva*. 2009; 14(4): 1073-83.

Costa AO. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação- São Paulo, 1970. *Cad de Pesquisa*. 1988; (66): 63-9.

Creenshaw KA Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem; 2004, p. 1-17.

Del Priore M. *Histórias íntimas: erotismo e sexualidade no Brasil*. São Paulo: Planeta; 2014.

Elshtein JB. Rumo a uma teoria crítica da mulher e da política. In: Miguel LF, Biroli F. Organizadores. *Teoria Política Feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte; 2013.p.121-172

Facchini R. *Entre umas e outras: Mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. [Tese].Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas; 2008.

Federici SO. *Ponto Zero da Revolução*. Tradução ColetivoSycorax. São Paulo: Editora Elefante; 2009.

Germán Soprano. Compiladores. *Cultura y Política en Etnografías sobre la Argentina*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, Provincia de Buenos Aires, Argentina; 2005. p. 271-313.

Gerschman S. A democracia inconclusa: um estudo da reforma sanitária brasileira. 2a ed, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2004.

Gonzalez L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Anuário Ciênc Hoje*. ANPOCS. 1984; p. 223-244.

Gonzalez, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Madel L et al. O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal; 1982. p.89-105.

Hanisch C. (1970/2006). The personal is political. In: Firestone S, Koedt A. Organizadores. *Notes from the Second Year: Women's Liberation*. [publicação on line] Disponível em: <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Heilborn ML. Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Est Feministas* (Florianópolis), jan.abril/2006; 14(1): 43-59.

Hierro G. Violencia de gênero. In: Adolfo SanchezVasquez. Editor. *El mundo de la violencia*. Mexico: Ed Universidad Nacional Autonoma de Mexico; 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, 2018.

James NG. Revolucionário e gay – A vida extraordinária de Herbert Daniel Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2018.

Jasper JM. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar; 2016.

Laurindo-Teodorescu L, Teixeira PR. *Histórias da aids no Brasil, v.2 – a sociedade civil se organiza pela luta contra a aids*. Brasília: Ministério da Saúde; 2015.

Leite GS, Murray L, Lenz F. O Par e o Ímpar: o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/AIDS em contextos de prostituição. *Rev Brasileira de Epidemiologia*. 2015; 18(supl. 1): 7-25.

Lovell T. Thinking Feminism with and against Bourdieu. *Feminist Theory*. 2000; 01 (01): 11-32.

Machado MD. *Carismáticos e pentecostais: a adesão religiosa na esfera familiar*. São Paulo: ANPOCS; 1996.

Machado MD, Mariz C. Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos. *Rev Bras de Ciências Sociais*. 1997; 12(34): 71-87.

Madel L et al. O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal; 1982. p.89-105.

Mandú ENT. Trajetória assistencial no âmbito da saúde reprodutiva e sexual – Brasil, século XX. *Rev Latino Am Enfermagem*. Maio-jun/2002; 10(3): 358-71.

Mariano R. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5ed. São Paulo: Edições Loyola; 2014.

Mattar LB. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. *Rev Internacional de Direitos Humanos*. 2008; Ano 5(8): 60-83.

McLeod J. Feminists re-reading Bourdieu. Old debates and new questions about gender habitus and gender change. *Theory and Research in Education*. 2005; 03(01): 11-30.

McNay L. Gender, habitus and the field. *Theory, Culture and Society*. 1999; 16(01): 95-117.

Miller A, Rosga AJ, Satterthwaite M. Health, Human Rights and Lesbian Experience. *Health and Human Rights*. 1995; 2(4): 428-88.

Miller A. Sexual but Not Reproductive: Exploring the Junction and Disjunction of Sexual and Reproductive Rights. *Health and Human Rights*, 2000; 4(2): 68-109.

Minayo MCS. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: consensos e controvérsias. *Rev Pesquisa Qualitativa* (São Paulo). abril/2017; 5(7): 01-12.

Mustafa et al. Democracia e justiça social em tempos de golpe sob a égide do neoliberalismo. *Rev Katálisis*. (Florianópolis), maio-ago/2018; 21(2): 416-26.

Nascimento B. A Mulher negra no mercado de trabalho. In: Hollanda HB. Organizadora. *Pensamento Feminista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2019. p. 259-65.

Nascimento B. A mulher negra e o amor. In: Hollanda HB. Organizadora. *Pensamento Feminista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2019. p. 264-68.

Okin SM. Gênero, o público e o privado. *Rev Estudos Feministas*. 2008; 16(2): 305-32.

Oliveira AC. O movimento Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina: experiências em prol dos direitos sexuais e reprodutivos. *E-cadernos ces*. 2009; (04):158-76.

Oliveira F. Um olhar feminista sobre o Cairo + 10. In: Caetano AJ, Alves JED, Corrêa, S.Organizadores. *Dez anos do Cairo: tendências da fecundidade e direitos reprodutivos no Brasil*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP; 2004. p 49-58.

Olivar JM. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? *Sexualidad, Salud y Sociedad*. 2012; (11): 88-121.

Organização das Nações Unidas. Relatório da *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Plataforma de Cairo*. 1994.

Organização das Nações Unidas. Relatório da *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher – Pequim*. 1995.

Paiva CGA. *Saúde sexual e reprodutiva da mulher: análise da disponibilidade, percepções e habilidade no uso do preservativo feminino*[Dissertação]. Belo Horizonte:Centro de Pesquisas René Rachou; 2014.

Parker, R. Sexual rights: Concepts and Action. *Health and Human Rights*. 1997; 2(3): 31-37.

Pedro JM. O feminismo de “Segunda Onda”: Corpo, prazer e trabalho. In:Pinsky CB e Pedro JM. Organizadores. *Nova História das mulheres no Brasil*.São Paulo: EditoraContexto; 2013. p. 238-259.

Petschesky R. Opinion: On the Unstable Marriage of Reproductive and Sexual Rights. *ConscienceMagazine*[publicação online]2006.Acesso em: 20 jan. 2017.
Disponível em: http://www.catholicsforchoice.org/issues_publications/opinion-on-the-unstable-marriage-of-reproductive-and-sexual-rights/.

Pimentel S, Villela W. Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil. *Ciênc e Cultura*.2012; 64(2):20-21.

Pinto CRJ. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: Costa AO. Organizador. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos/FCC; 1992.p. 127-50.

Pinto CRJ. Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil. *Rev USP* (São Paulo). março/maio 2001; (49): 98-112.

Philips A. O que há de errado com a democracia liberal. *RevBras Ciência Política*. jul/dez 2011; (6): 339-63.

Pollak M. Memoria, olvido, silencio, In: Pollak M, *Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite*, La Plata: Ediciones Al Margen; 2006, p. 17-31.

Queiroz MIP. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *Rev Ciência e Cultura*.1987; 39(3).

Rodríguez C. Feminismo en movimiento, La posibilidad de ser más felices. In: Korol C Compiladora. *Hacia una pedagogía feminista* -1a ed. Buenos Aires: El Colectivo, América Libre 2007. p.165-186

Rose SO. *¿Qué es historia de género?* Madrid: Alianza Editorial; 2012.

Saffioti H. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo; 2004.

Saffioti HIB. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. In: Castillo-Martín M, Oliveira S. Organizadores. *Marcadas a Ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: SEPM; 2005.

Sales ALLF, Fontes FF, Yasui S. Para (Re)Colocar um Problema: A Militância em Questão. *TrendsPsychol*. Jun/2018; 26 (2): 565-77.

Salvatici S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. 2005; 8(1): 29-42.

Santos NJS. Mulher e negra: dupla vulnerabilidade às DST/HIV/AIDS. *Saúde e Soc*. 2016; 25(3): 602-618.

Sarti C.A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*. 2001; (16): 31-48.

Sarti CA. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Rev Estudos Feministas*. 2004; 1 (2): 35-50.

Sawicki FSJ. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias* (Porto Alegre) set/dez 2011; 13(28): 200-55.

Scavone L. Políticas Feministas do aborto. *Rev Estudos Feministas*. 2008; 16(2): 675-80.

Schraiber L. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Rev Saúde Pública*. 1995; 29(1): 63-74.

Silva LGT. Religião e política no Brasil. *Rev Latinoamericana*. México, 2017; (1): 223-56.

Soihet R. Movimento de mulheres: conquista do espaço público. In: Pinsky CB, Pedro JM. Organizadores. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto; 2013. p. 218-37.

Tajer D. Generandola reforma de la reforma. In: Costa AM e Merchand-Hamman E. Organizadores. *Saúde, equidade e gênero – Um desafio para as políticas públicas*. Brasília: Editora UnB; 2000. p. 145-62.

Viana ARB, Carrara S. Políticas sexuales y derechos sexuales en Brasil: estudio de caso. In: Parker, R, Petchesky R, Sember, R. Editores. *Políticas sobre sexualidad – reportes desde las líneas del frente*. SexualityPolicyWatch; 2008. p. 9-26.

Vicente T. *As mulheres e seus tempos: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde*. [tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2018.

Visacovsky S. “El temor a escribir sobre historias sagradas”. In: Frédéric, Sabina y 313.

Wacquant L. *Esclarecer o habitus. Ed e Linguagem*. 2007; Ano 10 (16): 63-71.

Warner M. Introduction: Fear of a Queer. *Social Text* 1991; (29): 123-147.

Apêndice I – Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Histórias de vida de mulheres militantes pelos direitos sexuais no Brasil: articulações entre militância e as estratégias pessoais em saúde sexual

Pesquisador: Rosana Machin Barbosa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79975617.1.0000.0065

Instituição Proponente: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.437.353

Apresentação do Projeto:

O movimento feminista nasceu no Brasil no período da ditadura civil-militar e vem lutando por conquistas no âmbito dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e um dos campos de efetivação desses direitos refere-se à saúde.

No que diz respeito às demandas em saúde sexual especificamente, são marcos importantes ao longo da trajetória do movimento a criação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e a eclosão da epidemia de Aids no país. Considera-se que as mulheres que militaram e militam pelos direitos sexuais e por avanços na saúde sexual feminina podem contribuir para o debate sobre a saúde sexual. Sendo assim, o objetivo da presente pesquisa é conhecer a articulação entre a vivência na militância pelos direitos das mulheres e as estratégias pessoais em saúde sexual, do ponto de vista das mulheres engajadas nesses movimentos.

Será utilizada a metodologia das histórias de vida com três mulheres que atuaram nos três momentos apontados: nascimento do feminismo, criação do PAISM e eclosão da epidemia de Aids no Brasil.

Serão realizadas entrevistas utilizando a metodologia das histórias orais, especificamente os relatos de histórias de vida, com mulheres de três faixas etárias diferentes, envolvidas com o ativismo pelos direitos sexuais femininos no país. As faixas etárias propostas são: uma mulher entre vinte e trinta anos de idade, uma mulher entre quarenta e cinquenta anos de idade e uma mulher entre sessenta e setenta anos de idade, capturando assim uma perspectiva geracional permitindo

melhor compreensão diante dos marcos em termos de movimento pelos direitos e pela saúde das mulheres elencados anteriormente.

O recorte etário permitirá a construção da trajetória do movimento feminista, no que diz respeito aos direitos sexuais, no país, lançando luz sobre três momentos históricos diferentes e permitindo que possam aparecer, também entre as mulheres, estratégias e vivências diferenciadas (ou não) no exercício dos seus direitos sexuais e da sua saúde sexual.

Os seguintes temas deverão ser abordados no relato das trajetórias de vida das mulheres: a entrada na militância, as articulações entre a militância e a vida privada, as estratégias de autocuidado e prevenção no que diz respeito à saúde sexual, as vivências de prazer e de sexualidade e relações afetivas.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral da pesquisa é conhecer a articulação entre a vivência na militância pelos direitos das mulheres e as estratégias pessoais em saúde sexual, do ponto de vista das mulheres engajadas nesses movimentos.

São objetivos específicos:

1. conhecer as principais vivências e estratégias em saúde sexual, as principais demandas enquanto militantes pelos direitos das mulheres, as principais vivências e estratégias em saúde sexual no âmbito privado, assim como os efeitos e rupturas da militância no âmbito das relações privadas nos três marcos apontados anteriormente (nascimento do movimento feminista,

elaboração do PAISM e organização após a epidemia de Aids);

2. realizar resgate histórico do movimento pelos direitos sexuais das mulheres com foco no direito à saúde desde o início do feminismo no país;
3. situar o debate dos direitos sexuais e reprodutivos internacional e nacionalmente no âmbito da saúde e contribuir para a conceituação de saúde sexual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não se identificam riscos na participação das entrevistadas na pesquisa.

Não se identificam benefícios diretos na participação das entrevistadas na pesquisa. Entretanto, o relato de suas histórias de vida contribuirá para a reconstrução da trajetória de luta pelos direitos sexuais e reprodutivos e pela saúde das mulheres no país até o momento.

A pesquisa trará contribuição também para o debate sobre a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos nas vivências cotidianas das mulheres em saúde sexual e saúde reprodutiva, permitirá visibilizar de que maneira as mulheres reconhecem e relatam suas experiências no campo sexual (apresentado do ponto de vista de quem vive a trajetória política da luta por direitos das mulheres) e demonstrará os pontos de interlocução entre as vivências pessoais e o ativismo no campo político.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de doutorado que tem como objetivo conhecer a articulação entre a vivência na militância pelos direitos das mulheres e as estratégias pessoais em saúde sexual, do ponto de vista das mulheres engajadas nesses movimentos.

O projeto está bem elaborado e organizado, e a metodologia adequada para atingir o objetivo proposto. Serão realizadas entrevistas utilizando a metodologia das histórias orais (relatos de histórias de vida) com mulheres de três faixas etárias diferentes, envolvidas com o ativismo pelos direitos sexuais femininos no país.

As faixas etárias propostas permitirão capturar uma perspectiva geracional e melhor compreensão diante dos marcos em termos de movimento pelos direitos e pela saúde das mulheres: nascimento do feminismo, criação do PAISM e fechamento da epidemia de Aids no Brasil.

USP - FACULDADE DE
MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO

Continuação do Parecer: 2.437.353

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória (carta de anuência do Departamento de Medicina Preventiva e TCLE) encontram-se adequados.

Foi corrigido no TCLE a citação do CEP, o endereço de e-mail e incluído o telefone para contato.

Recomendações:

Nada a declarar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sugiro aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo de Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1006784.pdf	23/11/2017 11:28:08		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_alterado.pdf	23/11/2017 11:26:04	Rosana Machin Barbosa	Aceito
Outros	parecer_02.pdf	14/11/2017 18:16:47	Rosana Machin Barbosa	Aceito
Outros	parecer_01.pdf	14/11/2017 18:16:08	Rosana Machin Barbosa	Aceito
Outros	Cadastro_assinaturas.pdf	14/11/2017 18:15:02	Rosana Machin Barbosa	Aceito
Outros	Cadastro_Projeto_Paloma.pdf	14/11/2017 18:13:25	Rosana Machin Barbosa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Paloma.pdf	14/11/2017 18:12:39	Rosana Machin Barbosa	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_projeto_Paloma.pdf	14/11/2017 17:53:37	Rosana Machin Barbosa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 14 de Dezembro de 2017

Assinado por:

Maria Aparecida Azevedo KoikeFolgueira (Coordenador)

Apêndice II – Emenda ao Comitê de Ética em Pesquisa

São Paulo, 14 de março de 2020

Emenda ao Comitê de Ética em Pesquisa

Referente ao projeto de pesquisa 79975617.1.0000.0065, submetido a este Comitê de Ética em Pesquisa, aprovado por meio de parecer no final de novembro de 2017, intitulado inicialmente *Histórias de vida de mulheres militantes pelos direitos sexuais no campo da saúde no Brasil: articulações entre militância e as estratégias pessoais em saúde sexual*, apresenta-se a seguinte emenda.

O campo da pesquisa consistiu, inicialmente, na realização de três histórias de vida, com mulheres militantes de faixas etárias variadas, com o objetivo de investigar a articulação entre a esfera pública e na esfera privada de mulheres militantes pelos direitos sexuais e reprodutivos e saúde no Brasil, utilizando a metodologia das histórias de vida.

Os encontros para a produção das histórias de vida tiveram início em janeiro de 2018 e finalizaram em janeiro de 2019. Ao longo da realização dos encontros, percebeu-se a necessidade de aumentar a quantidade de histórias de vida, de maneira que se passou de três (conforme projeto inicial submetido ao comitê) para cinco.

Em todos os encontros, antes do início da gravação e da entrevista, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assim como foi explicado no que consistia o termo e seus principais aspectos.

Em duas ocasiões, as mulheres entrevistadas, de maneira espontânea, afirmaram seu desejo pelo não-anonimato. Justificaram, verbalmente, a respeito da invisibilização feminina e das pautas feministas e, dessa maneira, defenderam que suas identidades permanecessem na pesquisa e não fossem modificadas.

Diante desse fato e da quantidade de detalhes livremente falados pelas mulheres sobre suas vidas, foi feito contato novamente com as demais entrevistadas para conhecer o posicionamento em relação ao anonimato ou não anonimato.

Como parte do procedimento da pesquisa, todas as mulheres receberam a transcrição dos relatos após os encontros para leitura e avaliação. O recebimento das transcrições e a aprovação foram condições para a inclusão dos relatos na tese.

Dessa maneira, duas mulheres optaram, de maneira informada, pelo não anonimato.

Essa decisão é coerente com os aspectos éticos da pesquisa, por considerar o desejo das mulheres entrevistadas, a autonomia na realização das suas escolhas e o respeito às decisões – informadas–tomadas por elas.